

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Manuela Mendonça de Alvarenga

**CRISE, URBANO E REVOLTA:
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

Belo Horizonte
2016

Manuela Mendonça de Alvarenga

**CRISE, URBANO E REVOLTA:
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte
Departamento de Geografia
Instituto de Geociências
2016

AGRADECIMENTOS

Enquanto elaborava a escrita desta dissertação, decidi escrevê-la na primeira pessoa do plural. A opção não foi feita com a intenção de apontar objetividade, nem por uma preocupação estilística, propriamente. Foi a forma, dentro das limitações da linguagem, que encontrei de dizer que esta pesquisa foi realizada coletivamente. Foi sim escrita por mim, mas somente através de um compartilhamento intenso de ideias, debates, conversas, leituras, escritas, com pessoas muito especiais. Enfim, agradeço a estas pessoas, sem as quais este texto não existiria:

Sérgio Martins que, ultrapassando a orientação formal e formalista, nos faz ver além. Um orientador que o é sendo professor, leitor, revisor, interlocutor e amigo.

Laura Faria, Pedro Resende, Thiago Teixeira, colegas e “coautores da vida”, por assim dizer. O que aqui escrevi é um “plágio” de nossas infinitas conversas, debates, leituras e pitacos. Agradeço por toda ajuda e disponibilidade e aprecio muito os momentos que vivemos nessa jornada tão árdua e reveladora. Caminhamos juntos nesses tempos e isto ficará marcado para sempre em minha formação.

Pessoal do grupo d’O Capital: Cris, Mateus, Camila, Conde, Natália. Nosso convívio foi mais do que produtivo, foi caloroso e significativo, ao mesmo tempo difícil e divertido. Daqueles convívios que mudam a gente e ficam guardados no coração.

Claudinei Lourenço, pela leitura com importantes conselhos no momento intermediário da pesquisa, mas também pelo importante papel em minha formação acadêmica.

Geraldo Costa, Regina Helena Silva, pela disponibilidade e ótimos diálogos durante o “Seminário de Qualificação”, que deram o norte da pesquisa que espero ter realizado à altura dos conselhos. Também Geraldo novamente, Rita Velloso e Thiago Brito, pela disponibilidade em participar deste importante momento final de avaliação.

Mãe, Pai e Irmão, por existirem e estarem sempre aí pro que der e vier. Amor incondicional.

Simão, por tudo, pela ajuda emocional e intelectual, pela companhia, amor, disponibilidade, compreensão, apoio. Por todos os dias. Por me ajudar na revisão, por me ajudar na discussão, por me ajudar sempre.

RESUMO

A presente dissertação consiste em um conjunto de ensaios com questionamentos mobilizados a partir das Jornadas de Junho de 2013. Vistas como um acontecimento urbano, as Jornadas de Junho abriram o caminho, a partir de suas contradições e desdobramentos políticos, para uma série de interpretações a respeito da realidade brasileira e global. Comumente visto como um ponto de ruptura que abriu o caminho de uma “crise política”, somada a uma sequência de outras “crises”; ou como um elemento a mais a somar-se à “tempestade perfeita” que teria atingido o Brasil repentinamente, este acontecimento exige uma teorização para além do seu tempo-espaço imediato de ocorrência. Neste sentido se coloca uma hipótese: o acontecimento urbano de Junho de 2013 é uma forma de expressão momentânea do processo de urbanização da sociedade e, doravante, é ao mesmo tempo forma de expressão concreta da crise do capitalismo e da resistência à mesma num “campo cego”. Com temas que perpassam importantes debates da teoria crítica da sociedade, buscamos pensar os (des)caminhos do pensamento revolucionário em um “tempo de expectativas decrescentes”. De forma transversal, os conceitos de crise e de urbano se imiscuem como elementos constituintes do modo de produção capitalista, sempre em um movimento contraditório, que irrompe em enigmáticos atos de protesto em momentos nebulosos.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013; crise; urbanização da sociedade; movimentos sociais urbanos.

ABSTRACT

This work consists of a set of questions raised from the protests of June 2013 (known as "Jornadas de Junho" in Brazil). Viewed as an urban event, the protests paved the way, due to their contradictions and political developments, to a number of interpretations regarding the Brazilian and global reality. Commonly seen as a breaking point which opened the way of a "political crisis", added to a series of other "crises"; or as one more element to add to the "perfect storm" that supposedly reached Brazil on a sudden way, this event requires a theory beyond its immediate time-space occurrence. In this sense a hypothesis arises: the event of June 2013 is a form of expression of the process of the urbanization of society and henceforth is at the same time form of concrete expression of the crisis of capitalism and the resistance to it in a "blind field". With topics running through important debates of the critical theory of society, we seek to think the (mis)direction of revolutionary thought in a "time of decreasing expectations". Transversely, the concepts of crisis and urban blend together as constituents of the capitalist mode of production, always in a contradictory movement that erupts in enigmatic acts of protest in dark times.

Keywords: *Jornadas de Junho de 2013; crisis; urban society; urban social movements.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. POR MAIS DO QUE 20 CENTAVOS.....	13
2. MAS POR QUE NO BRASIL, E AGORA?.....	33
3. QUESTÕES SUBTERRÂNEAS	42
4. TÁTICA E ESTRATÉGIA	55
5. LUTA URBANA OU LUTA DE CLASSES?	87
6. O DIREITO À CIDADE EM JUNHO DE 2013	98
7. ESTADO, REPRESSÃO E COOPTAÇÃO	109
8. DOMINAÇÃO PADRÃO FIFA.....	119
9. CRISE E FUTURO ou O FUTURO EM CRISE?.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A - CRONOLOGIA DOS EVENTOS:.....	152
APÊNDICE B – FRASES DE CARTAZES.....	176

APRESENTAÇÃO

Nem toda crise é o fim, nem todo protesto é uma revolução. Todavia, há sempre aqueles que buscam na interação entre crise e revoltas a possibilidade de nascimento do novo. Que, quando o mundo ameace ruir, as pessoas comecem a construir outro mundo, desta vez melhor. No presente texto, buscamos apresentar algumas questões que se impõem a esta vontade – chamada de “utopia”, de “esperança” de “espírito revolucionário”, etc. O problema central encontra-se no fato de que estamos em crise¹, o mundo parece ruir, os protestos ocorrem, a insatisfação é declarada e, mesmo assim, não há revolução. Muito menos perspectiva de um mundo melhor. Aparentemente, um mundo novo não está se formando a partir dos escombros do velho. Seria este o fim da utopia? Um *acontecimento*, como a emergência de grandes protestos que nos surpreenderam em Junho de 2013, traz à tona estas questões e oferece à teoria elementos para alimentar o debate acerca do político, da crise e da revolução.

O *acontecimento* tem um significado conceitual para a história, um para a filosofia e um para o jornalismo, pelo menos. Há controvérsias a respeito do que pode ser considerado um *acontecimento* e como estudá-lo. Reconstruído nas narrativas, nomeado, seus significados e consequências são disputados politicamente. Todavia, por sempre implicar em uma complexidade de sujeitos e ações, a pretensão de transformar um *acontecimento* em teoria é sempre redutora, as fronteiras nas quais o confinamos são sempre, em maior ou menor medida, arbitrárias. Deparamo-nos agora com aquele que ficou conhecido no senso comum, de forma um tanto farsesca, como *Jornadas de Junho de 2013*, uma referência comparativa às *Jornadas de Junho de 1848*, célebre movimento de rebelião da classe trabalhadora francesa. As nossas *Jornadas* foram um conjunto de atos que se deram simultaneamente em diversas cidades brasileiras e que se estenderam pelo período de mais ou menos um mês, seu auge sendo o final do mês de Junho de 2013. De várias perspectivas, não seria possível qualificar este momento como um *acontecimento*. Realmente, não foi algo que imprimiu um “espírito do tempo” de forma singular; tampouco promoveu uma ruptura de época, depois da qual o mundo passaria a se reproduzir sob novas bases (ou seja, não foi uma revolução); não temos nem certeza se é algo que perdurará como um capítulo à parte da história brasileira, muito menos global (como foi o maio de 68 na França, por exemplo). Tampouco temos certeza de

¹ Fala-se em crise política, crise econômica, crise urbana, crise das esquerdas, crise da democracia, dentre inúmeras outras. Tratamos aqui a crise a partir de outra perspectiva: uma crise do capital, ou seja, a crise de uma totalidade que se impõe a todas as esferas da reprodução social.

suas implicações e consequências em longo prazo, uma vez que ainda estamos imersos no tempo dos desdobramentos políticos daqueles atos. Insistimos, porém, em manter a denominação, por interpretarmos o *acontecimento*, como Maria da Glória Gohn (2001, p. 8), como “a forma de expressão momentânea de um processo social”². Além do mais, está ainda em jogo a construção política dos significados daqueles atos, isto demonstra sua importância para além do circunstancial. Neste sentido, avançando no argumento, nosso objeto de estudo é um *acontecimento urbano*, pois enxergamos as *Jornadas de Junho de 2013* como uma forma de expressão momentânea do processo de urbanização da sociedade.

Gohn (2014), ainda preocupada com as denominações, aponta que vários substantivos foram encontrados para nomear os acontecimentos de 2013, sendo “manifestações” e “Jornadas” as que se consolidaram no senso comum. Mas também se podia caracterizá-los como “atos” (a denominação dada pelo Movimento Passe Livre), “movimento de massa”, “protesto”, “revolta coletiva”, dentre outros. A autora prefere chamá-los de “atos de protesto”, que focalizam demandas locais, regionais ou nacionais. Ela faz isto de forma a relacioná-los aos protestos que aconteceram no mundo após 2008, que acredita, apesar de todas as diferenças importantes, passíveis de serem agrupados em uma categoria mais geral de “Movimento dos Indignados”. O principal motivo de denominá-los “atos” ou “protestos”, além de estar mais de acordo com a autodenominação de diversos movimentos envolvidos, é seu caráter circunstancial, concentrado no presente. Não há a pretensão de formação de uma “agenda” e as continuidades não foram necessariamente planejadas. Nesta dissertação, usamos os termos “atos”, “protesto”, “manifestações”, com significados similares, de forma geral. Os termos seguem também, em grande medida, a autodenominação dada por coletivos e movimentos sociais que realizaram convocatórias e suas posteriores reflexões.

“Movimentos sociais” e “coletivos” foram as terminologias usadas para denominar a maioria dos grupos politicamente organizados presentes nos atos. As diferenças entre os dois termos dizem respeito à sua forma organizativa, sua origem e, muitas vezes, seu direcionamento ideológico, sendo os “coletivos” mais próximos do ideário autonomista, em voga a partir dos anos 1990. Como não entramos nestas minúcias, seguimos também sua autodenominação. Da mesma forma, os sindicatos e partidos políticos, presentes em menor medida, seguem sua autodenominação, quando citados. Quanto aos indivíduos sem vínculo com nenhum tipo de associação política que estiveram presentes de forma também

² Na verdade, esta é sua definição para o termo “evento”, porém, no Brasil os termos “acontecimento” e “evento” frequentemente aparecem imbuídos da mesma carga conceitual, devido a variações de tradução dos termos alemães (como o *Geschehnis* e o *Ereignis*, no léxico heideggeriano) ou franceses (*événement*) que inauguraram os debates conceituais seguidos pelos intelectuais brasileiros.

considerável, mantivemos as denominações de “indivíduos” ou “pessoas”, evitando as categorias gerais de “massa” ou “povo”.

Como já foi dito, a questão explorada no texto é vista como um *processo*. O estudo do presente se dá na medida do que está *inconcluso*, do que não foi consumado e se deixou ressoar na teoria. Entender o presente, ou o passado recente, não é entender algo que está na minha frente, como um quadro, mas entender um movimento que o engendra. Trata-se de olhar para aquilo que, na medida em que *é*, vai deixando de ser. Como fazê-lo? O método utilizado consistiu em explicitar as contradições desencadeadas ou expressas no *acontecimento*, não necessariamente no sentido da recusa – uma vez que a prática política é o pressuposto – mas da crítica. Da negação enquanto produtora do *vir-a-ser*, do movimento da história. Logo, não é pretensão do presente trabalho proferir, como tem sido corrente, o “saldo” das manifestações, mas entendê-las como parte do conjunto de contradições estruturais da realidade social brasileira, por um lado, e global, por outro.

Não se trata de um evento isolável do contexto sociopolítico global. Ele possui algum parentesco com as manifestações fugazes e explosivas que pululam nas ruas em diferentes lugares do mundo³. Com alta interação organizacional entre redes sociais na internet, tomam as ruas, praças e monumentos urbanos por determinado tempo, com palavras de ordem variadas, dispostas em cartazes individuais e repetidas em jograis, que ressoam como um grito de insatisfação difuso, na maioria das vezes divulgado por meio das conhecidas *hashtags*⁴ (no Brasil, as *hashtags* mais compartilhadas viraram palavras de ordem e apareceram com a mesma grafia em cartazes diversos nas manifestações de todo o país, como por exemplo: *#VemPraRua*; *#OGiganteAcordou*; *#PrimaveraGlobal*; *#NãoÉPor20CentavosÉPorDireitos*; *#PasseLivre*; *#CopaPraQuem*; *#NaoVaiTerCopa*; *#VdeVinagre*; *#DireitoaCidade*; dentre outras). Pelo mundo, não podemos dizer que sejam acontecimentos homogêneos. Provenientes de contextos locais específicos relacionados a questões nacionais e regionais, trazem causas, demandas e desfechos distintos. Há uma clara dificuldade em perceber algo nestes momentos históricos que vá além do “esgotamento psicológico de muitos povos em um mesmo momento”⁵.

³ Para análises do contexto global de manifestações, desde 2011, confira CASTELLS (2013); HARVEY *et. al.* (2011); GOHN (2014).

⁴ Palavras-chave ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar nos aplicativos de rede social. São compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo *cerquilha* (#). As *hashtags* viram *hiperlinks* dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas palavras ou buscá-las nos sites de busca para ter acesso a todos que participaram da discussão.

⁵ Expressão de Henrique Soares Carneiro na apresentação do livro *Occupy* (HARVEY *et al.*, 2011).

Esta dificuldade resvala em nosso estudo. Devemos lidar com as interseções e diferenças no contexto sociopolítico analisado. Através da análise do acontecimento, evidenciam-se *as partes no todo* e o esforço teórico tem como pretensão buscar *o todo nas partes*. O *todo* aqui não é, como já foi dito, um veredito sobre *as partes*, mas uma totalidade que julgamos mobilizar (pôr em movimento) e ser mobilizada por elas. Neste sentido se coloca a hipótese: o *acontecimento urbano* de Junho de 2013, como forma de expressão momentânea do processo de urbanização da sociedade é, ao mesmo tempo, forma de expressão concreta da *crise* do capitalismo e da resistência à mesma no “campo cego”⁶.

Desta forma, a *particularidade* brasileira não é, absolutamente, algo isolado. É como um abalo sísmico indicando uma camada subterrânea de determinações sistêmicas, que ultrapassam em muito sua localidade e temporalidade. É verdade que ninguém esperava por algo com as proporções que tomou e tampouco foi possível fazer uma análise sobre as intenções e rumos dos protestos que não viesse com uma grande parcela de perplexidade e incompreensão. A perplexidade aumenta quando consideramos que a conjuntura brasileira era vista como um exemplo de “história de sucesso” (ZIZEK, 2013, p. 102). Uma economia que (aparentemente) resistia bem a um contexto de crise global com um discurso geral de melhoria das condições de vida da maior parte da população, um governo federal cuja avaliação popular estava extremamente positiva (em enquete do mês de março de 2013, 65% dos entrevistados apoiavam o governo de Dilma Rousseff⁷), “de repente”, é completamente tomada por uma insatisfação que teria nascido com “um pequeno aumento na passagem” dos transportes coletivos e continua se manifestando mesmo depois das revogações diversas desses aumentos em diferentes cidades. Slavoj Zizek parte desta inquietação e pergunta: “Problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento,

⁶ Lefebvre ([1970], 2008) se referia à incapacidade explicativa da racionalidade vigente na *fase crítica* de transição entre a sociedade industrial e a sociedade urbana. Esta dissertação questiona a ideia de que a história tenha uma direcionalidade eminentemente positiva, todavia, podemos considerar que estamos presos nesta *fase crítica* do processo de urbanização. Sendo assim, concordamos com o autor a respeito da “cegueira”. “A cegueira consiste em não se ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se ver coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada). No que concerne ao urbano, há uma dupla cegueira. Seu vazio e virtualidade são ocultos pelo preenchimento. (...) Ademais, o preenchimento advém da época que caminha para seu fim: da industrialização, dos objetos e produtos, das operações e técnicas da indústria. O urbano, velado, escapa ao pensamento que se cega e se fixa apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual” (Op. Cit., p. 45).

⁷ DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas [2013a]. *Políticas Sociais e economia alavancam aprovação a Dilma*, 31/03/2013. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1259083-politicas-sociais-e-economia-alavancam-aprovacao-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 04/07/16.

como a Turquia, a Suécia, ou o Brasil?” (Op. Cit., p. 102). De um ponto de vista conjuntural, é possível defender que as *Jornadas de Junho* foram um ponto de partida. Abriram o caminho de uma crise política que se somou a uma crise econômica que já despontava no horizonte e trouxeram uma “tempestade perfeita”⁸ ao Brasil. De um ponto de vista estrutural, porém, o país está inserido na reprodução crítica do sistema capitalista, e suas crises fazem parte da série de crises superpostas e quase consecutivas que passaram a ocorrer em diferentes localidades a partir do processo de “mundialização do capital”⁹. A relação entre estas crises e os atos de protesto é algo que buscamos elaborar.

Consideramos que a reprodução social da urbanização no Brasil é um elemento central para que se compreenda o momento político atual, bem como o inverso, a análise cuidadosa de determinados desdobramentos das *Jornadas de Junho* nos ajuda a somar chaves de compreensão da urbanização brasileira contemporânea. Na apresentação do primeiro livro publicado após os protestos de Junho, Raquel Rolnik traz reflexões preliminares a respeito da relação entre os protestos e a questão da reforma urbana e do direito à cidade. Diz que “as cidades brasileiras cada vez mais e em vários momentos não são apenas palco, mas objeto de intervenções desses coletivos (...)”. (ROLNIK, 2013, p. 9, 10). Depois continua, dizendo que há um significado importante da tomada das ruas pelos manifestantes, para ela, “o espaço urbano aparece como objetivo e método, que determina diretamente os fluxos e os usos da cidade.” (Op. Cit., p. 10). Carlos Vainer, no mesmo livro, também afirma que devemos compreender a diversidade de pautas a partir da cidade.

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se.

Essa pradaria são nossas cidades. O que aconteceu nela nos últimos anos que as preparou para tornar-se não apenas o cenário como também – e sobretudo – o objeto e o alvo das lutas de milhões? (VAINER, 2013, p. 36).

Estas falas marcam um bom ponto de partida, o de que as cidades, neste caso, vão muito além da mera ideia de “palco”, ou “cenário”. A cidade, objeto e alvo, é a forma-expressão do espaço social, um complexo de mediações críticas, contraditórias. Aparece como aquilo que gera revoltas (um inferno urbano); como o território pelo qual se realizam as

⁸ Termo utilizado por Delfim Neto em uma série de entrevistas e explorado por Paulo Arantes em: ARANTES, Paulo. *O nome da Crise*. Blog da Boitempo, 10 de abril de 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-o-nome-da-crise/>. Consultado em: 17/06/16.

⁹ Cf. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

práticas espaciais, onde se formulam as táticas (um campo de batalha); como uma reivindicação genuína para uma vida melhor (o direito à cidade). Da mesma forma, a cidade encontra-se indefinidamente na zona crítica – ela está em crise e é o *locus* da crise. A cidade se desvanece na “crise da cidade”, mas também desvela a crise das mediações, a crise das esquerdas, a crise da democracia, a crise do valor, neste sentido ela é, sim, um “palco”, é o palco da tragédia do contemporâneo, pode-se dizer.

Harvey ([2003], 2015), discute as diferentes aparições da cidade de Paris no pensamento moderno do século XIX. Na literatura, com Balzac, a cidade seria um “ser senciente”, sujeito capaz de sentir e promover um saber, que revela sua pujança e sua dinâmica, algo vivo, enfim. Na *práxis*, a cidade insurgiria como um “corpo político”. Com a modernização e com a reflexão teórica a seu respeito na ciência, tornar-se-ia um “objeto”. Esta transição tem a ver com as metamorfoses da cidade no processo de industrialização, que abre alas ao *processo de urbanização*. Com a urbanização, este objeto entra em crise. Os conflitos na/da cidade representam sua própria forma-objeto sendo dissolvida. O urbano se consolidou como nova forma-objeto? A metrópole? A *sociedade urbana*? É preciso ter em conta que o objeto *cidade* é um objeto evanescente, um objeto crítico, a bem dizer.

Textualmente, expusemos o movimento da pesquisa na forma de ensaios. As questões que aparecem em cada momento se interconectam e compõem um quadro geral de temas sobre espaço, política e capitalismo. Os ensaios são apresentados na ordem cronológica de sua escrita e, por isto, representam uma espécie de espiral crescente quanto aos temas que se repetem. À medida que a pesquisa se aprofundava, as problemáticas foram ganhando maior complexidade e amadurecendo em novas formulações. Julgamos interessante que este movimento de pesquisa fosse registrado da forma como foi progressivamente produzido.

Kurz (2014) defende que a escrita em ensaios lida com a investigação em um quadro relativamente limitado, mas que tem seu valor próprio, por poder dinamicamente proporcionar “o esboço de um vasto contexto lógico e histórico”, passando em revista um amplo material de literatura, o que não poderia ser feito com o rigor metodológico de uma pesquisa monográfica. Adorno (1991) relaciona o “ensaio como forma” à proximidade do pensamento com a experiência. Lida com um pensamento que não está determinado a se cristalizar em axiomas e resultados científicos. Perante uma realidade fragmentada, o texto também se fragmenta. Isto não significa que ele não tenha objetividade ou que seja vago ou impreciso, mas que o conjunto de reflexões se coloca em caráter experimental. É uma forma de abrir um debate a partir da experiência refletida. O caráter do nosso *objeto crítico* e dinâmico exige este retorno ao “preliminar”. Por serem, eles mesmos, “ensaios de contestação”, estamos,

juntamente com o *objeto*, tateando o campo do experimental. Estamos entre o momento em que os objetos aparecem politicamente na sociedade e aquele em que a ciência os reconstrói na teoria.

O estudo de insurreições é um estudo da questão urbana como questão política. Se nos voltássemos ao esquema de Harvey, teríamos, na verdade, antes um “corpo político” a dissecar do que um “objeto”. Neste sentido, é também um estudo sobre política, mas não se trata de um “texto político”. Como Alan Badiou ([2009], 2012; p. 25) adverte: “um texto político é interno a um processo político organizado. Exprime seu pensamento, dispõe suas forças, anuncia suas iniciativas”. Não é o nosso caso. Naturalmente, a pesquisa é carregada por um envolvimento com os protestos e alguns de seus desdobramentos. As questões aqui tratadas nasceram das questões nascidas desta experiência. Porém, não é uma análise de conjuntura elaborada por/para nenhum coletivo ou organização política em particular. Tampouco visa o caminho da prática, que é permeada e indissociável das decisões no calor dos momentos. A intenção é abrir um debate com todos os interessados, a partir das questões que julgamos que este *acontecimento* deixou em aberto para os que estão na busca da utópica, mas não abandonada, “emancipação humana”.

1. POR MAIS DO QUE 20 CENTAVOS

O que levou tantas pessoas às ruas? Um caminho para descobrir isto é mapear as insatisfações dos manifestantes, entender a diversidade de pautas. O que pode surgir como motivo de revoltas de forma mais geral? A tarefa parece simples, mas neste caso não é. A caracterização destes protestos se torna um grande desafio, sobretudo por ser alvo de disputas políticas e midiáticas. A construção de uma narrativa impõe determinada interpretação e implica em desdobramentos de interesse estratégico. Primeiramente, é preciso assumir a impossibilidade de se afirmar uma pauta unificadora em escala nacional, em virtude da diversidade de grupos e indivíduos envolvidos nos protestos em diferentes cidades e mesmo em diferentes partes da cidade num mesmo dia. É possível mesmo dizer, a depender da extensão total de manifestantes em cada lugar, que há variações, formando setores dentro de uma mesma manifestação. Em segundo lugar, a sequência contínua de atos ao longo de todo o mês trouxe uma extensão temporal cheia de rupturas e de novidades. O que se pode falar do que aconteceu no dia 6 não é o mesmo do que aconteceu no dia 20, por exemplo. Pode-se falar, de forma mais adequada, em predominâncias. A intenção aqui, então, é deixar claro que houve e ainda há uma disputa política em torno de seu significado e adentrar no que, dentro desta diversidade, compõe a “questão urbana”¹⁰.

Começando pela maior parte das análises jornalísticas e acadêmicas a respeito do movimento, vemos que há um rumo comum: a afirmação de que seu início se deu em São Paulo, no dia 6 de junho, em ato organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), seguido por diversos municípios, tendo como principal mote a luta contra o aumento das tarifas do transporte público coletivo¹¹, anunciado naquele mês. A continuidade e crescimento surpreendente do número de manifestantes teria se dado, ainda de acordo com as abordagens jornalísticas, com a revolta contra a reação violenta da polícia que, por sua vez, gerou nova canalização da insatisfação geral, agora quanto à corrupção e ao ambiente político brasileiro.

André Singer (2013), por exemplo, segue essa narrativa e divide as manifestações em três fases: a primeira, entre os dias 6 e 13 de junho, com o objetivo específico de redução dos preços das passagens do transporte público e mais centradas em São Paulo; a segunda, caracterizada pela difusão de pautas, entre os dias 17 e 20 de junho, seria o auge das

¹⁰ A referência é a interjeição de Ermínia Maricato (2013): “É a questão urbana, estúpido!”.

¹¹ Seguimos aqui a opção do Movimento Passe Livre (MPL) e da campanha Tarifa Zero Belo Horizonte de manter a nomenclatura oficial, com a intenção de evidenciar o que ele se propõe ser, um “transporte público coletivo”. É importante, todavia, lembrar a terminologia de alguns críticos das políticas de transporte, que dizem ser o termo mais adequado ao que de fato existe, na verdade, o de “transporte privado de massas”.

manifestações e teria sido desencadeada pela reação à grande repressão policial do dia 13 de junho, também em São Paulo, causando grande revolta em todo o país – isto somado a novas manifestações nas cidades que receberiam jogos da Copa das Confederações contra os gastos exorbitantes com o evento; e a terceira etapa, do dia 21 até o mês de julho, consistiu, para o autor, na fragmentação em mobilizações parciais, com objetivos específicos – como protestos contra o programa Mais Médicos, reivindicações trabalhistas, protestos contra projetos de lei controversos que tramitavam na Câmara dos Deputados, etc.. Tal análise tem o mérito de lidar bem com a evidente dificuldade de se entender estes eventos como um contínuo no tempo e no espaço, com mudanças de direcionamento político e mudanças de centralidade dos eventos. Há, porém, alguns problemas. A circunscrição dos eventos apenas em junho torna difícil compreender o surgimento e permanência de várias das pautas ali presentes, bem como as continuidades e desdobramentos que algumas lutas tiveram. Há uma dificuldade também em identificar os sujeitos de cada reivindicação, o que importa para entendermos que, quando a manifestação se generaliza e pautas difusas começam a aparecer, as outras lutas que já vinham sendo construídas, com pautas consolidadas e históricas, não desaparecem.

Alguns institutos de pesquisa também traçaram panoramas gerais a respeito do perfil dos manifestantes e suas demandas. Retomemos alguns resultados no que diz respeito às razões dos protestos. O levantamento do Datafolha (2013b)¹², realizado na manifestação do dia 17 de junho no Largo da Batata, em São Paulo, aponta que, predominantemente, as pessoas estavam lá para protestar contra o aumento do preço da passagem (56%) e contra a corrupção (40%); apareceram em menores percentuais outras demandas relacionadas ao transporte, como tarifa zero e um transporte público de qualidade, e também outras razões como protesto contra a violência policial, por mais segurança, por saúde e educação, dentre outros. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)¹³ nas capitais de sete estados do país (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) no dia 20 de junho também aponta que as principais razões para a participação nas manifestações eram relacionadas ao transporte público (37,6%) e ao ambiente político (29,9%) – nesta categoria entram pautas contra a corrupção, insatisfação com os políticos em geral, contra políticos específicos como o Senador Renan Calheiros ou o Deputado Marcos Feliciano, etc.. Apareceram também, em menor percentual, os gastos com a Copa do Mundo e com a Copa das Confederações, os problemas com saúde e educação, a reação violenta da polícia às manifestações anteriores e a segurança pública. Outros motivos aparecem de forma

¹² Disponível em: <www.datafolha.com.br>. Acesso em: 26/09/15.

¹³ Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/>>. Acesso em 26/09/15

minoritária. Já em Belo Horizonte, uma enquete realizada no dia 22 pela empresa Innovare Pesquisa (2013)¹⁴ aponta que os manifestantes julgavam que os principais problemas do país eram educação (26,9%), saúde (26,9%) e corrupção (15,8%). Em outro patamar, aparecem os problemas com segurança pública (8,2%) e com o transporte público (8%).

Podemos ver que, mesmo que a pergunta de Belo Horizonte tenha sido diferente – perguntou-se quanto aos problemas do país e não quanto aos motivos de se estar ali – o transporte não aparece dentro das principais respostas, como no caso das outras pesquisas. Isto faz sentido se pensarmos no contexto da cidade, onde as passagens foram aumentadas em janeiro e pouca mobilização tinha sido lograda, ao passo que os trabalhadores da educação municipal e estadual vinham se manifestando fortemente nos meses anteriores a junho. Outra informação interessante destas estatísticas é a de que, nas cidades em que a pauta do transporte predomina, ela continuou predominando mesmo com a ascensão da pauta “contra a corrupção”; este é um dado importante que confronta a ideia geral transmitida pela grande mídia naquele momento. Todavia, os resultados destes levantamentos não são satisfatórios para compreendermos a totalidade dos protestos.

O problema é que as pesquisas foram todas realizadas a partir do dia 17 e se realizaram em apenas um dia. Mesmo que tentassem ser mais abrangentes, como no caso do IBOPE, que realizou a pesquisa em várias localidades, há uma deficiência no acompanhamento do processo como um todo e de certas particularidades. A deficiência se mostra quando vemos que, de fato, há significativas diferenças quanto aos resultados da pesquisa realizada em Belo Horizonte. Certamente, se pudéssemos acessar dados referentes a outras cidades e de outros dias, teríamos um panorama bem mais diverso. A não ser que se tome o todo pela maior manifestação, que foi a do dia 20 de junho (data da realização da pesquisa do IBOPE), com números estimados entre aproximadamente um a três milhões de pessoas, em mais de cento e quarenta cidades brasileiras.

No *Apêndice A* reconstruímos uma cronologia geral, circunscrita ao ano de 2013, com relatos selecionados do conjunto das fontes utilizadas para a realização desta pesquisa, de forma a localizar melhor as datas de eventos em diferentes cidades. As informações podem ser imprecisas, pois não houve apuração dos fatos, nos ativemos aos relatos. Porém, servem para consulta (basta buscar o dia a que nos referimos aqui) e maior detalhamento, caso se julgue necessário, além de buscar um registro mais abrangente para compor a memória das *Jornadas de Junho de 2013*.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 26/09/15.

Os motivos segundo os coletivos, movimentos sociais e outros grupos organizados

Se nos reportarmos aos registros de movimentos sociais e coletivos envolvidos nos protestos, vemos que já havia diferentes agendas de atos marcados para junho em outras cidades e um crescente de manifestações e confrontos vinha acontecendo no país há algum tempo. Ou seja, podemos ver os atos do Movimento Passe Livre (MPL) como a “fagulha que incendiou a pradaria”, mas não como o “marco zero” das manifestações contemporâneas no país, nem a questão do aumento da tarifa do transporte público como a única das questões urbanas levantadas, mesmo que predominante. O MPL de fato assumiu a convocação dos atos em São Paulo com a pauta única da redução da tarifa das passagens do transporte público, mas, desde o primeiro ato, contou com o apoio de outros coletivos, partidos e movimentos sociais:

(...) em 2013, partidos políticos como o PSOL e o PSTU e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários entraram como aliados nas manifestações, mas sem poder de decisão sobre questões cruciais como as datas dos atos, os trajetos das passeatas e a orientação da interlocução com o poder público. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 27)

Os integrantes do MPL discordam da visão de que o acontecimento teria sido um “raio em céu azul”¹⁵, pois o enxergam como parte de uma luta da entidade que vem se formando desde 2003, com os protestos autônomos de estudantes e outros indivíduos contra o aumento da passagem do transporte público em Salvador, conhecidos como “Revolta do Buzu”. Outras revoltas que ocorreram em Florianópolis em 2004 e 2005, batizadas de “Revoltas da Catraca”, conseguiram revogar o aumento das tarifas no ano de 2005 na cidade e inspiraram a formação institucionalizada do movimento, neste mesmo ano, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Deste então, o MPL atua em diversos protestos no Brasil (por meio de um pacto federativo entre coletivos locais) buscando a redução do preço da tarifa, “rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade”¹⁶.

Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa

¹⁵ Cf. POMAR, 2013.

¹⁶ O texto de descrição do Movimento, disponível em seu site nacional: <<http://www.mpl.org.br/>>, consultado em 21/11/15.

experiência concreta de luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre. (MPL- SP, 2013, p. 14)

O aumento da tarifa em 2013 ocorreu em diversas cidades brasileiras, das quais grande parte já possuía um histórico de luta contra os reajustes anuais de passagens, algumas já possuíam um debate a respeito do “Passe Livre” e outras não possuíam nenhum tipo de movimento organizado. Com este cenário, pode-se entender grande parte da sensibilização em outras cidades na luta contra o aumento¹⁷. Um elemento importante para compor o cenário pode ser relacionado à falha tática do governo federal, que pressionou algumas prefeituras, dentre elas a de São Paulo, a adiar o aumento das passagens (que tradicionalmente ocorre no mês de Janeiro, em férias estudantis amplamente desmobilizadoras) para Junho, com o intuito de não sobrepô-lo ao reajuste da inflação. Este adiamento colocou o aumento em um mês em que havia mais possibilidade de mobilização, com a cidade mais movimentada e maior atenção pública.

É preciso lembrar, porém, que no próprio ano de 2013, entre os meses de Fevereiro e Abril, um bloco heterogêneo de movimentos sociais de esquerda, organizações estudantis e coletivos de Porto Alegre, chamado “Bloco de Luta pelo Transporte Público”¹⁸, se mobilizou fortemente para o cancelamento do aumento das tarifas de ônibus nesta cidade, com manifestações grandes e frequentes mantidas por meses, e conseguiu alcançar o objetivo (no dia 4 de Abril, o aumento foi revogado). Além de Porto Alegre, na cidade de Goiânia, o Coletivo Tarifa Zero¹⁹ (federado ao Movimento Passe Livre nacional), também já realizava atos de protesto contra o aumento das tarifas na cidade desde Maio, sofrendo violenta repressão, e os protestos se estenderam até Junho, somando forças com os de São Paulo.

Ainda partindo dos registros dos movimentos sociais e coletivos, temos outras pautas importantes na gênese das manifestações. O mês de Junho de 2013 receberia a Copa das Confederações no Brasil, evento com grande visibilidade internacional e desencadeador de diversos conflitos ligados à sua preparação e realização. Esse evento está inserido em um conjunto de megaeventos esportivos sediados em várias capitais brasileiras, do qual também fazem parte a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. A euforia inicial com a recepção de tais eventos foi progressivamente revertida em revolta. Começou

¹⁷ De forma geral, diz-se nos meios de comunicação que foram mais de 100 cidades com o aumento da tarifa revogada.

¹⁸ “Bloco de Luta pelo Transporte Público – Porto Alegre”, atuante pelo menos desde 2012 (a partir de informações disponibilizadas pelo movimento na internet), coletivo discute mobilidade urbana e outras questões. Cf. <<https://www.facebook.com/BlocodeLutaPeloTransportePublico>> Acesso em: 28/09/15.

¹⁹ Cf. arquivo do site do coletivo: <<https://tarifazerogoiania.wordpress.com/>>. Acesso em: 24/09/2015.

com o Ato Olímpico, lei aprovada em 2009, seguida da Lei Geral da Copa e outros diversos dispositivos jurídicos incoerentes com os princípios constitucionais brasileiros, uma verdadeira “lei de exceção”:

O Ato Olímpico seria o primeiro de uma interminável lista de leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos administrativos de vários tipos, nos níveis municipal, estadual e federal, que instauram o que veio a ser chamado de “cidade de exceção”. Todas as isenções fiscais e tributárias são oferecidas às entidades organizadoras, mas também a uma infinidade de “cidadãos mais iguais” que não precisam pagar impostos, tributos territoriais e taxas alfandegárias. Planos diretores e outros diplomas, muitos resultantes de longos e ricos debates na sociedade, caducam em um ritmo vertiginoso diante do apetite de empreiteiras, especuladores imobiliários, capitais do setor hoteleiro e turístico e, evidentemente, patrocinadores dos megaeventos. (ANCOP, 2014, pág. 10)

Depois vieram as reformas superfaturadas de estádios e a instalação de equipamentos urbanos inconsistentes com as necessidades da cidade (esta foi a Copa do Mundo mais cara da história, tendo gastado aproximadamente 33 bilhões de reais)²⁰. Com a aprovação destes empreendimentos, iniciaram-se as construções utilizando exploração de mão de obra escrava, as prefeituras contraíram exorbitantes dívidas sem conformidade com a legislação fiscal, foram anunciadas remoções de famílias de suas casas (cerca de 250 mil pessoas foram desapropriadas ou tiveram seu direito à moradia ameaçado por obras relacionadas à Copa nas doze cidades). Depois vieram as demolições, o fechamento de comércios (exigiu-se das cidades-sede que a atividade comercial e a publicidade no entorno dos estádios e em outras áreas de interesse, como as principais vias de acesso e as áreas das *Fan Fest*, fossem controlados exclusivamente por ela e suas parceiras, deixando inúmeros vendedores ambulantes e donos de estabelecimentos comerciais sem sua fonte de renda), dentre inúmeras outras violações dos direitos humanos.

Em 2011, nas 12 cidades que sediariam a Copa do Mundo de 2014, foram criados os *Comitês Populares*²¹ para se opor às violações, abusos e ilegalidades deste processo. Desde então, foram organizados atos de protesto nas comunidades removidas bem como nos estádios em reforma, elaboração de Planos Populares alternativos às remoções (como é o caso do

²⁰ Os dados aqui apresentados todos fazem parte do Dossiê elaborado pela Articulação Nacional dos Atingidos pela Copa e Olimpíadas (ANCOP, 2014). Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>>. Acesso em: 16/06/2015.

²¹ Conforme descrição no site oficial (www.portalpopulardacopa.org.br), “os Comitês Populares Locais são resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016”. Os Comitês Populares se articulam também nacionalmente através da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP).

Plano Popular da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro e do Plano Popular da Favela da Paz, em São Paulo, por exemplo), petições públicas, processos no Ministério Público e campanhas com os parlamentares, organização de palestras, aulas públicas, e dossiês denunciando as violações de direitos humanos ocorridas no processo. Pelas mídias sociais dos comitês vemos que já em manifestações de 2012 o mote “Da Copa eu abro mão, eu quero é dinheiro pra saúde e educação!”, tão ouvido em junho de 2013, havia sido criado. Outras mobilizações já vinham se programando para aquele momento em diversas cidades. A abertura da Copa das Confederações, com o primeiro jogo, ocorreu no dia 15 de junho, em Brasília e já foi recebida com manifestações desde sua véspera. Os protestos pelo aumento da passagem já vinham se difundindo em várias cidades brasileiras, mas podemos dizer que os jogos deste evento também foram fatores desencadeadores de protestos nas cidades-sede. Além do mais, a proibição de protestos e manifestações nas áreas determinadas pela FIFA nos dias em que se realizariam os jogos (que ficaram conhecidas como “território FIFA”), só gerou, ao longo do mês, mais motivos para que pessoas fossem à rua, pela defesa do próprio direito de manifestar. Além do mais, já era esperado que o momento de ocorrência do evento fosse o ideal para canalizar esta explosão de insatisfações, não só por causa da revolta com o evento si, mas também da visibilidade global que o país recebe com a presença da imprensa de todo o mundo que viria para cobrir o evento. “Os megaeventos, daqui para a frente, serão polos conjunturais provocadores dos protestos” (ALENCAR, 2013, p. 22).

A estes questionamentos embrionários, somaram-se lutas que já vinham ganhando corpo no contexto brasileiro, como as mobilizações por moradia, em grande parte na forma de ocupações urbanas e também as greves de diferentes categorias, que desde 2012 batiam recordes de quantidade no Brasil. Em Brasília, vale lembrar, já se constituía uma sólida ocupação da Câmara dos Deputados desde Março, por parte de movimentos de mulheres, negros, LGBT²², dentre outros, em razão dos conflitos gerados pela guinada conservadora do legislativo, marcada por ameaças significativas aos direitos civis – como a posse do Deputado Marcos Feliciano na Comissão de Direitos Humanos, o debate do projeto de lei da “Cura Gay” (Projeto de Emenda Constitucional 234/11) e a aprovação em primeira instância do Estatuto do Nascituro (Projeto de Lei 478/2007). À ocupação foi somado, em Abril, o movimento indígena, em razão da mudança no Projeto de Lei de demarcação das terras indígenas. Na verdade, considera-se que em Brasília há uma contínua nova forma de

²² Adotamos a nomenclatura mais usual e assumida junto às instituições políticas, que se refere ao conjunto de ativistas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênerxs. Todavia, reconhecemos que não há unanimidade na nomenclatura e que os ativismos devam ser reconhecidos segundo sua autodesignação.

manifestação: ocupando a Câmara dos Deputados e realizando Assembleias Populares, desde 2009, quando ocorreu a ocupação da Câmara em prol do impedimento do ex-governador Arruda, e ações que a esta se seguiram e nunca cessaram²³.

A partir dos relatos que tivemos acesso das manifestações em diferentes cidades do Brasil, vemos que os contextos locais entram com peso na composição dos protestos, aumentando sua diversidade. Além disto, o país não estava “dormindo”, no que diz respeito às mobilizações sociais. Um contínuo aumento no número de greves e protestos de trabalhadores de diferentes categorias demonstra que o ano já estava carregado de conflitos.

De fato, um exame rápido nas manchetes dos principais jornais brasileiros nos dias em que antecederam as manifestações massivas nos revela um universo de protestos já bastante conhecido e usual nos últimos anos: greve de professores, passeatas dos profissionais da educação e da saúde e confronto com os PMs, conflitos com quilombolas e índios em várias regiões do país, problemas com os sem-terra no campo e sem-teto nas grandes cidades (GOHN, 2014, p. 19).

O debate político via redes virtuais também vinha demonstrando maior intensidade e um caráter amplamente reivindicativo. As petições virtuais viram um boom naquele ano de 2013²⁴. As reivindicações iam desde questões pessoais a questões políticas importantes, como a aprovação da lei da Ficha Limpa no Congresso Nacional e o veto ao novo Código Florestal. Este dado é interessante, pois anuncia que há preocupação das pessoas com as causas políticas, mesmo que elas não estivessem se mobilizando para isso fora de suas casas. A frustração quanto à falta de atendimento a várias petições que alcançaram números altos de assinaturas, como o veto ao novo Código Florestal ou as cassações de Renan Calheiros, presidente do Senado, e de Marcos Feliciano, Deputado Federal, com 1,6 milhão e 473 mil assinaturas, respectivamente, pode ser um fator que levou muitos indivíduos “indignados” às ruas quando a manifestação ganhou grandes proporções.

De toda forma, São Paulo tem alguma centralidade no decorrer dos eventos. Além da questão pontual do aumento da tarifa em vinte centavos na capital do estado, questionava-se a situação insustentável da mobilidade urbana das metrópoles brasileiras, focadas no incentivo à venda do transporte individual e na degradação crescente do transporte coletivo de massas. O integrante do MPL de São Paulo, Lucas Monteiro fala sobre esta centralidade no filme *Junho – O mês que abalou o Brasil*, dirigido por João Wainer: “São Paulo é a principal economia do país. E por isso tem muito mais atenção de tudo. Dentro do Movimento Passe Livre a gente

²³Cf. RESSURGENTES: Um filme de ação direta. Direção: Dácia Ibiapina. Brasília/DF, 2014, Filme documentário, HD, colorido, 75 minutos.

²⁴ Cf. BBC BRASIL (2013). Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb> Acesso em: 05/10/15.

sempre teve relativa clareza que, se um dia a gente fizesse uma revolta em São Paulo como fizeram em outras cidades, isso ia se espalhar pelo Brasil”.

A ascensão do conservadorismo

A ala que se convencionou a chamar popularmente de “coxinhas”, com sua pauta anti-partidos, anti-corrupção, anti-PT, etc., apareceu já na segunda metade do mês e teve uma representatividade numérica considerável nas maiores manifestações – no Brasil como um todo, os dias 19 a 21 de junho trouxeram o maior número de pessoas às ruas. Primeiramente, é importante lembrar que a presença reacionária nas ruas buscando disputar pautas de grandes manifestações não é novidade na história brasileira e não pode ser tratada como tendo unidade com os movimentos sociais que encabeçavam os protestos até então. Nas “Diretas Já”, estava o grupo que apoiou e instrumentalizou a eleição indireta de Tancredo, um passo curto demais e não propriamente democrático. No movimento dos “Caras Pintadas”, por trás do impedimento do então presidente, Fernando Collor, as pautas contra o neoliberalismo conviviam com o nacionalismo “anticorrupção”. Com o novo sindicalismo, já nasciam entidades sindicais que defendiam causas patronais, como a Força Sindical. Ou seja, não é motivo para alarde o fato de que, em uma manifestação popular de grande porte, haja reação conservadora e tentativa de apropriação. De toda forma, é crucial que relembremos com mais detalhe esta reação para entender como ela se formou no contexto de Junho, mesmo porque ela perdurou, cresceu e se autonomizou após o fim do mês, configurando o laboratório do imbróglio político que se seguiu nos anos seguintes.

Tomando como referência as convocatórias via Facebook, vemos que a maioria destes movimentos surgiu a partir do dia 17 de junho. Os movimentos mais notórios que continuaram se mobilizando, em 2015, pelo impedimento da presidenta Dilma Rouseff e com a pauta de fim da corrupção são o Vem pra Rua Brasil²⁵ – com perfil criado no dia 18 de junho de 2013 e o Movimento Brasil Livre (MBL)²⁶, com perfil criado no dia 17 de junho de 2013, inúmeros outros perfis surgiram nestas datas e datas próximas e depois se refizeram com outras pautas em 2014 e 2015. É importante frisar que alguns já existem há mais tempo, como o perfil do movimento Revoltados Online, que existe desde 2010²⁷, ou o Movimento Contra a Corrupção²⁸, que também existe desde 2010, mas viu seus seguidores se

²⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org>>.

²⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre?fref=ts>>.

²⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/revoltadosonline?fref=ts>>.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao?fref=ts>>.

multiplicarem de alguns milhares de fãs até o início de 2013 para mais de 1,4 milhão depois de Junho.

Alguns acontecimentos importantes dos dias anteriores, a partir do dia 13 de junho, nos ajudam a explicar esta aparição, sobretudo no que se refere à postura dos meios de comunicação de grande circulação. No dia 13 de junho, as manifestações de São Paulo atraíram aproximadamente 20 mil pessoas e sofreram grande repressão (amparada e inclusive demandada pelos principais meios de comunicação), com um saldo de 232 pessoas detidas e diversas feridas, dentre as quais, jornalistas. A repercussão da repressão policial trouxe grande comoção e a “opinião pública”²⁹ passou a apoiar os protestos. O fato emblemático desta virada foi a enquete feita pelo apresentador José Luiz Datena no seu programa *Brasil Urgente*, à noite, quando constata que a maior parte dos votantes se posiciona a favor dos protestos. Este foi também o momento em que a grande mídia tentou desqualificar os protestos por serem “apenas por vinte centavos”, na fala de Arnaldo Jabor em rede nacional e acabou trazendo mais visibilidade e apoio para os mesmos. Neste momento surgiu o grito do MPL: “não é por 20 centavos, é por direitos!”³⁰.

Demonstrando enorme capacidade de articulação, depois deste dia o discurso midiático realiza uma virada. Entre os dias 14 e 17, vemos surgir nas redes sociais, como Twitter e Facebook, inúmeros grupos convocando atos “contra a corrupção”, pelo próprio direito de manifestar e pela liberdade de expressão, com chamados patrióticos e nacionalistas³¹. Arnaldo Jabor, no dia 17, faz uma retratação, já tentando pautar novas demandas, como o fim da “PEC 37” (proposta de emenda constitucional que proibiria que o Ministério Público realizasse investigações autônomas), a investigação da Petrobrás e das obras públicas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o questionamento da inflação, etc.³². Da mesma forma, no dia 16, as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* fazem reportagens de capa com mudança de discurso, passando a apoiar as

²⁹ O termo aparece entre aspas ao longo de todo o texto, por acreditarmos ser uma construção imprecisa: um resultado de enquetes ou uma construção da imprensa? Difícil apurar a metodologia de todas as pesquisas de opinião para saber em que medida elas representam ou não os valores e pensamentos da sociedade que anunciam representar. Porém, não abandonamos o termo por ser um fator real de influência nos processos decisórios das mídias e governos. As aspas buscam, então, relativizar seu uso.

³⁰ Confira JUDESSNAIDER; LIMA; ORTELLADO. *A derrubada do aumento: uma narrativa política*. In: JUDESSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P., 2013.

³¹ Datam de então as primeiras aparições de chamadas como: “#ogiganteacordou”, “#mudabrasil” “vem pra janela”.

³² JABOR, 2013. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>>, consultado em 13/06/15.

manifestações, mas trazendo sua própria descrição sobre “quem são os manifestantes e o que querem”, trazendo as pautas de corrupção, criminalidade, etc.

É interessante abrir um apostro aqui para explicar melhor de onde veio esta direita com “nova roupa”. Podemos considerar que há uma miríade de sujeitos influentes nas mídias, Igrejas e redes sociais, que propagam um conjunto de ideias conservadoras. De alguns mais articulados, captamos que a meta é propagar o liberalismo econômico e um receituário moral de ideias conservadoras normativas no que diz respeito à família, sexualidade e modos de vida. Estes sujeitos e sua rede de influência foram bem descritos em estudos recentes³³, que nos mostram sua origem e desenvolvimento. Neste universo, há uma articulação importante que se relaciona diretamente com os movimentos “anticorrupção” que surgiram após junho de 2013: os Institutos e Fundações que chamamos comumente de *think tanks*. O formato dos *think tanks* não é nada novo. Podemos considerar que o “pai de todos” seja a Sociedade de Mont Pèlerin, fundada em 1947 e existente até hoje, reunindo os maiores nomes do empresariado e da intelectualidade neoliberal (Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, Friedrich Hayek, para citar apenas alguns dos mais célebres). Articulada com universidades e Fundações não estatais, a Sociedade busca desenvolver uma agenda de difusão das ideias neoliberais e ganhou respaldo na formulação de políticas e de consciências após a crise econômica de 1970.

No Brasil, o mais conhecido é o Instituto Millenium, criado em 2006, por sua inserção na mídia e por ter inúmeros membros famosos, como Carlos Aberto Sardenberg, Flávio Morgensten, Rodrigo Constantino, Ali Kamel, Merval Pereira, José Padilha, Nelson Motta e vários outros. Porém, há vários outros Institutos, Fundações e Centros de Estudos articulados sob a mesma causa. O pioneiro destes institutos no Brasil foi o Instituto Liberal, criado em 1983 pelo engenheiro civil carioca Donald Stewart Jr., então dono da empreiteira Ecisa (Engenharia Comércio e Indústria S.A.) e membro da Sociedade Mont Pèlerin. Esta entidade foi germinando e se associando a novas que se articularam em torno de um evento anual, o Fórum da Liberdade, inaugurado em 1988 e existente até hoje. Sua última edição foi patrocinada por empresas como a Gerdau, Sousa Cruz, Ipiranga e RBS (afiliada da Rede Globo). Com a exceção de institutos partidários, como o Instituto FHC, todas as organizações que compõem este Fórum (de abrangência nacional) fazem parte de uma rede, chamada Atlas Network assim descrita por Marina Amaral em sua reportagem para a Agência Pública de Notícias:

³³ As bases dos argumentos que apresentamos aqui foram buscadas em MELO, 2015; AMARAL, 2015; VIANA, 2015.

A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental. De acordo com o formulário 990, que todas as organizações filantrópicas têm de entregar ao IRS (Receita nos EUA), a receita da Atlas em 2013 foi de US\$ 11,459 milhões. Os recursos destinados para atividades fora dos Estados Unidos foram de US\$ 6,1 milhões: dos quais US\$ 2,8 milhões para a América Central e US\$ 595 mil para a América do Sul. (AMARAL, 2015, s/p).

Os novos ativistas da direita estão vinculados a estes institutos praticamente em sua totalidade. As crises econômicas são sempre momentos de novas polarizações e reativam e renovam a atuação destas entidades. Desta forma, é explicável que desde a crise de 2008 os projetos e pautas “neoconservadores” tenham ascendido internacionalmente e se acirrado como reação aos movimentos de protestos que surgem em cada país, gerando seus próprios movimentos sociais. É o caso do *Tea Party* americano, movimento social nascido de uma grande manifestação de oposição a algumas políticas sociais propostas pelo governo do presidente Obama (como a reforma do sistema de saúde, popularmente conhecida como “*Obamacare*”) em 2009 e fortemente atuante até hoje nas mobilizações da extrema direita americana. No Brasil, após a eleição de 2010 os discursos proferidos pelos membros destes Institutos Liberais em aliança com fundamentalistas neopentecostais se multiplicaram e ganharam apelo popular. Em 2013, este crescente “partido orgânico”³⁴ entendeu que era hora de reagir e aproveitar a oportunidade aberta pela insatisfação popular. A fala de Juliano Torres, diretor executivo do instituto Estudantes Pela Liberdade (EPL, versão brasileira do *Students for Liberty* americano, com um orçamento de aproximadamente R\$ 300 mil em 2015) a respeito da atuação da entidade a partir de junho de 2013, em entrevista a Marina Amaral demonstra esta “oportunidade aproveitada”:

“Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava

³⁴ Na acepção gramsciana de partido orgânico como uma entidade intelectual que não atua necessariamente por dentro da institucionalidade estatal, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e formadora da opinião pública.

procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil *likes* na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser um palestrante. E também na conferência internacional em fevereiro, ele vai ser palestrante” (AMARAL, 2015, s/p)

A possibilidade de atuar nas redes e nas ruas foi explorada e, com ajuda financeira que recebem, ganhou sofisticação (a multiplicação de perfis e “twits” contou inclusive com a reprodução via robôs, conforme demonstra Viana, 2015). Porém, não se pode dizer que estes movimentos reduzem ou “sequestram” a pauta de 2013. Foram apenas mais um elemento de disputa do quadro político que se deflagrou naquele momento. É possível, no entanto, dizer que aquele acontecimento foi o “marco zero” da crise política que se seguiria. Não se pode ignorar a tese de Luís Nassif (2016), de que a pauta da PEC 37 somada à investigação da Petrobras fosse uma articulação da emissora Rede Globo e dos grandes grupos midiáticos com o Ministério Público, para preparar terreno para desestabilização política que se seguiu com suas investigações na “Operação Lava Jato”.³⁵

Os motivos nos cartazes

Os diversos cartazes carregados nas manifestações podem ser uma boa fonte para começar a entender os porquês dos vários indivíduos que foram às ruas desvinculados de partidos políticos e de qualquer movimento politicamente organizado, muitos, inclusive, pela primeira vez na vida. Os cartazes foram uma forma encontrada de dizer o que se quer de forma individual e prática. Eram indivíduos que levavam sua pauta, sujeita à aprovação ou reprovação nas ruas. Por isto, veem-se reivindicações, mas também letras de música, trechos de poema, desenhos, expondo o que se configura como a vontade de se expressar. No *Apêndice B* desta dissertação, há uma coletânea de 226 cartazes organizada a partir de fotos e vídeos de reportagens, artigos e documentos de movimentos sociais utilizados como fontes nesta pesquisa. Os cartazes aqui reproduzidos foram aqueles feitos à mão e carregados por apenas uma pessoa, uma vez que movimentos sociais organizados também portam faixas e cartazes impressos. Dois elementos já chamam a atenção pelo visual. Primeiramente, o fato de

³⁵ NASSIF, Luiz (2016). Disponível em: < <http://jornalggn.com.br/noticia/lava-jato-tudo-comecou-em-junho-de-2013>>. Consultado em 21/06/16.

que eles trazem uma estética, de formas das letras, desenhos e cores, diferente das faixas e banners utilizados pelos coletivos e movimentos sociais, tendendo a abandonar as letras padronizadas e as cores vermelha e preta, trazendo um aspecto “colorido” para as manifestações. Segundo, seus conteúdos vêm, em grande parte dos casos, acompanhados do símbolo # - conhecido por *hashtag* nas redes sociais – que denota uma intensa articulação das pautas ali levadas com os debates prévios que se vinha fazendo na *web*. Normalmente, as *hashtags* tentam localizar a demanda em questão no cartaz num conjunto de tendência, como #vemprarua, ou #ogiganteacordou, de forma a demonstrar que se está somando a participação na rua a este ou aquele agrupamento de tópicos (o mecanismo, iniciado no Twitter para que se soubesse quais eram os assuntos mais discutidos do momento na rede, chamado de *Trending Topics*, foi difundido pela maioria das redes sociais conhecidas na internet, pode-se mesmo procurar no Google por um agrupamento de tópicos).

Julgando que os cartazes são uma boa forma de medir a participação de indivíduos não engajados em grupos organizados politicamente³⁶, é interessante notar que sua presença comprova a ruptura do dia 13 de junho. Os cartazes individuais e a “mudança de cores” da manifestação são muito mais frequentes a partir desta data, configurando a maioria dos registros que conseguimos juntar. Podemos com isto supor que a adesão em massa às manifestações está sim relacionada com a virada da “opinião pública” e com a alteração do discurso da grande mídia a seu respeito. Buscaremos, posteriormente, refletir também sobre o papel das redes sociais. Por outro lado, 14 dos cartazes que listamos questionam a alienação midiática, às vezes mostrando que “saíram do Facebook”, mas também questionando o papel da televisão na manipulação da informação sobre as manifestações e sobre a realidade brasileira, sobretudo em seu trato com o “vandalismo”.

Quanto ao conteúdo dos demais cartazes, é verdade que aparece um número considerável de cartazes contra a corrupção e contra políticos corruptos (25 cartazes do total) e contra a PEC37 (10 cartazes do total). Porém, apesar de terem aparecido nas manifestações, sobretudo no final de Junho, os cartazes contra o PT propriamente e contra a presidenta Dilma Roussef foram minoritários em nossos registros e não vimos ocorrências de cartazes contra o programa Mais Médicos ou outros, que denotariam a revolta no futuro próximo contra o governo federal. Há também um número considerável de cartazes (16 cartazes do total) que são contra o Estado, contra os partidos políticos ou reivindicadores de “direitos” e

³⁶ As pesquisas já citadas do IBOPE e Datafolha buscaram medir este contingente. Ambas mostram como a grande maioria das pessoas presentes nas manifestações analisadas participava pela primeira vez de um protesto, havia sido convocada pelas redes sociais e não era filiada a nenhum partido político ou agremiação sindical ou estudantil.

“democracia” de forma genérica. Apesar de possivelmente jogarem “água no moinho do fascismo”, por legitimar a implosão das instâncias políticas democráticas, como demonstra a preocupação de Marilena Chauí (2013a), não é possível dizer que o conteúdo destes cartazes seja em si conservador. Tanto os anarquistas, autonomistas, marxistas, quanto os *libertarians* (como gostam de ser chamados), têm o fim do Estado como constituinte de seu arcabouço ideológico e podem reivindicar as ideias gerais presentes nestes cartazes.

Aparecerem também cartazes se pronunciando contra o projeto da “Cura Gay” (7 cartazes do total), pedindo mais investimentos em saúde, educação e moradia (10 cartazes do total) e mantendo a temática do transporte público (13 cartazes do total). Tem destaque o número de cartazes que apontam a revolta contra os gastos da Copa do Mundo (28 dos cartazes), muitos também misturados com as pautas dos serviços públicos, como por exemplo “Quando meu filho ficar doente, vou levá-lo ao estádio” ou “Queremos saúde e educação Padrão FIFA”, demonstrando que as insatisfações se somam, ou seja, estes indivíduos estavam insatisfeitos com o destino dos gastos públicos e suas prioridades.

A temática da violência esteve bastante presente. Um total de 30 cartazes trouxeram o tema à tona. Grande parte destes instaurou um debate interno, “intra-cartazes”, sobre a aceitação ou não da “ação direta” como tática de protesto. A maior parte, porém, trazia frases contra a repressão da polícia e do Estado. Reivindicavam, no limite, o direito de se manifestar sem serem reprimidos.

O fato mais intrigante, porém, está na grande quantidade de cartazes que transmitem um sentimento de pura insatisfação, com o mundo ou com o Brasil – como “É tanta coisa que nem cabe no cartaz” ou com reivindicações extremamente particulares ou irônicas, como “Pelo fim do Funk no busão” (de difícil interpretação, chamamos de “Pautas Difusas” 24 dos cartazes) – e, mais, no fato de que a grande maioria dos cartazes ostentados por indivíduos em diversas cidades (49 cartazes de nossa amostra) portava mensagens auto-referenciais, ou seja, elogiosas do próprio ato de manifestar, como por exemplo: “O gigante acordou”, “Somos os filhos da revolução”, “Desculpe o transtorno, estamos mudando o país”, dentre inúmeros outros. Seria possível dizer, então, que grande parte das pessoas estava nas ruas apenas para sentir e compartilhar a *experiência* de estar nas ruas? Aponta-se aqui um fator relacionado ao tédio urbano e aos questionamentos da falta de sentido do mundo contemporâneo que são difíceis de apreender, mas acreditamos que não podem ser ignorados. Pretendemos tratar com mais detalhes deste tópico a seguir, onde consideramos que a vida no “espetáculo” é um fator gerador de tédio que leva também à revolta.

A política institucional

Por último, devemos considerar a participação dos quadros da política institucional com relação aos eventos de Junho. Mesmo que aceitemos que havia partidos e instituições desde o início apoiando os atos do MPL (PSOL, PSTU-CSP/Conlutas, PCB e outras entidades agremiadas, que acompanham manifestações populares em diversas pautas), estes não tinham o poder de organizar os protestos nem configurar lideranças. Fato curioso, inclusive: a presença destes partidos nas manifestações, desde seu início, levou a mídia hegemônica a tentar, o tempo todo, atribuir-lhes a coordenação dos protestos, o que não deu certo. Com a virada de sua posição, ela tratou de desconstruir este discurso, para evitar a simpatia da população aos partidos de “extrema esquerda” e separar os “bons” dos “maus” manifestantes. Ou seja, os apartidários dos partidários (de “extrema esquerda”) e os “vândalos” dos “pacíficos”.

A estratégia de relacionar o movimento a pequenos partidos de extrema-esquerda para desqualificá-lo sofreu uma curiosa modificação. Quase toda a cobertura da imprensa escrita até esse momento utilizava a presença do PSOL, PSTU e PCO para dizer que o movimento carecia de representatividade. No entanto, uma insólita matéria na *Folha de São Paulo* do sábado inicia a guinada que faz com que os partidos deixem de ser identificados com o movimento legítimo. A reportagem, supostamente apoiada num relatório da inteligência da polícia militar, argumenta que o PSOL estaria recrutando punks para atos de violência nos protestos. (JUDENSAIDER et. al., 2014, p. 140)

Porém, de forma geral, os sindicatos e entidades demoraram algum tempo após a intensificação das manifestações para começar a costurar uma plataforma unitária que trouxesse aos movimentos das ruas suas bandeiras. Somente no final do mês começaram a aparecer chamadas de partidos, sindicatos e movimentos sociais (MST, UNE, MTST, etc.) para um “dia nacional de lutas”, com manifestação e convocatória de greve geral, marcada para o dia 11 de julho de 2013, mas não obtiveram a mobilização esperada.

Uma reunião preparatória no dia 21 de junho mobilizou praticamente todos os partidos, sindicatos e movimentos sociais da esquerda brasileira, do PSB ao PSTU. No dia 25, as 77 organizações reunidas definiram 11 de julho como dia nacional de lutas, com paralisações em todo o país, e aprovaram uma plataforma unitária de reivindicações. As propostas que serão levadas às ruas são: 10% do PIB para educação, investimentos em saúde, redução da jornada de trabalho para quarenta horas, transporte público de qualidade, reforma agrária, fim do fator previdenciário, reforma política, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação, contra a PEC 4.330/04 (que amplia a terceirização) e contra os leilões do petróleo. (BRASILINO; GODOY; NAVARRO, 2013, s/p).

A adesão não foi muito alta. Os manifestantes de Junho em sua imensa maioria não atenderam às chamadas. Segundo a CUT, compareceram cerca de 400 mil pessoas em todo o país. Houve adesão em várias cidades do território brasileiro, porém, em número bem inferior aos dos eventos de junho. O destaque, como era de se esperar, foi em São Paulo, com cerca de 20 mil manifestantes nas ruas. Uma boa atuação destas instituições depois de Junho talvez se dê no expressivo aumento das formas de ocupações (de lotes vagos por moradia, ocupações culturais, ocupações de escolas, ocupações de centros de decisão política, dentre outros) apoiadas e muitas vezes organizados por entidades como o MTST ou a UNE.

Com a reeleição de Dilma Rousseff para o cargo da presidência em 2014, contraposta à eleição de um Congresso extremamente conservador, o processo de polarização política se acirrou e os conflitos trouxeram novas formas às entidades de esquerda no país. Aumentou o diálogo na busca da construção de uma “frente unitária das esquerdas”. Em um primeiro momento, as entidades se reuniram em torno de uma “Frente Brasil Popular”, que incluía os quadros do PT e tinha como pauta, além de uma agenda em comum na busca por direitos sociais, a luta contra o impedimento da presidenta Dilma. Por considerarem estar em uma crise política, os setores governistas majoritários desta frente, acreditavam que certas pautas não poderiam surgir, com medo de agravar a crise e fragilizar ainda mais o governo. Esta posição gerou dissidências que levaram à criação da “Frente Povo sem Medo”, congregando 30 movimentos sociais de esquerda, intelectuais e algumas celebridades. Os eixos de sustentação desta Frente são a resposta ao conservadorismo (no Congresso e no imaginário popular) e a oposição ao ajuste fiscal do governo Dilma 2015. Estas são frentes de mobilização criadas para dar quórum a movimentos e reivindicações que se alinhem à esquerda, em concordância com seus membros e podem mudar os quadros institucionais dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais nos próximos anos.

Quanto ao governo, a estratégia imediata de resposta a Junho foi a de tentar acelerar algumas medidas e reformas que ainda não tinham sido realizadas, buscando ganhar certas pautas que já estavam em disputa interna. Preocupada com a direção das manifestações, que chegaram a questionar os rumos de seu próprio governo, Dilma Rousseff se pronunciou no dia 24 de junho, propondo cinco “pactos” e uma Reforma Política através de uma constituinte exclusiva (a ser convocada por via de um plebiscito). Os pactos incluíam os temas da responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, mobilidade urbana e educação pública, que de certa forma pautaram também o plano de governo defendido nas eleições do ano seguinte. A proposta de uma “Constituinte para a Reforma Política” veio a partir de uma leitura de que a sociedade civil teria perdido a confiança nos canais institucionais de participação popular.

Porém, foi rapidamente abandonada pela presidenta após a reação negativa de diversos juristas, deputados e senadores, que alegavam ser inconstitucional tal convocatória. O grupo de entidades da base do governo, somado a outras que viam potencial em uma Reforma Política³⁷ decidiram então abraçar a causa e convocar um plebiscito popular por uma “Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”. As votações aconteceram em vários pontos do país, bem como via internet, entre os dias 1 a 7 de setembro de 2014. Apesar de não terem sido divulgadas em absoluto pela grande mídia, receberam um apoio relativamente amplo, segundo conta em seus registros, 7,5 milhões de pessoas em todo o Brasil votaram a favor da Constituinte.

Os eixos centrais da Constituinte são a reforma eleitoral (financiamento público de campanha, forma da eleição, voto em lista, etc.) e o aumento da participação de grupos sub-representados na política e de instrumentos democráticos³⁸. A constituinte não foi aceita por parte do Congresso Nacional, a partir da alegação de que não havia espaço institucional para isto e que propostas de Emendas Constitucionais que buscam uma reforma política nos moldes demandados já vinha sendo discutidas há anos pela Câmara dos Deputados. Houve, na verdade, uma reação da parte de membros da Câmara dos Deputados, que instauraram uma “contrarreforma política”, em que buscam propor projetos de lei que dizem respeito a uma reforma eleitoral em sentido oposto aos propostos pelos movimentos em prol da constituinte. O debate a respeito do financiamento de campanhas, forma de voto, composição partidária, etc., voltou então para a disputa na política institucional.

Ou seja, a famigerada “crise de representação” pode não ter sido uma causa direta das Jornadas de Junho, mas se expressou como sintoma e é certo dizer que aquelas manifestações desencadearam um longo processo de conflitos no âmbito da “grande política” no Brasil, que perdura até hoje. Para Marcos Nobre (2013) os protestos seriam uma resposta ao fenômeno que vem chamando de “blindagem política” do Estado contra as insatisfações da sociedade civil – efetuada por um pacto de governabilidade que ele chama de método “peemedebista” de governo. Com bases que remontam à redemocratização do país e à formação de um “Centrão” partidário coordenado pelo PMDB, este modo permaneceu no desenvolvimento da democracia brasileira, com seus percalços, e posteriormente com a inserção da participação da mídia e da coerção via “escândalos” a partir do governo Collor. Ao peemedebismo, o PT

³⁷ Uma lista de 510 entidades, dentre as quais sindicatos, movimentos sociais, diretórios acadêmicos, ONGs e partidos. Disponível em: <<http://www.plebiscitoconstituente.org.br/participantes>>.

³⁸ Além do site do movimento, foi lançada uma publicação em 2014 com textos de vários autores que apresentam a proposta: RIBAS, Luiz Otávio (Org.). *Constituinte Exclusiva: Um outro sistema político é possível*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

apresentou uma oposição até passar a ser o partido da situação e, sobretudo, após o escândalo do mensalão, quando consolidou uma nova forma do peemedebismo, já ensaiada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que o antecedeu: a da constituição de “supermaiorias” parlamentares que tratam de garantir uma ampla base aliada nas cadeiras do Congresso por parte do partido vencedor, em busca de “governabilidade”. O autor acredita que este modelo paralisou a busca pela democracia e engendrou uma perda de identificação completa da sociedade civil com o sistema político. As revoltas de junho mostram que a articulação partidária da política não corresponde mais aos anseios da população, que acabam rejeitando a política como um todo.

Uma juventude que cresceu vendo uma política de acordos de bastidores, em que figuras políticas adversárias se acertam sempre em um grande e único condomínio de poder, não tem modelos em que basear uma posição própria, a não ser o da rejeição em bloco da política. (NOBRE, 2013, p. 139)

Esta rejeição em bloco é, para o autor, uma consequência previsível de uma deficiência na formação política democrática efetiva na história do país, uma vez que os movimentos organizados da sociedade civil foram sendo progressivamente minados da possibilidade de participação concreta na política oficial. Da mesma forma, o claro apagamento das divisões ideológicas partidárias, promovido na gestão do PT ao se tornar o *establishment*, apenas aprofundou mais o abismo da via política. “O que se vê nas ruas vem exigir novas polarizações” (Op. Cit., p. 185), afirmação que se mostrou acertada se considerarmos, novamente, a realidade política que se desdobrou após as eleições de 2014 no país.

As explicações de esgotamento da política dizem, então, que faliu a forma geral do “pacto”. A profusão de pactos entre Estado, povo e patronato se mostra como um paradoxo que encontra seu limite. Pode-se dizer que o governo do PT, ao longo dos anos, apostou suas fichas nesta forma do “pacto”, crendo ser possível substituir as contradições típicas e geradoras de conflitos em nossa sociedade de classes por uma lógica da negociação. A interpretação das *Jornadas de Junho* como uma demonstração do limite deste paradoxo é plausível e aponta para um horizonte turbulento, uma vez que a questão não foi resolvida, como aponta Paulo Arantes:

O pacto está ruindo e a presidenta está propondo uma reedição desse mesmo pacto: reinserir todos dentro do Estado, os sem terra, o agronegócio, o violador dos direitos humanos, a defensoria dos direitos humanos, etc... Esse pacto explodiu agora, e é preciso restabelecer o nexó político perdido que, para mim, está no sofrimento social. (ARANTES, 2013, s/p)

Existe outro conjunto de explicações que enxergam o acontecimento como parte de um contexto maior, que diz respeito a uma crise global. De acordo com estes, há uma rejeição generalizada à democracia representativa e à forma “partido”, que se faz notar em todas as manifestações pelo mundo, em maior ou menor grau. Isto não seria necessariamente ruim ou conservador, mas demonstraria que uma mudança na forma de governar se faz necessária e que é *mister* buscar, com esta rejeição, formas de garantir maior participação e poder de decisão da sociedade civil.

Entender os protestos como expressão de uma crise representação é possível, mas nos leva a questões ainda sem resolução. É contraditório falar em crise de representação quando os índices de aprovação do governo executivo federal eram altos, do estado e da prefeitura de São Paulo também, por exemplo. Além do mais, Dilma foi reeleita, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foi reeleito, a maioria dos estados votou pela continuidade. Foi votado o Congresso mais conservador dos últimos anos. Como pensar essa questão? Uma crise inconsciente de representação? Uma questão mais abstrata? Talvez a alta quantidade de votos nulos, brancos e pessoas que não votaram e o alto índice de reprovação das instituições brasileiras possam ajudar neste sentido. Também é preciso entender que o perfil dos manifestantes não representa de fato a maioria da população brasileira, o que torna este tipo de análise mais complexa³⁹.

O objetivo de toda esta digressão foi mostrar as múltiplas lentes pelas quais se pode ver o evento e como a disputa sobre sua história ainda é acirrada. Será que este acontecimento foi, então, uma “soma das partes” que dificilmente constitui um todo coeso? Do ponto de vista do fenômeno em si, sim. Expomos as particularidades para demonstrar a pobreza relativa de qualquer generalização. Porém, metodologicamente, buscamos uma totalidade que sirva como chave de compreensão na construção de um todo coeso no plano teórico. A busca por este todo parte do pressuposto de que certas generalizações são possíveis a partir das questões que foram abertas, das contradições expostas quando se pensa neste acontecimento localizado em um processo social. A exposição dos diversos motivos de protesto permite-nos auferir as formas gerais em que a precária vida na cidade aparece como causadora de revoltas. A partir de agora, poderemos aprofundar estas questões no âmbito teórico e tentar tirar delas algumas hipóteses a respeito do processo social de urbanização da sociedade.

³⁹ De toda forma, estas hipóteses de esgotamento da política possuem um viés sociológico no qual não poderemos nos aprofundar, apenas apontar como ela se relaciona teoricamente com a questão mais ampla da crise de sociabilidade no capitalismo.

2. MAS POR QUE NO BRASIL, E AGORA?

O maior motivo da perplexidade quanto aos protestos foi o fato de que, de forma geral, analistas financeiros, políticos, economistas e jornalistas declaravam que o país estava indo “muito bem, obrigado”, sem motivos para grandes revoltas. Não era um país que estava na rota de superação de todos estes problemas denunciados nas ruas? A resposta, nada simples e aparentemente contraditória é: não! Um agrupamento possível das insatisfações ali presentes dizia respeito ao precário modo de vida nas cidades brasileiras. Cada uma das pautas se manifesta como uma luta separada, uma insatisfação em específico, mas não é estranho que elas apareçam lado a lado em protestos de massa. A questão é que elas carregam uma intrínseca transversalidade, são elementos da vida cotidiana na cidade. Fala-se de uma crise⁴⁰ da cidade que transborda do cotidiano das pessoas, que se torna insuportável – com a falta de estruturas satisfatórias de transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, iluminação pública, coleta de lixo, segurança, abastecimento de água, com a violência policial, a segregação espacial, a falta de representatividade política (elemento primordial da cidadania), a elitização dos lugares, etc.. Enfim, uma vida cheia de “catracas”, que irrompe em protestos na rua. Vivemos, no Brasil, um verdadeiro “inferno urbano”⁴¹. A questão da tarifa é a ponta do iceberg do problema da mobilidade nas metrópoles brasileiras que se tornou generalizado. O tema dos megaeventos também evidencia a agenda, já corrente, de desapropriações e processos violentos de requalificações urbanas – além dos gastos exorbitantes em obras que estão longe de ser prioritárias para a população. O que tentaremos demonstrar é que este aparente paradoxo entre o bom desenvolvimento da economia brasileira de então e a precarização da vida cotidiana urbana, na verdade, está relacionado e tem sua razão de ser.

Raquel Rolnik nota esta contradição entre a política inclusiva de governo da última década e a precariedade da vida urbana, e considera que sua causa está na “coalizão pelo crescimento” realizada na gestão petista, que articula estratégias keynesianas em escala nacional, com neoliberais em escala municipal.

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para

⁴⁰ O termo crise dialoga aqui com as ideias de Ermínia Maricato (2013), que diz vivermos uma “crise urbana”. Ao longo do texto, pretendemos lidar melhor com o conceito de crise e a sua relação com o urbano.

⁴¹ Como constata Chauí (2013a) a respeito dos motivos que iniciaram os protestos, sobretudo em São Paulo.

facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical. (ROLNIK, 2013, p. 9)

Já Chico Alencar (2013) fala em “social-liberalismo à base de patrimonialismo, clientelismo e corrupção” (ALENCAR, 2013, p. 34). Para o autor, a ascensão ao consumo é incerta, pois calcada em um crescente endividamento enquanto, na esfera macroeconômica, o contexto é de “liberalização, privatização, desregulação, dominância do capital financeiro, subordinação e vulnerabilidade externa estrutural”. Ou seja, há preservação dos interesses dos grandes capitalistas e tentativa de compactuá-los com uma nova espécie de política social. O famoso “pacto”. “Assim, as políticas públicas efetivamente distributivas, como as de saúde, educação e transporte coletivo, sofrem de crônica precariedade e só se ampliam, restritamente, na dimensão das concessões privatistas” (Op. Cit., p. 34).

Ermínia Maricato (2013), amparada pela crítica da economia política do espaço, reconhece que há uma contradição inexorável que surge do caráter duplo da cidade: por um lado, ela é o lugar da reprodução da força de trabalho, e a forma como se realiza esta reprodução faz a diferença no cotidiano dos cidadãos, ou seja, são exigidas políticas públicas, gastos sociais e planejamento voltado às necessidades da população; por outro lado, a cidade é também um produto e um negócio para os capitais que investem em sua produção e requerem com isto lucros, juros e rendas. A questão é que a apropriação do espaço da cidade é desigual e as localizações têm preço – que por sua vez, segundo Carlos Martins (2013), aumenta exponencialmente no Brasil: no período entre 2008 e 2013, contra uma inflação de 34%, o preço dos aluguéis e do metro quadrado residencial se elevaram em 130% e 212%, respectivamente, no Rio de Janeiro, e 87% e 171% em São Paulo. Considerando o período mais amplo, desde 1994, os preços dos transportes públicos em São Paulo se elevaram em 430% (metrô) e 540% (ônibus), contra 332% de inflação. Há então a subordinação da reprodução da vida à reprodução do capital. Este duplo e desigual caráter gera uma disputa em sua base, que serve como pano de fundo de todo conflito urbano, a cidade dos negócios dificilmente é a cidade desejada por seus habitantes. Exploramos mais deste conflito a seguir, dialogando com outros autores indispensáveis a este debate. Por ora, cabe notar que, tendo esta contradição como base fundante da urbanização capitalista, a autora afirma que, no Brasil especificamente, a vida nas cidades piorou muito na última década, as contradições se acirraram e “bateram no teto”, despertando esta enorme revolta. Ela traça um percurso histórico, no qual considera que as cidades brasileiras carregam uma “herança pesada” por sermos um país na “periferia do capitalismo”, porém, que houve uma longa construção, desde

os anos 1980, a partir de lutas da sociedade civil organizada, de uma nova política urbana, com conquistas reais de direitos, um momento de esperança de mudança.

Maricato se lamenta de que, no contexto da crise de 2008, porém, esta agenda progressista de Reforma Urbana teria sido modificada em prol dos Planos de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida, modelos que a autora julga voltados aos interesses do grande capital, com desoneração fiscal e parcerias com bancos e empresários dos setores imobiliário, de transportes, dentre outros. “A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos” (MARICATO, 2013, p. 24). Ela julga ainda que haja uma “lógica entre legislação urbana, serviços públicos urbanos (terceirizados ou não), obras de infraestrutura e financiamento de campanhas eleitorais” (Op. Cit., p. 19). Nas condições descritas, o sistema caminha inexoravelmente para uma concentração da renda e também concentração espacial e populacional, e para a manutenção da propriedade e do poder e, neste sentido, as políticas estatais redistributivas não abalaram as verdadeiras bases desta desigualdade originária. A análise de Ermínia Maricato é importante por atentar para o fato de que nossas cidades não iam nada bem e que estas condições precárias de vida são um barril de pólvora para a revolta social. Porém, seus escritos deixam a entender que a questão se refere a expressões econômicas de uma determinação política. A “solução” para esta crise passaria pelo acirramento das lutas entre capital e trabalho, que assegurariam uma “reforma política”, extinguindo o financiamento de campanha e a imposição dos interesses do “capital imobiliário” na reprodução da cidade. Por isto a autora soa saudosa dos tempos em que as lutas populares (das quais ela participou), conquistaram direitos e formularam boas políticas. Sem dúvida, isto seria um grande conquista. Porém, existem questões econômicas estruturais que estão por traz desta “traição” do governo brasileiro às causas da política urbana justa e realmente distributiva.

Há aqui dois elementos a serem problematizados. Primeiramente, o histórico da chamada Reforma Urbana; inegavelmente um avanço democrático no país, porém não tão romântico. Inserida no complexo processo de redemocratização pós-ditadura, esta luta e suas conquistas são imbuídas de um grande conflito pelas novas estruturas de poder que se instaurariam desde então e, é certo dizer, nunca se pretendeu revolucionária. Pedro Arantes (2013) nos mostra, através do histórico deste “projeto democrático-popular”, que o Minha Casa Minha Vida, as Parcerias Público-Privadas e outros instrumentos financeiros de intervenção nas cidades, que se diz serem “traição”, são, na verdade, o “ponto de chegada” da política que veio sendo construída desde os anos 1990. O primeiro indício disto é o fato de

que, mesmo nos momentos de disputa mais ferrenha por um projeto realmente popular de Reforma Urbana, a propriedade privada não foi questionada e combatida, mas vista como algo que deveria ser regulado e distribuído a todos. Para além deste elemento – garantia à comunidade internacional (e às elites nacionais) que o Brasil democrático se mantinha uma nação capitalista – a inserção do mercado neste projeto foi se dando de forma gradual na construção da lei.

É possível reconhecer um movimento de capitulação paralelo, na base e nas lideranças, em questões decisivas da Reforma Urbana. Na base, como mencionamos, era estimulado o sentimento pró casa própria e o direito à moradia como direito à propriedade. Na cúpula do movimento disseminava-se posição similar, a favor do sistema: convencer o capital imobiliário a atender os mais pobres e não apenas o topo da pirâmide social brasileira. Assim, adubavam-se as sementes que promoveriam a inversão de sentido da nossa Reforma Urbana: a naturalização da propriedade privada e a aliança com o capital para ampliar o mercado e “incluir” a classe trabalhadora na sua máquina de (des)fazer cidade. Os pobres deveriam parar de autoconstruir a moradia ou fazer mutirão, meios arcaicos de se produzir habitação no mundo da mercadoria, para tornarem-se compradores, a prazo e com certo subsídio, da mercadoria-moradia. As bases estavam lançadas: o projeto democrático-popular propunha uma aliança de classes por uma Reforma Urbana sem conflitos e com “mercado para todos” (ARANTES, Pedro, 2013, s/p).

De acordo com o autor, já nos anos 1990 buscavam-se, com consultores do Banco Mundial, BID e institutos norte-americanos, modelos de gestão urbana e já se defendiam os mecanismos legais de privatização da cidade, como as operações urbanas, as concessões urbanísticas, a venda de certificados de potencial construtivo adicional, as parcerias público-privadas, a atração de megaeventos. O que pretendemos aqui, com este questionamento, não é dizer que a luta pela Reforma Urbana, o Estatuto da Cidade, a criação do Ministério das Cidades são desimportantes ou “neoliberais” em sua raiz. É inegável que eles representam um avanço e até hoje devem ser reivindicados nas lutas sociais, mas consideramos que estes são, desde o início, objeto de disputa institucional acirrada em um país onde o projeto privatista se impõe nos interstícios.

A segunda problemática, que diz respeito à inserção brasileira na economia global, é o seguimento da cartilha do “não há alternativa”. O *boom* imobiliário e o *boom* automobilístico, a realização de grandes obras de infraestrutura, a atração de eventos de grande porte e de investidores para a gestão das cidades são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do governo federal e não há conflito nenhum, do ponto de vista econômico, com o fato de que todas estas medidas aumentam a precariedade da vida das pessoas que vivem

nestes espaços. Para os gestores, é só acertar um pouco melhor a “questão social” depois que o crescimento for atingido.

Vainer (2013) vê nas diretrizes neoliberais – regidas sob a égide do Consenso de Washington – das últimas décadas e nas suas repercussões sobre o papel da cidade para o processo de acumulação capitalista o motivo dos protestos. Para o autor, os cânones do liberalismo econômico garantiram que se abandonasse a metodologia do “planejamento urbano compreensivo”⁴² – com o Estado centralizador das ações do planejamento – para instaurar o planejamento orientado para/pelo mercado, na forma do “planejamento estratégico” – flexível e célere, com recuo do Estado e a entrada na iniciativa privada – instaurando a “cidade de exceção e a democracia direta do capital”. O planejamento estratégico ressignifica a forma da cidade, influenciado pela ação de diferentes capitais (coordenadas por agências internacionais, como Banco Mundial, OCDE, ONU Habitat, etc.). Este modelo de transformação do planejamento urbano em planejamento empresarial foi inaugurado por urbanistas catalães, tendo como laboratório a cidade de Barcelona (não é coincidência aqui o contexto da reformulação da cidade para receber as Olimpíadas). As cidades devem ser atraentes para o investimento de capital, de tecnologia e para a força de trabalho qualificada, além de competitivas no preço e na qualidade dos serviços. Desta forma, a cidade se torna, ao mesmo tempo, uma *empresa*, uma *mercadoria*, e uma *pátria* (VAINER, 2000). A cidade é uma mercadoria na medida em que é necessário “vender a cidade”, num mercado extremamente competitivo. Criam-se atrativos turísticos de acordo com a vocação da mesma, revitalizam-se áreas estratégicas para o consumo e o convívio (“seguras e atrativas”), eventos de escopo nacional e internacional são realizados, elabora-se um *marketing urbano* que transforma a cidade em um objeto de luxo. A cidade é uma empresa na medida em que, por ser um espaço de investimento, deve ser *gerida, administrada*. As novas medidas de planejamento ignoram a cidadania, o espaço público e os direitos sociais da população. São concebidas para se colocar em concorrência umas com as outras e atrair capital através de guerra fiscal, da troca da regulação pelas negociações caso a caso, de instrumentos de exceção na legislação vigente. A *polis* vira então a *city*, pois a política atrasa o retorno dos investimentos, é necessária uma forma mais “eficiente”, um “urbanismo *ad hoc*”. A nova figura gerencial que ganha espaço aqui, naturalmente, é a iniciativa privada. A cidade empresa é a cidade das Parcerias Público-Privadas.

⁴² Esta expressão é uma tradução que julgamos equivocada do inglês *Comprehensive Planning*, que na verdade carrega o sentido de “extensivo” ou “abrangente”, expressões mais adequadas do que “compreensivo”, devido às outras acepções desta palavra na língua portuguesa.

Não é coincidência que a realização de megaeventos internacionais, um dos melhores exemplos deste tipo de “empresariamento” da cidade, seja o pano de fundo dos protestos no país. Para serem “escolhidas” por este grande consórcio de investidores, as cidades tiveram que se adequar rápido aos seus desejos. Os capitais aí investidos são uma imbricação multiescalar que beneficiaria grandes conglomerados multinacionais bem como grandes empresas nacionais, com altos lucros. Para a população fica apenas a falsa promessa, facilmente desmascarada no decorrer dos preparativos para o evento. A cidade exceção se faz ver no cumprimento da “Lei Geral da Copa”, que infringe várias regras já estabelecidas na legislação brasileira, para além da própria legislação urbanística: cria um regime diferenciado de contratação, exceções à lei de responsabilidade fiscal, isenções tributárias para hotéis, favores fiscais de vários tipos, territórios proibidos à circulação e ao comércio locais, dentre inúmeras outras contravenções. A cidade ilegal se instaura como forma de existência da cidade, as regras democráticas parecem funcionar normalmente, mas os processos decisórios passam por outros sujeitos. É o que Vainer chama de “democracia direta do capital”. Neste sentido, o pesquisador aponta que certos poderes econômicos se impõem sobre decisões políticas, mesmo que o regime se mantenha aparentemente democrático e os instrumentos participativos continuem previstos por lei, como uma espécie de simulacro. Enfim, o debate sobre o modelo econômico brasileiro da última década se imiscui ao debate sobre o modelo político. Este contexto trouxe à escala da cidade uma nova realidade, na qual é preciso levar em conta seu empresariamento, o investimento exorbitante em grandes eventos em detrimento de melhorias sociais, a especulação imobiliária e a opção pelo modelo das parcerias público-privadas em regimes especiais de acumulação. Também é importante dizer que a ruptura com o planejamento centralizador, na prática, não abre mão da intervenção estatal, apenas faz com que ela dependa das decisões de investidores privados, e seja voltada para o mercado. Não entraremos na discussão a respeito do nome a dar ao modo de gestão das últimas décadas no Brasil (usamos até agora indistintamente, seguindo cada autor, os termos “social-liberalismo”, “coalizão keynesiana-liberal”, “neoliberalismo” e sabemos existirem outros, como “lulismo”, etc.). Optamos pelo “termo invólucro”⁴³ *neoliberalismo* para caracterizar este novo modelo de um “Estado gerencial que adapta a sociedade ao mercado” (WACQUANT, 2012, p. 509).

⁴³ A referência é Loïc Wacquant (2012) que, em debate com a economia neoclássica, com teóricos marxistas e com teóricos foucaultianos, conceitua o neoliberalismo como um meio termo entre uma ideologia econômica e uma racionalidade política adaptável que se insinua em todas as esferas da vida. Para o autor, o crucial a reter é o significado do “*neo*” no termo, a saber: “a reengenharia e a reestruturação do *Estado* como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante” (WACQUANT, 2012, p. 507).

É importante frisar que tais medidas não são as más opções feitas por uma má gestão urbana particular, mas as soluções que melhor se adequam à reprodução das relações sociais do capitalismo globalizado. Não há motivos para sermos saudosos dos tempos dos “anos dourados do capitalismo”, até porque aqui na “periferia do capital”, não chegamos a conhecer a socialdemocracia. Como bem lembra Francisco de Oliveira, no Brasil, o “desmanche” do Estado de Bem-Estar Social chegou antes dele se consolidar, “é o desmanche do simulacro do Estado de Bem-Estar” (OLIVERIA, 2001, p. 16). No Brasil, o projeto neoliberal já é tentado no começo da estabilização política, com a ruptura com o chamado *nacional-desenvolvimentismo*, o projeto econômico vigente no período da ditadura brasileira.

O desconforto deste convívio de uma era de hegemonia cultural e política de centro-esquerda, democrático-popular, com a manutenção de um regime econômico neoliberal foi amenizado através do “arranjo político da nova república”, como nos mostra Leonardo Avritzer (2016)⁴⁴. Este pacto, que, devido à estreiteza da experiência atribuímos exclusivamente ao PT, vem sendo construído “aos trancos e barrancos” desde o processo de redemocratização, tendo, na verdade, o PMDB como fiel da balança, sobretudo no âmbito legislativo, e com “um equilíbrio entre um executivo ativo e um judiciário com fortes prerrogativas”. Desta forma, havia uma contenção das forças políticas oligárquicas (e prejudiciais ao pleno desenvolvimento do capitalismo, pode-se dizer sob certos ângulos) e um direcionamento centrista às políticas do país, que permitiram a lenta implantação de uma espécie de “neoliberalismo *soft*”, como dizem alguns, que aparentemente demonstrou ter chegado ao seu limite em 2013.

O que saiu da constituinte [de 1988] foi um pacto centrista com elementos de conservação da ordem compatibilizados com elementos progressistas especialmente no campo dos direitos sociais. Esse acordo continuou valendo entre 1994 e 2016 e apenas se desfez nos últimos três anos, de 2013 para cá. Desde, então, o PMDB deixou de fazer parte de uma agenda centrista e, com isso, não há mais por parte das elites a temporização com uma política expansionista do estado. Pelo contrário, tivemos a re-organização de uma direita conservadora no Brasil que se aliou ao PMDB. Ainda no dia 12 de maio [de 2016] foram extintos todos os ministérios da área de direitos, mulheres, igualdade racial e da agenda progressista da Constituinte, como o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. (AVRITZER, 2016, s/p)

Claro, há nuances e descontinuidades neste processo. Após o impedimento do ex-presidente Fernando Collor, com Itamar Franco assumindo e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, passam a se aplicar os programas do Consenso de Washington, porém,

⁴⁴ Neste artigo, o cientista político busca compreender a crise política de 2016 e infere que o momento que vivemos é o fim da nova república.

este vê desafios quanto a ser aplicado em sua forma plena. A crise asiática de 1998 gerou instabilidade e os problemas sociais desencadeados pela agenda neoliberal fizeram crescer a oposição de esquerda na América Latina. A eleição de Lula para presidente está neste íterim. Porém, já naquele momento, Leda Paulani (2003) alegava que o governo Lula não fugiria da cartilha neoliberal aplicada pelo presidente que o antecedeu, em virtude da força hegemônica do mote “*There Is No Alternative*” (conhecido como TINA) pronunciado por Margareth Thatcher na construção de sua nova política econômica. Este mote nos domina, ao dizer ao mundo que existe apenas uma macroeconomia correta, com certificação científica. A cartilha só pode mudar em pequenos ajustes microeconômicos, mas, para manter a “credibilidade” perante o mercado capitalista global, qualquer presidente deve atuar como um bom gestor e atrelar a política econômica a metas fiscais, inflacionárias, política cambial regulada pelo mercado e abertura para o capital financeiro. Os problemas que isto acarreta no modo de vida da população passam a ser do âmbito da “questão social” – no caso petista, de acordo com a autora, questão de formular boas políticas de “justiça social” – como se estas duas esferas fossem descoladas e algumas políticas públicas pudessem resolver o abismo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano.

Depois deste panorama, voltemo-nos ao aparente paradoxo da convivência entre o projeto democrático-popular e a gestão neoliberal. Arriscamos aqui a hipótese de que o desconforto tenha a ver com uma frustração de expectativa da esquerda brasileira. Considerando, primeiramente, que a instauração do capitalismo no Brasil é fruto de um “desenvolvimento desigual e combinado”, sua formação nacional se constituiu como “periférica”, mas sob a égide do progresso. Ou seja, a nação se coloca no capitalismo global como subdesenvolvida, mas, numa visão evolucionista da história, imagina-se “em desenvolvimento”. Pode-se fazer um passeio pela teoria social brasileira e concluir que esta se pauta em um “paradigma da formação”⁴⁵, segundo o qual a nação deveria se modernizar e tornar-se desenvolvida. Esse projeto foi partilhado amplamente pela esquerda brasileira, culturalmente “modernista”, politicamente “progressista”, economicamente “desenvolvimentista”. As frustrações começam quando se constata que o projeto “nacional-desenvolvimentista” é levado à frente por governos autoritários e por meio de uma combinação do moderno com o arcaico⁴⁶, sendo este último a expressão da manutenção da pobreza no processo de modernização. Ainda assim, até o período da ditadura militar de 1964,

⁴⁵ Veja, por exemplo, o resgate feito por NOBRE (2012) e debatido por QUERIDO (2013).

⁴⁶ Problema colocado por OLIVEIRA (1981), quando entende que não se tratava de superar o arcaico rumo ao moderno no Brasil, mas de se inserir economicamente no capitalismo através da produtiva simbiose entre os dois.

acreditava-se ser possível tomar as rédeas do “nacional-desenvolvimentismo”, trazendo-o para um governo democrático, e recriar os vínculos entre modernização e justiça social. Com o esgotamento da ditadura nasce uma esperança e a possibilidade de ampliação da participação popular e dos instrumentos democráticos por um lado, mas a uma economia que já estava inserida num quadro global de esgotamento do modelo desenvolvimentista, por outro. Não havia mais, concretamente, a possibilidade de alimentar a indústria nacional, com a formação de um proletariado como força política revolucionária e de redistribuição dos frutos do crescimento econômico. O projeto de modernização, tão caro a nossa esquerda, já se via às voltas com a Terceira Revolução Industrial e com a reconfiguração do mundo do trabalho e do capital. O “ornitorrinco”⁴⁷, que formamos na articulação confusa do que há de mais avançado (como gestão financeira e agronegócio tecnológico) com o mais atrasado (como trabalho escravo e desigualdade social), é a culminância de nossa evolução. A desilusão teve a ver com o fato de que não foi possível perceber que o processo político de democratização corre em paralelo com o processo de inserção da nação no sistema financeirizado mundial. Nos anos 1970, o crescimento movido pela permanente expansão da exploração da força de trabalho encontrou seu limite. A crise que este limite desencadeia é a mesma que se estende até hoje. O neoliberalismo é o modelo do “desmanche”⁴⁸ à escala mundial e, neste modelo, o Brasil deixa de ser “subdesenvolvido”, e passa a ser um *global player*.

⁴⁷ OLIVEIRA ([2003], 2013).

⁴⁸ OLIVEIRA; RIZEK (2007).

3. QUESTÕES SUBTERRÂNEAS

*Que esfinge de cimento e alumínio arrebitou
seus crânios e devorou seus cérebros
e a imaginação?
(...)*

*Moloch cuja mente é pura maquinaria! Moloch cujo
sangue é dinheiro circulante! Moloch cujos dedos
são dez exércitos! Moloch cujo tórax
é um dínamo canibal! Moloch cuja orelha é uma
cova fumegante!
(...)*

*Moloch! Moloch! Apartamentos robôs! subúrbios
invisíveis! tesouros esqueléticos! capitais
cegas! indústrias possessoras! hospícios invencíveis!
caralhos de granito! bombas monstruosas!*

*Eles quebraram as costas erguendo Moloch ao céu!
Calçadas, árvores, rádios, toneladas! erguendo
a cidade para o céu que existe e está
em todos os lugares sobre nós!
(Allen Ginsberg – Uivo)⁴⁹*

Enfim – sem dúvida, a simbiose cidade-Estado-capital apontada nas críticas ao modelo neoliberal de planejamento e gestão urbanos está no cerne dos problemas, mas defendemos aqui que a questão é mais ampla. A ênfase no neoliberalismo e na mudança de tom da gestão do capital após a década de 1970 gera os saudosos defensores dos dias áureos da socialdemocracia. Mas, na verdade, a problemática se encontra em uma continuidade do mesmo sistema que se reproduz há pelo menos dois séculos. O que assistimos agora é o agravamento das contradições nas esferas da produção, circulação e consumo, ou melhor, das implicações do capitalismo na produção e reprodução do espaço urbano.

Se considerarmos o rigor do termo “urbano” na obra de Lefebvre, não podemos falar em “crise urbana”, uma vez que ele já se refere a este momento crítico da sociedade como “a realidade urbana” (LEFEBVRE [1970], 2008). Voltemo-nos a algumas definições para balizar os termos que passaremos a utilizar agora. A gênese da “sociedade urbana” se dá a partir da crise da cidade, engendrada pelo processo de industrialização e ultrapassando-o. Importante salientar que a sociedade urbana é um objeto virtual, ou seja, um objeto possível, não realizado, que tentamos apreender e alcançar a partir da compreensão do *processo* em curso de sua gestação. A cidade incorpora em sua estrutura a contradição, intrínseca ao capitalismo,

⁴⁹ GINSBERG, Allen. *Uivo*. Ilustrado por Eric Drooker. Tradução de Luis Dolhnikoff. Rio de Janeiro: Editora Globo, [1956] 2015. Na nota de tradução: “Moloch é o nome pelo qual a Bíblia hebraica, ou Velho Testamento, se refere a uma divindade do antigo Oriente Médio, não registrada nos achados arqueológicos. Apesar disso, o Moloch bíblico possui muitas características em comum com o historicamente conhecido deus Baal dos fenícios, ao qual recém-nascidos eram sacrificados no fogo, principalmente, em épocas de crise. Ele é descrito como um homem com cabeça de touro, em cujo ventre arde uma chama”.

entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A urbanização é o movimento dialético desta contradição, a busca incessante por enquadrar as relações sociais de produção no *momentum* do desenvolvimento (ampliado e cumulativo) das forças produtivas. Lefebvre, quando apresenta o espaço urbano no cerne da sobrevivência do capitalismo, nos deixa entender, em outros termos, que nele se faz o “ajuste” das relações de produção, de forma a impedir o colapso do capitalismo.

Este movimento é, em si, contraditório, causando o estilhaçamento (“implosão-explosão”) da cidade e levando-a a uma “fase crítica”. Seu corolário é justamente a expansão do *fenômeno urbano*, para além de extensão e de espaço de reprodução da vida, tornando-se uma força produtiva por si só e suplantando a própria industrialização. Dito em outros termos, além de servir para a reprodução das relações sociais de mercado – através da despossessão, por um lado, e da incorporação da vida cotidiana ao universo da mercadoria e do consumo, por outro – a cidade é também um fator produtivo, crucial na extração e distribuição da mais-valia social. Para Lefebvre, uma coisa é certa, o espaço urbano é a centralidade e a tendência deste processo. Nesse ponto, então, paramos de falar em “caos urbano” e “crise da cidade” como problemas pontuais e relacionados a formas estanques.

Para Harvey (2014), o mal-estar gerador de protestos é de fato relacionado ao capitalismo e suas crises e os recentes levantes em todo o mundo são, sobretudo, manifestações de um descontentamento que se alastra pelo sistema de redes urbanas com facilidade. Em suas devidas proporções, a “luta de classes de base urbana” se estendeu a vários países em 1848, em 1871, em 1968, em 1999, dentre outras, e não seria diferente no momento atual. O espaço urbano não aparece aqui fortuitamente, meramente como o palco destas insurreições; ele é, na verdade, um elemento chave do conflito que está posto e que se generaliza. A urbanização, sendo um processo essencial para manter a acumulação capitalista em seu curso, faz com que a cidade incorpore as contradições e conflitos deste regime de acumulação. A produção de moradias, as obras de infraestrutura e os tipos de equipamentos urbanos a serem construídos passam a servir como realocação de capitais excedentes e, ao mesmo tempo, como expansão da demanda efetiva de determinadas mercadorias e como acelerador de sua circulação, retroalimentando o ciclo da circulação ampliada do capital.

Falar em “produção”, porém, ultrapassa o sentido da construção civil. É importante frisar que, por produto, não se está referindo a um simples objeto, coisa física, mas a um conjunto de relações de apropriação, de dominação, de conflitos. Esta concepção traz uma possibilidade (e importância) política. O *produto* tal como o conhecemos hoje, está relacionado diretamente com o processo de industrialização da sociedade, que se caracteriza

pela “orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*” (LEFEBVRE [1970], 2008, p. 12). É aquilo que se produz na esfera por excelência do valor de troca, em oposição à *obra*, fruto da “criação” das sociedades que não se viram dominadas pela generalização da mercadoria, tendo como fundamento a predominância do valor de uso. No capitalismo, se produz espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo a reprodução das relações de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção. A sobrevivência que se busca agora é a do próprio capitalismo, não se trata mais, necessariamente, da vida das pessoas, mas da sobrevivência da sociedade abstratamente engendrada por um modo de produção.

Harvey ([1982], 2006) considera, a princípio, que o capitalismo passa periodicamente por “crises de sobreacumulação” devido à dificuldade dos excedentes produzidos pelo capital – em qualquer uma das “formas” que este assume no curso da circulação (dinheiro, mercadorias, matérias-primas, salários, etc.) – serem absorvidos de forma lucrativa. Nesta tendência inexorável à perda de lucratividade e crises, a cidade se tornou um local preferencial para a absorção do capital excedente produzido na sociedade. Tal argumento já se encontra em Lefebvre ([1970], 2008), quando este fala da importância do que ele chama de produção do “imobiliário” na reprodução do capitalismo e demonstra que este processo não se dá sem contradições.

(...) O importante é sublinhar o papel do urbanismo e especialmente o do “imobiliário” (especulação, construção) na sociedade neocapitalista. O “imobiliário”, como se diz, desempenha o papel de um segundo setor, de um circuito paralelo ao da produção industrial voltada para o mercado dos “bens” não-duráveis ou menos duráveis que os “imóveis”. Esse segundo setor absorve os choques. Em caso de depressão, para ele afluem os capitais. Eles começam com lucros fabulosos, mas logo se enterram. Nesse setor, os efeitos “multiplicadores” são débeis: poucas atividades são induzidas. O capital imobiliza-se no imobiliário. A economia geral (dita nacional) logo sofre com isso. Contudo, o papel e a função desse setor não deixam de crescer. Na medida em que o circuito principal, o da produção industrial corrente dos bens “mobiários”, arrefece seu impulso, os capitais serão investidos no segundo setor, o imobiliário. Pode até acontecer que a especulação imobiliária se transforme na fonte principal, o lugar quase exclusivo de “formação de capital”, isto é, de realização de mais-valia. (LEFEBVRE [1970], 2008, p. 144).

Aprofundando esta contradição entre o “mobiário” e o “imobiliário” como possibilidade de realização da mais-valia num contexto de queda da taxa de lucro, a urbanização incorpora também a dimensão da circulação, à qual a produção do espaço se dobra. Como explica Harvey ([1982], 2006), a desvalorização é um momento inevitável da circulação do capital, uma vez que valor só se produz enquanto “em movimento”.

Desvalorização é, então, valor que está parado em qualquer momento (forma) da circulação do capital: um estoque de mercadorias que ainda não escoou, uma quantia de dinheiro esperando para ser investida, uma máquina que não está produzindo mercadorias, consumidores decidindo comprar menos e não gastar seu dinheiro, etc.. Esta desvalorização ocorre e é um novo fator desencadeador de crises, mas seus efeitos podem ser minimizados se o capital conseguir completar seu ciclo de circulação (D-M-D') em um determinado tempo – “tempo de circulação socialmente necessário” (HARVEY [1982], 2006, p. 270) – que permite a manutenção do valor em níveis lucrativos.

Desse ponto de vista técnico podemos perceber que o conceito de “tempo de circulação socialmente necessário” está inserido na noção do próprio valor, e que o valor não pode ter significado independente das “desvalorizações necessárias” envolvidas na circulação do capital durante os diferentes estados. (Op. Cit., p. 270, *Tradução Nossa*).⁵⁰

Neste sentido, o espaço urbano é o meio em que se promove a aceleração deste “tempo de circulação socialmente necessário”, primeiramente, através de obras que favorecem e aceleram a circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro, depois, da destruição e reconstrução cíclicas e sempre mais constantes. Aqui, há um elemento importante – a constatação da necessidade inexorável de se produzir espaço para salvaguarda do capitalismo é contínua. Vem também daí a necessidade de expansão da acumulação primitiva em outros espaços e da conquista de novos mercados, dado já observado nas teorias do imperialismo de Rosa Luxemburgo e Lênin⁵¹: produz-se uma “espiral de construção e destruição”, nos termos de Lefebvre⁵², indispensável para a manutenção dos níveis de circulação do capital que impediriam um colapso do sistema produtivo. Desta forma, este novo espaço tende a formar-se em escala mundial, externalizando as contradições, ao mesmo tempo integrando e desintegrando as escalas locais, homogeneizando e fragmentando. É o que Harvey chama de “ajuste espacial”. Na realização deste, é crucial a função desempenhada pelo Estado na criação de condições para a acumulação do capital, atualizando seu papel “predestinado” de ser expansivo territorialmente, para uma atuação também intensiva de expropriação. Este

⁵⁰ No original: “From this technical standpoint we can see that the concept of 'socially necessary turnover time' is implied in the very notion of value itself, and that value can have no meaning independent of the 'necessary devaluations' entailed in the circulation of capital through the different states”.

⁵¹ “Houve grande sensibilidade para as questões geográficas nos textos de Lênin, Luxemburgo, Bukharin, Trótski e Bauer, as principais figuras a liderar a modernização do marxismo no início do século XX. Embora nem sempre estivessem de acordo, suas obras coletivas forneceram uma rica fundamentação para uma teoria marxista do desenvolvimento desigual, geográfica e historicamente, uma teoria que se baseou, ampliando-o em seu âmbito e sua escala, no mais geograficamente revelador dos conceitos de Marx, o antagonismo sincretista e sincrônico entre a cidade e o campo, o centro aglomerador e a periferia dissipatória.” (SOJA [1989], 1993, p. 43).

⁵² Cf. LOREA. Prefacio. In LEFEBVRE [1974], 2013, p. 18.

processo passa por atos de “desposseção” (por meio de desapropriações, destruições físicas, guerras, mecanismos financeiros, dentre outros) por parte do Estado, que garantem a renovação dos espaços de acumulação. Em outras palavras, Harvey conclui que os atos de “desposseção” recolocam a “acumulação primitiva” onde ela já possa ter sido realizada. Já é clichê dizer que, no capitalismo, a produção do espaço não se dá de forma igualitária, e que tais processos contraditórios de homogeneização e fragmentação não são necessariamente sinônimos de igualdade e diversidade. Há uma “conquista da hegemonia” do espaço, e Lefebvre nos mostra que ela se faz pela crescente racionalização da produção e pela inserção de uma mediação institucional. O Estado aqui entra como grande realizador e como subordinado aos interesses do capital.

De toda forma, a expansão desloca o problema de desvalorização da escala local, mas não pode se desvencilhar da necessidade de aceleração já imposta pelo processo de desvalorização do capital em termos de circulação ampliada. Inclusive, o agrava. A medida da internacionalização do capital é também o alongamento do tempo de movimento do dinheiro e das mercadorias. Esta cisão gera custos e novas possibilidades de crises, é necessário combatê-la. A *compressão do espaço-tempo* (HARVEY [1989], 2012) através dos sistemas de comunicação e transporte é um elemento da urbanização que também corresponde a este fator específico da necessidade de aceleração, além de servir à adequação cultural dos cotidianos urbanos ao universo homogeneizante da mercadoria e das relações sociais de produção por todo o mundo. Porém, entra também como solução para este momento da crise o recurso ao crédito, que garante fluidez ao dinheiro, *antecipando* o investimento em meios de produção, para o capitalista; e ao mesmo tempo *antecipando* a capacidade de realização do valor pela via do consumo, por meio de empréstimos aos compradores de mercadorias, tendo como contrapartida o rendimento dos juros. Este seria o chamado “ajuste temporal”. É ele quem promove aquela que julga-se hoje, de forma equivocada, ser a causa de todos os males contemporâneos, a “financeirização do capital”.

O processo de financeirização do capital se dá por, primeiramente, colocar em circulação um dinheiro que ainda não foi produzido socialmente em termos de valor (extração de mais-valia do trabalho assalariado) e, em segundo lugar, criar através dos mecanismos de renda (juros) a ilusão de que o valor pode ser produzido independente da força de trabalho (“capital fictício”). Por ser desvinculado do lastro social da circulação ampliada do capital, o capital fictício tende a se multiplicar em escalas estratosféricas, produzindo bolhas que “estouram” assim que este dinheiro não encontra correspondente de valor no processo produtivo, gerando uma quebra generalizada. Mas, para além da queima do capital fictício,

novas crises são produzidas do fato de que o “adiantamento” do capital financeiro aos processos de produção e consumo é pautado na exploração de trabalho futuro, por assim dizer. E que virá cobrar seu preço. Assim, à medida que ganha importância como forma de solucionar as crises do capitalismo, a esfera financeira passa a subordinar a produção e a circulação de mercadorias, por um mecanismo de endividamento. Esta é a forma simplificada de uma crise financeira. Veremos mais adiante que este elemento ganha uma complexidade muito própria quando em face da crise do trabalho, realidade do capitalismo contemporâneo.

Por ora, este panorama das crises do capitalismo em Harvey nos basta para compreender de quais formas a urbanização da sociedade serve à acumulação, seja por meio do “ajuste espacial”, seja pela possibilidade da aceleração da circulação, seja por absorção dos capitais excedentes ou também por contenção e controle dos custos da força de trabalho. Compreende-se também que qualquer “solução” para uma crise conjuntural do capitalismo é uma tentativa de restaurar um equilíbrio ideal que nunca se realiza de fato na realidade, abrindo um novo leque de contradições rumo à próxima crise, como bem aponta Maurílio Botelho:

Contudo, todas essas soluções estruturais, temporais e espaciais são momentâneas e não podem resolver as contradições do capitalismo de modo definitivo. A reestruturação de uma indústria pode ampliar a produtividade e dispensar trabalhadores, criando excesso no mercado de trabalho e reduzindo o consumo das massas. O sistema financeiro pode agilizar as rotações do capital, mas cria circuitos secundários de título de dívida, levando a uma ampliação das moedas de crédito que podem parecer aumento da riqueza, mas são na verdade explosão do endividamento.

A transferência de mercadorias, trabalho e capital para outro país ou continente pode representar a criação futura de concorrentes quando a produção nesses novos locais estiver amadurecida. A produção de infraestrutura e do ambiente urbano, finalmente, podem representar uma síntese dessas contradições, principalmente porque trazem para a relação tensa entre o local e o global as complexidades da contradição entre a inércia do capital fixo e a mobilidade fluida do capital monetário. (BOTELHO, 2014, p. 101)

Este caráter de permanente “perda do equilíbrio” demonstrado em Harvey na forma de um desdobramento histórico, aparentemente cíclico, do capitalismo, está relacionado com o corolário lógico da contradição imanente do sistema de produção do valor. Se buscarmos na raiz das expressões contraditórias do processo de acumulação – contradição entre a extração de mais-valia absoluta e a relativa, entre o aumento de produtividade e o aumento dos custos com capital fixo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção – veremos que são todas manifestações da contradição constituinte do próprio movimento sistêmico do capitalismo, a contradição entre capital e trabalho. O capital precisa

do trabalho assalariado individualmente no processo produtivo, fonte de todo valor, porém, no curso da extração desse valor, ele precisa progressivamente deprimir esta presença, precisa “eliminar” o trabalho para alcançar competitividade na composição social do valor no mercado, minando suas próprias bases reprodutivas. Neste sentido, a crise é um elemento fulcral da dialética do capitalismo, ela é o “negativo do capital”⁵³. Disso conclui-se, então, que o capitalismo é sistema crítico imanente e a produção de seu espaço é, conseqüentemente, a urbanização crítica. Como o espaço é a expressão da realização da vida social, é natural que suas contradições se expressem como formas espaciais, como “crise da cidade”. Circunscrever esta crise a elementos locais e conjunturais não dá conta da real questão a que deveremos nos referir, a base contraditória na qual se sustenta nossa sociedade.

Espaço abstrato e tédio

Lefebvre chama o espaço produzido na sociedade capitalista de *espaço abstrato*. É preciso entender esta conceituação a partir de alguns parâmetros. Primeiramente, em referência ao desenvolvimento histórico do espaço social, que foi muito rapidamente ocupado por forças políticas e por uma divisão do trabalho. Esta, progressivamente, se desdobrou em uma divisão entre “trabalho material” e “trabalho intelectual”. A partir do estabelecimento de funções sociais, da criação de obras simbólicas, a natureza se transforma como mediação de ritos, incorporada a cerimoniais e, por fim, um Estado político se configura, em forma de espaço segregado. Mas o *espaço abstrato* existe por razões que ultrapassam o desenvolvimento histórico da forma do espaço, sua organização estrutural e o “afastamento” da natureza. O termo faz referência à análise de Marx da sociedade capitalista. Para Lefebvre, o *espaço abstrato* se desenvolve plenamente porque passa a ser produzido por *trabalho abstrato*. O trabalho abstrato é aquele cujas qualidades individuais são reduzidas a um denominador comum, necessário ao desenvolvimento da sociedade industrial e ao assalariamento, cujo valor de troca é calculado em bases quantitativas, tendo como referência uma média, a do *tempo socialmente necessário*. Segundo Marx o *trabalho abstrato*:

(...) faz abstração de sua utilidade particular, de sua natureza e modo determinado de trabalho, na medida em que é levado em conta como elemento *formador de valor*, e a mercadoria, como sua objetivação. Como tal, é trabalho indiferenciado, *socialmente necessário*, *geral*, trabalho inteiramente indiferente acerca de todo conteúdo particular, pelo que alcança, também, em sua expressão autônoma – no *dinheiro*, na mercadoria

⁵³ Cf. GRESPAN, 2012.

como *preço* – uma expressão comum a todas as mercadorias, diferenciável apenas pela quantidade. (MARX, 1978, p. 23. Grifos do autor).⁵⁴

Temos, com isto, que o trabalho concreto (o valor de uso da força de trabalho) é gasto no processo de produção e objetivado na forma de uma mercadoria que será trocada no mercado com a mediação do dinheiro. O fato de que o trabalhador perde o domínio do produto que ele mesmo fabricou – e é neste processo em que se realiza a extração da mais-valia –, e recebe em troca o equivalente universal, a soma indiferente e quantitativa de dinheiro a ser gasto com outras mercadorias para sua sobrevivência, insere o trabalhador no *meio* do ciclo de uma aparente *autovalorização* do capital. Ou seja, a mercadoria se mobiliza no mercado como o motor de toda a ação, e o dinheiro como equivalente universal. Mecanismos, estes, estranhos ao trabalhador, que *aparece* aqui como mais um elemento na engrenagem do processo, somado (em aparência, frisamos. Na essência, é aquele quem de fato soma) ao conjunto de meios de produção.

Não é o operário quem utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo como em seu órgão objetivo; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo, graças ao qual se converte em um *valor que se valoriza*, em *capital*, e como tal funciona. Os meios de produção aparecem unicamente como *absorventes* da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este apresenta-se apenas como meio de valorização de valores existentes, e, por conseguinte, de sua capitalização. (...) Justamente como *criador de valor* o trabalho vivo se incorpora de maneira constante, no processo de valorização, ao trabalho objetivado. Como esforço, como dispêndio de força vital é a atividade pessoal do operário. Mas, enquanto *criador de valor*, implicado no processo de sua *objetivação*, o próprio trabalho do operário é, tão logo ingressa no processo de produção, um *modo de existência* do valor do capital, a este incorporado. Essa força *conservadora do valor* e criadora de *novo valor* é, em consequência, a força do capital, e tal processo se apresenta como processo de *autovalorização* do capital, e, muito mais, da pauperização do operário, o qual, criando um valor, cria-o ao mesmo tempo como um *valor que lhe é alheio*. (MARX, 1978, p. 19. Grifos do autor).

Ocorre, então, uma *mistificação*⁵⁵ da reprodução social no capitalismo. Os sujeitos que produzem as coisas, que por sua vez nos permitem reproduzir a vida em sociedade, aparecem-nos como objetos, regidos pela reprodução das coisas em si, e estas, por serem dotadas de

⁵⁴ A referência é do Capítulo VI inédito d'O Capital, cuja data original de publicação é incerta, mantivemos, então, apenas a data de publicação da tradução brasileira utilizada.

⁵⁵ “Mistificação”, “alienação”, “estranhamento” e “fetichismo” não são conceitos indiferenciados na obra de Marx, mas dizem respeito ao mesmo processo, o da *abstração real* em que consiste a valorização do valor. Por mais importante que seja diferenciá-los, seria necessária uma exegese da obra de Marx que, aqui, não poderá ser realizada. Seguiremos utilizando os termos de acordo com os intérpretes dos quais nos valem e sua própria interpretação do conceito (Kurz, Debord, Lefebvre, et. al.) e assim esperamos sanar algumas das incompletudes que possam surgir.

valor de troca, aparecem-nos como os verdadeiros sujeitos da reprodução da vida, mobilizando nossas ações, sonhos e ideologias. Esta implicação configura nosso cotidiano. A produção capitalista se consolida a partir da generalização da produção social em forma de produção industrial. Ou melhor, a partir da universalização da *forma-mercadoria* das coisas (e da força de trabalho, que, sendo a única “coisa” que possui o trabalhador, deve ser posta à venda no mercado), que se movimentam através dos fluxos de dinheiro. O espaço urbano é o *locus* desta separação, na medida em que garante a universalização das trocas mediada pelo dinheiro, o “meio universal de separação”, como aponta Sérgio Martins:

A mercadoria – dizia Marx ao desentranhar seu caráter fetichista – é um hieróglifo social cuja cifra é o valor. Por sua vez, o dinheiro é o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante. Vínculo de todos os vínculos é também meio universal de separação. Mercadoria universal, permutável por todas as mercadorias particulares, sua onipresença permite romper com as limitações de tempo e espaço que se impunham aos atos (de compra e de venda) da troca imediata de mercadorias particulares. Facilita pois a troca ao cindi-la; supera suas dificuldades ao generalizá-la. Objetivação universal simbólica da substância social do valor é um nivelador universal sob o qual desaparecem todas as diferenças qualitativas concretas das mercadorias prosaicas. (MARTINS, S., 2014, p. 14)

Neste sentido, tanto o trabalhador quanto o capitalista se veem submetidos (embora assumindo papéis de dominado e dominador) à mesma “servidão” em relação ao capital, movimentando a roda-viva da aparente *autovalorização do valor*, pessoas coisificadas submetidas a coisas personificadas. Lefebvre, então, compreende que o mesmo se efetua na *produção do espaço*. Como já dito, o espaço abstrato é o *meio* de intercâmbio das mercadorias e de circulação do dinheiro, mas é também o local de realização da separação. A falta de controle sobre os processos e meios de produção da cidade cria um espaço estranho ao morador, que é levado a seguir seu funcionamento autônomo, num simulacro de participação que não atinge o real processo decisório. O cidadão, na maior parte do tempo, vive na cidade como um *usuário*.

O *espaço abstrato*, via urbanização da sociedade, passa por um processo intensificado de racionalização e intencionalidade, expresso por meio do urbanismo e do planejamento enquanto referências. Em um nível mais sofisticado, vemos a lógica da circulação na imposição do ritmo do relógio e do trabalho e na “referência perpétua” às “*representações do espaço* (os planos e mapas, os transportes e comunicações, as informações mediante imagens ou por signos)” (LEFEBVRE [1974], 2013, p. 274). A vida cotidiana passa a ser quase inteiramente submetida ao capital, seja pelo trabalho, seja pelo consumo (a hora do descanso, do lazer, da cultura e da viagem são todas as horas do consumo produtivo) e, por último, a

vivência da cidade se escraviza pela normatização de determinados comportamentos, por meio de um *código de posturas* institucional e/ou moral. Essas determinações, ao mesmo tempo em que garantem de forma pacificada a adequação dos diferentes modos de vida ao capitalismo, garantem também que isto se faça de forma mais correspondente com a necessidade cambiante de produção, consumo e circulação do valor. Elas se dão, porém, de forma a reforçar as desigualdades fundadas na cidade pelas relações sociais capitalistas.

É importante superar a “ilusão de transparência” que se constrói pela ideia de que a realidade se mostra no visível. A produção e organização do espaço no capitalismo se fazem como “fachada”, criando a ilusão de que aquela imagem construída para ser vista representa o todo das relações sociais que a compõem. Desta forma, os usos possíveis já estariam todos pré-determinados e só caberia ao seu habitante adequar-se às formas existentes. Para Lefebvre, o urbanismo é um exemplo do tipo de conhecimento instrumental que produz, ideologicamente, esta “ilusão de transparência”.

Esta elaboração de Lefebvre a respeito do “espaço abstrato” encontra paralelo com o conceito de “espetáculo” criado por Guy Debord. Para o autor, a produção capitalista tem uma força de homogeneização e banalização que “fez cair todas as muralhas da China” (DEBORD [1967], 1997, p. 111). Na sociedade do espetáculo somos “usuários”, como aponta Lefebvre, mas apenas na medida em que somos “espectadores”. O princípio é o da não-intervenção, da não compreensão dos processos, da realização do consumo como parte implicada necessária do processo de reprodução do capital. Referindo-se ao processo de alienação do trabalho, Debord, considera a *sociedade do espetáculo* como aquela da “separação consumada”.

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo *modo de ser concreto* é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo *se representa* diante do mundo que lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne *como separado*. (DEBORD [1967], 1997, p. 23)

O caráter abstrato e espetacular do espaço urbano encontra sua realização máxima na etapa contemporânea, cunhada por especialistas de fase “financeira” do capitalismo. Primeiramente, porque a mais-valia que pode ser extraída em um lugar não se realiza necessariamente ali, mas em qualquer lugar do mundo. Não só a abstração do trabalho se faria mediante o processo produtivo, como a percepção do funcionamento do mercado se

complexifica, impedindo de se ter uma noção exata da medida do valor que é ou não produzido socialmente, quanto se ganha ou quanto se perde, qual é a medida da exploração. Além do mais, a financeirização, como já vimos, é a expressão mesma da separação entre a produção do valor e sua realização social. A Terceira Revolução Industrial trouxe a produção do valor ao seu mínimo histórico⁵⁶, fazendo com que, desde os anos 1970, ela sempre “corra atrás” de sua antecipação via adiantamento de crédito. Este descolamento se realiza socialmente completamente ancorado na produção abstrata do espetáculo, no simulacro de funcionamento das instâncias do mercado, na transformação do cotidiano em bens de consumo, na “plorearização do mundo” e no aumento da atuação repressiva do Estado. É a realização da forma de governo que Debord chamou de “espetacular integrado”.

O questionamento ao *espetáculo* e ao *tédio* podem ser de grande valia para nos ajudar a pensar na cidade como motivo de revoltas por outro prisma (que, na verdade, é complementar ao que vínhamos apresentando sob argumentos econômicos e políticos). Lefebvre, em contato com os situacionistas, já tinha entendido a relação do tédio com a alienação nas metrópoles: “Tudo se passa como se muitas pessoas percebessem que há muito tempo não acreditam no que fazem” (LEFEBVRE, 1968, p. 144). A relação entre a metrópole e o tédio já foi apontada no início do processo de urbanização contemporânea, tendo sua expressão mais célebre sob a pena de Baudelaire⁵⁷ a respeito de sua vivência da “mudança de época” que presenciava em Paris. Em Baudelaire o tédio ganha contorno de uma melancolia reflexiva, torna-se o *spleen*. Ou, para nos voltarmos à versão brasileira do tédio, com Drummond (2002) em seu poema de 1945:

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.

Vomitam este tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.⁵⁸

⁵⁶ Novamente aqui a contradição imanente do sistema, a exploração é máxima, intensiva e extensivamente, porém, a produção de valor é mínima em relação à composição orgânica do capital e aos ganhos de produtividade.

⁵⁷ Cf. “As Flores do Mal” e “Pequenos Poemas em Prosa (O Spleen de Paris)”. In: BAUDELAIRE (2006).

⁵⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. *A flor e a náusea*. In: ANDRADE, 2002.

O tédio relacionado à repetição infernal de uma vida sem experiências na metrópole foi teorizado por diversos autores, como Benjamin, Simmel e Heidegger. Na Internacional Situacionista, o tema ganhou relevo com os escritos de Raoul Vaneigem, amplamente reproduzidos nos muros e panfletos da irrupção de 1968 na França, onde se liam frases célebres como: “Nada queremos de um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio” (VANEIGEM, 1967, s/p)⁵⁹. Aqui, o chão de fábrica se imiscui ao espaço urbano na produção do tédio. O desaparecimento do artesão, criador de obras, substituído pelo trabalhador assalariado, o “homem sem qualidades” do trabalho abstrato, muda a condição existencial do trabalho. O fordismo reduziu as funcionalidades do trabalho à eterna repetição do mesmo movimento parcelar e desprovido de especificidade. No mundo da “acumulação flexível” toyotista, já na fase do “espetáculo integrado”, o trabalhador vive o momento de simulacro da “volta de sentido” ao seu trabalho. O trabalho continua sendo trabalho abstrato produtor de valor indiferenciado, sem qualidades, porém, agora “parece ser” algo pelo qual as pessoas devem atribuir sentido à vida. Elas devem buscar um trabalho criativo, completo, algo que amem fazer e que possam fazer por um tempo indeterminado. Pior, os limites entre a esfera do trabalho e a esfera do tempo livre se tornam tênues ao extremo, ou mesmo indiferenciáveis. Isto não só não elimina o tédio, como traz uma nova sociabilidade baseada na aparência que subverte os sentidos da vida, a “melancolia” de Benjamin dá lugar à depressão como “doença do nosso tempo”.

É também desde Edgar Allan Poe⁶⁰ e Charles Baudelaire que vemos a tensão do indivíduo moderno com a multidão aparecer, como aquilo que Benjamin posteriormente veio a chamar de “supremo remédio contra o tédio” (BENJAMIN, 2006, p. 151)⁶¹. Ali pulsa o mistério do outro, a possibilidade de contemplação do movimento da cidade e do tempo, o lugar onde nascem os perigos e os prazeres. “Aquilo que os homens chamam amor é muito pequeno, muito limitado e muito frágil, comparado a essa inefável orgia, a essa sagrada prostituição da alma que se dá inteira, poesia e caridade, ao imprevisto que surge, ao desconhecido que passa” (BAUDELAIRE [1869], 2006, p. 289).

O tédio, o questionamento do espetáculo (mesmo que também espetacularizado), a vontade de viver uma experiência, que aparecem de forma mais ou menos consciente em

⁵⁹ Tradução nossa, no original: *Nous ne voulons pas d'un monde où la garantie de ne pas mourir de faim s'échange contre le risque de mourir d'ennui.*

⁶⁰ Cf. POE, Edgar A [1840]. *O homem da Multidão*. Domínio Público.

⁶¹ A referência da edição brasileira de *Passagens*, de Walter Benjamin é de 2006. Os escritos sobre o Tédio se encontram em suas “Notas e Materias”, nunca publicados em vida pelo autor. Calcula-se que as notas foram escritas em duas fases, uma entre 1928 e 1929 e outra em 1934.

1968, aparecem em Junho de 2013 como algo perceptível, mas não nomeado muito menos transformado em conceito. Aparece nos cartazes, nos gritos de palavras de ordem autorreferenciais, nos “posts” de Facebook, nas selfies. Existiu um entusiasmo próprio de se sentir que “jogamos mentos na Geração Coca-Cola”⁶². Tentando guardar alguma esperança, podemos considerar, com Benjamin, o tédio como “limiar para grandes feitos”.

Sentimos tédio quando não sabemos o que estamos esperando. O fato de o sabermos ou imaginar que o sabemos é quase sempre nada mais que a expressão de nossa superficialidade ou distração. O tédio é o limiar para grandes feitos. – Seria importante saber: qual é o oposto dialético do tédio? (BENJAMIN, 2006, p. 145).

⁶² Ver as frases espetacularizadas contra o espetáculo nos cartazes do Apêndice B.

4. TÁTICA E ESTRATÉGIA

Antes de tudo, é necessário esclarecer o que entendemos pelo termo “tática”, muito utilizado nos debates sobre política e movimentos sociais, e às vezes significando coisas não tão semelhantes. De origem na terminologia militar, o conceito se constrói por comparação com o termo “estratégia”, numa espécie de gradação, ou de sistema. A estratégia seria um sistema combinado de táticas com um objetivo específico, no caso militar, a vitória de um Estado nacional na guerra. No âmbito da luta revolucionária, os termos remetem à relação entre a espontaneidade e a transformação permanente, a estratégia sendo relacionada com a tomada do poder do Estado, em última instância, ou com uma greve geral insurrecional, com tomada dos meios de produção e formação de uma nova ordem social. Em Marx já existe o apontamento de uma distinção, na luta política entre um “partido efêmero” e o “partido histórico”⁶³. Mas foi no começo do século XX, nos debates da socialdemocracia europeia que a questão tomou esta forma conceitual. Difícil mapear quem usou primeiro os termos “tática” e “estratégia”, mas estes circularam amplamente nos principais escritos políticos da época. Participaram do debate Karl Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trosky, Pannekoek, dentre outros. A questão central girava em torno de até que ponto os movimentos espontâneos das classes subalternas poderiam ou não culminar em uma revolução socialista.

A sistematização de Lenin ([1902], 2015) sobre a questão do espontaneísmo vale ser retomada brevemente, por ter determinado grande parte do ideário social *a posteriori*. Começando pela distinção entre *lutas econômicas* e *luta política revolucionária* – as *lutas econômicas* sendo caracterizadas pelas lutas sindicais, amplas e agindo na legalidade, que buscavam direitos, mais vinculadas aos problemas imediatos da luta de classes e a *luta revolucionária* caracterizada pela promoção contínua da atividade revolucionária, pela preparação teórica e prática, com processos de educação e agitação política orientados e continuados, agindo inclusive na clandestinidade – instaura-se a crítica às correntes “economicistas”, “obreiristas”, “reformistas” e outras da esquerda de então. A luta de classes compreenderia então estas duas formas de luta, que deveriam ser articuladas no processo revolucionário. Para Lenin, o elemento espontâneo de revolta que, de tempos em tempos, insurge as classes trabalhadoras, carrega um “embrião de consciência”, que só poderia germinar se uma organização revolucionária pudesse capitanear essa revolta de forma a

⁶³ Os termos são citados por Bensaïd (2011) a partir de várias cartas de Marx do período de 1848 a 1860. A questão da diferenciação entre lutas imediatas e lutas históricas também está presente no escritos políticos de Marx para os jornais nos quais escrevia bem como no “Manifesto do Partido Comunista”.

construir um programa, daí sua crítica a qualquer ode à espontaneidade por si só. Sua solução para o espontaneísmo passa pela criação de um *partido de vanguarda* (cujos aspectos organizativos e forma política mudariam de acordo com as condições históricas da luta de classes, é importante lembrar), que serviria para direcionar a consciência incipiente no espontâneo para a luta social mais ampla. Temos então duas das prerrogativas do trato de Lenin à questão da espontaneidade – a da necessidade de uma organização política que direcione a luta e a da necessidade de uma perspectiva revolucionária – que foram questionadas e em grande medida negadas posteriormente, sobretudo após o fim do “socialismo real” da União Soviética.

Desde que as esquerdas começaram a debater as questões do espontaneísmo e da consciência, da tática e da estratégia, um longo percurso se traçou. O roteiro vai da metamorfose do conceito de *vanguarda* para o campo artístico de intervenção social, no começo do século XX, ao seu esvanecimento, ou negação, a partir dos anos 1970; do questionamento às ideias de totalidade (e de teleologia) e de sujeito da história, levado tanto pelo pós-estruturalismo quanto pelos representantes da Escola de Frankfurt (com implicações diferentes), ao autonomismo dos anos 1990 e aos novos movimentos sociais. Até chegarmos ao “hoje”, seguimos essa trilha sinuosa e cheia de bifurcações. Pablo Ortellado (2013) renomeia esta tensão entre táticas e estratégias no âmbito dos novos movimentos sociais como sendo uma tensão entre o “processo” e o “resultado”. Para o estudioso dos novos movimentos sociais, estes vivem nas últimas décadas a tensão, superdimensionando o primeiro em detrimento do segundo (chegando a extremos em que o resultado realmente não importa). Neste sentido, tanto os movimentos quanto as mídias passam a valorizar a forma da luta, as performances, a violência, os trajetos, as falas, enfim, a experiência de estar em uma manifestação. Ortellado acredita que: “A experiência dos protestos de junho deixa dois legados opostos: o da mais extrema dispersão processual e o da fértil conjugação de processo e resultado na luta contra o aumento.” (ORTELLADO, 2013, p. 227). Ou seja, as conquistas táticas de revogação do aumento das passagens de ônibus teriam trazido ao “coração do debate político” o debate estratégico acerca do objetivo final, a conquista da tarifa zero. Esta afirmação tão entusiasmada merece maior escrutínio, sobretudo porque o grau de reflexão de representantes do Movimento Passe Livre (MPL) a respeito de suas táticas e do urbano, antes e depois dos seus atos de protesto, nos ajuda a puxar o fio deste novelo.

O surgimento do MPL é baseado num acontecimento espontâneo até onde se tem notícia. A “Revolta do Buzu” de 2003 foi uma série de intensos protestos realizados por estudantes, alheios às organizações tradicionais de movimentos sociais, contra o aumento da

tarifa do transporte público em Salvador. Pensando no quão novo e assustador aquilo foi, o MPL afirma ter aprendido com as lutas espontâneas dos estudantes baianos e se organizou pensando na potência desta forma. As manifestações espontâneas não são novas na história do Brasil, nem a tentativa de coordenação destas manifestações por uma força política.⁶⁴ A questão aqui é a forma de organização do próprio MPL, que é a dos coletivos, sem lideranças, sem dirigismo. A proposta é a de coletivizar todas as instâncias decisórias e implodir as hierarquias. De acordo com integrantes do MPL, a “revolta popular”, como eles batizaram, passa então a ser a *tática* de mobilização que viria a se repetir em inúmeras cidades nos anos que se seguiram.

O roteiro emblemático que se desenha de Salvador a Florianópolis traz alguns elementos que se repetiriam em inúmeras cidades nos anos seguintes, com ou sem sucesso. A constelação desses elementos desenha a tática que aqui chamamos de “revolta popular”: um processo de fôlego curto, mas explosivo, intenso, radical e descentralizado. As primeiras manifestações atuam como ignição de uma mobilização que extrapola o controle de quem a iniciou – que perde toda a capacidade de interrompê-la. Há uma escalada de ação direta: ocupação massiva e travamento de importantes artérias da cidade, enfrentamento com a polícia, ataques ao patrimônio público e privado, saques. Ao prejudicarem a circulação de valor e lançarem uma ameaça de caos – desobediência generalizada –, os protestos, que não respondem a um representante com quem seja possível uma negociação, forçam o governo a recuar para restabelecer a “ordem”. (MARTINS; CORDEIRO, 2014, p. 204)

Porém, há um revés. Se a intenção fosse manter as revoltas populares sem direção, não haveria, a princípio, necessidade de se criar uma entidade que pautasse o Passe Livre. É possível dizer que, por dentro do MPL, deseja-se dar uma “boa direção” (Op. Cit.) que possa compor o conjunto de práticas autônomas com relação aos problemas de transporte nas cidades sem necessariamente criar dirigentes. Na verdade, existe nos discursos de representantes do movimento a clareza a respeito de uma tensão entre a intenção de direcionar a revolta para uma demanda com relação à tarifa e ao transporte público, por um lado, e a aposta na perda do controle dos atos de protesto como tática que aumenta sua efetividade. A contradição inerente a esta tensão está bem apontada por Caio Martins e Leandro Cordeiro em sua reflexão sobre os limites da tática:

É precisamente a ameaça de um enorme salto organizativo dos trabalhadores que alarma a classe dominante – o “caos social” bate à porta e deve ser contido pelo governo, cedendo. A tática histórica das lutas contra o aumento (essa que chamamos de “revolta popular”), aposta para seu sucesso em tal

⁶⁴ Ver inúmeros exemplos em GOHN (2001), sobre a história dos movimentos urbanos no Brasil.

ameaça, mas depende, ao mesmo tempo, de que ela não se realize. Para conquistar a reivindicação central, a revolta deflagra um processo explosivo que é necessariamente freado no momento que se atinge a conquista. (MARTINS; CORDEIRO, 2014, p. 209).

Ou seja, até onde podemos acompanhar, a tática consiste em não poder se tornar estratégia, ou melhor, o espontâneo não pode dar um “salto organizativo” que implique em ameaça ao Estado burguês, porque sua reivindicação primária depende de medidas tomadas por esse mesmo Estado, mas também não pode deixar que o movimento seja absorvido por ele, “cooptado” de tal forma a diluir suas demandas. A tática, aqui, se descola da noção gradual rumo à estratégia e passa a ser o fim em si mesmo. De certa forma, é a defesa de um *espontaneísmo direcionado*. Pode-se alegar que o objetivo do movimento é o Passe Livre, então a dimensão estratégica se relaciona ao cumprimento a longo prazo desta reivindicação. Mas isto desloca o termo de sua origem, pois se trataria, se usássemos os termos de Lênin, de uma luta ainda no âmbito do “economismo”. A relação com o Estado (ou com o poder político), da qual trataremos em outro momento, passa a ser um nó no percurso reflexivo do Movimento Passe Livre a respeito de táticas e estratégias.

Voltando ao artigo de Pablo Ortellado: após considerarmos que a ideia de resultado ainda não está presente nos atos do Movimento Passe Livre (MPL), mesmo que sua reflexão estivesse caminhando neste sentido, concordamos com o autor a respeito do caráter de outros momentos daquele acontecimento. Vale reproduzir na íntegra sua fala a respeito de alguns elementos cruciais para entender a dimensão “processual” de Junho – as Assembleias, a ação da mídia e o discurso da violência:

Em nenhum outro lugar como nas assembleias dos novos movimentos as tensões entre processo e resultado são vistas com tanta clareza. Não se trata mais apenas de tomar uma decisão que contemple a pluralidade das perspectivas constitutivas da coletividade, mas também de participar de uma experiência comunitária. A tomada da palavra não busca unicamente contribuir para aprimorar a decisão – busca a autoexpressão e a participação. Tudo o que já foi dito precisa ser dito outra vez por quem ainda não falou. (...)

A sobrevalorização do processo em detrimento do resultado não é uma característica apenas dos movimentos. A cobertura da grande imprensa (e mesmo a da alternativa – que em geral apenas inverte os sinais do discurso dominante) também só se concentra no processo: é na forma de luta, tanto a da “violência” do vandalismo como a da criatividade da intervenção contracultural, que o olhar se detém. Sobre a orientação política à qual supostamente tudo está orientado, pouco se diz. (ORTELLADO, 2013, p. 228, 229).

Vale a pena detalhar alguns momentos de 2013 que descrevem melhor sobre suas principais *táticas-processos* e seus limites.

Apropriar-se dos espaços

A característica principal da manifestação é o ato de caminhar pelas ruas da cidade, de preferência em horários de pico. A escolha das ruas e dos destinos da caminhada não é fortuita e normalmente passa por algum grupo que coordena o movimento. A maioria das cidades já possuem lugares onde tipicamente ocorrem atos de protesto. Determinadas praças e avenidas centrais, centros de poder público, monumentos. Em alguns casos, há também bloqueio de rodovias que dão acesso às cidades e queima de ônibus nas periferias. São estes os lugares já consagrados de atos de protesto, mas nada impede que novas dinâmicas façam aflorar novos focos de aglomeração. No caso de 2013, como não havia divulgação prévia de trajeto na maioria dos atos, novas localidades foram tomadas pelos manifestantes. As avenidas que levavam aos estádios e outros territórios de exceção impostos pela FIFA para a realização dos jogos da Copa das Confederações⁶⁵, as praças e largos que, por sua localização, indicavam novas centralidades (como o Largo da Batata em São Paulo, o Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte, dentre outros) e outros locais foram ressignificados como espaços de protesto.

Na praça e na rua, o indivíduo, ferozmente induzido à solidão e à pressa (*é a alma dos nossos negócios*, cantou Paulinho da Viola em seu magistral *Sinal Fechado*), pode fugir das regras, driblar os automóveis ou impor-se a eles e dançar (no carnaval), protestar, marchar. Ir e vir, conversar, rir, bater. Quando em passeatas, o impotente, somado a outros milhares, pode mexer nos ponteiros aparentemente intocáveis do relógio da História. Quando organizado em caminhadas, o até então invisível – sabendo-se afinal visível por outro que também estava na invisibilidade – pode deixar a marca de um querer coletivo. No teatro de rua, o anônimo carimba sua identidade gregária e plural. (ALENCAR, 2014, p. 17)

Além da intenção de “prejudicarem a circulação de valor e lançarem uma ameaça de caos” já enunciada por Martins e Cordeiro (2014), aí estão outros dois elementos cruciais da prática de caminhar: visibilidade e senso de identidade coletiva. Mesmo com algumas convocatórias de determinados grupos em pontos espalhados pelas cidades, houve em grande medida convergência. E o que impressionou a todos foi a quantidade de pessoas tomando as avenidas por todo o Brasil e até mesmo a rampa do Palácio do Planalto, em Brasília, causando um grande efeito visual. Cartazes, faixas, camisetas, cantos, o uso de cores; todos estes elementos servem a estes propósitos, de fazer enxergar um grupo de pessoas que quer dizer que existe enquanto coletividade.

⁶⁵ Os “territórios FIFA” eram áreas que a polícia deveria proteger a qualquer custo da entrada de manifestantes e, muitas vezes, de qualquer cidadão que não fosse consumidor do evento. Inúmeros conflitos violentos entre manifestantes e policiais se deram nas bordas destes territórios, em diversas cidades.

Ao mesmo tempo em que existiu uma tentativa deliberada de subverter as *funções* impostas às *formas* da cidade, houve também apropriação desinteressada, sem intencionalidade ou qualquer reflexão política mais elaborada. A rua como espaço da festa pela festa, do encontro e da possibilidade de se expor (atitude mais facilmente identificada por meio das fotos e frases “postadas” nas diversas redes sociais por parte de muitos manifestantes). Esta atitude denota uma necessidade de se inscrever, de fazer parte de alguma coisa coletiva. Neste sentido, as revoltas agem como uma espécie de “catarse”, uma válvula de escape para o desconforto e o tédio cotidianos, como já apontamos. Claro que há também a construção da festa como ação política deliberada. A ideia seria a de responder à sociedade do espetáculo e do tédio com um “contraespetáculo”, a *performance* aparece aqui como tática. A tática se imiscui na fruição.

É fato que existe uma busca por *emoção* na ação política. Além de ser a expressão de uma “frustração”, “ódio”, uma “reação a sentimentos de injustiça e situações de opressão, desigualdade e violência sistêmica” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 130), há também o despertar de outras emoções. Este relato de uma pessoa que participou dos protestos de Londres em 2011 é bem ilustrativo:

Descer a rua e se mover como grupo pode dar prazer. É um clima de resistência, não de caos. Você poderia se machucar ou ser preso, então tem uma combinação de medo e de adrenalina, e a noção de que agora é a hora de agir porque tudo pode acabar muito rápido. Existe uma intensidade no momento. Não é só uma questão de sair quebrando as coisas, mas de manifestar sua política e seu sentimento nas ruas. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 123).

Além de caminhar pelas ruas e praças, as *Jornadas de Junho* se desprenderam em formas de ocupar o espaço de forma um pouco mais perene, por meio das “Assembleias Populares Horizontais (APH)” e das ocupações dos centros de decisão política e econômica. As Assembleias Populares Horizontais (APHs) foram uma espécie de centro de decisão sobre os rumos das manifestações nas localidades onde elas se formaram, e, mesmo que tenham ocorrido em várias partes do Brasil⁶⁶, não chegaram a configurar uma articulação nacional. O objetivo das APHs é desenvolver um “trabalho coletivo-colaborativo, horizontal e suprapartidário que busca sistematizar as pautas do movimento e divulgá-las de maneira clara, bem como propor e realizar atos organizados na cidade visando uma resposta efetiva para as

⁶⁶ Sabemos da formação de Assembleias Populares em Belo Horizonte, São Luís do Maranhão, Recife, São Paulo, Porto Alegre; no Rio de Janeiro grandes plenárias com mais de 3 mil pessoas foram convocadas pelo Fórum de Lutas Contra o Aumento.

demandas levantadas” (APH-BH, 2013, s/p)⁶⁷. Em diversas cidades, foi das APHs que saíram decisões sobre convocatórias de novas manifestações e trajetos possíveis dos atos, além da promoção de aulas públicas e debates sobre as pautas do momento.

Deixando de lado as particularidades locais, as APHs têm como principal característica comum sua forma. Em franco questionamento às estruturas hierárquicas das instituições políticas tradicionais, a APH busca a permanente construção coletiva: autogestão é a palavra de ordem. Desta forma, as Assembleias revezam a “mesa”, debatem amplamente sua metodologia a cada nova reunião, buscam ampliar o espaço da fala e têm como ideal (não realizado) a busca pelo consenso na tomada de decisões. Além do mais, em alguns lugares, como em Belo Horizonte e em São Luís do Maranhão⁶⁸, as questões de pauta das Assembleias foram se desprendendo em Grupos de Trabalho, que buscavam intervir na formulação de políticas públicas municipais. As Assembleias normalmente aconteceram nas áreas centrais da cidade, em praças de grande circulação.

Algumas semelhanças com o modelo de assembleias gerais desenvolvido na ocupação da praça Tahrir, no Egito, no Occupy Wall Street e nas ocupações de Madri e Barcelona nos fazem ver que há tendências globais na adoção desta forma. A adoção de uma linguagem manual para exprimir aprovação, desaprovação e outras intervenções às propostas dos participantes; a moderação das assembleias por voluntários que revezavam neste papel para não criarem a imagem de lideranças; a criação de múltiplas comissões que lidariam com demandas específicas⁶⁹ são elementos comuns às Assembleias Populares pelo mundo.

É interessante notar como o espaço político da assembleia se constrói na tensão entre o perene e o efêmero. A assembleia busca se perenizar em um espaço, mas ao fazê-lo ela perde adesão e muda seu formato. É como se víssemos os problemas da democracia representativa renascerem em um novo microcosmo. Em entrevista, Paolo Gerbaudo (2013), menciona que a Argentina viu o ciclo das assembleias se completar. Foram importantes em 2001 e 2002, mas depois, na consolidação de políticas, foram se diluindo. Paolo fala em “ilusão anarquista” de participação, pois as assembleias demandam muito tempo e energia das pessoas. Elas são um meio, parte das ferramentas disponíveis para a mudança, mas, como têm demonstrado as

⁶⁷ A Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH-BH) ganhou grandes dimensões e atingiu um nível de organização considerável deixando atas de reuniões e outros documentos para consulta a respeito de seu histórico e práticas, além de ser aquela que acompanhamos mais de perto. Desta forma, as fontes a respeito das APHs virão, em sua maior parte, dos documentos elaborados pela APH-BH, disponíveis em: <<http://aph-bh.wikidot.com/>>. Acesso em: 15/02/16.

⁶⁸ Disponível em: <<http://assembleiapopular-ma.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 19/04/16.

⁶⁹ Para saber mais sobre a organização das ocupações nestes movimentos, cf. CASTELLS [2012], 2013.

outras experiências, não são formas acabadas e se metamorfoseiam com o processo político, que exige mediações perenes e institucionais.

Como aponta uma participante do movimento no texto “Notas sobre os troços da APH”, disponível no site da APH-BH⁷⁰, a mudança das reuniões da APH-BH para a Câmara Municipal (ocupada já havia alguns dias) esvaziou bastante o movimento, e deixou transparecer que de fato o movimento tem lideranças, que por ventura estavam todas ocupando a Câmara naquele momento. De certa forma, algumas pessoas, que convocavam e sistematizavam as Assembleias, passaram a ser o “coração” do movimento e, mesmo sem esta intenção, determinavam seus rumos. A mudança de lugar, além de esvaziar em número de pessoas, mudou as formas de votação e as pautas, criando uma ruptura com as Assembleias anteriores. Da mesma forma, a divisão em Grupos de Trabalho, necessária para encaminhar decisões, passa a mobilizar um número pequeno e repetido de pessoas que seriam as que realmente encaminhariam as demandas no âmbito da política institucional. Esta decisão foi tomada a partir do fracasso da primeira reunião dos representantes eleitos em uma das Assembleias para a reunião de negociação com a equipe do Governo do Estado. Julgou-se que a falta de conhecimentos técnicos e de experiência referente aos temas tratados deixou os militantes em desvantagem e enfraqueceu a Assembleia no jogo político. Desta forma, daqui pra frente, seria interessante que os GTs elegessem as pessoas mais adequadas (normalmente com mais conhecimento técnico e experiência em negociações públicas) para o diálogo com a institucionalidade. Ou seja, a decisão referente à continuidade das ações da APH-BH acabou culminando em desafios parecidos aos que enfrentam outros movimentos sociais assumidamente hierárquicos.

As ocupações dão um passo a mais em direção à perenização do movimento. De lugares públicos e de decisão (como as Câmaras dos Vereadores de diversos municípios) e também de moradia (houve um aumento exponencial no número de ocupações por moradia em diversas cidades depois dos atos de 2013) e, mais recentemente, de escolas⁷¹.

(...) hoje o tema da ocupação – no sentido de controle do espaço, mesmo que por um certo período, e, a partir daí, a ação direta na gestão de seus fluxos – tem forte ressonância no sentimento, que parece generalizado, do alheamento em relação aos processos decisórios na política e da falta de expressão pública de parte significativa da população. (ROLNIK, 2013, p. 10).

⁷⁰ <<http://aph-bh.wikidot.com/>>.

⁷¹ De acordo com reportagem da Carta Capital, (GOMBATA, 2016), o número de ocupações por moradia em São Paulo passou de 257 para 681 entre 2013 e 2014. Além disso, a reportagem demonstra que grande parte dos novos ativistas das ocupações de escolas e também de movimentos feministas que surgiram se formaram politicamente a partir de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>>. Consultado em 29/06/16>.

No Brasil, a ocupação é tática antiga e consolidada por movimentos e mesmo indivíduos na luta por terra e por moradia, tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como seu praticante mais notório, sob a forma de acampamentos, que buscam se tornar assentamentos da Reforma Agrária, ou seja, uma luta de pressão pela realização de um direito. O grau de permanência de uma ocupação depende dos seus objetivos. No caso de terra e moradia, por exemplo, o objetivo é permanecer, alcançar a posse daqueles territórios. Em outros casos, como os que vimos ocorrerem em Junho de 2013, a ocupação quer apenas dizer que aqueles espaços são *públicos* e devem cumprir a acepção política que este conceito carrega. Esta diferença é importante, pois, no primeiro caso, a *tática* de ocupar um espaço visa a um fim que é a posse do próprio espaço. A apropriação aqui ganha o sentido mais próximo da ideia de posse permanente (em questionamento ou em aceitação à ideia de propriedade, a depender do caráter do movimento). No segundo caso, a *tática* de ocupar o espaço visa a um objetivo externo àquele espaço, o espaço é uma mediação (por vezes crucial, por sua função, como é o caso das escolas, prédios de prefeituras e câmaras municipais) que conecta o protesto à sua finalidade política (não sairemos daqui enquanto tal medida não for revogada, etc.). A *apropriação* aqui se refere a um uso “feito para acabar”.

O risco é o *fetichismo da cidade*: a ênfase na forma se dar de modo que o *uso* passe sem muito conflito a ser o *consumo* dos lugares. Pode-se alegar que esta sobreposição dos valores de troca aos valores de uso no urbano não é de todo má, principalmente se a crítica central destes movimentos não é o sistema capitalista em si, mas apenas a exclusão e a vontade de serem partes ativas da cidade. Ora, além de já termos demonstrado que a cidade no capitalismo obrigatoriamente padece de uma contradição entre suas funções produtivas e reprodutivas (a cidade que queremos e precisamos inevitavelmente entra em conflito com a cidade necessária à reprodução do capital), há também o fato de que a transformação dos valores de uso em valores de troca transforma os espaços em mercadorias e os movimentos políticos contestatórios em gestores (culturais, no mais das vezes, sobretudo quando a ocupação é centrada na *feira* em espaços degradados de centralidades visadas pelo “negócio das cidades”). Neste caso, o gestor se acomoda, tendo abocanhado o seu quinhão e a alienação urbana permanece e até mesmo se complexifica. Esta relação com o espaço não está dissociada das mudanças efetuadas na política pela sociedade de mercado. Pode-se dizer que a “flexibilização do capital” (HARVEY, 2012) teve suas implicações na atuação política e em padrões culturais, sobretudo nas cidades. É que houve, como precisa Wolfgang Streeck (2013, s/p), a “transição de uma economia de atendimento das necessidades para outra, de

atendimento dos desejos; de um mercado centrado no vendedor para um mercado centrado no comprador”.

As redes

Os movimentos sociais, coletivos e indivíduos envolvidos nestes atos estão, em sua grande maioria, amplamente conectados às redes de internet. E a rápida e “viral” difusão da informação é o principal instrumento que alimenta a ocupação espontânea, diversa e tão massiva das ruas. De acordo com as pesquisas do Datafolha (2013) e Ibope (2013) já citadas, mais de 70% dos manifestantes ali estavam por meio de convocatórias nas redes sociais. As *Jornadas de Junho* expressaram a articulação entre as redes sociais e a composição da ação nas ruas. Redes de grande alcance como *Twitter* e *Facebook*, sobretudo por meio dos eventos criados para fazer as convocatórias, cumpriram funções de agenciadores importantes nas manifestações. As aglomerações de tópicos por meio das *hashtags* (#) na internet, a ação do *midialivrisimo*, com sua informação em tempo real e de dentro dos acontecimentos, fez um importante contraponto às grandes narrativas da mídia e ganhando grande visibilidade. Esta articulação não é novidade no Brasil e é um dos elementos de maior semelhança entre os nossos protestos e os outros por todo o mundo. A articulação entre as redes virtuais e as redes urbanas é uma tendência inexorável da nova forma de protestar. Para alguns autores, porém, o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade e cria, em sua própria forma, novas possibilidades de socialização.

O acontecimento noticiado instantaneamente, as informações passando por filtros diferentes da grande mídia e a transposição de debates começados nas redes para as ruas modificariam a experiência de tempo e espaço e a interação dos corpos ali presentes. Alzamora, Arce e Utsch (2014), caracterizaram as manifestações como uma composição (um *dispositivo protesto*, a partir de uma leitura foucaultiana) dos elementos *on* e *offline* que as atravessaram. Ou seja, ao passo que assumem que não se pode dizer que o Facebook (e outras mídias sociais) determinaram as manifestações, alegam que os enunciados que atravessam as mídias e a visibilidade que elas proporcionam mudam, e em grande medida determinam o comportamento dos manifestantes a cada novo acontecimento na rua (e até mesmo pautam “não-acontecimentos”). A dimensão política está em toda a composição convergente das redes e das ruas, e não apenas nas ruas.

Alega-se que a rede teria também um papel importante na conformação do formato horizontal dos movimentos, anarquistas e sem liderança, isso porque é uma concepção que estava presente na criação da internet, a ideia de horizontalidade e dispersão em grande escala

da informação sem hierarquias. Autores como Castells ([2012] 2013), Malini e Antoun (2013), dentre outros, veem na configuração autônoma da rede a forma que cria nas ruas uma multidão capaz de se autogovernar. Uma espécie de embrião de um movimento autonomista em curso. Todavia, julgamos que tal argumento se mostra muito generalista e complicado. A questão é que podemos assumir que em grande medida a figura do indivíduo ganha potência de ação muito maior na rede – um *hacker* é capaz de invadir bancos de dados de governos e grandes corporações e causar, sozinho, um conflito geopolítico global, como é o caso recente do vazamento de informações da Agência Nacional de Segurança norte-americana (NSA) pelo ex-agente Edward Snowden, para ficarmos apenas em um exemplo. Porém, isto não significa que os indivíduos em questão agirão de forma horizontal e seguirão o princípio autonomista, e nem, por outro lado, que organizações hierárquicas não possam se formar no ínterim destas ações. Ou seja, não vimos comprovação até agora de que a potência do indivíduo aumentada leva necessariamente ao anarquismo⁷². Temos *hackers* como Steve Jobs em profusão para nos mostrar que outras ideologias se apropriam muito bem do mesmo princípio.

Importante atentar para o fato de que muitos militantes anarquistas que se tornaram *ciberativistas* constroem narrativas importantes sobre a rede e sua conformação, por serem eles mesmos importantes desenvolvedores desta história. Isto leva à construção de uma visão específica da rede, por dentro de quem domina seus recursos. Todavia, há uma miríade de usuários que convoca manifestações, divulga suas posições políticas, participa de fóruns e acompanha coletivos online, mas que não necessariamente sabe como funcionam os pormenores daquilo que fazem na rede. No Brasil, por exemplo, a rede *Anonymous*, a Mídia Ninja, a Pós-TV, etc., são exemplos de ativistas engajados nos protestos de Junho que, certamente, carregam familiaridade com seus veículos informacionais e atuam de forma ativa na rede. Porém, a massificação da difusão da informação por meio de meros usuários das grandes corporações inseridas na lógica de compartilhamentos, como o *Facebook*, é de outro caráter. Ali não há necessariamente apropriação, mas tentativa de visibilidade dentro de uma dinâmica institucional que reinsere essa lógica na hegemonia informacional da mídia de massa. Ou seja, nestes espaços, nem todo mundo está agindo de forma autônoma e horizontal,

⁷² A propósito, Fernando Pessoa ironiza a complicada relação entre individualismo e anarquismo na crônica “O Banqueiro Anarquista”. O banqueiro, em suas divagações de uma vida de anarquista fervoroso e sincero à causa, chega por fim a concluir que o objetivo do anarquismo é destruir as ficções sociais e que isso só se faria de forma genuinamente libertária se fosse feito por meio de percursos individuais. Seu percurso individual foi focado em desconstruir a grande ficção social do “dinheiro”. E chegou a conclusão que isso só seria possível se estivesse acima de suas determinações, ou seja, se o possuísse em tão grande quantidade que não sentisse mais sua influência. E eis como o anarquista se torna banqueiro. A crônica, publicada em 1922, é de domínio público e pode ser acessada no site <www.dominipublico.gov.br>.

muito menos desenvolvendo a liberdade dos meios comunicacionais. São na verdade usuários, que se inserem de forma passiva em um processo já pré-estabelecido. A rede social é algo que requer um conhecimento muito especializado para seu real domínio e isto recoloca algumas estruturas de poder. Desde seu surgimento, no início dos anos 70⁷³, a Internet apresenta este duplo caráter de instrumento de monitoramento e controle, por meios militares em *hubs* universitários; e de cooperação social e troca de informações pela sociedade civil, empreendida pelos conhecimentos *hackers* por meio do modem, da telefonia e do compartilhamento P2P (*peer-to-peer*).

Marilena Chauí, que se tornou *persona non grata* dos ativistas de Junho de 2013 por suas afirmações deveras precipitadas e preconceituosas contra os Black Blocs e outros manifestantes⁷⁴, traz, todavia, uma reflexão que já vem sendo elaborada há um tempo a respeito da internet que não deveria ser ignorada. Trata-se do que ela chamou de risco do “pensamento mágico” (CHAUÍ, 2013a). Mágico porque segue a tecnologia que o cria, na qual basta apertar um botão para tudo aparecer. Logo, os movimentos passam a acreditar que basta querer para fazer acontecer. Há ausência de controle real sobre o instrumento, uma difusão da ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação; a recusa das mediações institucionais pode simplesmente encontrar um vazio na política e jogar, impensadamente, “água no moinho” dos pensamentos legalistas mais conservadores.

Se você não faz uma análise da forma da propriedade, com base na qual você pode pensar a divisão social; se não pensa a sociedade como contraditória e conflituosa; e, sobretudo, se não a pensa como exercício de poderes tácitos e implícitos, nunca vai poder operar no campo político. Porque vai operar no campo político sob a forma da explosão espontânea disto ou daquilo. Como é que se garante a vida de coletividades inteiras, a vida de um país inteiro, à espera de que, aqui e ali, como cogumelo, brote um líder que fale isso, outro que fale aquilo? Mas não é só isso! Quem vai realizar o que deve ser realizado? Eu posso sair pela rua e dizer: “É o seguinte: amanhã não quero latifúndio no Brasil, não quero agronegócio e quero o fechamento dos bancos. Ponto”. Aí, eu vou nas redes sociais e conclamo o país para ouvir a minha voz nessa direção. OK. Todo mundo aprova. Mas quem executa? Esses elogios são de uma cegueira muito grave, porque há um universo que é composto pela propriedade, pelas classes sociais e pelas institucionalidades. Como é que se vai operar sem isso? Você pode transformar tudo isso numa outra direção, mas não pode dizer que você vai operar sem isso. Você não está em Atenas! Você não está em Roma! Até Roma virou Império e Atenas teve os 30 tiranos! Eu insisto que precisamos compreender o sistema

⁷³ O panorama histórico aqui utilizado é do livro de MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique, 2013.

⁷⁴ Em palestra na Academia Militar do Rio de Janeiro, a filósofa afirma que os Black Blocs agem com inspiração fascista e atacam pessoas tanto quanto as coisas, e considerou que eles são “uma mescla de ‘partidos de extrema esquerda à procura de uma linguagem intempestiva de reconhecimento social e nacional’ e ‘essa coisa anárquica’”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofo-a-pms-do-rio.shtml>>.

planetário de controle e vigilância postos pela web e pela internet, no qual o centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, disseminado numa infinidade de máquinas pelo mundo, formando, como explica Paul Mathias, uma nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mas frequentemente fechada e secreta. A internet nasce numa infraestrutura econômica que ela mantém invisível, aparecendo como um ambiente universal de informação e comunicação globalmente uniforme. Ora, nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitado de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor ideia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos. Ignoramos os procedimentos operatórios que a criaram e a conservam, as leis de sua formação e configuração, sua arquitetura funcional. Por isso, não é possível celebrar as redes sociais como libertárias em si e por si mesmas, dispensando as mediações políticas (CHAUI, 2013a, s/p).

O Estado e a mídia também buscarão fazer uso eficaz das redes sociais, e não se sabe ao certo em qual grau de vantagem ou desvantagem com relação aos *ciberativistas*, que usam a internet justamente para contestar o poderio dos dois primeiros. Quando a grande mídia adere às manifestações, passa também a servir como convocadora, dizendo os locais e horários de concentração para as manifestações. Este fator é importante e ajuda a explicar também a adesão aos protestos de 2015 e 2016. Natália Viana (2015) demonstra como os grupos de direita “abraçaram” a rede virtual, sobretudo depois de 2013, para defender suas pautas. Suas campanhas são marcadas pelo uso de robôs que repassam as postagens em velocidade e números impossíveis para seres humanos, perfis falsos (para aumentar a adesão às causas), e perfis de celebridades que “viralizam” conteúdos⁷⁵. Não custa lembrar que, como já demonstramos, a mídia e os novos movimentos representantes da direita possuem um “orçamento” desigual se comparado aos *hackers*, coletivos e indivíduos ativistas. Não estamos dizendo, com isto, que haja, necessariamente, manipulação da população brasileira por grupos de direita através das redes sociais, mas apenas que a disputa está dada ali da mesma forma que está nas ruas.

Na verdade, o que defendemos aqui é que a rede é uma espécie de “catalisador” da difusão da informação. Sua rapidez e capacidade de reprodução são, certamente, um dado

⁷⁵ “De fato, robôs que ajudam na indexação do Google, fábrica de *likes* e perfis *fake* são hoje de uso comum na promoção digital de empresas, segundo conta Cassio Politi, diretor da Tracto, uma agência de ‘content marketing’ – o que ele considera uma ‘má prática’ do mercado. ‘Você pode pagar para ter 1 milhão de *views* no YouTube. Você paga US\$ 50 para um carinha que tem milhares de perfis *fake* no YouTube, Twitter e Facebook ver seus vídeos. E o Facebook, hoje, é uma grande loja de *likes*. Se você tem um número grande de visualizações, depende 20% da qualidade do conteúdo e 80% do quanto você pagou para o Facebook para promover o conteúdo’, diz. Algumas agências, conta, criam perfis de ‘reserva’ nas redes, para serem acionados quando há uma novidade sobre a marca. ‘A técnica é fazer os comentários positivos logo de cara, porque eles entendem que os primeiros vão dar o tom do discurso dos demais.’”(VIANA, 2015, s/p). O uso de robôs foi amplamente utilizado nas campanhas eleitorais das eleições presidenciais de 2014 e pelos movimentos anti-corrupção que tomaram as ruas em 2015.

importante que instaura uma nova era comunicacional. Porém, o *ciberespaço* reproduz e produz as mesmas contradições do espaço social. Há ali apropriação desigual, contradições e conflitos sobre seu uso. Desta forma, não é possível alçá-lo ao topo da hierarquia da possibilidade da mudança social. É um risco tratar a *internet* como um sujeito da mesma forma como é um risco tratar o espaço como sujeito. Estes são o meio de difusão da sociedade, e a origem de suas contradições se encontra na reprodução social, com todo o seu conjunto de mediações. Ivana Bentes no prefácio do livro *@Internet e #Rua* ilustra bem esta relação.

(...) o que chamamos de “ciberespaço” não pode mais ser concebido como um espaço social separado. Não “entramos” mais na Internet, ela nos atravessa de diferentes formas em conexões a céu aberto que lutamos para democratizar e acessar. “Nós somos a rede social”, como disseram os manifestantes brasileiros nas ruas. (BENTES in MALINI e ANTOUN, 2013, pág. 10)

O fetichismo da violência

Uma tática importante que surge no Brasil em 2013 é a dos *Black Blocs*, que causa polêmica e muita dúvida a respeito de quem são e como agem. É antiga a reação violenta dos indivíduos às precárias condições de vida e às arbitrariedades que sofrem no cotidiano. É o que até então vinha sendo chamado de “ação direta”, em contraponto à “ação institucional” de grupos políticos que agem na legalidade. No Brasil, é inédita a forma específica de tática de ação direta chamada “*Black Blocs*”.

É importante esclarecer que a violência sempre esteve presente na história dos movimentos sociais no Brasil, quer seja na forma como muitos foram tratados pelas forças policiais, quer como forma de resistência pelos próprios movimentos, especialmente na área rural, onde as relações sociais historicamente são pautadas por formas de violência. A novidade em 2013 é que a violência entra em cena nas manifestações de ruas como tática de uma ala do movimento (*Black Blocs*) no conjunto mais geral que a compõe. Embora não se denominem movimento, mas tática, sua visibilidade - performática domina a cena quando acontece. (GOHN, 2014, p. 76)

O que diferencia os *Black Blocs* de outras táticas de choque e ação direta é justamente sua ação performática e caracterização visual, que traz reconhecimento em manifestações em diferentes lugares do mundo. Trata-se de um conjunto de pessoas que se vestem de preto, e cobrem seus rostos com máscaras também pretas. Sua atuação propriamente dita varia muito de acordo com o momento em que são vistos, uma vez que eles não são um movimento social com pautas, coordenação, porta-vozes, etc.. Outra característica comum aos diversos *Black Blocs* já organizados é a escolha dos alvos de ataque. Eles têm por princípio nunca atacar

pessoas (são raros os relatos em que seus ataques feriram outras pessoas) e buscar transmitir a mensagem do anticapitalismo através dos alvos que escolhem para depredar. Ou seja, como descreve Dupuis-Déri (2014), “o alvo é a mensagem”. Não é necessário a um “*black blocker*” fazer nenhuma declaração explicando seus atos, pois as grandes lojas, outdoors e instituições que eles atacaram já dizem sobre qual é a causa de sua revolta. E em diversos casos, os *Black Blocs* caminham com toda a manifestação sem atacar nenhum alvo, existindo apenas como tática de defesa contra a ação policial (seu arqui-inimigo). Ao fim das manifestações, algumas pessoas soltam declarações a respeito de suas ações e quais foram suas intenções, mas nada que indique organicidade do movimento ou composição de lideranças.

Por ter suas origens no movimento autonomista da Alemanha Ocidental do início dos anos 80, a manutenção da imagem e da própria existência dos *Black Blocs* está muito relacionada com a simpatia pelo anarquismo e por seus movimentos estéticos, como o *punk* e o *straightedge*. Desta forma, é possível caracterizá-los, de forma generalista, como composto de jovens anarquistas. Mas a verdade é que um *Black Bloc* surge e desaparece a cada ato de protesto, tendo adesões de diferentes sujeitos a cada nova composição.

Os *Black Blocs* abrem a importante discussão, aparentemente no mundo todo, a respeito da violência, ou melhor, do “vandalismo” e a legitimação, por parte da mídia, da ação truculenta da polícia respaldada pelo combate aos vândalos. A classificação dos manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos” (ou baderneiros) é de muita astúcia, pois consegue, além do respaldo da ação policial, eliminar o apoio da sociedade que assiste de longe aos acontecimentos e criar dissidências dentro do próprio movimento. É certo que, nesta sociedade de consensos impostos, a violência mais cedo ou mais tarde aparecerá como reação e, ainda, é certo que em um movimento espontâneo não é possível controlar as ações e táticas de cada um que ali se manifesta.

Silvia Viana (2013), socióloga que estuda a mídia e sua produção de ideologias, apreendeu bem a astúcia dos discursos midiáticos no decorrer de Junho de 2013, em seu sofisticado jogo de adaptação. Num primeiro momento, o que ocorreu foi a abordagem clássica de considerar toda manifestação uma violência, seja pelo vandalismo seja pela restrição do “direito de ir e vir” dos motoristas e passageiros presos no trânsito. Uma manobra corriqueira da construção da ilusão do consenso na democracia. Para que esta ilusão seja construída, todo dissenso e todo conflito deve ganhar o rótulo de “violência”. O segundo momento se deu quando imagens da *Mídia Ninja* de dentro do protesto publicizaram as prisões indevidas e a truculência policial. Nesta hora, houve o reconhecimento tácito de que havia abusos da polícia, mas ainda no campo responsivo, apenas porque havia despreparo

para lidar com tanta violência dos “vândalos”. O terceiro momento foi breve, um ponto de ruptura. Foi a impossibilidade de manter a aprovação à ação da polícia depois que alguns jornalistas da grande mídia foram feridos ou presos arbitrariamente. A “opinião pública” passou a apoiar em massa os manifestantes e condenar a polícia e a reação estatal aos atos. A mídia fica sem saída e, neste momento, assume um discurso “esquizoide”, contraditório. Porém, o quarto momento, a reorganização, veio rápido. Foi o momento da separação do corpo da massa entre os manifestantes pacíficos, que iam de forma legítima e democrática reivindicar seus direitos na rua (direitos os quais, como já vimos, o discurso midiático tratou de começar a pautar também), e os vândalos e baderneiros, criminosos que estavam ali para fazer baderna e atrapalhar o ato. Para estes, “a força policial ainda é indispensável e deve ser enérgica” segundo reportagem do SBT⁷⁶.

Essa dualização ficou plasmada na transmissão ao vivo da Record. Intencionalmente ou levados por algum tipo de automatismo inconsciente, os editores dividiram a tela ao meio: de um lado, imagens dos manifestantes na Av. Paulista, em um ponto no qual já não caminhavam, pois haviam chegado a seu destino; do outro, imagens dos confrontos no Rio de Janeiro. Naquela metade, a imagem estava clara e brilhante; na outra, a iluminação vinha das fogueiras, tudo em volta era escuridão. A narração confirmava a edição (lembremo-nos: edição, pois as imagens em São Paulo eram ao vivo e as do Rio, corriam em loop): o bem e o mal, o aceitável e o inaceitável. Através dessa simplificação é possível a construção, não apenas de um novo discurso, mas também de uma nova pauta: o importante é a Paz! (VIANA, 2013, s/p).

Disto forma-se, então, uma nova visão sobre a dita “violência”. Há os “manifestantes pacíficos” e os “violentos” que, por isto, merecem apanhar. Há os “espancáveis” e os “não espancáveis”. Para os mais sensíveis, algo cheira mal, mas no ponto em que estamos da sociedade do espetáculo, não deveríamos mais nos espantar com a eficácia de tal manobra, que depõe a sensibilidade quanto à integridade física de inúmeros seres humanos em nome da integridade das vitrines, carros, pneus e outdoors.

À exceção dos psicopatas – cuja incapacidade de refletir sofrimento é mesmo excepcional –, a indiferença diante do horror não é algo natural e sim o resultado de uma construção social. Tanto assim que a mesma sociedade que enxerga nas manifestações de rua, e seu saldo de vidros quebrados, uma violência inaceitável, é capaz de destilar a demanda por mais pernas quebradas; uma exigência que pode, do mesmo modo, arrefecer ou virar de cabeça para baixo quando o terror estatal e espetacular, sabe-se lá mediante qual contra poder subterrâneo, toca os juízos; então se faz necessário um novo dispositivo para a dupla produção, de indiferença diante das pernas e

⁷⁶ Citado em < <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3027&tipo=acervo>>.

de compaixão pelas vitrines: “há uns e outros, e os outros merecem...” (VIANA, 2014, s/p)⁷⁷.

O cenário fica mais macabro quando, dois anos depois, novas manifestações são convocadas em 2015 e 2016, desta vez com o tema geral antipetista e anticorrupção, toda de verde-amarelo, entoada pelo hino nacional. Marcadas nos domingos para não atrapalhar o trânsito, compareceram pessoas vestidas de militares, bradando a volta da ditadura em jipes camuflados; senhoras abraçando e tirando *selfies* com policiais; lutadores de jiu-jitsu e MMA convocados para “segurarem os infiltrados”⁷⁸; Deputado Federal portando arma de fogo em cima do carro de som⁷⁹; figuras que fizeram cerco a midialivristas e pesquisadores que acompanhavam os encontros, agrediram física e verbalmente pessoas vestidas de vermelho, com camisas de conteúdo político e até mesmo um jornalista que se parecia com o ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva⁸⁰. O que é digno de nota não é o ódio declarado e o fascismo que já são velhos conhecidos daqueles que estudam o conservadorismo no Brasil, mas o fato de que foram estas as manifestações laureadas com o título de manifestações pacíficas, que não tiveram “quebra-quebra” nem confronto com a polícia (claro, os fardados adoraram os *selfies*).

O cenário pintado aqui, além de macabro, é complexo. Há um significante universal, “a violência”, cuja construção de significado entra no embate político de “cachorros grandes” e ferozes – mídia, Estado, civis vândalos, civis pacíficos, etc. Quando tratamos de ações coletivas, não se pode dizer com certeza a diferença entre “violência” e “não violência”. No nosso contexto, a tática *Black Bloc* ganhou miseravelmente o status de organização terrorista das mais perigosas, uma clara manobra de “bode expiatório”, que foca o “vandalismo” generalizado – não só entre os manifestantes, mas inclusive com a comprovada participação de policiais infiltrados gerando estopins de confronto – em um grupo, que é ressignificado em seu anarquismo, em sua ideologia e em suas articulações políticas e que passa a ter indivíduos presos sob a alcunha de líderes.

⁷⁷Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/28/a-acumulacao-do-horror-e-o-horror-da-acumulacao-uma-entrevista-com-silvia-viana/>>.

⁷⁸Viralizou a convocatória no facebook, com mais de 45 mil visualizações e 3 mil compartilhamentos: “A gente não pode aceitar meia dúzia de filhos da p*** haitianos, de angolanos ou de negos do MST, esses vagabundos que estão infiltrados aí”, afirma o vídeo que convoca lutadores de artes marciais e torcidas de futebol para as manifestações contra o governo: “Gruda os caras, mano. Mostra que você é homem!”, disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/03/pagina-convoca-lutadores-de-mma-para-manifestacoes/>>.

⁷⁹Disponível em : <<http://vejasp.abril.com.br/materia/eduardo-bolsonaro-armado-manifestacao-avenida-paulista/>>

⁸⁰Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/fotografo-e-agredido-durante-protesto-em-bh-por-se-parecer-com-lula-13042015>>

O risco que corremos aqui é o de sermos eternamente dragados pela construção social do conceito de “violência”. As fronteiras entre o que faz um “*Black Blocker*”, o que faz um manifestante que queima ônibus ou outro que para o trânsito e o que faz um terrorista são tênues e facilmente rompidas quando necessário for. Pior: há os “terroristas” que respondem policiais, que vendem e consomem drogas, que roubam, enfim, que o são apenas por existirem na zona marginal da legalidade. Discutir a ação violenta dentro do que a lei, o Estado ou a “opinião pública” consideram, significa dizer que qualquer ação que imponha conflito àquilo que foi definido como “paz” pelas instituições e autoridades é violento. Anselm Jappe nos ajuda a construir a problemática mais ampla que se estabelece aqui, qual seja, o fato de que:

(...) não se trata de justificar ou, ao contrário, de condenar a difusão de práticas condenadas como “ilegais” e o recurso que o Estado define como “violência”. Pode-se simplesmente prever uma coisa: vai ser muito difícil que os atos de contestação, que não deixarão de aumentar nos próximos anos, respeitem os parâmetros de “legalidade” concebidos precisamente no objetivo de condená-los à ineficácia. (JAPPE, 2013a, p. 75)

A astúcia deste jogo ideológico consiste em tratar a violência como tabu, assunto proibido, nas relações cotidianas, para ser expressa apenas nas situações extremas e explosivas. Toma-se a atitude pacífica, mediada pelas instituições mantenedoras da ordem, como o normal. O “pacato cidadão” não apanha todo dia (fisicamente, diríamos, por entendermos que há também toda a questão da violência simbólica cotidiana que não é tratada aqui), então entende que a normalidade é a tranquilidade. A violência, como categoria social que é, só se enxerga no microcosmo, e só é revoltante quando atinge “mais do que dá pra aguentar”. Posto o tabu, é fácil jogar com ele, diríamos mesmo que há uma fórmula. Uma parcela diária de mortes e atrocidades nos noticiários, *reality shows*, filmes e jogos nos deixa anestesiados e pouco conscientes do que exatamente cada coisa é, localizada em seu contexto. Em tempo, é fácil notar o fascínio da mídia em cobrir a “violência” das manifestações, em detrimento de outras questões que ali aparecem. A violência gera lucro no âmbito televisivo.

No entanto, entender que o Estado é o portador da violência legitimada e reconhecer que a polícia exagera, que a reação é arbitrária e que vivemos um Estado de exceção velado também não nos leva muito longe, vai nos fazer concluir que “tudo é violência”. Isso nos coloca o que? A perspectiva da guerra? O desespero? É nesse ponto que argumentamos que não adianta patinar no *fetichismo da violência*. A constatação da necessidade do uso da violência pelos movimentos de esquerda se reduziu a uma queda de braços contra o Estado, que no fim das contas sempre é um brutamonte. Beira a apologia ao crime. E, como bem pontua Jappe,

(...) a questão continua sempre a mesma: quem exerce e com qual objetivo? A esquerda radical não raro confundiu violência, mesmo empregada com objetivos absolutamente imanentes à lógica mercantil, tais como as reivindicações salariais, com “radicalidade”. (...) O caráter emancipatório de um movimento de oposição, mesmo começando em boas bases, nunca é garantido – haverá sempre o risco de queda num “populismo” que “supera qualquer clivagem esquerda-direita”. (JAPPE, 2013a, p. 82)

A violência política, a violência da polícia, a violência como manifestação pura do ódio e da rejeição se diferenciam, mas se misturam tanto no que diz respeito à sua repressão quanto no que diz respeito ao entusiasmo por elas. Se, por um lado, são diferentes os sujeitos que se unem ao Estado Islâmico, os que lincham ladrões de celular na rua, os que quebram vidraças e os que quebram as pernas dos que quebram vidraças, por outro lado, todos têm em comum o fato de que não parece existir objetivo estratégico para além do próprio ato. Em outras palavras, assim como os “*Black Blocks*”, o uso ou não da violência é uma tática, é um momento e é uma noção “guarda-chuva” a ser apropriada politicamente.

O fim da perspectiva estratégica?

Buscamos, com os exemplos apontados acima, demonstrar que, como muitos vêm afirmando a respeito de Junho de 2013, realmente não há uma perspectiva estratégica nos moldes clássicos deste debate: a respeito da tomada do poder ou do desencadeamento de um processo revolucionário. Muitos debates dentro de partidos, coletivos, movimentos sociais e sindicatos vêm sendo feitos a respeito desta questão, ora considerando que é necessário reconstruir a perspectiva estratégica revolucionária, ora considerando que esta, na verdade, não é desejável, que o espontaneísmo é o fato mais representativo dos anseios da uma população diversa e não coordenada por poderes centrais e hierárquicos. O debate é rico e a querela ainda não chegou a um veredito. De toda forma, as metamorfoses pelas quais passou a esquerda no mundo e os desafios renovados aos quais fomos expostos nos fazem questionar se não seria este um momento de transição da tradicional luta de classes da forma como conhecemos, ou seu fim. Sem a pretensão de responder a esta pergunta, um percurso pela história e por algumas discussões a respeito dos protestos e rebeliões urbanos podem nos guiar rumo a interessantes pontos.

Nosso percurso começa com a cidade “pré-industrial”. Rudé ([1964], 1991), Thompson ([1991],1998) e Hobsbawm ([1959],1983), preocupados com os primórdios da cidade industrial e as novas formas de rebelião, nos mostram o caráter de aglomeração de

multidões, com sua origem nos chamados de *motins* ou *turbas (mobs)*⁸¹, nas sociedades que convencionaram chamar de pré-industriais, na transição entre o século XVIII e o século XIX. Já a partir do século XVIII, nota-se este "redemoinho permanente na vida urbana" (HOBSBAWM [1959], 1983). Permanente porque, mesmo que fossem acontecimentos intermitentes, se repetiam de forma tão constante a cada vez que as condições de vida das classes pobres se tornavam insustentáveis que o historiador a assume como permanência no contexto geral. Este redemoinho se caracterizava como

(...) o movimento de todas as classes urbanas pobres encaminhado com a realização de mudanças políticas ou econômicas mediante a ação direta - ou seja, pelo motim ou rebelião -, porém um movimento que ainda não estava inspirado por nenhuma ideologia específica; ou, se encontrava a expressão de suas aspirações em algum modo, o fazia em termos tradicionais e conservadores (...)" (HOBSBAWM [1959], 1983, p. 168, *Tradução Nossa*)⁸².

Eram, por isso, para o autor, movimentos "pré-políticos", o que não significa que neles não houvesse implicações políticas. Os distúrbios eram, normalmente, uma ação contra o desemprego ou para baixar os preços dos bens de subsistência. As turbas se voltavam normalmente contra as classes ricas, embora não necessariamente contra o Estado e as instituições oficiais da cidade. Os estudos de caso perpassam grandes cidades pré-industriais do período, como Viena, Nápoles, Roma, Palermo, Istambul, dentre outras e, em casos mais específicos por sua mistura com a classe operária mais bem desenvolvida, Londres e Paris.

Thompson ([1991], 1998) prefere falar em *levantes populares* e demonstra que é uma prática antiga, mas em Londres passou a ser mais recorrente e ganhar uma forma própria a partir do século XVIII, quando se vê uma aglomeração em torno do mercado e uma marcada divisão do trabalho e a substituição progressiva de uma relação direta entre consumidores e produtores por outras mediações, e com a separação cidade-campo ainda incipiente. Ele trata mais detidamente das insurreições pelo preço justo, onde grupos invadiam os estabelecimentos e levavam seus produtos pagando o quanto pudessem ou achassem justo por eles.

Se procurarmos uma forma emblemática de ação direta, devemos considerar não tanto as querelas à porta das padarias de Londres ou tão-pouco os grandes tumultos provocados pelo descontentamento face aos grandes

⁸¹ O termo *turba* não é o preferido dos autores por carregar a conotação depreciativa da época nos registros históricos dos eventos. A *turba* era algo considerado irracional e violento que acontecia quando as multidões saíam às ruas, aparentemente sem demandas.

⁸² No original: "(...) el movimiento de todas las clases urbanas pobres encaminhado al logro de cambios políticos o económicos mediante la acción directa —es decir, por el motín o la rebelión—, pero um movimiento que todavía no estaba inspirado por ninguna ideología específica; o, si es que encontraba la expresión de sus aspiraciones en algún modo, lo hacía em términos tradicionales y conservadores (...)".

moleiros, mas os “levantes populares” (especialmente em 1740, 1756, 1766, 1795 e 1800) em que se destacam mineiros de carvão, mineiros de estanho, tecelões e operários do ramo das malhas. O mais notável nestas “insurreições” é, em primeiro lugar, a sua disciplina, e, depois, o fato de exibirem um padrão de comportamento cuja origem nos obriga a recuar várias centenas de anos – que se torna mais sofisticado (e não menos) no século XVIII e que se repete, de modo aparentemente espontâneo, em diferentes zonas do país e após muitos anos de permeio sem incidentes. A ação central a este padrão de comportamento não é o assalto aos celeiros ou o roubo de cereal ou de farinha, mas a ação de “fixação de preço”. (THOMPSON [1991], 1998, p. 70,71).

Rudé ([1964], 1991) estuda estes movimentos populares como formas da “multidão”, e busca entendê-los no período entre 1730 e 1848 por considerar que, além da Revolução Francesa estar no centro deste turbulento período, algo de novo vinha se produzindo nas formas de insatisfação popular. A “multidão”, para o autor, é um fenômeno coletivo de contato direto, “frente-a-frente”. Ele estuda as multidões propriamente das manifestações políticas, a “multidão agressiva” ou “explosão hostil” - como motins, greves, rebeliões, insurreições e revoluções. A agitação popular típica da multidão na era pré-industrial, composta por uma população mista das cidades – chamada de “classes inferiores” – era provocada “tanto por lembranças de direitos costumeiros ou nostalgia de utopias do passado como pelas reivindicações presentes ou esperanças de melhoria material” (RUDÉ [1964], 1991, p. 4). Via-se a atuação pela ação direta, quebrando janelas, destruindo máquinas, saqueando mercados, destruindo moinhos, tavernas, fazendas, etc. Enfim, danos materiais, raramente causando mortes. Também já se levantavam barricadas e jogavam pedras neste período.

A separação entre pré-industriais e industriais é assumida como arbitrária por todos estes autores que, no entanto, a consideram útil para compreender a mutação das formas de luta entre a ação espontânea do que era indistintamente chamado de *turba* (que era uma composição ampla e complexa de classe que Rudé e Thompson se dedicam a destrinchar) e as lutas trabalhistas organizadas e seus métodos mais voltados a objetivos específicos com o desenvolver do sistema produtivo. Vejamos a nota de Rudé a respeito:

Na sociedade industrial, as perturbações mais suscetíveis de significação histórica tomam a forma de greves e outras disputas trabalhistas, ou de reuniões públicas de massa e manifestações conduzidas por organizações políticas. Seus objetivos tendem (embora nem sempre) a ser bem definidos, voltados para a frente e bastante racionais, mesmo se apenas aceitáveis, à primeira vista, a um dos lados da disputa. E os participantes tendem, exceto em comunidades camponesas distintas, a ser trabalhadores assalariados ou industriais. Da mesma forma, a era “pré-industrial” tem um tipo próprio de agitação, cujos objetivos, comportamento, formas de ação e participantes são, mais ou menos, peculiares à época. Em nosso período de transição, a

forma típica do protesto social é o motim da fome, não a greve do futuro ou o movimento milenarista, ou a *jacquerie* camponesa do passado. (RUDÉ, [1964], 1991, pág. 3)

As greves existiam na chamada “era pré-industrial”, mas apenas em ramos com algum nível de coletividade e organização e eram acompanhadas de ações diretas, como quebra de máquinas, ataques às casas dos patrões e proprietários e mesmo dos fura-greves, ataques aos espaços de produção, etc. Rudé nota que, neste período, as greves tinham o mesmo objetivo da fixação de preços, o de manter um salário capaz de comprar os bens necessários à reprodução da vida. As associações de trabalhadores eram proibidas e, como as oficinas eram pequenas, os trabalhadores tinham dificuldades de combinar seus esforços reivindicativos. Elas só foram realizadas de forma mais perene por grupos de trabalhadores altamente especializados e mais bem pagos. O autor atribui o primeiro uso da palavra “Sindicato” aos grupos criados por tecelões ingleses a partir de 1773, ano em que foi aprovada uma lei que atribuía aos magistrados a capacidade de fixar salários e impor normas trabalhistas. O sindicato era uma organização permanente, por meio da qual tanto mestres quanto assalariados apresentavam seus casos aos juízes. Uma forma de intermediação na representação jurídica do trabalho.

Para Rudé, a Revolução Francesa marca a transição das manifestações políticas influenciadas pelos interesses dos *parlements*, separadas dos motins da fome imediatistas das áreas rurais, para uma mobilização de massas que recorreu a toda a nação, puxada pela burguesia do “Terceiro Estado”, e trouxe ideais permanentes. Foi também o período da expansão do comércio em larga escala e do desenvolvimento da indústria. Com isso, se deu o surgimento das ideias de “preço natural” e da economia política. As mercadorias eram tiradas da circulação imediata (como os cereais armazenados em celeiros com fins de exportação, por exemplo) e a utilização de máquinas passou a intermediar novas ideias de salários também em seus níveis “naturais”.

Assim, aos poucos, revogaram-se a velha legislação protetora contra o fechamento de terras, o açambarcamento e o monopólio, a exportação de cereais e as antigas leis que davam aos magistrados a autoridade de fixar preços e salários; e as velhas ideias do “justo” preço e do “justo” salário, impostas pela autoridade ou sancionadas pelo costume, deram lugar às novas ideias predominantes de salários e preços “naturais” num mercado livremente competitivo. (RUDÉ, Op. Cit., p. 244)

Com o desenvolvimento da indústria em larga escala, a cidade vive um processo de *implosão-explosão* (LEFEBVRE, [1970], 2008, p. 23), onde, por um lado se vê a imensa concentração de pessoas, de equipamentos, atividades, dinheiro, etc. e, por outro lado, uma

fragmentação humana e espacial extrema. É nesse processo que o espaço abstrato se coloca, da troca simples ao mercado mundial, o momento da generalização das relações monetizadas e da criação de inúmeras mediações entre produtor e consumidor. E neste momento, a cidade “torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência (LEFEBVRE, Op Cit., p. 23)”.

Analisando a política revolucionária na Paris do século XIX, Harvey ([2003], 2015) inicia o percurso com o socialismo utópico que precedeu e preparou o terreno para os levantes de 1848. Vemos que este período é marcado por uma continuidade com as ideias revolucionárias de 1789, mas também por uma ruptura com o processo. Para explicar melhor, o autor usa a afirmação de Saint-Simon, de que o mundo estaria de fato “de cabeça para baixo” por um lado, mas que havia a abominação da violência da Revolução e vontade de mudar as coisas por vias pacíficas, por outro. “Segundo ele, a tarefa do analista é estudar a condição efetiva da sociedade e, baseando-se nisso, reconhecer o que precisa ser feito para conduzir o corpo político a um estado mais harmonioso e produtivo” (HARVEY, Op. Cit., p. 97). Existia, talvez, a ideia de que algo poderoso começou em 1789 (mais próximo do ideal de socialismo econômico e político de François Babeuf, guillotinado no processo da Revolução) e que foi brutalmente interrompido, algo que deu errado com a restauração da monarquia constitucional e seu convívio com o direito burguês.

Para Rudé, dois fatores diferenciam a revolução francesa de 1789 da insurreição de 1848: a consolidação da indústria moderna e a difusão de ideias socialistas entre a população trabalhadora. Em 1789, ainda não estávamos na era do grande empregador industrial, com o poder ainda concentrado nas mãos dos banqueiros, donos de terras e comerciantes manufatureiros. A partir de 1830, porém, a transformação industrial tinha um grande efeito e esta década viu um desenvolvimento da educação política da classe trabalhadora industrial francesa de então. As insurreições de 1830 eram, de certa forma, uma tentativa de realizar o que a de 1789 iniciou em processo, o fim definitivo da monarquia. Mas, havia o fato novo de que os trabalhadores passavam a se associar em grupos organizados com inserção na política, produção de jornais e objetivos sociais mais profundos do que os relacionados a demandas imediatas. Pela primeira vez, os mesmos trabalhadores eram encontrados em manifestações diferentes, lutando por se inserir na política mais ampla. No ano de 1834, registra o autor, a palavra “socialismo” foi usada pela primeira vez no país, por Pierre Leroux, e as ideias de Babeuf, Blanqui, Barbès, Cabet, Proudhon e dos saint-simonianos passaram a circular entre os trabalhadores. Nota-se uma suave transição de alvos pessoais da revolta para a luta por princípios ou causas. Estas associações tiveram um papel preponderante nas *jornadas* de

1848. A propósito, a palavra “revolução” também ganhou, nesta época, novo sentido. Geuss (2008) aponta que, até o século XVIII, o termo era usado para denominar um padrão astronômico de movimento recorrente, que gastava um tempo para sair de um ponto de origem para retornar ao mesmo lugar. Somente após os eventos ocorridos na França a palavra foi progressivamente ganhando o sentido político de completa ruptura com a ordem anterior, algo oposto ao que denominava antes.

Harvey acredita que Saint-Simon, Blanqui e Fourier proporcionaram as “centelhas iniciais”, mas que depois deles o pensamento socialista se viu disseminado cada vez mais. As interpretações do momento político foram lentamente se transformando a partir dos princípios revolucionários de 1789 como atesta Harvey: “As diferenças com frequência refletiam as maneiras específicas em que as ideias sobre igualdade, liberdade, republicanismo, comunismo e associação se fundiam programaticamente” (HARVEY [2003], 2015, p. 105). De certa forma, estes eram os valores universais de um mundo melhor, porém, seus significados estavam longe de ser consensuais. A partir dos anos de 1830, eles viriam servir às lutas trabalhistas e à emancipação do trabalho.

Portanto, fevereiro de 1848, apesar de suas inovações importantes, marca apenas uma etapa intermediária entre o tipo mais antigo e o mais novo de movimentos e distúrbios populares. A insurreição de Paris, que, em junho, colocou os *ouvriers* e os *bourgeois* em lados opostos das barricadas, levaria a transição a um ponto mais avançado. As “jornadas” de junho tinham suas origens mais remotas no colapso da aliança entre democratas burgueses e trabalhadores, ocorrida logo depois de sua vitória comum, em fevereiro. A visão dos trabalhadores em suas *blouses*, ou dos camponeses em seus blusões compridos, montando guarda a edifícios públicos e lançando ao ar suas reivindicações, ditando suas condições no Palácio de Luxemburgo, onde Louis Blanc tinha instalado seu “Parlamento dos trabalhadores”, começava a alarmar muitos que, embora revolucionários e republicanos em fevereiro, partilhavam da preocupação de Tocqueville, de que a “propriedade” poderia ser ameaçada agora. (RUDÉ [1964], 1991, p. 185)

Rudé acredita que, na Inglaterra, o divisor de águas entre as formas antigas de movimentos populares e as novas é o *Cartismo*. O movimento aconteceu durante o reinado da rainha Vitória e foi o primeiro movimento independente da classe trabalhadora britânica, que lutava para a formulação da “Carta do Povo”, constituição com ampliação de diversos direitos sociais, políticos e trabalhistas. Suas ideias foram formuladas a partir da experiência política de reformadores parlamentares do passado, diferentemente da França, onde já vimos terem sido de extrema importância as ideias socialistas utópicas voltadas para o futuro. Este movimento era composto sobretudo por operários da indústria organizados em sindicatos e associações de classe, ou seja, algo mais próximo da ideia de “proletário” do que os rebeldes franceses (compostos por um conjunto maior das classes pobres trabalhadoras de então no

país). Além do mais, o Cartismo, apesar de calcado em reivindicações locais, tornou-se um movimento nacional.

Enfim, o percurso traçado tenta demonstrar que o século XIX assistiu ao surgimento da luta organizada dos operários, como momento de consolidação própria classe operária. Os teóricos aqui citados tendem a concordar com a Comuna de Paris de 1871 sendo o momento mais representativo da nova forma de organização que nascia naquele século. Nas suas vertentes – socialdemocrata, socialista, comunista, anarquista – os sindicatos, partidos, sociedades secretas, dentre outros tipos de organizações, foram profusos e fizeram a história do século que se seguiu. A história do desenvolvimento do capitalismo, da expansão do fenômeno urbano é também a história da luta dos trabalhadores organizada, com ideais e projetos próprios de poder e de sociedade. Naturalmente estas entidades ainda existem e cumprem um importante papel na dinâmica social contemporânea, porém, novas configurações se impuseram a partir dos fins dos anos 1960, que trouxeram uma reviravolta para as antigas ideias.

Para Pablo Ortellado,

A tensão entre o processo e o resultado tem como marco simbólico a Marcha do Pentágono em Washington, em outubro de 1967, quando os modos de ação dos novos e dos velhos movimentos explicitamente divergiram. De um lado, o ato tradicional com oradores pelo fim da guerra contra o Vietnã, organizado pelo Comitê Nacional de mobilização; de outro, a tentativa de fazer o Pentágono levitar com milhares de pessoas entoando o mantra “Om”, organizada por Jerry Rubin, Abbie Hoffman e Allen Ginsberg. Os debates sobre a tentativa de fazer o Pentágono levitar opunham, de um lado, os que achavam que se tratava de incompreensível futilidade, algo como desperdiçar anos de trabalho de conscientização contra a guerra e, do outro, aqueles que elogiavam a capacidade mobilizadora da performance contracultural, além da sua potência processual de pura e simples diversão. (ORTELLADO, 2013, p. 229).

Para Badiou ([2009], 2012), a Revolução Cultural chinesa, que se deu entre 1965 e 1976, foi a última revolução significativa ainda interna ao que ele chama de “partido-Estado”, e já aponta para uma cisão desta forma. Ela inaugura uma “saturação” destes partidos entre os anos 1960 e 1970 e, depois dela, movimentos como Maio de 1968, o movimento polonês ou o zapatismo de Chiapas já representam algo diferente, um constante movimentar de tentativas de alguma forma diferente de lidar com o poder e com as hierarquias, e mesmo com o projeto estratégico, enfim, a crise da forma do “partido-Estado”. Para o autor, vários processos foram desencadeados em maio de 1968 na França (e no mundo) e um deles reverbera até hoje: é a busca “um tanto cega”, de uma nova concepção de política. Cheia de completa negação à

ordem vigente e de experimentos entusiasmados, que, porém, não resolveu os problemas que colocou.

(...) Maio de 1968, e, mais ainda, os anos seguintes, questionaram profundamente a legitimidade das organizações históricas da esquerda, dos sindicatos, dos partidos, dos líderes conhecidos. Mesmo nas fábricas, houve contestação da disciplina, da forma usual das greves, da hierarquia do trabalho, da autoridade sindical sobre os movimentos. A todo instante, a ação operária e popular excedeu seu quadro normal por iniciativas consideradas anárquicas ou selvagens. Houve enfim, e talvez sobretudo, uma crítica radical da democracia representativa, do quadro parlamentar e eleitoral, da “democracia” em seu sentido institucional, constitucional. E, principalmente, não podemos nos esquecer de que a palavra de ordem final de Maio de 1968 era: “Eleições, armadilha para imbecil!”. E não se tratava de um simples arrebatamento ideológico, havia razões precisas para esta hostilidade contra a democracia representativa. Depois de um mês de uma mobilização estudantil, operária e popular sem precedentes, o governo conseguiu realizar eleições e o resultado foi a Câmara mais reacionária que já se viu! Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas. (BADIOU [2009], 2012, p. 35, 36)

Henri Lefebvre (1968) batizou a revolta de maio de 1968 na França de *irrupção* e disse que ela se afigurou como um “acontecimento”. O acontecimento, para o autor, é aquilo que frustra as previsões, derruba as estratégias, abala as estruturas que o permitiram existir, reúne o que se dispersava, restitui o movimento do pensamento e da prática e faz aparecer a *situação*. A *situação*, de acordo com Debord (1957), é o momento do desmoronamento da noção de espetáculo, é a construção de algo a ser vivido de fato por seus construtores. Aproxima-se do sentido da teoria dos “momentos” de Lefebvre. “O papel do ‘público’, de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas, num sentido novo do termo, vivenciadores” (DEBORD, 1957 in JACQUES, 2003, p. 57). A revista número 4 da Internacional Situacionista, de 1960,⁸³ traz um artigo chamado *Théorie des moments et construction des situations*, que tem como epígrafe um trecho do livro *La Somme et le Reste* de Henri Lefebvre, onde o diálogo entre estas duas formas é estabelecido. Os momentos se configuram como instantes efêmeros, perecíveis, atos livres de criação no seio do cotidiano que buscam ultrapassar o empobrecimento da vida cotidiana. Os momentos ultrapassariam aquilo que acontece e, ao formar situações, passariam a construções existenciais que romperiam com a repetição e a existência alienada. Neste texto, a situação é construída a partir desta ideia de momento, é a organização consciente, e espaço-temporal, de uma série de momentos. A construção de

⁸³ Disponível em: http://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/internationale_situationniste_4.pdf

situações (por meio dos métodos situacionistas da deriva e desvio, por exemplo) poderiam deturpar a cidade como ela é, seus usos e suas funções e, pela negação, transformá-la no espaço da produção de uma nova vida.

Não é possível afirmar o teor exato da influência das ideias Situacionistas ou de outras vanguardas artísticas nos movimentos de 1968, nem afirmar que os jovens ali envolvidos buscavam deliberadamente a criação de situações. De toda forma, a “irrupção” se adequou ao que o movimento vinha tentando afirmar como possibilidade de atuação e revolução na cidade. Lefebvre (1968) aponta ainda para o quão interessante é para a teoria entender o fator espontâneo daquele acontecimento. A espontaneidade demonstra uma crise das instituições que captariam a energia social. Ela aponta: a) vários “atrasos, defasagens”: atraso da universidade quanto às necessidades do mercado, “dos salários em relação à produtividade, em relação às ‘necessidades’ que se estimulam em nome da ideologia do consumo”; b) que a rua foi tomada por ser o lugar social não ocupado pelas instituições – é uma “terceira força” que, como poder, tem dificuldade de se constituir; c) o reaparecimento do problema da violência; d) além de defasagens e atrasos, ela indica novas contradições. A espontaneidade e originalidade dos acontecimentos de 1968 teriam, enfim, um “função catártica”.

Alguns anos depois, todavia, refletindo sobre o acontecimento de maio de 1968, Lefebvre (1974) demonstra apreensão quanto ao “apelo à espontaneidade absoluta” que nascia naquele momento:

Em maio de 1968, na França, a ocupação e a tomada do *seu* espaço, pelos estudantes primeiro, pela classe operária depois, anunciaram alguma coisa nova no movimento. A interrupção (sem sombra de dúvidas momentânea) desta reapropriação do espaço suscita desesperos. Apenas os tratores e o coquetel Molotov poderiam mudar o espaço existente. Destruir para reconstruir? Sim, mas o quê? Refazer os mesmos produtos com os mesmos meios de produção? Destruir também os meios? Esta atitude minimiza as contradições da sociedade e do espaço existentes; ela admite sem fundamentos o fechamento do “sistema”; ao cobrir este sistema de injúrias, ela se deixa fascinar e exalta imponderadamente sua potência. Tal “esquerdismo” esquizofrênico carrega em si suas próprias contradições, “inconscientes”. O chamado à espontaneidade absoluta na destruição e na construção implica também a destruição do pensamento, do saber, das capacidades inventivas, sob pretexto de que elas não permitiriam imediatamente uma revolução total e absoluta que, de toda forma, não se sabe definir (LEFEBVRE, 1974, p. 103. *Tradução Nossa*)⁸⁴.

⁸⁴ No original : « En mai 1968 en France, l’occupation et la prise en charge de *leur* espace par les étudiants d’abord, par la classe ouvrière ensuite, ont annoncé quelque chose de nouveau dans le mouvement. L’arrêt (sans nul doute momentané) de cette réappropriation de l’espace suscite des désespoirs. Seuls le bulldozer et le cocktail Molotov pourraient changer l’espace existant. Détruire pour reconstruire ? Oui, mais quoi ? Refaire les mêmes produits avec les mêmes moyens de production ? Détruire aussi les moyens ? Cette attitude minimise les contradictions de la société et de l’espace existants ; elle admet sans preuve la clôture

A hipótese de que maio de 1968 teve como resultado uma legitimação cultural do liberalismo é amplamente difundida⁸⁵. Com suas ideias libertárias teriam vindo mudanças nos padrões de consumo, individualismo como valor e busca pelo prazer. Algo que perpetuou durante toda a década de 1970, com os movimentos da dita contracultura. Paulo Arantes (2004, p. 142) fala da “metamorfose liberal dos libertários daquela revolução cultural que acabou alimentando a teoria e a prática da ‘flexibilidade’ do novo capitalismo em rede”. São inúmeros os intelectuais⁸⁶ que traçam a relação entre este momento de ruptura ou de “crise” do movimento operário clássico com a própria crise do capitalismo monopolista dos anos 1970. As influências estariam, sobretudo, no que diz respeito à reestruturação do trabalho e do capital nos moldes “flexíveis”, com a globalização da economia e a fragmentação – tanto espacial quanto política – do mundo do trabalho. Por ora, devemos concordar com Badiou (2009), de que este momento dos anos 1960 e da década que o seguiu abriu uma “brecha” com questões a respeito de representação política e mudança social que ainda estamos tentando responder. Aparentemente fechada com a “solução” neoliberal que a seguiu, os fins dos anos 1990 trouxeram à tona novos conflitos, talvez com as mesmas questões.

Os coletivos e movimentos sociais surgidos no século XX, e agora no XXI, tem clareza da sua condição espontânea e são por ela entusiasmados como nunca antes foram. Ou seja, o espontaneísmo se tornou declaradamente o objetivo. Hakim Bey (2001) cria o conceito de Zona Autônoma Temporária (TAZ, do inglês *Temporary Autonomous Zone*), que ele mesmo afirma não ter criado, mas apenas descoberto, pois elas sempre existiram na história da humanidade⁸⁷. O autor não busca conceituar as TAZ, pois pensa que elas são auto-explicativas, que, ao entrar em uso, todo mundo entende do que se trata. O importante a apreender aqui, é o caráter efêmero, temporário, destas manifestações. Hakim Bey alega que a revolução, com sua intenção de permanência, acaba por instaurar outras ordens opressoras no decorrer da história. Ele propõe que, através do desenvolvimento tecnológico que alcançamos, podemos organizar vários levantes temporários, independentes e autônomos que não se

du « système » ; en couvrant ce système d’injures, elle se laisse fasciner et elle exalte inconsidérément sa puissance. Un tel « gauchisme » schizophrénique porte en soi ses propres contradictions, « inconscientes ». L’appel à la spontanéité absolue dans la destruction et la construction implique aussi la destruction de la pensée, du savoir, des capacités inventives, sous prétexte qu’elles ne permettent pas immédiatement une révolution totale et absolue, que l’on ne sait d’ailleurs pas définir. »

⁸⁵ Cf.: os filmes “Depois de Maio” do diretor Olivier Assayas; “Os sonhadores” de Bernardo Bertolucci; a série documental “O século do Ego” dirigida por Adam Curtis, dentre outros.

⁸⁶ As principais referências aqui são Harvey ([1989], 2012) e Bihr ([1991], 1998).

⁸⁷ E aqui ele cita os piratas, que se apropriavam de determinadas zonas e criavam enclaves livres de qualquer legislação ou regulação estatal.

propõem necessariamente a uma revolução, apenas a abalar a ordem social existente livremente.

Os grupos de *squatters*, os *hackers*, as festas e intervenções, entre outros poderiam ser considerados como promotores destas ditas TAZ. A TAZ aproxima-se de outros movimentos, sobretudo cibernéticos, de propósitos autonomistas, como o Projeto Luther Blisset⁸⁸ - surgido na Itália no início dos anos 90, aonde qualquer um poderia escrever o que quisesse sob o pseudônimo de Luther Blisset, com o objetivo de promover a “sabotagem cultural” e a “guerrilha tecnológica” contra a cultura dominante – ou o grupo teórico “bolo’bolo”⁸⁹ – surgido na Suíça, a partir de um texto publicado em 1983, por um autor que não quis se identificar – dentre outros. Vemos em tais movimentos algumas semelhanças, a primeira é o uso de codinomes para uso coletivo, com o intuito de preservar o anonimato. Há também um diálogo com o mundo da informação, ou melhor, com o usufruto da fácil difusão da informação e a estratégia de seu uso para a emancipação. Por último, a concepção da “esfera pública”: a “apropriação” é temporária, dura o suficiente para incomodar, não perdura o suficiente para se acomodar. A descrição, por exemplo, de Dupuis-Déri sobre a tática dos Black Blocs demonstra esta deliberada separação da tática de um objetivo estratégico revolucionário.

Uma tática não envolve relações de poder globais, nem tomadas de poder, tampouco tenta se livrar do poder e da dominação. Uma tática não envolve uma revolução global. Isso, porém, não implica em renunciar à ação e ao pensamento políticos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 11)

Existem várias críticas ao ativismo centrado unicamente na atividade, o “ativismo desenfreado”, este espontaneísmo das ruas. Questiona-se que não se sabem exatamente os resultados de uma ação irrefletida. Se isso é desejável ou não e quais rumos esta ação tomará, ficaria a cargo da história responder. A seguir, um “ex-libertário” faz uma dura crítica a partir de sua experiência pessoal, em um grupo de discussão de coletivos anarquistas.

O ativista libertário diz “eu sou revolucionário” e, conseqüentemente, tudo o que eu toco é revolucionário. Basta que eu aumente meu número de atividades – meu ativismo – para que o processo revolucionário esteja cada vez mais perto.

Assim, as atividades triviais e cotidianas – geralmente pré-capitalistas – como plantar, andar de bicicleta e confeccionar itens de uso pessoal tornam-se, magicamente, revolucionárias. No meio libertário é possível também jogar futebol revolucionário, ter banda revolucionária, ter relação amorosa revolucionária, etc.

⁸⁸ No Brasil, há um livro com textos reunidos do Projeto Luther Blisset, lançado pela Coleção Baderna, “Guerrilha Psíquica” que traz as principais ideias e um pouco de como o movimento atuou nos anos 90.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.correcofia.com/bolobolo/principal.htm>>.

(...)

Está recalcado do seu pensamento (o anti-intelectualismo é operante) o fato de que andar de bicicleta não faz cócegas na Ford, GM, Fiat, etc. (muito menos resolve a questão da mobilidade urbana para as massas), que fazer hortas urbanas nem belisca a BRFoods, Kraft e Bünge, e que produzir artesanalmente adereços ou utensílios quaisquer não passam perto da Hering, Zara, Malwee, etc. e que morar em oKupAs não combate as grandes construtoras e imobiliárias, etc. (CANELAS, 2013, s/p)⁹⁰

Zizek (2011) também tem receios quanto ao risco do ativista de “se apaixonar por si mesmo”⁹¹. Ned Ludd (2002) aponta um caminho que demonstra que, talvez, este risco seja inerente à forma especializada chamada “ativismo”. Ora, o ativista normalmente encara o que ele faz como sendo uma função, aos modos de um emprego ou uma carreira. Ao invés de ser algo que ocasionalmente as pessoas estão fazendo, o ativismo é uma parte importante da construção da auto-imagem de quem o adota. Trata-se de um *expert*, moldado da mesma forma que todas as atividades *expert*, ou seja, via divisão do trabalho – “uma tarefa especializada e separada”. Dentro do quadro da separação de tarefas na sociedade, um faria a comida, outro faria as roupas, outros fornecem eletricidade, e o ativista garante a transformação social. Desta forma, o ativista se auto-concebe de forma alienada como o portador da mudança social em detrimento dos milhares de não-ativistas que sentam em suas cadeiras e que possuem outras funções. Disto segue-se um agravante, a própria especialização se especializa. Há o ativismo contra empresas específicas, há o ativismo anti-agrotóxicos, há o ativismo de direitos dos animais, direitos humanos, e a lista corresponde ao número de problemas específicos que o mundo possa apresentar.

(...) ferir o capitalismo requer não somente uma mudança quantitativa (mais ações, mais ativistas) mas uma mudança qualitativa (precisamos descobrir uma forma mais eficaz de agir). Parece que não temos noção do que realmente pode ser necessário para destruir o capitalismo. Como se tudo que precisássemos alcançar fosse algum tipo de mobilização em massa de ativistas ocupando escritórios, e então teríamos uma revolução... (LUDD, 2002, p. 33)

Levando a crítica mais a fundo, para doer em quem a carapuça servir, Ludd polemiza dizendo que, provavelmente, o ativista – em sua rotina cega e estéril, supostamente revolucionária – resistiria a uma mudança real da sociedade caso esta viesse, pois isto acarretaria na destruição das certezas de seu papel. O ativismo especializado se torna assim um conservadorismo, porque tende a reproduzir formas, promover sectarismos. É por isto que ele é uma “forma aceita de dissidência” (Op. Cit., p. 37).

⁹⁰ Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/11/88650/>>

⁹¹ ZIZEK, Slavoj. In: HARVEY et. al., 2011.

Entra aqui uma provocação quanto a um elemento que talvez estejamos ignorando. E se o espaço urbano contemporâneo – este da globalização, da “acumulação flexível”, do planejamento estratégico, o urbanismo *ad hoc* nos moldes *just in time* – estiver não só absorvendo esta forma de ativismo, como se beneficiando dela? Será que, como indica Harvey (2012), com a necessidade constante de aceleração do giro na circulação ampliada do capital nossa própria forma de viver e representar o espaço não foram absolutamente subvertidas? Ou, como coloca Otilia Arantes, “políticas (urbanas) e matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? Algo como calcular o espontâneo ou derivar a integridade ou autenticidade de uma escolha racional – para falar como os economistas do individualismo metodológico –, que implica ponderações do tipo custo/benefício, qualidade/preço etc.” (ARANTES, O., 2000, p. 14). Enfim, será que nossa tática agora faz parte do planejamento estratégico? Neste cenário, alguns ativistas tornam-se trabalhadores flexíveis dos eventos culturais urbanos, as demandas vão sendo apuradas de forma a serem anuladas quando não podem servir à reprodução do capital (como os questionamentos à propriedade privada do solo urbano) e absorvidas quando podem (como a possibilidade futura de uma tarifa zero aumentar a velocidade de circulação das pessoas num espaço-mercadoria).

Falamos em “*fetichismo da cidade*”, “*fetichismo da violência*”, podemos arriscar dizer que há um “*fetichismo das redes*”, “*fetichismo da estética*”, etc., um fetichismo para cada tática. O conceito de “fetichismo” está relacionado à alienação do trabalho abstrato, já acima mencionada, em que, separados dos produtos de seu trabalho, os trabalhadores se relacionam mediante a troca da *forma-mercadoria* de seus produtos, causando a aparência de que há uma relação social entre os objetos que existe à margem dos produtores e que os movem. Remetendo ao que aponta Marx n’O Capital:

A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se apresenta não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com a sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens (MARX [1867], 2013, p. 147, 148).

Neste sentido, a questão do *espontaneísmo* é reposicionada. O fim de uma perspectiva estratégica está relacionado ao fim de uma perspectiva teleológica da história. O fim desta perspectiva histórica, por sua vez, está relacionado com o fim da ideia de sujeito. O *ativismo* se torna, na prática, uma sucessão de atos que esperam um desencadeamento físico do tipo ação-e-reação ou, para voltar ao exemplo de Marx, iluminação e estímulo. O problema é que as coisas não são sujeitos. A cidade não é sujeito, a internet não é sujeito, as imagens não são sujeitos, mesmo que, postas em funcionamento pelas relações sociais capitalistas, elas nos sujeitem. A hipótese é a de que, sujeitados pelas coisas, respondemos a elas de maneira imediata e centrada na forma. A forma, todavia, movida pelas relações sociais de produção, é a da mercadoria. Voltamos à roda-viva. A aceção de Harvey (2012) de que o tempo é agora circunscrito ao espaço na “condição pós-moderna” se relaciona com esta hipótese, na medida em que o espaço determina as vivências por meio da “estética”. Mas, para voltar a Marx, o fato de que a relação social nos aparece como fantasmagoria, como religião, não significa que ela não exista. Ainda somos movidos por relações sociais entre pessoas, mesmo que elas nos apareçam como relações entre coisas. Como furar esta redoma do fetichismo?

5. LUTA URBANA OU LUTA DE CLASSES?

Com a derrocada da perspectiva de uma coordenação (de vanguarda) das lutas espontâneas rumando à emancipação social na linha do horizonte, será possível ainda falar em *sujeito* da mudança social? É o que se perguntaram muitos teóricos da dita “sociedade pós-industrial”. E mais, será possível ainda falar em “luta de classes”? O acontecimento de Junho, com sua tensão entre o “processo e o resultado”, nos suscita mais uma vez estas questões, para além da sociologia dos movimentos. Mas, antes, é interessante olharmos brevemente algumas explicações no âmbito da sociologia.

Rui Braga e Ricardo Antunes (2013) apontaram algumas informações que demonstram um possível prenúncio dos protestos – o fato de que, em 2012, o número de greves aumentou 75% se comparado com 2011, além do fato de que uma pesquisa do Datafolha de 6 e 7 de junho (data em que ocorreu a primeira manifestação de São Paulo), demonstrou uma abrupta queda da aprovação do governo Dilma, de 65% em março para 57%, naquela data. André Singer (2013), ao referenciar a mesma pesquisa, soma ainda a pesquisa feita dias depois pelo Instituto Vox Popoli que deixa a entender que a principal razão para esta queda de popularidade é a inflação do período (e, sobretudo, para a classe média, um aumento no preço dos serviços). O autor completa esta exposição ao dizer que, ao fazermos um cálculo que veja a proporção entre o aumento real do salário mínimo e o reajuste dos preços pela inflação, veremos que houve uma real queda no poder de compra do brasileiro no ano de 2013.

Considerando que estes índices demonstram uma insatisfação maior ainda dos setores da considerada classe média, os autores colocam que não é tão simples tipificar estes setores apenas pela renda e consideram ser importante atentar para o surgimento da classe batizada de “precariado”⁹², um novo tipo de proletariado que tem emprego, renda e escolaridade, porém continua vivendo de forma precária. São tipicamente os profissionais de telemarketing, motoboys, dentre outros prestadores de serviços, normalmente estudantes bolsistas de programas do governo, que trabalham de dia e estudam à noite. Singer (2013) tenta demonstrar, através de uma síntese de várias pesquisas realizadas nas manifestações, sobretudo no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que, apesar da composição socioeconômica dos manifestantes variar de acordo com o dia em que a pesquisa foi feita, pode-se dizer que, de forma geral, estavam presentes setores da classe média (melhor identificados pelo alto índice de escolaridade) e setores do “precariado” (identificados pelo

⁹² O termo foi difundindo a partir de sua conceituação por STANDING, Guy (2013).

rendimento médio dos manifestantes, cuja maioria se encontrava entre 1 a 5 salários mínimos). Ressalva deve ser feita aqui para o fato de que as pesquisas demonstram apenas um perfil geral dos manifestantes. Seria necessário, no mínimo, entender o enquadramento funcional dos manifestantes para corroborar uma tese a respeito de sua composição socioeconômica. De toda forma, o que estes autores apontam se relaciona com a tese – proferida costumeiramente pelo ex-presidente Lula⁹³, por grande parte da mídia internacional e por alguns sociólogos – de que houve uma inclusão social no Brasil, por meio do aumento do emprego formal, dos salários e da escolaridade, e que agora os brasileiros incluídos querem mais, querem direitos sociais e qualidade de vida, “querem comer filé”.

André Singer considera que haja uma dimensão, devida à composição mista de “precariado” e classe média dos manifestantes, de demandas que ele chamou de “centristas” e “pós-materialistas”, que transfere a luta radicalizada pela renda por uma luta por “qualidade de vida”, que dilui os protestos dentro de uma perspectiva desradicalizada. Porém, para o autor, e aqui mais alinhado com os apontamentos de Ruy Braga e Ricardo Antunes, os protestos apontam também para a encruzilhada real em que se encontraria o “lulismo”, o fato de que um mercado de trabalho ativado passa a se deparar com a desaceleração do crescimento econômico. Isto gera uma cisão, o fim de um pacto impossível entre trabalho e capital, que faria com que o governo tivesse que fazer uma escolha: os movimentos em prol do trabalho pedem por aumentos dos gastos públicos sociais, os representantes do capital pedem por cortes. A análise tem validade se pensarmos na continuidade da política econômica em 2014 e 2015, que demonstra que, de fato, este pacto já ruiu e o governo estremece entre as concessões necessárias ao capital, com o esfacelamento de vários direitos trabalhistas e sociais em geral e o crescimento da insatisfação popular neste quesito.

Danilo Nakamura (2013) acredita que houve uma cisão espacial que acompanha a fragmentação da própria composição da classe trabalhadora, que se expressou nos eventos ao longo do mês.

Aliás, não é por outra razão [a fragmentação da luta de classes e a perda de representatividade dos sindicatos] que apesar dos atos terem reunido diversos setores da sociedade, a reprodução das divisões de classe persistiu de forma bastante evidente. Tivemos os atos massivos no centro das grandes cidades (que chegaram a cem mil pessoas: em geral, universitários, secundaristas de escolas particulares, trabalhadores autônomos das áreas mais centrais, trabalhadores com carteira assinada, aposentados, sindicalistas, *punks*, ativistas autonomistas, *black bocks* e a juventude de partidos políticos) de um lado. E os atos isolados na periferia (que atingiram

⁹³ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/29/apos-medalha-no-senado-lula-e-homenageado-tambem-na-camara.htm>>

no máximo duas mil pessoas: em geral, trabalhadores precarizados, desempregados, sem-tetos, donas de casas, secundaristas e professores das escolas públicas e os pequenos grupos de ativistas que atuam na periferia) de outro. É óbvio que na realidade concreta o perfil dos manifestantes se misturou nas ruas, certamente havia estudantes de escolas públicas no centro, assim como havia militantes de partido nos atos da periferia, até porque aconteceram trocas, colaborações e engajamento para que os protestos ocorressem em todos os lugares possíveis das cidades. O que estamos apontando é que mesmo com todos os esforços militantes, a fratura social se impõe e revela resultados perversos quando, por exemplo, a polícia, mesmo com as mobilizações populares em curso, continua matando os jovens nas favelas do Rio de Janeiro sem provocar grandes comoções. Como afirmou acertadamente a jornalista Eliane Brum: “O Brasil não mudará em profundidade enquanto a classe média sentir mais os feridos da Paulista do que os mortos da Maré”. (SAKAMURA, 2013, p. 16)

O sociólogo americano James Holston ([2008], 2013) chamou de “cidadanias insurgentes” as formas de enfrentamento e combate nas periferias urbanas brasileiras que, por sua vez, se opõem ao que chamou de “cidadanias entrincheiradas”. O conflito surge a partir de uma resposta dos trabalhadores pobres – forçados a morar em lugares distantes, nas condições mais precárias possíveis – ao “entrincheiramento” a que foram submetidos. Estas “insurgências” se formaram, nas cidades brasileiras, por meio de coletivos de pessoas (para o autor, focados na autoconstrução), que garantiam por conta própria sua moradia, seus serviços essenciais e seus mercados de consumo, ou seja, um “direito à cidade” por vias próprias e, no mais das vezes, ilegais. Seguindo a conceituação de Holston, mas ultrapassando a autoconstrução como o único fator de insurgência na periferia brasileira, Paulo Arantes (2014) considera que o chamado a pular a catraca do Movimento Passe Livre (MPL) é um exemplo da expansão desta “cidadania insurgente”, agora também preocupada com as condições de circulação pela cidade. E mais:

Veremos também em que direção se terá ampliado o repertório da cidadania insurgente. Aliás, já era o caso no artigo citado: pichadores e grafiteiros, skatistas, rappers e *traceurs*, bem como praticantes do *break*, ao circularem incessantemente por toda São Paulo, outra coisa não fazem, através dessas performances “agressivas, ilícitas e arriscadas”, do que insurgir – nos termos de Holston – contra o regime de “entrincheiramento espacial” a que a cidade foi submetida pelo condomínio que conduz a máquina urbana de crescimento. (ARANTES, 2014, p. 384)

Os dois autores – Arantes na esteira de Holston – constataam, então, que os moradores das periferias vêm lutando por seus direitos no chão da cidade, e não no chão da fábrica, não só no Brasil, mas “em todo o Sul do planeta” (ARANTES, 2014, pág. 384). As lutas trabalhistas propriamente ditas, aqui, são menos significativas do que as lutas pela cidade.

Algo na linha do lema já anunciado pelo movimento dos *piqueteros* argentinos surgido na transição dos anos 1990 aos 2000, de que o bairro é a nova fábrica.

Esta polarização nos remete a uma antiga querela política a respeito de quem era a força de vanguarda da transformação revolucionária, o tradicional operário ou a figura incipiente do “cidadão”⁹⁴. Momentos emblemáticos e fundantes desta querela estão relacionados à rejeição do Partido Comunista Francês aos atos de 1968 e da perplexidade, muito semelhante à nossa, perante os acontecimentos, tanto quando os estudantes foram às ruas reivindicar algo diferente das lutas trabalhistas, quanto quando os operários de então a eles se juntaram. Os situacionistas compreenderam razoavelmente bem o momento. Eles “foram pioneiros quando indicavam um novo terreno central das lutas sociais no urbanismo e na oposição à reestruturação autoritária e mercantil do espaço urbano e ao desaparecimento dos lugares públicos e das trocas diretas entre indivíduos nos espaços que esses lugares permitem” (JAPPE, 2013b, p. 313). A tese dos situacionistas, presente em Debord e Vaneigem, é a da *proletarização do mundo*, que carrega em si uma dimensão espacial própria.

Os guardiães da fé filosófica descobriram há uns vinte anos a existência da classe operária. Na época em que os sociólogos se põem de acordo para decretar que a classe operária já não existe, os urbanistas – sem esperar pelos filósofos nem pelos sociólogos – inventaram o habitante. Temos de render-lhes a honra de terem sido os primeiros a discernir as novas dimensões do proletariado. Definição mais exata e menos abstrata por terem eles sabido, com métodos de adestramento mais flexíveis, levar quase toda a sociedade a uma proletarização menos brutal e mais radical (VANEIGEM [1961], In: JACQUES, 2003, p. 157).

Esta primeira iniciativa dos situacionistas de enxergar o “habitante” como um “proletário”, uma nova dimensão da exploração que ultrapassa o chão da fábrica, vai ao encontro das preocupações contemporâneas de Harvey. Este alega que, para os representantes institucionais do marxismo tradicional, lutas urbanas são mais voltadas “para questões de reprodução do que de produção, ou sobre direitos, soberania e cidadania, e, portanto, não sobre classe” (HARVEY, 2014, p. 217). Estas lutas supostamente querem reivindicar direitos, e não a revolução. O autor acredita que esta dicotomia cria uma ilusão, pois há algo a mais nessa equação.

Já em seu compêndio sobre a Paris do século XIX, Harvey ([2003], 2015) entra em um debate com uma linha de interpretação historiográfica que considera que a comuna de Paris foi um movimento de luta por uma comunidade, por uma cidade, um espaço próprio e que havia escassos vínculos de classe ali envolvidos. Harvey assume que sim, em termos de composição sociológica, mas que esta análise não enxerga elementos importantes da

⁹⁴ A oposição pode ser nomeada de diferentes formas. Sigo aqui a terminologia de Anselm Jappe (2013a).

reformulação do espaço da Paris do século XIX, que mudaram a espacialidade da classe trabalhadora. Mesmo que os vínculos tenham sido feitos mais nas tabernas do que nas fábricas, ainda era a classe trabalhadora. E essas mudanças têm a ver também com mudanças no processo produtivo. Não é então fortuito que tenha surgido a Internacional nessa época, por exemplo. Não era só Paris que estava mudando e eles estariam "perdendo a comunidade". Era todo o processo produtivo. Com a internacionalização da produção, mudanças nos meios de transporte e comunicação que influenciaram muito nas novas formas de exploração do trabalho, etc. Este debate nos mostra que, já a respeito dos movimentos operários do século XIX, esta dicotomia se colocava no âmbito teórico-conceitual (mais do que na prática).

Nos dias de hoje, com o mundo globalizado e a flexibilização do trabalho, a querela aumenta suas proporções. Para Harvey, a forma tradicional de ver a luta revolucionária circunscrita à esfera da produção se deve a uma lacuna na compreensão do processo de circulação ampliada do capital. Os movimentos por “cidadania e reprodução social”, pensando na forma ampla da exploração, são também movimentos de classe, pois a classe diz respeito à relação dialética entre capital e trabalho, que se manifesta tanto no ciclo da produção, quanto da circulação da mercadoria, quanto do dinheiro.

Já que o que importa é a circulação do capital no todo (e não simplesmente o que acontece no circuito produtivo), o que importa para o conjunto da classe capitalista se o valor é extraído dos circuitos comercial e monetário, e não diretamente do circuito produtivo? A lacuna entre o lugar onde se produz a mais-valia e aquele onde ela se realiza é crucial tanto teoricamente quanto na prática. O valor criado na produção pode ser recuperado dos trabalhadores em benefício da classe capitalista por aluguéis altos cobrados pelos proprietários. (HARVEY, 2014, p. 232).

Nas Jornadas de Junho de 2013, podemos concordar que vieram à tona várias das facetas da “luta de classes de base urbana” a que se refere Harvey. Porém, o cenário não é simples e algumas questões devem ser colocadas. A multifacetada exploração do trabalhador urbano torna difíceis as categorizações, da mesma forma que a diversidade dos manifestantes presentes naquele grande evento. É necessário nos perguntarmos, acima de tudo, se é possível falar em uma reunião de demandas ou o grande contingente de pessoas andando juntas representa apenas a soma de fragmentadas partes sem ligação umas com as outras. Os acontecimentos que se seguiram – quais sejam, o acirrado processo eleitoral que cindiu o país e reanimou uma direita militante em 2014, seguido por manifestações em 2015 contra o resultado da eleição (e desdobrando-se nas mais variadas pautas reacionárias), encabeçadas justamente por estes setores da direita militante e atraindo uma grande população (em sua

maioria de classe média) – turvaram ainda mais a visão a respeito do que é que foi pra rua naqueles dias de 2013.

A descrição que o movimento Occupy, que aconteceu em 2011 nos Estados Unidos, fez de si mesma – “somos os 99%” – por mais que se dê conta de um sistema social desigual, é arriscada, por não lidar com as cisões internas entre facções de classes de diferentes interesses e levar a questão para uma definição meramente estatística e estática de renda. No Brasil, o “caldo” dos 99% também aparece, na forma de “Gigante”. Conceito mais arriscado ainda, pois desconstrói todo laço possível de classe e apela para um “laço mítico e imaginário formado pela Pátria” (DUARTE, 2013, p. 43), amplamente apropriado pelos movimentos conservadores que se sucederam.

Em um artigo para a revista Sinal de Menos – numa edição especial sobre “a revolta” – Paulo Marques (2013) aponta a convergência entre lutas conservadoras e anticapitalistas nas ruas e faz um panorama das classes ali presentes, definindo classes como “funções sociais coletivas em posições ocupadas dentro do processo de produção”⁹⁵ (MARQUES, 2013, p. 59). A classe média tem, neste momento, o papel mais contraditório, uma vez que não é a burguesia, mas crê que poderá um dia vir a sê-lo, mas também não se reconhece como trabalhadora. A crescente precarização das condições de trabalho da classe média (como trabalhadora que de fato é) leva ao ressentimento e ao crescimento de ideologias contraditórias, que ora oscilavam entre o pedido por serviços públicos, ora traziam demandas em tons “fascistoides”. O fato de que saíram às ruas as “mônadas egoísticas” em detrimento de coletividades organizadas complica ainda mais a questão da “luta de classes” na atualidade.

A heterogeneidade das revoltas, enfim, se apresenta como expressão da própria fragmentação dos trabalhadores gerada pela atual estrutura de divisão social do trabalho. Há lutas de “classe média” e lutas de favelas ocorrendo simultaneamente, (...). Podemos concluir, grosso modo, que a totalidade dos protestos expressa o próprio mosaico da divisão do trabalho da força de trabalho nacional, com suas demandas e contradições, e conflitos inter-classe. Se a autonomia de determinados setores de luta poderia ser animadora, a fragmentação social expressa demonstra também a solidez da dominação capitalista sobre a mesma força de trabalho, que impõe grandes desafios às lutas sociais. (Op. Cit., p. 73)

⁹⁵ Aqui é traçada a diferença, no registro conceitual, com relação à abordagem sociológica, em grande medida inspirada na sociologia norte-americana, que define classe como uma espécie de posição na pirâmide social, definida por renda, escolaridade, capacidade de consumo, etc. Classe, para os autores que passamos a discutir agora (em consonância com o conceito marxista de classe esboçado), se refere à inserção dos sujeitos no processo produtivo, seja como trabalhadores, que vendem sua força de trabalho, seja como detentores da propriedade privada dos meios de produção, que compram e exploram a força de trabalho.

Jappe (2013a), no texto *A princesa de Clèves, hoje*, traz uma ideia corrente nos debates atuais sobre o marxismo, que considera que a especificidade do capitalismo não é a luta de uma classe submetida contra uma classe dominante, mas o fato de ser uma sociedade da *concorrência generalizada*, com as relações de mercado estendidas a todos os aspectos da vida e do dinheiro como mediação universal. Isto engendra uma *crise de civilização* generalizada, uma crise do sujeito. Não seria possível pensar em um sujeito dominado que irá se livrar do sujeito dominador e trazer a emancipação e a mudança social, mas sim, necessário pensar na emancipação e mudança do próprio sujeito moderno *per se*. A visão “nós” e os “outros”, os explorados e os exploradores dificilmente corresponde à totalidade das contradições do mundo da concorrência absoluta, o mundo de “todos contra todos”. Ou seja, não é questão de rever a distribuição, de os dominados conseguirem dos dominadores os mesmos direitos e condições materiais, mas de mudar todo este modo de vida que abarca os dominados e os dominadores. Não é questão de estender o trabalho a toda a sociedade, mas de acabar com o trabalho, com a mercadoria, com a valorização do valor. O que se constrói aqui, deixemos bem claro, não é a constatação de que é do destino ou da natureza do homem a dominação. Não há a pretensão de nenhuma ontologia, muito menos de mote conservador. Mas defender a desconstrução do “romantismo revolucionário” clássico.

Paulo Arantes (2004), fala em “dimensão horizontal da guerra de classes”, onde se vê a hostilidade entre os grupos da base mais do que uma rebelião contra os do topo, o que explicaria, por exemplo, a perda de identificação com a classe e os fascismos e conflitos crescentes internos à própria classe trabalhadora.

Numa sociedade mais homogênea, a atual concentração exponencial de poder e riqueza certamente provocaria alguma reação da maioria. Porém, na atual situação, em que uma oligarquia confronta uma população diversificada e separada por raças, malgrado a cultura nacional comum, o ressentimento provocado pelo declínio econômico se expressa muito mais na hostilidade entre os grupos na base do que numa rebelião contra os do topo – tal como se viu no último motim em Los Angeles, quando negros, hispânicos e brancos amotinados se voltaram contra os pequenos comerciantes coreanos em vez de marcharem sobre Beverly Hills. (ARANTES, 2004, p. 31)

O problema é maior quando se constata que não adiantaria muito ir a Beverly Hills. É que experienciamos uma espécie de “impotência social máxima no confronto com as forças anônimas da exploração” (Op. Cit., p. 136). E será o combate à burguesia a melhor forma de combater o capital? Para Paulo Arantes, a personificação dos campos sociais do trabalho e do capital na forma de burguesia e proletariado está entrelaçada à forma da “dominação sem sujeito” exercida sobre o conjunto da sociedade pela economia de mercado de forma dialética. Tal ideia vai ao encontro da hipótese de Jappe (dentre outros, como Kurz, Postone, Adorno,

etc.), de que no processo de superação de uma destas categorias (dominação), todas as outras irão (deverão) se esvanecer junto.

Em texto de 1942⁹⁶, Adorno reflete sobre a teoria de classes. Reconhece que aquele momento histórico é dominado pelos monopólios e que esta organização social, aliada ao fascismo, faz as pessoas esquecerem-se da real existência de classes hostis. A distribuição de poder entre grupos e conglomerados, inclusive entre os sindicatos operários, a onipresença da repressão e a absorção das massas pelo sistema que as oprime geram um “bloqueio” quanto à tomada de consciência das classes dominadas e sua superação. Adorno traz elementos importantes de estudos anteriores, principalmente no que eles têm em comum, a constatação de que a concentração de capital levou a uma nova forma de organizar a economia e a política, e de que a máquina estatal ganhou novas e hiperdimensionadas funções e que os processos de racionalização técnica e científica passaram a coordenar toda a vida econômica, moral e política das sociedades neste momento histórico. Todavia, novas reflexões se despreendem destas interpretações.

Para o autor, no período do capitalismo monopolista, é preciso entender que algo que estava velado (mas já latente) no liberalismo se manifestou e passou a prevalecer, o fato de que a igualdade da troca nunca existiu, apenas formalmente, em lei. Isto acabava por garantir ao mesmo tempo a opressão da classe dominada e a garantia de que os mais poderosos oprimissem o restante dos membros de sua própria classe. Ou seja, a própria classe dominante não era um todo coeso, mas escrava de um sistema de concorrência generalizada. A concentração de capital é a sua tendência intrínseca, porém, quando se realiza, uma “capa de invisibilidade” se coloca sobre a classe dominante de fato.

Esta última alcançou uma magnitude e adquiriu um peso próprio que permite ao capital se apresentar como uma instituição, como a expressão da sociedade como um todo. Em virtude de sua onipotência, o particular é capaz de usurpar a totalidade: este aspecto social geral do capital é o ponto de culminância do velho caráter fetichista da mercadoria, de acordo com o qual as relações entre homens são refletidas de volta a eles como relações entre coisas. (ADORNO [1942], 2003, p. 99. *Tradução Nossa*).

Desta forma, seria necessário examinar de perto o conceito de classe, de forma a “mantê-lo e simultaneamente mudá-lo”.

Mantê-lo, porque sua base, a divisão da sociedade em exploradores e explorados não apenas continua ilesa, como continua crescendo em coerção e solidez. Mudá-lo, porque os oprimidos que hoje, como previsto pela teoria,

⁹⁶ ADORNO, Theodor [1942]. *Reflections on Class Theory* In: ADORNO, Theodor; TIEDEMAN, Rolf (Org.). *Can One Live After Auschwitz?: A Philosophical Reader*. Stanford University Press, 2003

constituem a grande maioria da humanidade são incapazes de experienciar a si mesmos como classe. (ADORNO [1942], 2003, p. 97. *Tradução Nossa*)⁹⁷.

A explicação das relações de classes e o crescimento do antagonismo entre elas deveria, obrigatoriamente passar por seu cerne, a teoria da mais-valia. “Esta deveria explicar de modo objetivo, no âmbito econômico, as relações de classes e o crescimento do antagonismo entre elas” (ADORNO [1968], 1986, p. 66). Porém, Adorno se depara com o fato de que o trabalho vivo estaria tendencialmente diminuindo pelo progresso técnico e que isso necessariamente afetaria a teoria da mais valia.

A atual carência de uma doutrina objetiva do valor não é condicionada apenas pela doutrina econômica que quase desfruta de monopólio acadêmico hoje. Ela remete à proibitiva dificuldade para fundamentar objetivamente a constituição de classes sem teoria da mais-valia. (ADORNO [1968], 1982, p. 66)

Neste sentido, cria-se um impasse categórico quanto à caracterização da sociedade nas bases marxistas tradicionais. O próprio autor não resolve isto neste momento, apenas constata que a teoria do valor é elemento central para a caracterização do antagonismo de classes e do próprio sistema capitalista *per se*, mas não pode reivindicá-la como explicação da sociedade vigente. Mesmo que o momento histórico seja diferente do que viveu Adorno, a problemática ali desencadeada se agrava e ainda se manifesta nestes termos. A classe trabalhadora, necessária para a criação do valor a ser apropriado pela classe capitalista é, também, constantemente expulsa do processo mesmo de criação do valor, como vimos. Quando esta contradição chega ao seu limite, chega também a reprodução das duas classes como antagônicas no processo de acumulação. A crise do valor apresenta o limite lógico do capital. Entra aí, para nós, o cerne da questão. Julgamos ser uma tarefa de maior importância para a esquerda contemporânea pensar o estatuto atual da teoria do valor. Suas conclusões irão determinar se a perspectiva da luta de classes tem atualidade, pois precisamos saber se ainda estamos falando de exploração do trabalho pelo capital. Ou mais, se a dominação sobre os homens continua a ser exercida através de processos econômicos de exploração ou se vivemos um novo processo, de dominação *sans phrase*, de todos por todos ou de alguns opressores que ainda não sabemos nomear a uma ampla maioria de oprimidos.

⁹⁷ No original: “Take hold of it, because its basis, the division of society into exploiters and exploited, not only continues unabated but is increasing in coercion and solidity. Change it, because the oppressed who today, as predicted by the theory, constitute the overwhelming majority of mankind are unable to experience themselves as a class.” Neste texto, Adorno usa o termo “teoria” para designar a teoria marxiana da crítica à economia política.

Como nota Holloway (2007), o significado do conceito de “luta de classes” tem a ver com o posicionamento teórico em uma controvérsia “político-teórica” em torno do significado da dialética e de seu papel no pensamento revolucionário. Esta controvérsia tem, para o autor, três posições que se debatem, hoje, no campo da *práxis* política. A primeira é tributária do “marxismo-leninismo” oficial, de acordo com o autor, que considera o esquema tese-antítese-síntese como um movimento de embate, contradição, que levaria à supressão das diferenças. Na prática, o embate capital-trabalho seria feito a partir das lutas da classe trabalhadora, que venceria o capital que a domina e a submete a uma totalidade opressora, em uma nova síntese. Seus críticos dizem que se trata de uma espécie de “clausura sintética” da luta social em uma única contradição. É neste sentido que a “forma-partido” se alça como portadora da verdade da Classe Trabalhadora que venceria o Capital. A crítica a este modelo se deu a partir da constatação das singularidades que se opõem à síntese totalitária, gerando, aos olhos do autor, duas formas de autonomismo, um “positivo” e outro “negativo”.

O autonomismo “positivo”, cujos representantes mais referendados seriam Michael Hardt e Toni Negri, faz sua crítica à própria dialética. Sua ênfase é na “diferença” mais do que na “contradição”. Um conceito que se adequa na prática com a organização da luta de uma multiplicidade de grupos que enfatizam identidades específicas. A “multidão” seria uma “aliança informal das lutas contra uma forma de opressão existente” (HOLLOWAY, Op. Cit., p. 3). Para Holloway, o problema com esta conceituação é a de que se abandona, além da dialética, também a ideia de movimento por meio da negação. Existe, de forma geral, uma “positivação” do pensamento. “As lutas são vistas como lutas-por, no lugar de que elas sejam, em primeiro lugar, lutas-contra. Perde-se a centralidade da crise (conceito negativo) e esta é trocada pela ênfase na reestruturação (conceito positivo)” (Op. Cit., p. 3). Existe uma diferença entre negação e síntese, revolta e reconciliação, na dialética, que não pode ser abandonada, sob o risco de incutir em práticas apologéticas e conciliatórias com aquilo que se reconheceu como opressor num primeiro momento. Esta positividade do conceito de “multidão” também foi criticada por Chauí (2013b), com relação ao seu originário espinosiano:

A multidão é travejada por paixões (medo, esperança, amor, ódio, ambição, inveja, cólera, generosidade, compaixão), ou seja, a multidão não é a presença da razão no espaço público e é exatamente por isso que a política é instituída como introdução de uma racionalidade prudencial capaz de assegurar que o conflito das paixões não seja eliminado (pois ele define a condição natural dos seres humanos), mas mediado pelo direito coletivo, garantindo um poder que sustente uma sociabilidade segura, pacífica e livre, ou seja, o que Espinosa chama de democracia ou poder popular absoluto. A

multidão espinosana é, ao mesmo tempo, a guardiã da democracia e o maior perigo contra democracia. Essa contradição é o coração da política. Já a multidão de Negri não tem conflitos, não é travejada por paixões, não é contraditória, mas é inteiramente positiva. Tudo o que vier dela é bom. Eu digo que as paixões não têm freios, e quando elas estão ligadas à forma da propriedade e ao exercício do governo, você tem de realmente segurar a explosão passional ilimitada. A ideia de uma multidão essencialmente libertária não foi pensada nem pelos anarquistas. (CHAUÍ, 2013b, s/p)

A terceira forma identificada por Holloway é aquela que ele defende, a forma do “autonomismo negativo”, seguindo a perspectiva da “Dialética Negativa” de Adorno. É a retomada da perspectiva dialética, por entender que “o nome da camisa de força que obriga nossas múltiplas diferenças a entrar no antagonismo binário do trabalho explorado não é a dialética, mas o capital” (HOLLOWAY, Op. Cit., p. 4). É o capital o processo social que reduz a diferença a uma contradição. É a forma do antagonismo de tentar suprimir sua própria supressão. Neste sentido, o trabalho é o “outro” que aparece nesta totalização do processo capitalista como “negação”. A “diferença” aqui assume o princípio de “não-identidade”. Só a negação da identidade quebra a totalização do conceito, e abre caminho para algo novo (é diferente aqui da síntese do marxismo-leninismo, pois implica no desvanecimento do que se debatia como contradição). Para Holloway, então, o sujeito da luta é, portanto, um sujeito “anti-identitário”. Pode ser a classe trabalhadora, bem entendido, mas na medida em que é a classe trabalhadora “anti-classe” e “anti-trabalhadora”. A classe trabalhadora é aqui a negação do capital, é a crise do capital. A ênfase não deve ser então na reestruturação do capital, mas em sua “crise”.

O desafio posto por esta perspectiva é o fato de que, na prática, a negação do capital, a crise, implica em um movimento crescentemente totalitário, ou seja, no aprofundamento da tentativa de tentar suprimir a sua própria supressão por dentro do antagonismo capital-trabalho. Buscar-se-á de forma aumentada explorar o trabalho e agravar as formas típicas da dominação, e a derrocada (crise) do capital, sendo também a derrocada do trabalho, pesará mais para esse lado sem que, necessariamente, uma perspectiva emancipatória nasça espontaneamente no horizonte. Ou seja, a negação teórica da categoria trabalho, na prática, pode implicar na extinção física do trabalhador, ou redução de sua existência a uma forma absolutamente precária de sobrevivência. Neste sentido, a classe negativa tem como condição necessária a “resistência” que, no chão do mundo, ora se fará via negação, ora via positividade (reivindicação), como buscaremos demonstrar a seguir.

6. O DIREITO À CIDADE EM JUNHO DE 2013

A expressão *direito à cidade* apareceu nas ruas: em cartazes, nas paredes, nas falas de diversos manifestantes. Quando não exatamente nestes termos, a ideia aparece em forma de pautas constitutivas da questão urbana - direito à mobilidade, à moradia, aos serviços urbanos, ao acesso e à produção dos eventos culturais da cidade. Ou mesmo enquanto utopia, direito a uma cidade diferente, algo novo, que corresponda aos anseios mais amplos de seus habitantes. A presença desta reivindicação se deu principalmente através da ação de coletivos organizados, surgidos antes e também a partir de Junho, em torno da pauta urbana. Participaram ou surgiram em Junho coletivos e movimentos sociais que se dedicam a demandas urbanas específicas, como o passe livre para o transporte coletivo de massas, a preservação de parques e áreas verdes urbanas, o direito à moradia, o controle da violência urbana, a produção de bens culturais comuns, etc.⁹⁸ Além disto, as Assembleias Populares Horizontais e as Ocupações que se multiplicaram naquele evento trouxeram pautas, Grupos de Trabalho e linhas de ação reivindicatórias do que convencionaram a chamar de direito à cidade. Ganharam visibilidade também grupos que se dedicam ao “direito à cidade” mais ligados ao meio acadêmico, como por exemplo o grupo “Direitos Urbanos”⁹⁹ de Recife, o Instituto Pólis¹⁰⁰, dentre outros. Surgiram recentemente também, coletivos com vistas a pressionar as campanhas políticas de disputa das prefeituras para o debate do “Direito à Cidade” e da “Democracia Real”, e que se consideram frutos de Junho. É o caso do coletivo “Cidade que Queremos” de Belo Horizonte, surgido em 2015, que criou uma plataforma de propostas de mudanças organizadas em quatro eixos principais: mobilidade, moradia, espaços públicos e participação democrática a serem debatidas com políticos e incorporadas aos planos de candidaturas de prefeitos e vereadores nas eleições de 2016.¹⁰¹ No mesmo ano, o PSOL da cidade do Rio de Janeiro também criou um movimento chamado “Se a cidade fosse nossa”, uma rede de ações e eventos que busca construir propostas coletivas a respeito das demandas urbanas da população da cidade, de forma também a construir uma plataforma da política municipal.

Formulado como conceito por Henri Lefebvre ([1969], 2011), este “direito” parte de uma perspectiva revolucionária. Uma vez conquistado, levaria à superação da própria ordem

⁹⁸ Um bom mapeamento dos coletivos e movimentos que participaram das Jornadas de Junho de 2013 é exposto em reportagem de GUTIERREZ (2014) para a Carta Capital: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/os-protestos-do-brasil-dialogam-com-as-revoltas-globais-4371.html>>.

⁹⁹ Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/>>.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://polis.org.br/>>

¹⁰¹ A plataforma está disponível em: <<http://www.muitxs.org/>>. Consultado em: 28/06/16.

capitalista – desenvolvida de modo contraditório a partir do processo de industrialização – em direção à sociedade urbana, lugar do ser humano contemplado em seus anseios e necessidades. Lefebvre está comprometido com a discussão mais ampla do debate teórico-prático marxista ao longo do século XX. Seus argumentos eram em favor de uma recontextualização – em tempos de stalinismo e sectarismo partidário – e do fortalecimento do marxismo enquanto compreensão de mundo. Em longo percurso, examina diretamente a obra de Marx e debate com as correntes principais de pensamento marxista do início do século, o estruturalismo e o existencialismo, além da fenomenologia. Os estudos sobre o espaço não são um capítulo separado desta longa construção teórica, mas o resultado de sua reflexão crítica do modo de reprodução da sociedade capitalista. Seu interesse pela temática surge de uma prática espacial do planejamento estatal francês que inaugurou um elemento novo à sua percepção, o de reorganizar um espaço, reconstruir cidades, criar novas estruturas. A pesquisa das motivações deste movimento, tão impactante às populações que habitavam aqueles espaços perpassa suas obras sobre a vida cotidiana, sobre o urbano e a cidade.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a intensificação das contradições do processo de urbanização (da *re-produção das relações sociais de produção*), enfim, com a extensão indefinida da própria “zona crítica” apontada por Lefebvre, as questões sobre a cidadania, o direito à cidade e a utopia do urbano se tornam mais difíceis de definir. De que forma estes significantes encontram seu sentido na sociedade atual? Será o direito à cidade um “significante vazio” (HARVEY, 2013), que depende apenas de quem o preenche de significado? Sua definição depende de uma luta, é objeto contestado por diferentes forças. Sua conquista, outra luta (ou a mesma, em outro momento). As empresas privadas, os consórcios urbanos, as prefeituras e associações de bairro conservadoras também clamam por seu próprio “direito à cidade” e buscam garanti-lo por meios institucionais.

Em todo lugar, encontramos diferentes noções de direitos, tão reafirmados e buscados. Os combatentes da Comuna pensavam que era seu direito tomar Paris à burguesia em 1871 para reconstruí-la de acordo com o desejo de seu coração. Os monarquistas que vieram para matá-los pensavam que era seu direito tomar a cidade de volta em nome de Deus e da propriedade privada. Católicos e protestantes julgavam-se certos em Belfast ao procurarem limpar seu espaço de qualquer vestígio da existência do outro. Assim fez Shiv Sena em Bombaim (lugar que eles preferem chamar de Mumbai), quando lançou em 1993 uma violenta operação de limpeza contra os muçulmanos em nome do nacionalismo Maharastri. Não estariam todos exercendo da mesma forma seu direito à cidade? Se for assim, como Marx tão celebrenemente escreveu, entre direitos iguais, quem decide é a força. Então é a isso que o direito à cidade se resume? Mendigar de meu vizinho ou ser alvo da mendicância dele? (HARVEY, 2013, p. 31).

Harvey pode ter exagerado ao atribuir toda ação de disputa na cidade como uma ação pelo “direito à cidade”, mas é verdade que o discurso do direito, apropriado de forma individualista, tem ampla capilaridade na prática de *gestão* da cidade. Na disputa ideológica do que acontecia nas ruas em Junho, foi possível ver os “direitos” servirem a “gregos e troianos”. Havia os que aceitavam a manifestação, “desde que o direito de manifestação não se sobreponha ao direito de ir e vir do torcedor”. No âmbito do planejamento urbano, o direito à cidade aparece de forma mais explícita na composição de leis e planos diretores, dando ao governo a tocha de “promotor do direito à cidade”. Operação ideológica minuciosa, uma vez que dialoga com os movimentos sociais e muitas vezes neutraliza sua participação, ao mesmo tempo em que garante a lógica de mercado e a indestrutibilidade das bases da acumulação da riqueza, mais especificamente a propriedade privada das terras e dos meios de produção e os direitos desiguais de intervenção no espaço urbano. Este é o caso de instrumentos como o *Estatuto da Cidade* ou dos *Orçamentos Participativos*. Paulo Arantes (2014) aponta ainda que, no uso do termo por parte das entidades governamentais,

(...) predominam empreendimentos colaborativos, via de regra ligados à produção cultural e editais conexos, especializados em proclamar a seu modo um direito à cidade na forma de ocupações de espaços públicos nas quais se celebra o fato de estarem juntos naquele espaço fazendo alguma coisa mais ou menos indefinida, geralmente um festival de música com cara de público e vice-versa. Podemos dizer quase sem erro que essa “ida à rua” está na origem da difusão daquela maquiagem do Direito à Cidade (...), com cara de direito a visita e usufruto da paisagem urbana e seus equipamentos. (ARANTES, 2014, p. 425)

O autor toca num ponto sensível. A “maquiagem do Direito à Cidade” mencionada está relacionada à inclusão, na forma de governo, das lutas populares dos anos 80 e 90, que fazem parte da construção popular do PT. A construção do partido se deu a partir de uma convergência de lutas de movimentos sociais, dentro das quais as lutas por, naquele tempo, “reforma urbana”. A institucionalização era vista como um caminho desejável e os instrumentos de planejamento e gestão urbanos foram criados mediante muita disputa política e muitos são vistos, em alguma medida, como conquistas. A questão é que o que ficou marcante, inclusive pela visibilidade do MPL, das Assembleias Populares Horizontais e das ocupações, a atuação de novos grupos na esfera política brasileira. Grupos que rejeitam a hierarquia e a formalização. De certa forma, o que eles querem dizer é que aquela iniciativa pela via do governo não deu certo. Há uma rejeição à antiga fórmula da democracia representativa. Os atos denunciam a fossa abissal que existe entre Estado e Sociedade Civil, casando bem com o lema geral espalhado aos quatro ventos, de que os políticos que atuam no

Estado, “não nos representam”. Este desencanto pelas representações políticas foi algo em comum entre estes coletivos e outros indivíduos não organizados, que em grande parte dos casos foram às ruas pela primeira vez. O ministro Gilberto Carvalho (representante deste movimento de formação do PT pelas bases, ex-sindicalista e atuante histórico das Comunidades Eclesiais de Base), em janeiro de 2014, ao fazer seu balanço sobre o ocorrido disse ter sentido que houve “quase ingratidão nos protestos”¹⁰², já que os parlamentares sempre fizeram tanto pela população e agora estes se rebelavam.

Porém, nasce aqui uma contradição. Mesmo recusando as mediações, as demandas que surgiram foram demandas circunscritas ao poder estatal, ou seja, só o Estado enquanto tal ainda pode realizá-las de fato. Na resolução do conflito em São Paulo, por exemplo, prefeito e governador concederam a revogação do aumento dizendo que isto se daria a partir do aumento de outros custos sociais, e foram aceitos, era uma questão tática, como é de praxe nas negociações históricas entre movimentos sociais e governo. Da mesma forma, os membros dos coletivos, com lideranças assumidas ou não, tiveram que eleger alguns representantes para negociar com os membros do Estado¹⁰³. As reivindicações mais amplas também necessitam de uma realização via Estado, como já vimos. Contra o aumento da passagem – passe livre. Contra a especulação imobiliária – direito à moradia. A contradição se instaura, uma vez que tais demandas carregam inquestionável legitimidade, porém estabelecem uma relação com o Estado e com o direito que desarticula as demandas totalizantes e tira da pauta uma ruptura, um horizonte de revolução. Hobsbawm (1983) fala que Joaquim de Fiore (1145-1202) inaugurou a discussão sobre este tensionamento entre reforma e revolução, distinguindo a sociedade da *justiça* e do *direito* da sociedade da *liberdade*. Para Holston, esta é a complicação das “cidadanias insurgentes”: o fato de que, por não questionarem as próprias bases do “entrincheiramento”, elas culminam no mesmo, e de forma bastante limitada às classes pobres.

Deixe-me fechar complicando esta estória da cidadania insurgente. Seu estudo mostra que o insurgente perpetua pontos chave do entrincheirado. No Brasil, isto significa perpetuar os valores da propriedade privada, a prática de legalizar o ilegal, e a norma de direitos via tratamentos especiais, porque cidadãos insurgentes continuam a usar estes atributos em suas reformulações da cidadania. No entanto, isto também mostra que, mais do que meramente nutrir novas versões do hegemônico, o insurgente irrompe: ele permanece

¹⁰² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/149236-houve-quase-ingratidao-em-protestos-diz-ministro.shtml>

¹⁰³ Mesmo porque, se não fossem, correriam o risco de serem representados por oportunistas políticos, como aconteceu na Revolta do Buzu em Salvador em 2003.

combinado com o entrincheirado, mas em um emaranhado instável que corrói os dois. (HOLSTON, 2009, p. 261. *Tradução Nossa*¹⁰⁴).

Ou seja, as Jornadas de Junho se inserem neste caminho tortuoso que compõe a tradição das lutas urbanas e pelo urbano no país, que segue, por sua vez, o próprio processo de urbanização. O processo político é rico e contém avanços e retrocessos. As novas frentes surgidas em Junho certamente colocam novas demandas e ampliam as velhas, bem como põem a teste os instrumentos criados nas décadas anteriores. Todavia, nos interessa aqui, no enalço de Lefebvre, debater a possibilidade de ultrapassar o capitalismo por meio das lutas urbanas, ou as *fissuras* que as contradições do *fenômeno urbano* abrem para a prática social.

A cidade ocorre, como concepção, de forma simultânea às concepções de indivíduo e de direito. A implosão-explosão da cidade permite que ainda sobrevivam no processo de urbanização estas concepções, agora fragmentadas, destituídas de seus significados iniciais, incorporadas em grande medida ao cabedal ideológico das representações do espaço. Porém, estas presenças-ausências são o que configura a zona crítica e um vislumbre do *possível*.

Lefebvre separa conceitualmente o espaço social em três esferas – o *espaço concebido*, o *espaço percebido* e o *espaço vivido* – que indicam que a produção do espaço, mesmo que tendencialmente universalizante e totalitária, *locus* da consolidação de determinados poderes hegemônicos, não pode ser totalmente homogênea e isenta de contradições. Vejamos um pouco mais destes conceitos. O *espaço concebido* se refere às representações do espaço, ou seja, aquelas dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos “tecnocratas fragmentadores”, enfim, todos aqueles que perpetuam uma racionalidade do espaço dominante em determinada sociedade. Com seus signos elaborados, suas vias e suas soluções técnicas para a imposição de um cotidiano. No caso do capitalismo, a política age em consonância com os ditames econômicos para submeter o espaço ao reino da mercadoria, para quem todas as estruturas são otimizadas, calculadas e engenhosamente articuladas. O *espaço percebido* é aquele produzido pelas formas e ritmos impostos na *prática espacial* de uma sociedade. É a forma intermediária entre o que é concebido nas representações do espaço e o que é realizado como materialidade. No capitalismo, ela inclui as distâncias impostas, o tempo de trabalho e o tempo de lazer, sentidos de forma diferenciada, por exemplo, por um

¹⁰⁴ No original: “Let me close by complicating this story of insurgent citizenship. Its study shows that the insurgent perpetuates key features of the entrenched. In Brazil, this means perpetuating the values of property ownership, the practice of legalizing the illegal, and the norm of special treatment rights because insurgent citizens continue to use these attributes in their reformulations of citizenship. Yet it also shows that rather than merely nourish new versions of the hegemonic, the insurgent disrupts: it remains conjoined with the entrenched, but in an unstable entanglement that corrodes both.”

habitante da periferia e um do centro de um espaço urbano. Por último, o *espaço vivido* é aquele dos usuários propriamente, do habitante. É a relação direta e cotidiana de um indivíduo ou grupo de indivíduos com seu espaço. Trata-se de um espaço dominado por suas determinações abstratas totalizantes, porém, aqui, se apresentam fissuras, pois existe a possibilidade de uma negação da opressão e resistência diferenciadas de acordo com relações sociais locais. Uma potência subversiva e criadora está incutida no próprio *espaço social* e nasce das relações do cotidiano. Partindo das contradições prementes na produção capitalista do espaço, é possível perceber formas de resistência e de negação das mesmas, produzindo a *diferença* no ínterim deste processo totalitário. Podemos tentar aludir a estas dimensões e seus pontos de contradição nos acontecimentos de Junho.

Neste sentido, há alguns elementos que, numa crua generalização, é possível dizer que estiveram presentes de forma elaborada ou espontânea, em comum com a formulação lefebvriana, nas Jornadas de Junho, para além uma busca pela institucionalização de direitos por via do Estado¹⁰⁵: uma reivindicação do *uso* e da *apropriação* do espaço urbano, uma ode ao *lúdico* como contestação, e também, uma espécie de busca pela reconquista da *centralidade política*, em oposição à fragmentação e segregação urbanas¹⁰⁶. Neste ponto, é importante estabelecer um diálogo com a teoria social que parte desta luta por mudanças no contexto urbano, e que consolidou a expressão *direito à cidade*. Não necessariamente foram concebidos como tal, muito menos referendados como parte de uma perspectiva teórica lefebvriana reivindicada por dentro do conceito de *direito à cidade* nas ruas. Pelo contrário, estes elementos podem ser analisados pela teoria *a posteriori*, à revelia do uso das expressões no calor do acontecimento. Apareceram como *práticas espaciais*, de forma contraditória, efêmera e, talvez, por via da negação e da recusa das *representações do espaço*. É aqui que se insere, na esteira de Lefebvre, a potência da contradição.

Mergulhando na possibilidade de interpretar tais *práticas espaciais* pela via teórica, analisemos estas implicações a partir do conceito de *uso*. Lefebvre parte de uma oposição entre *produto* e *obra*, que por sua vez é tributária de uma oposição lógica entre *valor de uso* e *valor de troca*. Podemos dizer, de forma geral, que ao primeiro é atribuída uma qualidade

¹⁰⁵ O mais recente exemplo foi a inclusão do transporte ao campo dos “direitos sociais” garantidos pela Constituição, evento certamente tributário à luta dos diversos coletivos tão atuantes em Junho em torno do transporte urbano. Há inúmeros outros exemplos desta preocupação institucional no longo prazo dos coletivos.

¹⁰⁶ Uma ressalva: apesar de ser seguro dizer que pessoas das periferias compareceram aos protestos nos espaços centrais da maior parte das cidades brasileiras, e também ser possível dizer que, nas grandes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, fortes movimentos ocorreram nas próprias periferias, reivindicando ali uma centralidade política “diferencial”, por assim dizer (ver exemplos no Apêndice A), não podemos dizer ao certo qual foi a participação da periferia na composição total dos protestos das Jornadas de Junho.

positiva e ao segundo uma qualidade negativa para a reprodução da vida, de tal modo que o *valor de uso* contido na *obra* retenha uma possibilidade emancipatória. Na construção conceitual marxiana¹⁰⁷, *valor de uso* e *valor de troca* aparecem como elementos contraditórios que compõem uma totalidade, que é a mercadoria. A positividade lefebvriana do *uso*, possivelmente, está relacionada ao fato de que ele representa uma espécie de negação do valor, uma vez que ele aparece em Marx como dotado de certa independência, desde que não pertencente ao mercado.

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. (MARX [1867], 2013, p. 118).

Todavia, há alguns desafios para a tradução simples do *uso* como negação do *valor* na *apropriação* dos espaços. O processo de urbanização estudado por Lefebvre dizia respeito justamente à expansão sem limites da forma-mercadoria e da troca. A crise da cidade, impulsionada pela expansão do urbano, implica justamente na subsunção realizada do *valor de uso* ao *valor de troca*. É neste sentido que caminham suas reflexões a respeito da crescente importância do que então se dizia ser “superestrutura” – a cultura, o lazer, a ideologia, o urbanismo, etc. – para a reprodução das relações sociais de produção. É uma análise contemporânea e concordante com a percepção dos situacionistas, de uma “proletarização do mundo”, que implicava na difusão da mercadoria à quase totalidade do cotidiano, na emergência de uma estetização do contemporâneo. Seria, como aponta Debord ([1967], 1997, p. 33), o rumo da “baixa tendencial do valor de uso”. Na crise da cidade, Lefebvre via uma *fissura*, uma possibilidade de resistência a partir do resgate da obra. Devemos nos perguntar, todavia, se hoje não é de outra natureza a crise. Afinal, a “sociedade do espetáculo” que se anunciava então como processo parece já ter alcançado sua maturidade.

A via do *consumo*, como solução para a sobrevivência do capitalismo flexível, faz com que vários destes movimentos que reivindicam contemporaneamente o direito à cidade de fato afirmem a busca da “obra” (não necessariamente nestes termos e não necessariamente derivadas de Lefebvre), por via da fruição e da apropriação, mas que isso não culmine em revolução. O valor de troca domina e subsume o valor de uso justamente por sua circunscrição ao âmbito da mercadoria e da troca. Provavelmente não há, na prática, uma

¹⁰⁷ Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, [1867], 2013.

separação possível dessa unidade lógica entre *valor de uso* e *valor de troca* que não culmine na destruição da forma mercadoria.

Outro elemento da teoria lefebvriana se refere à vida cotidiana como “lugar” primordial da luta pelo Direito à Cidade. Neste sentido, um “acontecimento” como Junho poderia renovar as bases da luta no cotidiano. James Holston (2009, 2013) defende que no Brasil, a esfera da vida doméstica do dia-a-dia sempre trouxe uma “cidadania insurgente”, com ações de autoconstrução de moradias, alheias ao “entrincheiramento” da legalidade. Depois de Junho, fez-se notar um “movimento” (já existente e posteriormente ampliado e difundido) em torno das moradias de forma organizada, como é o caso das ocupações urbanas, mas também em torno do transporte, causa central que reverberou e nunca mais saiu completamente da pauta, em torno do lazer (de forma não organizada pelo incômodo da existência dos “rolezinhos”, bailes sem alvará, etc.), em torno das escolas com as ocupações dos secundaristas a partir de 2015, dentre outros inúmeros exemplos. Pode-se supor que Junho tenha retomado o valor da luta cotidiana em torno do *direito à cidade* sob novas formas, que se aproximam de um regime de autogestão? Ou essas insurgências no cotidiano são uma forma de trazer para si a realização da institucionalidade vigente e prevista nos instrumentos legais disponíveis? Não há direcionamento claro e estas questões ficam em aberto no “aqui e agora” do chão da cidade.

Estas contradições não existem porque os movimentos são “despreparados”, “ingênuos” ou “fascistas”, mas porque simplesmente não pode ser de outro modo. Trata-se de uma geração que veio depois da queda do socialismo real e dos totalitarismos, do triunfo da democracia, da inclusão participativa de todos os “setores” da sociedade na institucionalidade, da cientificidade das soluções políticas e econômicas para o futuro do país, enfim, é uma geração completamente sufocada pelo consenso político, científico e cultural do capitalismo. Mas por alguma razão, a vida continua ruim (materialmente e imaterialmente falando). Esse “mistério” aparece primeiro como “crise”. A constatação desta democracia em crise, a despeito dos milhares de intérpretes que se possa buscar no ramo científico de esquerda e de direita, não nos leva à sua imediata compreensão e muito menos à sua solução. A negação e a resistência são movimentos espontâneos, nos resta buscar compreendê-los.

Podemos considerar que, mesmo limitados pelo próprio espetáculo em seu questionamento à precariedade da sociedade do espetáculo, este evento se mostrou como “profanação”. Este é o título do livro de Agambem citado por Paulo Arantes (2014) e pode ser interessante aqui, sobre as possibilidades do *uso* como insurgência. É que, se a ideia de *obra* em confronto ao *produto* se tornou difícil de ser acionada nos tempos do consumo

produtivo, o *uso* pode ser o vetor da negação na dialética interna à própria mercadoria. O uso indevido das coisas pode ser profanatório aos ritos da religião capitalismo, que somos obrigados a cumprir diariamente.

Ora, a conclusão de Agamben é que o capitalismo contemporâneo enquanto religião total, quer dizer, um ritualismo integral, impulsionado por imperativos meramente culturais, tornou-se um sistema inteiramente voltado para a “criação de algo de algo absolutamente Improfanável” – e assim sendo, a profanação do improfanável tornou-se a tarefa política da geração que vem (ARANTES, 2014, p. 399).

Paulo Arantes reconhece os atos de Junho como “*profanações cometidas por gente sem nome que não está nem pedindo pra sair nem aceitando as porradas da vida*”(Op. Cit., p. 400). Explicando melhor onde queremos chegar, talvez seja justamente naquilo que aparece como contraditório que nasce a potência política: a vontade de ser atendido pelo Estado em suas reivindicações, porém sem as mediações do Estado; e a própria natureza destas reivindicações (irrealizáveis no curto prazo, carecendo de estudos socioeconômicos que impusessem sua viabilidade, etc.). As pautas de “democracia real”, “tarifa zero”, “mais dinheiro para saúde e educação”, etc. são *profanas* porque irrealizáveis no mundo do capital de agora (mais ainda na “crise”), mas é justamente neste momento de sua irrealização que elas impõem um limite lógico-político para o capital. Ora, se o que nós precisamos não é realizável no nosso sistema de sociabilidade político-econômica, a que serve então este sistema? É uma demanda real, que busca o Estado, mas dando a medida de sua incapacidade.

É neste panorama que se insere, com maior ou menor capilaridade o discurso autonomista renovado nos coletivos atuantes nos protestos. É natural que a tomada do poder do Estado não seja mais uma forma possível de mudar o mundo para os movimentos sociais. O Zapatismo é visto como inspiração, com suas ideias de “não tomar o poder para mudar o mundo”, sistematizadas por John Holloway. A rejeição da política tradicional e as organizações horizontais em coletivos são generalizadas por todas as novas rebeliões no mundo, e elas querem dizer alguma coisa. Não adianta se lamentar, com saudades da “velha forma de fazer política” da esquerda tradicional; isto não é mais possível. O problema é que a desilusão com o Estado não cria instantaneamente os meios de sua superação. Afinal, como bem aponta Léo Lince (2014, p. 47), “o poder dominante, rarefeito de substância, não murcha ao se esvaziar”.

Claro, pode-se, com alguma razão, apresentar uma enorme apreensão quanto a estes movimentos e o potencial de jogarem “água para os moinhos fascistas”. Neste momento, instaura-se um ponto de tensão. Historicamente, esta dita “crise de representação” já ocorreu e

ela implica sempre em um momento de acirramento de oposições nos seus projetos de sociedade. Como atesta Marilena Chauí (2013a), a “recusa da política” já acabou em fascismos no passado, e esta é sempre uma possibilidade que se coloca. A preocupação da filósofa é a de que, aparentemente, estes movimentos confundem não ter uma liderança com não ter uma direção. É verdade que os coletivos que ali estavam presentes tinham, sim, uma direção, uma intenção imediata, como já demonstramos, porém, eles não possuem a preocupação organizativa de manter esta direção. É verdade, como atesta Chauí, que o desejo de autonomia faz com que esta direção possa ser apropriada e revertida, como de fato foi, nos fins de junho e vem permanecendo até 2016.

A questão é que esta *profanação*, correndo à revelia das instituições políticas consolidadas, gera um “desentendimento”¹⁰⁸ quanto ao significado da palavra *democracia*. Por um lado, a disputa por uma inserção efetiva dos direitos individuais e coletivos de determinados sujeitos leva ao “dissenso”, tencionando por dentro as bases do próprio sistema democrático, buscando neste “regime de todos” a inclusão das diferenças; por outro lado, surge o “ódio à democracia”¹⁰⁹, que julga que todos os nossos problemas nascem de um “excesso de democracia” e de inclusão, que imagina que velhos princípios como filiação, religião, comunidades nacionais controladas, seriam mais adequados para garantir o bom funcionamento do sistema.

Na realidade, o discurso duplo sobre a democracia não é novo. Nós nos acostumamos a ouvir que a democracia era o pior dos governos, com a exceção de todos os outros. Mas o novo sentimento antidemocrático traz uma visão mais perturbadora da fórmula. O governo democrático, diz, é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática. (RANCIÈRE [2005], 2014, p. 10, 11)

Para Rancière, “a soberania popular é uma maneira de incluir o excesso democrático” (Op. Cit., p. 97) por via da contradição; por seu questionamento ao próprio sistema

¹⁰⁸ Segundo Rancière (1996): “Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura.” (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Paulo Arantes traz bons exemplos para o mesmo fenômeno, que chama de “implosão semântica”: Da implosão semântica – que anunciou a revanche do Capital pela inversão do significado das palavras que durante mais de um século calibraram o discurso social, como ‘reforma’, que passou a encobrir retrocesso, ou ‘direito’, que virou privilégio, etc., para não mencionar a velha acepção crítica da expressão ‘sociedade civil’ – dá notícia da atual conotação belicosa da palavra ‘pacificação’. (ARANTES, 2007, p. 76)

¹⁰⁹ Ver RANCIÈRE, Jacques [2005]. *O Ódio à democracia*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

representativo “oligárquico”. A questão, porém, é que esse “equilíbrio conflituoso” foi desfeito. O “desmoronamento” do sistema soviético e o enfraquecimento da lutas sociais consolidaram aquilo que o autor chama de “consenso”: uma ascensão de escolhas “científicas” aos problemas políticos, regidas por uma racionalidade econômica, que dispensa a escolha popular (esta se mantém apenas como clamor de um sistema eleitoral) da tomada de decisões. A democracia do “consenso” precisa se amparar no “poder popular” para se afirmar democrática, o sistema deve ser eleitoral, deve haver momentos de escolha e de prestação de contas à sociedade civil. Porém, ela entra em contradição com este mesmo poder popular ao restringir as reais decisões quanto aos rumos do governo, criando a impressão de que a alternância do poder serve apenas para que se possa fazer a mesma coisa de forma ligeiramente diferente. É daí que nasce a desilusão que tenciona entre o “dissenso” e o “ódio à democracia”. Considerando que a “autogestão” não se realiza de imediato, devemos nos manter atentos quanto às forças conflitantes que se impõem neste campo de batalha. O fato é que, depois de Junho, o consenso sofreu um sério baque.

7. ESTADO, REPRESSÃO E COOPTAÇÃO

A “polícia” – ainda nos termos de Rancière¹¹⁰ – do Estado alcançou a excelência na fabricação e reconstituição do consenso. Paulo Arantes (2014) nomeia seu ensaio sobre as Jornadas de Junho com o título: “Depois de Junho a paz será total”. A impressão esperançosa do título logo se desconstrói quando se imerge nas páginas do texto. A “paz” do título do ensaio se refere aos processos de “pacificação” por qual passam as periferias brasileiras, que não tem nada em comum com o sonho pacifista de Gandhi ou Luther King. O argumento, com referência aos protestos, parte da ideia de que, no Brasil, já se vêm ensaiando métodos de “contrainsurgência preventiva” muito antes do aparecimento das insurgências em si. Esta ideia não é nova e o termo é tomado emprestado de Herbert Marcuse que, já nos anos 70 se dava conta das artimanhas do Estado perante as possibilidades explosivas de atos revolucionários em todos os cantos. Voltando aos dias de hoje, como a revolução não está na ordem do dia, procura-se evitar inclusive as insurgências. A construção de um “sujeito pacificado” se efetua em várias frentes, expostas cuidadosamente no denso ensaio de Paulo Arantes.

A primeira frente parte da construção de um sujeito “dócil” pela via da ideologia do empreendedorismo individual, do “protagonismo” e outros dispositivos, em todas as esferas da vida. Seguindo a caracterização foucaultiana dos “dispositivos” nas instituições rumo à biopolítica, Paulo Arantes considera que os dispositivos se espalham por meio da alimentação, dos momentos de lazer, da saúde, dos gestos cotidianos, enfim, por toda a vida cotidiana. Marcuse (1982) afirma que o declínio da sociedade liberal, associado ao aumento do nível de vida da sociedade tecnocrata e ao “capitalismo de Estado” resultou numa *integração* admitida das diferentes camadas sociais. O homem, que em sua constituição histórica apresentava uma dupla dimensão de adaptação à realidade e de contestação e superação desta realidade, se torna o “homem unidimensional”, que apenas apresenta a faceta da aceitação. Na ascensão da sociedade neoliberal, esta integração realiza a transição dos

¹¹⁰ A “polícia” aqui ganha o sentido de “política” quando comumente diferenciada do “político”. Trata-as das práticas de governo legitimadoras do “sistema consensual” e, para além da ideia de “aparelho de Estado”, indica uma “ordem dos corpos”, que determina socialmente suas funções, seus fazeres e sua sensibilidade. “Sem dúvida, essa designação coloca alguns problemas. A palavra *polícia* evoca comumente o que chamamos baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente. Michel Foucault mostrou que, como técnica de governo, a polícia definida pelos autores do século XVII e XVIII estendia-se a tudo o que diz respeito ao ‘homem’ e à sua ‘felicidade’. A baixa polícia é apenas uma forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 41). A referência a Michel Foucault se deve ao fato de ele é quem inaugurou este uso específico do termo “polícia” em suas conferências sobre “O Nascimento da Biopolítica”.

estímulos externos para os internos. A vontade de conservação do sistema passa a fazer parte da própria “infraestrutura do homem”, em seus desejos e ambições mais íntimos, em sua composição moral, familiar e religiosa¹¹¹. É o mundo dos *reality shows*¹¹², por exemplo, onde a competição perversa é naturalizada como entretenimento. Não apenas se aceita “ir ao paredão” para disputar o prêmio, como também se assiste de bom grado a destruição progressiva dos competidores, com sacrifícios físicos, insultos e humilhações. Enfim, é a aceitação de que a precariedade é parte do sofrimento dignificador do homem trabalhador (“bicos” incluídos). Quem sabe não se alcança uma posição em outro paredão, a de “funcionário do mês”? É também o mundo da “opinião pública”, onde tudo é interpretado por sistemas centrais de referência e regurgitado de volta à população, para que esta possa votar e opinar a respeito do que já foi dado (normalmente uma disputa entre A ou B, reduzindo toda possibilidade de reflexão dissonante sobre os eventos políticos).

Outra frente é interna ao funcionamento institucional do Estado, de duas formas, a burocratização de movimentos sociais e de indivíduos “difíceis de governar” – inseridos em quadros institucionais, caminhando com a ideia de “entrincheiramento” de James Holston, já apresentada acima – e, quando esta falha na fabricação dos consensos, o recurso é à violência e à punição.

Começando pelo primeiro ponto, o que conhecemos como “cooptação”. Trata-se da estratégia de “desmobilizar mobilizando” (ARANTES, 2014, p. 429). O processo consiste em, através da inserção das demandas populares nas formas de lei, fazer com que estas próprias demandas acabem circunscritas a um conteúdo jurídico e não consigam mais dizer que aquilo não é exatamente o que corresponde a seus anseios. Vimos isto em sua forma mais complexa com a elaboração da “Constituição Cidadã” de 1988, que em sua “inclusão” abriu a possibilidade para todos os cidadãos terem os mesmos direitos, e não só os “populares”, mas também os privilegiados, porém, com todo o acesso e possibilidade de intervenção e recursos facilitados a estes últimos; além de manter ileso o “direito à propriedade” como cláusula pétrea do capitalismo, como já mencionamos.

¹¹¹ Entendemos que a atuação dos representantes religiosos na formação da consciência do cidadão brasileiro é de extrema importância aqui. Gohn (2001) demonstra como foram importantes os movimentos, sobretudo católicos, nas formações políticas, tanto de esquerda quanto de direita, na história das lutas sociais brasileiras. Certamente deve haver algum estudo que demonstre a importância das Igrejas evangélicas, sobretudo a linha pentecostal, na expansão do conservadorismo nas camadas populares brasileiras nos últimos vinte anos. Por se tratar de uma bibliografia um tanto afastada de nossas referências, sustentamos isto apenas como hipótese em nota, um indicativo de tema e ser melhor explorado no futuro.

¹¹² A referência é feita por Paulo Arantes (2014) ao livro de VIANA, Sílvia. *Rituais de Sofrimento*. Editora Boitempo: São Paulo, 2013.

Eis alguns exemplos deste modo de “governo”¹¹³: a) As Organizações Não Governamentais (ONG), que surgem como opção de “gestão do social” a partir dos anos 1990. Abarcando demandas que “não poderiam” mais ser realizadas por via do Estado (o qual deixa paulatinamente de atender a diversas necessidades coletivas em seu processo neoliberalizante) e sustentadas por financiamentos diversos da iniciativa privada nacional e internacional, configurando várias vezes um “empreendedorismo social”. As ONG suprem algumas carências, mas tornam-se uma espécie de intermediário necessário para a comunicação com o poder público em algumas comunidades, espécies de “porta-vozes” que acabam por diluir demandas e silenciar problemas. b) O Orçamento Participativo (OP) e os Conselhos da Cidade acabam por realizar a aproximação dos segmentos empresariais ao planejamento urbano, analisando as demandas urbanas a serem absorvidas pelo mercado privado da cidade, além de criarem um simulacro de representação, com a participação da sociedade civil circunscrita a foros consultivos, a serem posteriormente revistos e homologados no âmbito legislativo sob um regime absolutamente diferenciado de forças ou, no caso dos OP, sendo instados a “votar” dentro de uma verba pré-estabelecida às obras em questão e que dificilmente cumprem seu cronograma e gastos previstos. A experiência de realmente participar das decisões orçamentárias da cidade fica relegada, quando muito, às complicadas audiências e ouvidorias do Poder Legislativo. c) A prática de inserir, no texto das leis que trazem melhorias, sua própria exceção, como ocorre nas mais diversas “Reformas”. Na Reforma Urbana temos, em meio a avanços, instrumentos de exceção como as Operações Urbanas Consorciadas, que condicionam recursos públicos para o investimento privado através da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção, a serem postos no mercado à busca de investidores. Este e outros instrumentos, por exemplo, anulam as intenções iniciais da Reforma de conter a especulação imobiliária e de direcionar efetivamente o “uso social da propriedade”, etc..

A gestão petista é o momento de maior corrosão deste “emaranhado”, por ser justamente o modelo de sua máxima realização. O histórico de militância do partido e de suas bases sociais é que leva ao Estado as inúmeras formas legais de suas lutas que, uma vez chegando ao poder, não conseguem se desvencilhar de suas amarras, como já demonstramos anteriormente. Resta então, a tentativa corrosiva de “conciliação”, consciente ou não de suas contradições.

¹¹³ Estas políticas dúbias são analisadas por diversos autores em OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.), 2007.

Políticos e autoridades governamentais mostraram-se surpresos com as manifestações em junho no Brasil, especialmente no plano do governo federal que, desde 2003, desenvolve uma intensa política de institucionalização da participação social via conselhos, conferências nacionais, observatórios, defensorias, ouvidorias públicas, etc. (GOHN, 2014, p. 80)

Aparentemente, esta ilusão de participação, que faria parte da já citada “blindagem do sistema político contra a sociedade”, nos termos de Marcos Nobre, foi apresentando sinais de esgotamento. Porém, como esta forma é ambígua e de difícil julgamento, é difícil enxergar como sair do impasse. Aprimorar a participação? Realizar as cláusulas mais democráticas e sociais acordadas por estes instrumentos? Ora, se esta fosse a intenção, a democracia realizada e aprimorada, a própria estrutura parlamentar e legislativa seria diferente *a priori*. De toda forma, estes instrumentos ainda apresentam um potencial irruptivo na medida em que servem à trazer uma ilusão de participação a pessoas que querem participar de verdade. Ou seja, em determinado momento, a sociedade civil envolvida nestes mecanismos democráticos passa a exigir que eles cumpram de fato esta função, e passam a exigir mais efetividade e mudanças naquilo que não dá certo. Neste ponto, se instauram conflitos.

Quando falham ou se radicalizam para além do controle os instrumentos burocráticos de consenso e cooptação institucional, entra o Estado repressivo. De acordo com Gohn (2014, p. 32), “1301 detenções foram realizadas em junho, em 15 capitais do país. Dessas, a Polícia Civil abriu 273 inquéritos sob suspeita de dano ao patrimônio público, lesão corporal e formação de quadrilha. Em São Paulo, foram presas 218 pessoas em junho”. O número de feridos nos confrontos com a polícia é incerto, mas sua truculência ficou notória após os vazamentos midiáticos, causando repercussão inclusive internacional. À parte a atuação “em campo” da polícia na repressão dos protestos, o evento suscitou novidades no campo das leis de exceção também.

Em 20 de dezembro de 2013, o ministro da Defesa, Celso Amorim, publica uma portaria descrevendo o protocolo de ação das Forças Armadas em uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem. O documento conceitua tal operação como “operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem”. O inimigo previsto para as Forças Armadas neste cenário foi denominado de “Forças Oponentes”, definidas como “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio”. A portaria prevê o uso de tropas militares nas ruas para impedir “ameaças à ordem pública”, lançando mão de um “Princípio de Guerra de

Massa” de acordo com o qual o aparato repressivo em grande número toma as ruas em “desestímulo para as ações das Forças Oponentes”. (REYS, 2014, p. 47)

No Brasil, esta modulação se faz sem grandes dilemas, uma vez que a violência é fundante e, portanto, corriqueira no país. Que o digam os índios, negros e mulheres pobres que a sofrem no cotidiano de desapropriações que servem às “limpezas urbanas” e rurais, necessárias ao livre desenvolvimento do capital. Que o digam também os movimentos sindicais de greve, que já conhecem as balas de borracha e prisões arbitrárias de outros carnavais. Nas nossas cidades, se construiu um mecanismo de controle de populações potencialmente rebeldes (como já foi dito, a contrarrevolução é preventiva) por meio da manipulação do discurso da ilegalidade, acionando um controle policial territorial nas vilas e favelas, com sua expressão institucional máxima no programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro. Os relatos de extermínio de jovens negros e de indígenas, os habitantes dos principais territórios “sitiados” do país já atingem números que os isentam de qualquer suspeita quanto à sua veracidade. Eventualmente, chacinas furam o véu do silêncio e chegam à grande mídia como parte do espetáculo da violência, com poucas consequências aos seus realizadores. Apenas alguns são punidos, para conter a revolta das mães e familiares dos jovens mortos que eventualmente venham a se organizar. Em Junho, além dos relatos de uso de armas letais por parte da polícia em contenções de protesto, que fizeram algumas vítimas, ficaram conhecidas a Operação Policial no Complexo da Maré na madrugada do dia 24 para o 25 de junho, com um saldo de 10 mortos, nove moradores e um policial e a Operação Paz Armada, no dia 14 de julho na favela da Rocinha, que levou ao desaparecimento de Amarildo Dias de Souza e ao protesto nacional, “Onde está o Amarildo?”¹¹⁴.

O Dossiê da ANCOP (2014) mostra que, por trás desta legislação de Segurança Nacional, desponta uma exigência das entidades organizadoras dos megaeventos recentes sediados pelo Brasil. Há ainda acordos entre as empresas que profissionalizam e treinam o exército e vendem os equipamentos. A “Lei Antiterrorismo”, por exemplo, que atemoriza os movimentos sociais em 2016, foi uma exigência do Comitê Olímpico Internacional para realização dos Jogos Olímpicos no país. O Dossiê indica que perto dos megaeventos as mortes justificadas pelos Autos de Resistência e os encarceramentos aumentaram significativamente e descreve detalhadamente algumas das violações de direitos humanos

¹¹⁴ Estes eventos são listados no *Apêndice A*.

pelas forças policiais e militares, como, por exemplo, as chacinas no Complexo do Alemão, na Maré e em Acari.

Um país que nunca puniu seus torturadores e, ao contrário, nomeia ruas e monumentos com seus nomes, que manteve a escravidão por mais tempo na história do mundo moderno e que manteve o seu Partido Comunista na clandestinidade também por tempo recorde; que aceita em sessões públicas e na mídia os mais variados discursos legitimadores da violência social, institucional ou não (só não vale ser “vândalo”) não consegue nem perceber o momento em que recrudescer sua legislação de Segurança Nacional e aumenta o “pacote de ilegalidades”, a serem punidas por meio da força. “Pacote de Ilegalidades é o apelido carioca da parte mais acintosamente visível e alardeada do estado de exceção ainda, por assim dizer, juridicamente clássico.” (ARANTES, 2014, p. 363). Este abarca atos como a criação, por meio de decreto do executivo estadual n. 44.302, da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Políticas (CEIV); a criação da “Lei das Máscaras” (Lei Estadual n. 6.528, de 11 de setembro de 2013), Lei de Associações Criminosas (Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013), reativação da Lei de Segurança Nacional de 1983 (n. 7.170), etc. De 2013 para os dias de hoje, o cenário não é nada animador, tendo a legislação de exceção se reverberado contra o próprio governo reeleito, num embate arbitrário entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ancorado por ações policiais e repercussões midiáticas seletivas. No desenrolar do confronto, entra um governo interino com tendência a passar uma legislação que depõe completamente qualquer concepção, desde a mais conservadora, a respeito da defesa e manutenção dos direitos humanos no país¹¹⁵.

O que é mostrada aqui é a máquina estatal mais sofisticada que se possa imaginar, que deixaria Orwell e Huxley atônitos¹¹⁶. No meio intelectual, surgem inúmeras alcunhas (com diferenças consideráveis de abordagem) para caracterizar esta monstruosidade que nos rege: “estado de exceção”, “pós-democracia”, “pós-política”, dentre outros¹¹⁷. Mas, antes de refletirmos sobre o que há de novo neste processo, vamos seguir nossa hipótese inicial de que

¹¹⁵ Movimentos sociais divulgaram a lista das 55 ameaças aos direitos humanos em tramitação no Congresso Nacional, algumas das quais já foram aprovadas. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/conheca-55-ameacas-aos-seus-direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional/>>.

¹¹⁶ Trata-se aqui dos romances distópicos Orwell ([1949], 2009) e de Huxley ([1936], 2001), nos quais os autores criam uma sociedade completamente dominada por sistemas de coerções múltiplas, que passam da manipulação psicológica à força militar.

¹¹⁷ Sem dúvida é uma frente de extrema importância para o pensamento social o debate sobre as teorias do Estado. Como o objetivo central desta pesquisa é demonstrar o que há de universal na forma histórica do capitalismo, passaremos ao largo deste debate, certamente com algum prejuízo, a ser revisto em futuros estudos.

esta é mais uma expressão da contradição inerente à própria lógica do capitalismo e buscar, em sua história, o que pode haver de precedente.

Como bem aponta Benjamin em célebre excerto (que marca a origem do termo), o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral do capitalismo. Mas podemos dizer que ele é acionado (ou ativado) toda vez que o próprio sistema ameaça ruir, com questões de “urgência nacional”. Dessa forma, o Estado de exceção é uma forma inerente ao Estado democrático em sua constituição. A “crise” é o momento que instaura esta necessidade que aciona o Estado de exceção. A despeito das diferentes formas jurídicas que se instituem, existe um modo de ação do Estado moderno que remonta ao próprio século XIX. É que a ordem Constitucional democrática é necessária quando garante o melhor funcionamento do mercado, quando as condições de reprodução do capitalismo baqueiam ou a luta de classes se acirra, facilmente ela deixa de ser necessária.

Em suas reflexões sobre a “profanação” (para traçar um parentesco com nosso objeto de pesquisa, mesmo que conscientes do *continuum* decrescente que implica a suposição de repetição da história) de 1848, Marx já compreendeu as evidências do “caráter limitado e contraditório da democracia burguesa”¹¹⁸. A burguesia passa por um momento necessário de classe revolucionária e, neste momento, é impelida a defender e criar um ideário de conteúdo social revolucionário, atuando juntamente com representantes do proletariado em rebeliões e na formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. É preciso que ela garanta para si a liberdade, a participação nas decisões políticas, a propriedade e a igualdade de direitos e, para tal, só pode defendê-los universalmente e em uníssono com as outras classes revolucionárias. Uma vez que passa a ser a classe no poder e necessita ser conservadora, ela não poderia mais defender estes lemas universais e precisa calá-los nas classes que não conseguiram aceder ao poder. Mas como, se somente por meio deles ela justifica sua existência? A burguesia padece desta contradição inerente.

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘*socialistas*’. (...) Porém, o que a burguesia não compreendeu foi a consequência de que o seu *próprio regime parlamentarista*, que a sua *dominação política* como tal, e agora também em moldes *socialistas*,

¹¹⁸ Nota da editora (p. 7) em MARX, Karl [1852]. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

necessariamente incorreria na sentença condenatória generalizada. (...) O regime parlamentarista submete tudo à decisão das maiorias; como poderiam as maiorias que estão além do Parlamento querer não decidir? Se vós que estais no topo do Estado tocais o violino, por acaso não esperais que os que estão lá embaixo dancem? (MARX [1852], 2011, p. 80).

Aí se encontra o cerne da questão: “o domínio político da burguesia é incompatível com a segurança e a continuidade da burguesia” (MARX, Op. Cit., p. 124). A própria forma parlamentar por ela defendida não pode corresponder aos anseios da totalidade de seus representantes na sociedade, pois isso se generalizaria para as demais classes, sob o risco de “socialismo”. Cientes de que suas concepções universalistas carregam conteúdo revolucionário, contraditório com sua pretensão de manutenção de uma ordem estável enquanto classe dominante, os representantes parlamentares da burguesia já buscam neutralizar estas concepções no momento de sua institucionalização. As formas democráticas criadas pela burguesia já carregam o seu contrário em sua própria concepção quando na forma de leis, vejamos um exemplo:

(...) ambos os lados se reportam, posteriormente e com toda razão, à Constituição, tanto os amigos da ordem que suprimiram todas aquelas liberdades quanto os democratas que exigiram o seu cumprimento. Isso se deve ao fato de que cada parágrafo da Constituição contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade. Portanto, enquanto a *denominação* da liberdade foi respeitada e somente a execução efetiva desta foi impedida – pela via legal, bem entendido – a existência constitucional da liberdade permaneceu incólume, intocada, por mais que a sua existência *ordinária* tenha sido suprimida. (MARX. Op. Cit., p. 43).

A disputa pelos preceitos democráticos levou os representantes do proletariado de então, liderados por Auguste Blanqui, às ruas e, naturalmente, a única opção que restou ao “Partido da Ordem” foi a violenta repressão. A Assembleia Nacional Constituinte, já destituída de representantes populares decretou estado de sítio e nomeou o ministro da Guerra, general Louis-Eugène Cavaignac, chefe do poder executivo. O general Cavaignac, com o apoio da “aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequeno-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo” (Op. Cit., p. 34) massacra os insurretos de Paris. No combate, que durou quatro dias, morreram 1.500 rebeldes, outros 12.000 insurretos foram presos e 4 mil deportados para a Argélia. Os jornais foram suspensos, as reuniões públicas proibidas e as associações políticas postas sob o controle da polícia. Estava afastado momentaneamente o perigo de uma “revolução social”.

Porém, para garantir este poder político, como vimos, a burguesia necessariamente teve de entrar em contradição com os preceitos democráticos que ela mesma criou e abre o precedente para que outras forças despóticas desestruem seu parlamento, no caso em questão, o sobrinho de Napoleão, Luís Bonaparte, com seu Segundo Império. À parte suas diferenças internas entre partições de interesses rentistas opostos aos comerciais e aos industriais, com suas “intrigas mesquinhas” que desarticularam a junção burguesa do “Partido da Ordem”, o fenômeno do bonapartismo só foi possível a partir da lenta constatação da burguesia de que ela precisava abrir mão do poder político para que pudesse se manter enquanto classe na sociedade que ela mesma erigiu. O desenrolar dos acontecimentos demonstra que toda vez que o Estado está tão democrático que passa a rumar a um “socialismo”, as baionetas se voltam contra o proletariado. Para além, Marx percebe que se efetua a progressiva instrumentalização do Estado pela classe dominante de forma a nunca abarcar as demandas democráticas, mesmo que professadas no âmbito deste próprio Estado. O Estado age como máquina que garante a própria estrutura de dominação social.

A figura despótica de Luís Bonaparte chega ao poder através das conturbadas eleições (depois da contínua revogação e reaplicação das eleições nas oscilações do Partido da Ordem e da dissolução do parlamentarismo), com o voto do campesinato, em grande medida sustentado pelo prestígio que seu tio Napoleão possuía no imaginário popular francês, sobretudo das áreas rurais; e com medidas de exceção (retornando à forma do Império) sob o apoio de soldados subornados com “cachaça e linguça”¹¹⁹. Porém as vicissitudes do sistema capitalista em plena expansão na França não permitiram que o campesinato formasse uma base sólida de apoio a este Estado totalitário. A classe passou por um empobrecimento material extremo necessário à reprodução do próprio capitalismo, que necessariamente destruía suas ilusões conservadoras e paternalistas. Sob qual base então se sustentou o império de Luís Bonaparte? Sob as classes dos burocratas remunerados pelo Estado e sob o Exército. Sustentados por um crescente sistema de impostos eles passam a prezar por seus cargos de alto prestígio, que só existem enquanto o Estado forte e centralizado permanecer. Para além das classes, a estrutura burocrática do Estado passa também a ser a abstração necessária que garante uma dominação, desmantelando “os níveis aristocráticos intermediários entre a massa da população e o poder estatal”, obscurecendo as contradições da separação levada a cabo entre Estado e sociedade civil.

¹¹⁹ “A máquina estatal consolidou-se de tal forma face à sociedade civil que como líder lhe basta o chefe da Sociedade 10 de Dezembro, um aventureiro vindo do exterior, posto no comando pela soldadesca embriagada que ele subornara com cachaça e linguça e a qual precisa continuar suprindo com linguças.” (MARX [1852], 2011, p. 141)

É bom lembrar que a digressão foi feita menos por suas semelhanças com o momento contemporâneo do que pelo objetivo de demonstrar que o “estado de exceção” é o *modus operandi* do capitalismo em tempos de urgência. Refaçamos, então, o caminho de uma inversão. Um Estado que cresceu e se centralizou sob o domínio direto da burguesia demonstra, em seu funcionamento, que ela não pode exercer o domínio direto a custo de se extinguir como classe. É necessário que o Estado se torne uma entidade independente do domínio direto de uma classe. A liderança totalitária centralizada no poder Executivo resolve momentaneamente a contradição em casos extremos, mas carece de base de sustentação. Nesta virada, a burocracia passou a ser a forma política que garantia a dominação impessoal de um Estado. A burocracia tem seu surgimento ainda na monarquia, como forma de absorver classes privilegiadas em transição dentro da máquina estatal centralizada e inflada. A destituição da monarquia pela burguesia aperfeiçoou mais este sistema burocrático por meio de sua centralização e universalidade de uma racionalidade de Estado. O que Luís Bonaparte fez foi transformar esta estrutura que servia como um instrumento de dominação de classe em entidade independente.

Todo e qualquer interesse *comum* foi imediatamente desvinculado da sociedade e contraposto a ela como interesse mais elevado, *geral*, subtraído à atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade governamental, desde a ponte, o prédio escolar e o patrimônio comunal de um povoado até as ferrovias, o patrimônio nacional e a universidade nacional da França. A república parlamentar, por fim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar os meios e a centralização do poder do governo para implementar as medidas repressivas. Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a tomada de posse desse monstruoso edifício estatal como a parte do leão dos despojos do vencedor (MARX. Op. Cit., p. 141).

É a partir deste processo contraditório que se pode pinçar os elementos onde Marx constata a inerente separação Estado x sociedade civil no capitalismo, e a modulação entre a repressão armada ao “socialismo” e a crescente autonomização do Estado em torno de uma burocracia, que generaliza os processos de reprodução da vida e de decisão em instituições abstratas. O povo representado no Estado, não importa quais sejam seus representantes, não se identifica nunca ao povo real justamente devido ao caráter de mediação abstrata da representação. Começamos a compreender então que, para o autor, não há possibilidade de emancipação via Estado, mas somente contra ele. O problema está justamente na forma de organização do político que se configura como Estado.

8. DOMINAÇÃO PADRÃO FIFA

Os manifestantes de 2013 (e mais ainda os que se arriscaram em 2014) se depararam com toda a sofisticação do aparato estatal de fabricação do consenso, mas notaram também o desnudamento de um elemento que até então era percebido de forma mais sutil nas tramas do cotidiano fragmentado de nossas metrópoles, o fato de que existiam imposições externas (internacionais, corporativas) articuladas à atuação dos governos federal, estaduais e municipais. As abstrações da “ordem distante” se manifestaram *in loco* (na “ordem próxima”), na repressão direta aos que se aventurassem pelo “perímetro FIFA”, norma de exceção imposta pelos realizadores do megaevento, realizada territorialmente. Claro, a relativa insignificância das decisões políticas internas frente ao movimento internacional do capital já se insinuava implicitamente, com o não cumprimento da promessa “progressista” dos governos de esquerda da América Latina e depois de outros lugares do mundo, por exemplo. Chegamos mesmo a considerar que esta frustração foi um elemento forte das origens dos protestos no Brasil. Só que esta frustração não só não achou vazão por meio dos protestos, como aparentemente dá sinais de repetição com as guinadas conservadoras em diversos lugares onde ocorreram grandes manifestações (ou, quando surgem alternativas como o *Syriza* e o *Podemos*, elas já apontam para a quebra de promessas, como é o caso da frustração imediata com a incapacidade do *Syriza* em mudar a realidade da falência grega). Temos que lidar com o fato de que uma simples queda na “nota” do país nas avaliações das agências de classificação de risco, como *Standard & Poors* ou *Fitch*, basta para qualquer presidente colocar o “*Chicago Boy*” mais indicado como Ministro da Fazenda e dismantelar as políticas sociais dizendo que “não temos outra saída”.

Este panorama é somado à acusação de que fomos vítimas de manipulação por uma espécie de tática de “*soft power*” – dentro da qual os agentes financeiros internacionais, capitaneados pelo governo norte-americano intervêm nas políticas de outros países por meio de pressão econômica, propaganda sofisticada, e desordem política – que envolve a própria forma do protesto, gerando uma virada ideológica anti-governo, na fórmula das chamadas “revoluções coloridas”. O termo difundiu-se nos protestos dos países da ex-URSS contra seus regimes ditatoriais, começando pela Sérvia de Slobodan Milosevic em 2000. Trata-se de uma prática de financiamento a ONGs, como a organização internacional CANVAS¹²⁰ e coletivos

¹²⁰ CANVAS é a sigla para Centre for Applied Nonviolent Action and Strategies. Uma organização internacional, com sede em Belgrado, “orientada para trabalho educacional relacionado a conflitos não-violentos estratégicos”, com o objetivo de “espalhar o poder do povo”, conforme descrevem em seu site: <http://canvasopedia.org/>. Se seguirmos o dinheiro, veremos os financiadores da Fundação Ford, Instituto

(como seriam os já analisados MBL, Instituto Millenium, etc., no Brasil) por parte de agências como a USAID ou de grupos financeiros, para atuarem em manifestações em diversos países desde os anos 2000. A organização CANVAS declara sua participação bem sucedida nas “revoluções” da Geórgia (2003), Ucrânia (2004), Líbano (2004), Maldivas (2008) e Egito (2011). A tática consiste em mobilizar setores não organizados de classe média para se inserirem em manifestações já existentes nas ruas. Levantam pautas como corrupção, segurança, autonomia política e críticas ao Estado. Esses setores enfocam suas narrativas em figuras presidenciais ou em partidos de governo, com caráter extremamente performático, reforçados pela grande mídia. Enfim, aquilo que conhecemos bem, nascido em 2013 e aperfeiçoado em 2015 e 2016. A estratégia do *soft power*, segundo o jornalista americano Ted Snider¹²¹, começou no final da Guerra Fria, com a atuação de ONGs financiadas por um fundo americano, chamado National Endowment for Democracy (NED), na queda política dos sandinistas na Nicarágua em 1990. Durante a administração Bush e Obama, esta estratégia de “mudança de regime” não-violenta ganhou contornos diferentes, mas continuou influenciando em “golpes silenciosos” por todo o mundo, com exemplos notórios na América Latina, como a queda do Presidente Zelaya em Honduras em 2009 e do Presidente Fernando Lugo no Paraguai, em 2012.

Apurar a real influência da política externa norte-americana nos eventos recentes da política brasileira é tarefa que exige mais tempo e investigação¹²² e não seria simples precipitar-se em conclusões. Sobretudo em Junho de 2013, a situação claramente foi mais múltipla e complexa, como viemos tentando demonstrar até agora. Não seria uma surpresa, a realização mais crua da ambição do mundo “espetacular integrado”, que para Debord ([1988], 1997, p. 175) era “que os agentes secretos se tornem revolucionários e que os revolucionários se tornem agente secretos”¹²³, mas pode soar conspiratório e pouco fundamentado. Porém, a conjuntura nos impõe pensar sobre estas questões, que ultrapassam o âmbito do Estado-Nação e nos colocam sérios (impossíveis?) desafios. Vamos tentar de alguma forma pelo menos

Republicano Internacional, *National Endowment for Democracy*, *RAND Corporation* (ligada ao Departamento de Defesa norte-americano) e outros.

¹²¹ Cf. SNIDER, Ted. *A silent coup for Brazil?*. Consortium News: 30/03/16 Disponível em: <<https://consortiumnews.com/2016/03/30/a-silent-coup-for-brazil/>>. Consultado em 08/06/16.

¹²² A grande maioria referências encontradas sobre o tópico, incluindo sua ação no “*soft coup*” (golpe brando) à Presidência da República do Brasil em 2016 vem de jornais estrangeiros, o que denota a precariedade do jornalismo investigativo brasileiro, desmantelado pelo oligopólio da mídia.

¹²³ A desconfiança profética surgiu em Debord quando do sequestro e assassinato do Primeiro Ministro italiano Aldo Moro pelo grupo revolucionário “Brigadas Vermelhas”, em 1979. Estranhamento voltado também outros grupos terroristas de esquerda pertencentes ao que ele julgava ser mais uma faceta da complexidade do “espetacular integrado” pós 1968.

apresentar os principais pontos deste problema. Trata-se de uma “era de indeterminação”¹²⁴ que nos persegue e engessa nossa capacidade de atuação política, num mundo dominado pelos imperativos econômicos da sobrevivência (em estado crítico) do capital.

François Chesnais (1996) chama de “mundialização do capital” a nova configuração do capitalismo que se concretizou a partir da década de 1980, buscando com isto designar mais do que uma nova etapa do imperialismo. Do que se chamava imperialismo, mantiveram-se a extrema centralização e concentração do capital e a interpenetração das finanças e da indústria. Mas mudam-se radicalmente as formas de realização destes preceitos e soma-se a eles o fato de que, pela generalização do capitalismo no espaço do mundo, busca-se legitimá-lo como realização da história (totalizando-o abstratamente no tempo). Entra o discurso de “fim da história” de forma a criar um discurso hegemônico de “adaptação” à nova ordem, baseado num consenso econômico já apontado acima, na fala de Leda Paulani (2003), sobre a cartilha do TINA (“There is no alternative”).

Em linhas gerais, a centralização dos capitais, para responder à estagnação da crise anterior, se rege sob o princípio da “liquidez”, consistindo em gigantescos consórcios de capitais financeiros, veiculados por meio de “títulos” no mercado, transnacionais e extremamente maleáveis. A esfera financeira se funde à produtiva e passa a comandá-la. Esta se torna volátil e sujeita a todo tipo de oscilações daquela. O preço dos ativos financeiros se descola da produção real de valor, uma vez que o capital monetário centralizado permite aos grandes grupos financeiros determinarem a política de juros, produzindo o que foi batizado de “capital fictício”. A incidência de juros sobre juros dos títulos, chamada de “derivativos financeiros” leva o “dinheiro aos céus”¹²⁵. O dinheiro *aparentemente* elimina a etapa de valorização na troca $D - M - D'$ para buscar acelerar o processo de realização que realmente interessa, a transformação direta $D - D'$.¹²⁶ Neste contexto, mudam as estratégias de investimento dos grandes grupos industriais. “Sob influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se cada vez mais e alinhar-se mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizam como ‘*short-termism*’” (CHESNAIS, 1996, p. 16). A “mundialização do capital” é, então, a conduta de integração internacional dos mercados financeiros que incitou a

¹²⁴ OLIVEIRA, Francisco. *Política numa era de indeterminação*. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.), 2007.

¹²⁵ Cf. KURZ, Robert, [1995] 2002. Disponível em : < <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: 04/07/16.

¹²⁶ A propósito, forçando o argumento, podemos dizer que o atropelo da mediação do trabalho na valorização do valor por meio da circulação pode estar na origem de todas as “crises de mediação” às quais nos vimos referindo.

desregulamentação dos mercados nacionais e permitiu sua interligação em tempo real, porém de forma hierarquizada, orientando as alocações da produção e circulação das mercadorias. “(...) baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragens feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às ‘benesses das finanças de mercado’” (Op. Cit., 1996, p. 16).

Esta mudança econômica altera as bases da política convencional e metamorfoseia o que se convencionou a chamar de imperialismo. O comércio exterior nos termos clássicos, ainda segundo Chesnais, passa a ser menos importante do que os “investimentos internos diretos” dos grandes grupos empresariais, realizados no âmbito do mercado privado, pelo comércio “intragrupos” ou por meio de acordos internacionais, mediados por órgãos de hegemonia norte-americana, como o FMI e a OMC, ou por acordos de comércio regionais. “As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização” (Op. Cit., 1996, p. 33). Por exemplo, num estudo de caso sobre a crise brasileira contemporânea, podemos começar a ver a árdua tarefa de caminhar neste labirinto da integração financeira:

Tudo se dá em função de um sistema de garantias e recompras. Por exemplo, uma montadora tem um banco; esse é controlado por outro, que tem parceiros internacionais, etc. Quando vemos na lista dos investidores das elétricas do Brasil o nome de um fundo de pensão de funcionários de sindicatos de Detroit, por exemplo, dá para imaginar como esse caminho é complicado. O financiamento do Chevrolet Celta daqui, indiretamente, paga o rombo de Detroit, que investe na CPFL. Olhando toda essa operação, está o JP Morgan, ou o Goldman Sachs lá, eventualmente através do Itaú, aqui. Então é notável que o capital internacional é, também em grande medida, nacional, ou vice-versa (LEIRNIER, 2016, s/p)¹²⁷.

Este sistema, todavia, não depõe os espaços nacionais, pois os conglomerados econômicos possuem uma base territorial para onde são endereçados os lucros. Novas hegemonias se formam, com os Estados Unidos à frente, por suas vantagens monetárias com o dólar, por sua concentração e diversidade de mercados financeiros, por sua hegemonia militar e por sua capacidade de disseminação cultural, fator diretamente interligado com o poderio de sua indústria de telecomunicações, de tecnologia e de bens culturais. Desta forma, Chesnais vê aí um novo sistema de dominação, a mola-mestra do sistema político e

¹²⁷ Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/o-quebra-cabeca-do-capital-geopolitica-e-da-crise-politica-brasileira-por-piero-leirner>>. Consultado em: 28/06/16.

psicossocial que se convencionou a chamar de “neoliberalismo”, capitaneado, sobretudo, pelos Estados Unidos. Para o autor, então:

A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente ligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso do governo Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34)

Esta é a implicação que julgamos problemática e que toca no cerne da questão que buscamos tratar aqui. Concordamos em alguma medida com a caracterização de Chesnais, porém considerando que o segundo movimento é condicionado, ou melhor, é uma consequência direta do primeiro. E, o mais importante, os termos do primeiro devem ser trocados: *porque* a acumulação ininterrupta do capital entrou na sua mais longa fase *de crise*, as políticas de liberalização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais foram aplicadas, sob o impulso *inicial* do governo Thatcher e Reagan, de forma global, mesmo que com variações locais. Isto nos impõe um movimento lógico de que o neoliberalismo foi *necessário* para a tentativa desesperada de manutenção da “acumulação ininterrupta do capital” da mesma forma que o foram as conquistas sociais e democráticas da época que o precedeu. Esta afirmação é sempre polêmica por soar circunscrita a uma crítica da socialdemocracia, regime que representou o melhor dos mundos possíveis dentro das mazelas do capitalismo, mas o que defendemos é que o *neoliberalismo* (e agora, mais ainda, sua crise) já nos impôs uma reflexão que, se não fizéramos antes, se tornou imperativa, a de que o capitalismo é um sistema autodestrutivo, com conquistas pontuais e efêmeras para aqueles que fulguram no rol dos explorados.

De fundo, há uma discussão sobre o poder real da hegemonia unitária norte-americana em decadência e sobre se esta pende para uma “multipolaridade” ou não. Não é este o foco da argumentação a seguir. Pretendemos demonstrar que há, sim, uma espécie de imperialismo que nos impõe uma posição subalterna às políticas neoliberais, mas de natureza radicalmente diferente, nos termos de Robert Kurz (2012)¹²⁸, um “imperialismo de crise” ou um “pós-imperialismo”. A crise de valorização do valor (ou crise estrutural¹²⁹, termo com implicações

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz403.htm>>. Consultado em 14/06/16.

¹²⁹ István Mészáros foi o responsável pela difusão contemporânea do termo. O autor vem afirmando, desde os anos 1970, que o capitalismo entrava numa nova fase, de *crise estrutural*, que rompia com as sucessões de *crises conjunturais* da fase anterior do nosso “sistema de capital” para entrar num “*continuum depressivo*” que representava a dissolução do próprio sistema capitalista a longo prazo.

diferentes, mas que aponta o mesmo fenômeno) demonstrou que os limites da capacidade de financiamento se estenderam da iniciativa privada aos Estados, que vieram ao seu resgate e que, agora (atingindo os países centrais a partir de 2008), manifestam o mesmo endividamento e insolvência pelos quais passaram os bancos que estes se viram obrigados a salvar. Esta derrocada atingiu os centros ocidentais, e Estados como a Grécia chegaram ao limite da completa falência. Nestes termos,

(...) já não se trata de impérios e zonas de influência nacionais, mas sim da possibilidade de controlar a globalização enquanto crise. Os limites da valorização do capital devem ser redefinidos como limites de viabilidade para as massas de perdedores; o colapso das economias nacionais, como justaposição controlada de cidades em expansão financiada a crédito e regiões miseráveis abandonadas (KURZ, 2012, s/p).

A dívida soberana é o ponto onde esbarram as tentativas de pacotes de resgate público somados a programas de estímulo econômico. Isto se dá porque a subsunção da esfera produtiva à esfera financeira anteriormente descrita não se deu por via da astúcia dos banqueiros, mas pelo fato de que o capital produtivo encontrou o limite interno de valorização já desde os fins da década de 1970. Qualquer tentativa de resgate possível se fez sob a égide da mobilidade do capital, no movimento de subsunção da produção à financeirização e de extinção progressiva do valor. O Estado pode regular a acumulação de capital, mas não é capaz de gerá-la. Qualquer investimento produtivo perpetrado pelo Estado é financiado pelo valor social criado no mercado *a priori*. Pode-se tentar, como se tem feito, imprimir dinheiro, mas esta ação muda o estatuto do dinheiro (“capital fictício”, como vimos) e abre o caminho para novas crises de desvalorização do próprio dinheiro. Neste sentido, qualquer recuperação é efêmera, conforme aponta também Harvey (2006).

Mas as formas mais tradicionais de luta são difíceis de articular, dada a incrível volatilidade do capitalismo contemporâneo, a evidente diminuição da soberania dos Estados individuais sobre suas questões econômicas e a redefinição da ação do Estado em torno de sua necessidade de cultivar um bom clima de negócios para atrair o investimento (...) Eventos longínquos, por exemplo, na China ou em Bangalore (se você vive nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha) ou em Washington (se você vive em Xangai, Buenos Aires ou Johannesburgo) com frequência têm ramificações locais de grande alcance. E o fato de o sucesso, medido a partir da forte acumulação do capital e até mesmo da redução da pobreza, ser atingido em algum momento em algum lugar (como Taiwan, Bavária ou Bangalore) ou em algum setor (como a informática) mascara o fato de que o neoliberalismo não está conseguindo estimular a acumulação agregada, que dirá melhorar o bem-estar social agregado. (HARVEY, 2006, prefácio, pg. XIII)¹³⁰

¹³⁰ A tradução foi adaptada a partir da edição em português, da Boitempo, 2013. No original: “But the more traditional forms of opposition are difficult to articulate given the incredible volatility of contemporary capitalism, the evident diminution of sovereignty of individual states over their economic affairs and the redefinition of state action around the necessity to cultivate a good business climate to court investment. (...)”

As tentativas de salvamento nacional oscilam no escuro entre “pactos” de estímulo à produção e ao consumo interno e “pactos” de arrocho fiscal e políticas monetárias que aumentem a rentabilidade dos investimentos financeiros e salvem os bancos “grandes demais para falir”. De uma forma ou de outra, a tentativa de manter a acumulação via “despossessão” atinge seu auge e anuncia o teor destes tempos sombrios. Neste sentido, não necessariamente negamos que haja uma intervenção norte-americana com vistas a recuperar uma hegemonia global evanescente¹³¹, mas há um fato mais importante. A hegemonia norte-americana já consolidada agora atua por meio dos instrumentos internacionais onde prevalece (OTAN, FMI, Banco Mundial) ou por meio de instrumentos nacionais com escopo internacional (USAID, NED, NSA, etc.), de forma a liderar uma espécie de “guerra de ordenamento mundial”, onde as precariedades são administradas, os governos pressionados, as ideologias produzidas, todas com o fim de manter vivo o moribundo sistema de acumulação capitalista. Pode-se mesmo pensar em ascensão de uma nova potência como a China, ou de uma nova “multipolaridade” na ordem global, mas o propósito continuará o mesmo (a completa interdependência entre os excedentes de exportação da China via mercado americano e a aplicação dos fundos de reserva financeira dos EUA nos capitais chineses demonstram que não é meramente o caso de um “destruir” o outro), ao ascender, qualquer nova ordem internacional dentro do capitalismo terá de lidar com sua derrocada.

Mas, voltando a Junho de 2013, aonde nos leva esta narrativa de um colapso? Para além da perspectiva de que a contrarrevolução vem de dentro, de fora e de todos os lados do sistema totalitário global do capitalismo, tentamos demonstrar aqui que a ascensão crítica de um sistema financeiro extremamente concentrado nos lança violentamente na “sociedade de risco”. Da mesma forma que a maior parte da classe empresarial não faz mais investimentos produtivos em longo prazo; que Estados tentam medidas imediatas de arrocho ou de incentivo ao crescimento, mas no final esbarram na obrigatoriedade de pagamento de parcelas de suas dívidas internas; que movimentos sociais institucionais oscilam junto às soluções socialdemocratas que sempre “quase vingam” até perderem fôlego e se esbarrarem na

Far away events in, say, China or Bangalore (if you live in the US or Britain) or in Washington (if you live in Shanghai or Buenos Aires or Johannesburg) often have farreaching local ramifications. And the fact that success measured as strong capital accumulation and even poverty reduction is to be had for a time somewhere (like Taiwan, Bavaria or Bangalore) or in some sector (like informatics) masks the fact that neoliberalization is failing to stimulate aggregate accumulation, let alone improve aggregate social well-being.

¹³¹ Esta hipótese ganha credibilidade se considerarmos que seu novo intervencionismo, chamado acima de *soft power*, é uma inteira reconfiguração das formas de domínio após a invasão do Iraque de 2001, considerada do ponto de vista bélico e geopolítico um fracasso e um passo a mais na queda do “império” norte-americano.

malfadada solvência do capital financeiro – a juventude que foi às ruas em Junho vive o “aqui e o agora”, circunscrevendo suas demandas, quando as há, àquilo que se pode enxergar e sem saber muito como construir caminhos para a realização de seus desejos.

9. CRISE E FUTURO ou O FUTURO EM CRISE?

A relação entre as crises do capitalismo, suas contradições e seu fim foi uma discussão central para o pensamento social e as teorias da história. Tradicionalmente, as crises foram vistas como o momento que faria nascer a mudança da sociedade, e vieram acompanhadas de forte disputa ideológica e política a respeito de qual futuro seria construído a partir de então. O pensamento social revolucionário – do qual destacamos aqui o marxismo –, desde o fim do século XIX, viveu uma tensão entre seus pares a respeito de uma “teoria do colapso”, confrontada a uma “teoria do bloqueio”. Em um momento de crise do capitalismo, podemos perceber uma corrente que afirma que o capitalismo padece de contradições que o levam a crises cada vez mais graves, que um dia o levarão ao colapso (este dia pode estar próximo ou pode acontecer nas próximas crises), e outra, que afirma que o capitalismo pode se renovar *ad eternum*, resolvendo cada nova contradição que possa aparecer na resolução de cada crise. Na verdade, as crises o fortaleceriam. Este dilema impõe uma enorme dificuldade para a mobilização política, pois antevê apenas a incerteza. É um golpe às utopias.

Primeiramente, é preciso situar o debate. A origem da ideia de “colapso” tem a ver com o papel das crises na dinâmica do capitalismo. Dentro da teoria marxiana, considera-se que as contradições do capitalismo impõem uma dialética entre o *limite* do capitalismo e sua transformação em *barreiras* (obstáculos), a serem superadas, de forma a manter sua escalada de acumulação. Cada crise impõe ao capital um *limite*, que engendra um conflito social e movimentos no sentido de transformar este limite em *barreira*. Porém, isto implica num deslocamento e ampliação das próprias contradições que levaram à crise num patamar sempre aumentado, até que eventualmente o *limite* chegue a seu ponto máximo de distensão e leve à derrocada do próprio modo de produção. Vale reproduzir o notório (não o único) trecho dos Grundrisse em que Marx apresenta a tendência de dissolução do sistema capitalista pela tensão posta na transformação dos *limites* em *barreiras*:

O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais.

Porém, do fato de que o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supere *idealmente*, não se segue de maneira nenhuma que a superou *realmente*, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda. A universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a

maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (MARX [1857-58], 2011, p. 334).

A perspectiva do fim iminente do capitalismo por suas contradições próprias foi o que mobilizou teoricamente a perspectiva revolucionária, mas com uma cisão, que, nos tempos de Marx pôde ser vista nos confrontos com os reformistas lassalianos, por exemplo, mas que depois de sua morte se impôs dentro da chave interpretativa do próprio marxismo, a respeito de como agir perante o colapso, se de forma a esperar o fim ou a provocá-lo por meio da luta. A controvérsia se faz premente com os textos de Bernstein (1896, 1897)¹³², que diziam que as alterações ocorridas no capitalismo no fim do século XIX, como os grandes avanços tecnológicos na produção, a disseminação dos cartéis e o aperfeiçoamento dos sistemas de crédito, alterariam o rumo do sistema econômico, pois consistiam em fases de “adaptação” do capitalismo às crises, ou seja, transformações dos *limites* aparentes daquele momento em *barreiras*. As crises econômicas seriam atenuadas e a transição do capitalismo para o socialismo deveria então acontecer de forma gradual e progressiva. Com isto, inaugurou-se a tese “revisionista”, que alegava ser preciso rever os pressupostos da obra de Marx. A tese gerou uma enorme controvérsia sobre o colapso do capitalismo, que pode ser resumida em suas duas teses antagônicas: “De um lado, argumentava-se que as transformações pelas quais passava o capitalismo representavam uma racionalização neutra que terminaria por estabilizar a economia e transformar o seu caráter, tornando-a socialista” (RUGISTKY, 2008, p. 58). Os maiores representantes desta vertente, Kautsky, Bernstein e Plekhanov construíram uma espécie de “sociologia-evolucionista em que todos os processos já estariam predeterminados e haveria uma escalada irreversível e espontânea para o paraíso.” (PAULA, 2014, p. 145). Um marxismo que é fruto de uma época entusiasta da ciência positivista e de suas possibilidades tecnológicas e filosóficas do ponto de vista da emancipação.

O outro lado “consistia em afirmar, inversamente, que as transformações aprofundavam, ao invés de atenuar, as contradições do modo de produção, desestabilizando o capitalismo e aproximando o momento de sua crise definitiva” (Op. Cit., p. 58), tendo Rosa Luxemburgo como sua representante mais célebre. Na verdade, mesmo assumindo que o capitalismo pudesse se “adaptar” por mais um tempo, a constatação de Luxemburgo de que esta adaptação implicava na agravação das contradições levava à *necessidade histórica* da revolução socialista. Ou seja, seria necessário disputar politicamente as rédeas do futuro que viria. Era necessária uma orientação revolucionária das massas em direção ao socialismo, era

¹³² Cf. RUGISTKY, Fernando. *Friedrich Pollock: limites e possibilidades*. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas: Papyrus, 2008.

necessária uma “*ruptura*”. De toda forma, ambos os lados confiavam na transitoriedade histórica do capitalismo e sua substituição por outra estrutura social (o “socialismo” ou a “socialdemocracia”). Tinha-se:

A dinâmica do mundo tomada como linear e irreprochável, e dada pelas relações contraditórias entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Quando estas bloqueiam a expansão daquelas, abre-se a revolução que porá fim à contradição, criando as condições para um novo regime social. (PAULA, 2014, p. 145)

Anos depois, em 1941, Frederick Pollock¹³³ revê o debate sobre as teorias do colapso e contrapõe a elas sua teoria do “capitalismo de Estado.” As bases da reflexão de Pollock foram a crise de 1929 e sua posterior reestruturação. O autor defende que, em grande medida, a reestruturação do capitalismo após 1929 derrubou a maioria das teorias do colapso. Esta constatação o levou a um estudo do momento histórico em debate direto com as categorias marxistas que serviram até então aos anseios revolucionários e reformistas dos partidos tradicionais de esquerda. Com o surgimento do “capitalismo de Estado”, a própria dinâmica econômica teria sido *bloqueada* e anularia a importância das crises. Pollock chega a questionar mesmo se é válido utilizar a categoria valor, quando já não haveria mais uma economia de mercado. A luta revolucionária fica também *bloqueada* por acompanhar a dinâmica econômica, que nesta nova fase do capitalismo apresenta uma totalidade não contraditória, em que toda inserção questionadora poderia acabar sofisticando mais e mais o aparato estatal dominante.

A tese de Pollock considera as experiências dos fascismos, do nacional-socialismo (aqui também considerado um modo de capitalismo de Estado), e do Estado de Bem-Estar Social, onde o Estado funde seus poderes públicos ao poder dos monopólios. Não há mais uma disputa, nem propriamente individual nem coletiva, pela representação no parlamento, pois o poder executivo se sobrepõe às suas decisões. O judiciário e o executivo convergem em um cenário de concentração de poder. Como já apontava Pollock, essa transição é garantida pela primazia da racionalidade técnica de uma burocracia de Estado que, na verdade, permeia todo o organismo administrativo nacional-socialista e efetua as mediações entre trabalho e capital. Através de um discurso tecnicista, foi possível fomentar a concentração de cartéis e monopólios, instituir a padronização de produtos e de comportamentos (adentrando esferas

¹³³ Foram aqui analisados dois artigos do autor publicados na revista do Instituto de Pesquisa Social de 1941: POLLOCK, Frederick. State Capitalism: Its Possibilities and Limitations. In: HORKHEIMER, Max (Org.) [1941]. *Zeitschrift für Sozialforschung: Studies in Philosophy and Social Science*, Volume IX. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1980.; e POLLOCK, Frederick. Is National Socialism a New Order? In: Op. Cit.

morais com pressupostos científicos, como políticas da natalidade, exclusão racial, nacionalismo, etc.) e propiciar uma grande segurança econômica para a atuação das classes dominantes. É importante, neste período, notar que as políticas imperialistas se articulam diretamente com a possibilidade de manter o poder político destas oligarquias. O indivíduo perde seu poder de atuação e passa a lidar com o arbítrio do poder centralizado, que escolherá quais benefícios poderá ceder ou não. O que ainda está em jogo é a neutralização burguesa, através do aparato estatal, dos princípios coletivistas. A discussão acerca da ideia de colapso tem que levar em conta que, em seu ínterim, já havia uma discussão de fundo reforma-revolução que buscava “compatibilizar o incompatível”, os interesses dos capitalistas com os interesses dos trabalhadores. Ou seja, as manobras políticas que se estabelecem já teriam uma função tácita de garantir a ordem moral, espiritual e política da burguesia, para além de sua já garantida ordem econômica na sociedade.

Contra Pollock, podemos argumentar que a luta se tornou politicamente bloqueada, porém, isto não se deveu ao fim das leis do mercado, mas sim ao seu agravamento. A tarefa, em todas as fases de compromisso político, é mantê-lo sempre em harmonia com a estrutura econômica dominante e a busca de sua superação não conseguiu muito, além de agravar os grilhões desta estrutura. Ao mesmo tempo em que a negação teórica do conceito de classes é levada a cabo, um “bloqueio” prático se estabelece: o fato de que o crescente empobrecimento material da classe proletária previsto no marxismo – pelo desenvolvimento do processo próprio da economia capitalista, que levaria seus membros à tomada de consciência de suas condições e os transformaria na força revolucionária – não aconteceu. Na verdade, nos países com a economia capitalista desenvolvida, o padrão de vida dos assalariados aumentou. Na sociedade de mercado clássica, a socialdemocracia foi a quintessência do “bloqueio”, em toda sua sofisticação. E aqui entram as teorias de Marcuse sobre o “homem unidimensional” da “sociedade pós-industrial”, e também se pode enquadrar o pensamento de Lefebvre a respeito da “sociedade burocrática de consumo dirigido” ou o espetacular “difuso” e o espetacular “concentrado” de Debord.

O advento da crise já apresentada da década de 1970 trouxe outra reviravolta para o debate. A sequência de crises do capital agonizante passa a poder ser incluída na sociedade do espetáculo, agora “integrado”, transformando em meras narrativas as teorias do colapso e do bloqueio, a serem estudadas academicamente e podendo mesmo conviver numa mesma perspectiva política. A queda do muro de Berlim, com a falência do “socialismo real” consolida uma nova cisão: de um lado, aqueles que passam a acreditar que o capitalismo triunfou e que achamos o sistema ideal para a reprodução da vida humana depois de tantos

confrontos (o mais célebre representante desta hipótese é Fukuyama com suas elaborações sobre o “fim da história”); de outro, aqueles que acreditavam que o “socialismo real” foi uma fase (ou tentativa) constituinte do modelo de mercado do próprio capitalismo e que sua falência constituía num prenúncio de que as tentativas de solução da crise do capitalismo via intervencionismo de Estado estavam falindo uma a uma, e que o próprio sistema não aguentaria por muito mais tempo (com diferentes interpretações a respeito do que foi a experiência socialista na história, propagaram esta hipótese teóricos como Robert Kurz, István Mészáros, Immanuel Wallerstein, dentre outros). Mas há algo diferente nesta nova cisão. O “espetacular integrado”, que vinha se configurando desde os anos 1970, se consolida com a derrocada do imaginário emancipatório, que vinha sendo constituído sob uma “hegemonia” da ideia do socialismo. Neste sentido, o debate renovado sobre o “colapso” ou “bloqueio” do capitalismo se descola, nas práticas políticas, da esperança em uma “revolução”.

Pode-se dizer que houve uma transformação da crise em gestão. É justamente esse o significado do que se convencionou chamar de neoliberalismo, como já bem demonstra Naomi Klein em seu livro e documentário sobre a “doutrina de choque”¹³⁴ inaugurada como política econômica por Milton Friedman e a Sociedade de Mont Pellérin, com medidas de despossessão que os Estados acionam a partir de um discurso de crises (e pela fabricação delas) e de *estado emergencial*. Doutrina que caminhou em paralelo com a adesão das “terapias de choque” na medicina psiquiátrica, como forma de infligir dor aos pacientes de forma a conformá-los passivamente à sociedade da qual pareciam se alienar. Desta forma, catástrofes humanitárias, ambientais, militares, econômicas, são todas um momento de “oportunidade” para a ampliação do mercado. Neste sentido, vale citar a fala de Milton Friedman, localizada por Demian Melo:

Somente uma crise – atual ou previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das ideias existentes no momento. Esta, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. (FRIEDMAN, 1988: 7 *apud* MELO, 2015, p. 8).

Carlos Vainer (2000), fala da importância da narrativa da crise das cidades para a implementação do pacote *ad hoc* do urbanismo estratégico de exceção. O discurso generalizado da crise adere à escala local. A difusão de um *sentimento de crise* urbana tornou-se uma forma, amplamente presente no discurso urbanístico contemporâneo, como o autor

¹³⁴ KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre*. Editora Nova Fronteira: 2008.

demonstra, de garantir uma trégua nos conflitos sociais da cidade e abrir caminho para “fazer o que se deve fazer”. É a crise servindo como discurso urbanístico para a fabricação do consenso.

Neste sentido, do próprio colapso construiu-se, espetacularmente, de forma fetichizada a bem dizer, o bloqueio. Economicamente, a produção de bolhas jogando para o futuro o momento em que esta narrativa pararia de convencer. Militarmente, criando sem receio a ameaça de que, quando a roda do convencimento parrasse de girar, chegaríamos até o limite da extinção sem muita culpa, com o apertar de um botão. Enfim, já falamos disso à exaustão. Por poder transitar no tempo-espaço e se adaptar a escalas locais – não só a crise da cidade citada por Vainer, mas também catástrofes naturais em grande escala acionam o discurso emergencial neoliberal – as crises oscilaram de forma quase ininterrupta por todo o mundo, pelo menos até 2008. É o que nota Harvey em seu prefácio à edição de 2006 aos *Limites do Capital*:

As desvalorizações têm sido desenfreadas desde meados da década de 1970. As crises fiscais, raras antes de 1970, disseminaram-se por todo o mundo, com efeitos frequentemente devastadores (o México, em 1982 e 1995; a Indonésia, a Rússia e a Coreia do Sul, em 1998; a Argentina, em 2001). Nem os Estados Unidos escaparam de sérios episódios de desvalorização. A Crise das Instituições de Poupança e Empréstimo, em 1987, custou cerca de 200 bilhões de dólares para ser retificada e as imensas falências do *Long Term Capital Managment* e de *Orange County*, em meados da década de 1990, seguidas de uma quebra do mercado de ações que eliminou 7 trilhões de dólares do mercado de capitais dos Estados Unidos em 2000, foram eventos sérios. Embora alguns capitalistas tenham sido atingidos, o talento da estrutura atual das instituições não está apenas em distribuir os riscos, mas também em distribuí-los assimetricamente, de maneira a garantir que os custos da desvalorização recaiam em maior parte sobre aqueles incapazes de arcar com eles. Quando o México foi à falência em 1982, o Tesouro dos Estados Unidos e o FMI garantiram que os banqueiros de investimento de Nova York sofreriam muito pouco, enquanto as pessoas comuns do México foram obrigadas a arcar sozinhas com uma grande perda. Na verdade, as crises financeiras tornaram-se o meio preferido para acelerar a concentração do poder econômico e político nas mãos da elite. (HARVEY, 2006, p. xxvi)¹³⁵

¹³⁵ Tradução adaptada da versão da Boitempo (2013), no original: “Devaluations have been rampant since the mid-1970s or so. Fiscal crises, rare before 1970, have cascaded all around the world, often with devastating effects (Mexico in 1982 and 1995, Indonesia, Russia and South Korea in 1998, Argentina in 2001). Nor has the US escaped serious bouts of devaluation. The Savings and Loan Crisis of 1987 cost nearly \$200 billion to rectify and the huge bankruptcies of Long Term Capital Management and Orange County in the mid-1990s followed by a stock market crash that wiped out \$7 trillion of value in US equity markets in 2000 were serious events. While some capitalists have been caught out, the genius of the current structure of institutions is not only to spread risks, but also to spread them asymmetrically in such a way as to ensure that the costs of devaluation are visited for the most part on those least able to afford them. When Mexico went bankrupt in 1982, the US Treasury and the International Monetary Fund ensured that New York investment bankers suffered very little while the common people of Mexico were forced to pay up at great loss to themselves. Financial crises have in fact become a preferred means to accelerate the concentration of economic and political power in elite hands”.

A crise, então, perde seu significado de momento histórico de aplicação do programa revolucionário porque não traz a perspectiva de futuro emancipatório assimilada. A crise pode ser, simplesmente, uma “oportunidade” para a manutenção do sempre igual. É por isso que Hollywood adora recriar o espetáculo do colapso ou o mundo distópico, onde só resta um hábil e voluntarioso norte-americano para ser um sub-herói e talvez resgatar a possibilidade de existir dentro de padrões rebaixados de normalidade, ou pelo menos para matar seus inimigos (caso a cura para o apocalipse zumbi não seja encontrada, ou os seres extraterrestres finalmente dominem a Terra, ou os robôs consigam destruir a humanidade, pelo menos o grupo de americanos consegue juntar suas armas e liderar a “resistência”).

Mas em 2008, aparentemente, se deu mais uma volta no parafuso da crise. Uma “tempestade perfeita”¹³⁶, se o quisermos, que nos traz o pior cenário possível. Catástrofes naturais, crise da dívida nas nações desenvolvidas (“a pior desde 1929”), uma sequência de falências e acirramentos dos pacotes de austeridade por todo mundo, aumento dos “terrorismos”, crises políticas, etc. Sequência de tempestades que viajam pelo mundo, na verdade. Que se diz ter começado a acenar no Brasil em 2012, com a “crise econômica”, e encontrado sua confluência no pós-2013, com o nascimento da “crise política”, à junção com a “crise ambiental” (escassez de água em São Paulo, catástrofe em Mariana, etc.). Será que chegamos no ponto de não retorno da cobrança do que se deve na era do “dinheiro sem valor” e é hora de “estornar” todas as dívidas? Será que estamos realmente nos aproximando da beira do precipício interno e externo da reprodução do capital? Não sabemos, as hipóteses são inúmeras, os debates a respeito do colapso (morte) ou do bloqueio (renascimento) são reavivados à esquerda e à direita.

O antropólogo anarquista David Graeber, dito ser um dos fundadores do movimento Occupy Wall Street, fez um estudo sobre a *dívida*¹³⁷, em 2011, onde afirma que a relação de crédito e endividamento é mais antiga que o dinheiro e é a máquina que movimentou a produção material de diversas civilizações e que estruturou os sistemas de poder. Toda submissão seria historicamente vinculada a uma dívida, pessoal ou coletiva. Desta forma, este sistema de dívida gerou também, ao longo da história, contestação e desordem. O autor demonstra que as insurreições populares têm, em grande medida, como fundamento, a destruição de seus regimes de dívidas. A abolição das dívidas levaria todos de volta ao zero, onde poderiam distribuir terras e pensar novos regimes de produção de riquezas. Passando por

¹³⁶ Cf. ARANTES, Paulo. *O nome da Crise*. Blog da Boitempo, 10 de abril de 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-o-nome-da-crise/>. Consultado em: 17/06/16.

¹³⁷ GRAEBER, David. *DEBT: The first 5000 Years*. First Melville House Printing: Nova York, 2011.

cinco mil anos de civilizações e suas relações com o endividamento, Graeber chega ao capitalismo e demonstra que os anos 1970, com a ruptura do lastro do dólar com o ouro, um *ponto de inflexão* se deu no nosso sistema de endividamento, onde o dinheiro passou a ser impresso “do nada” e cálculos absurdos “que nem os astrofísicos entenderiam” justificam a movimentação financeira contemporânea. Para sustentar este sistema, se aposta numa construção moral e policial que faça com que as pessoas acreditem no seu papel de devedoras – “se você pegou emprestado agora tem que pagar”, seria a ficção que mantém a dominação de nossos tempos. Todavia, o sistema já alcançou um ponto insustentável, em que algumas dívidas precisam ser anuladas (causando algumas bancarrotas) para que se evite a bancarrota de todo o sistema. Se a anulação das dívidas vai manter ou não o sistema é uma questão que o autor deixa em aberto. Em entrevista, ao ser perguntado se a anulação das dívidas levaria ao fim do capitalismo, Graeber responde:

Não necessariamente. A anulação da dívida pode ser também uma forma de preservar o capitalismo. Mas, a longo prazo, estamos a ir em direção a um sistema pós-capitalista. Isso pode parecer espantoso, uma vez que o capitalismo venceu a guerra ideológica e a maior parte das pessoas estão convencidas de que nada mais pode existir senão esta forma particular de capitalismo financeiro. No entanto, vai ser preciso inventar outra coisa, senão em 20 ou 30 anos, o planeta será inabitável. Eu penso que o capitalismo já não existirá daqui a 50 anos, mas temo que o que vem a seguir possa ser ainda pior. Temos que construir algo melhor. (GRAEBER, 2014, s/p).¹³⁸

O anarquista não tem a pretensão de fazer a cartilha do algo melhor que se deve construir. Seu ativismo, tributário daquele que ficou conhecido como “movimento antiglobalização”, vai ao encontro daquelas revoltas por ele estudadas, de não pagamento das dívidas “odiosas” em várias escalas, desde indivíduos até nações, na busca de poder, daí, recomeçar do “zero” a construir o futuro.

Immanuel Wallerstein, um constante e antigo propagador da hipótese do fim do capitalismo, fez um comentário em 2011 a respeito das insurreições que desde então se multiplicam no mundo¹³⁹, onde faz um comparativo das mesmas com as insurreições de 1968, também ao redor do globo. Para o sociólogo, o essencial de 1968 era relacionado à frustração popular com a “velha esquerda”, em conformidade com algumas análises que já apresentamos anteriormente, que fez uma série de promessas, aumentou as expectativas de um futuro emancipatório e não as realizou. Este movimento foi paradigmático porque, mesmo depois de

¹³⁸Entrevista disponível em: <<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/01/17/david-graeber-a-maneira-mais-simples-de-desobedecer-ao-meio-financeiro-e-recusar-pagar-as-dividas/comment-page-1>>. Consultado em: 29/06/16.

¹³⁹WALLERSTEIN, Immanuel. "Upsurge in Movements Around the Globe: 1968 Redux?". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3z-N_R0o> e em <iwallerstein.com>. Consultado em: 30/06/16.

sua extinção, algo ficou daquela experiência, que levou a uma legitimação de um novo pensamento radical conservador e de outro, emancipatório. Mas também, este movimento foi a expressão de que chegávamos a uma ruptura de época. Para Wallerstein todo sistema civilizacional é finito, ele funciona enquanto consegue estabelecer um “equilíbrio”, mas este se quebra eventualmente e o sistema entra em uma “crise estrutural”, que leva ao seu fim, e abre uma *bifurcação* de soluções, que não necessariamente levam a um modelo melhor. Estaríamos, desde os anos 1970, neste momento de “crise estrutural”, e a bifurcação, para Wallerstein, está, para um lado, no “espírito de Davos” (do Fórum Econômico Mundial) e, do outro, no “espírito de Porto Alegre” (Fórum Social Mundial). O “espírito de Davos” consiste na constatação por parte dos capitalistas de que capitalismo não cumpre mais sua função de auferir os rendimentos que eles precisam, e por isso, estão buscando uma alternativa de manutenção de privilégios e poder, que pode ser muito pior do que o que temos agora. O “espírito de Porto Alegre” é a vontade de um mundo mais democrático e mais igualitário do que o que temos hoje. Ninguém sabe como este mundo será, pois não é possível descrever as novas instituições que serão criadas em um novo sistema, mas existe uma “confiança” de que se está tentando criar este novo sistema. Para o autor, a perda de rendimento do capital leva as pessoas a um imobilismo, levado pela incerteza e pela insegurança, sendo difícil prever como isto se resolverá. Wallerstein acredita que isto nos colocaria numa “época privilegiada”, por um lado, pois pequenas ações individuais podem ter consequências históricas, porém também conturbada, pois a luta por um “mundo melhor”, mais democrático e mais igualitário, deve ser constante e incansável, e ainda assim, as esperanças não estão garantidas, não existe algo como: “estamos do lado certo da história”¹⁴⁰. Wallerstein considera o capitalismo como um “modo de civilização” que, numa visão cíclica da história, está fadado a terminar e ser substituído por outro modelo civilizacional.

Para Anselm Jappe (2013a), um dos representantes da “crítica do valor”, a crise de 2008 veio sem criar aquela atmosfera esperada de “fim de reinado” de imediato. “Quando a crise rebentou, nenhum indivíduo contemporâneo parecia, no fundo de si, mais surpreso do que um fumante inveterado ao saber que tem câncer” (JAPPE, 2013a, p. 37). A sensação de que este sistema já não mais funcionava e era insustentável já era corriqueira, era a

¹⁴⁰ Zizek ([2011], 2012) também fala a respeito desta “época privilegiada”, que chama de “tempos interessantes”. O autor fala sobre o quanto de incerto e de perigoso há neste momento histórico com ares de “fim dos tempos”: “Dizem que, na China, quem realmente odeia alguém lança contra ele a seguinte maldição: ‘Que você viva em tempos interessantes!’”. Em termos históricos, os ‘tempos interessantes’ foram períodos de inquietação, guerra e luta pelo poder em que milhões de inocentes sofreram as consequências. Hoje, claramente nos aproximamos de uma nova época de tempos interessantes.” (ZIZEK [2011], 2012, p. 291).

normalidade. E mais, todos fariam como o fumante, “que fuma ostensivamente para tentar demonstrar a si mesmo que sua saúde está excelente”. Neste sentido, sua crítica radical se estende também aos movimentos de esquerda, para quem o “anticapitalismo” declarado não passaria na verdade de um “antiliberalismo” circunscrito às críticas dos maus feitos pelo Capital Financeiro. Buscam apenas curar “os sintomas da doença”. Para o autor, as diferentes crises – econômica, ecológica, energética – não são simplesmente relacionadas, elas são a expressão da crise fundamental da forma-valor.

A mercadoria e o trabalho, o dinheiro e a regulação estatal, a concorrência e o mercado: por trás das crises financeiras que se sucedem há mais de vinte anos, e cada vez mais graves, perfila-se a crise de todas essas categorias. Categorias estas que – é sempre bom lembrar – não participam da existência humana desde sempre e por toda parte. Elas tomaram posse sobre a vida humana no decurso dos últimos séculos, e poderão dar lugar a algo diferente: melhor ou ainda pior. (JAPPE, 2013a, pág. 55)

Jappe, todavia, não acredita que da crise atual emergjam tentativas emancipatórias, mas sim uma espécie de *salve-se quem puder*. Uma barbárie anunciada, uma arte de “como sobreviver de mil maneiras”, sem um crescimento necessário da solidariedade. É que a crise terminal do capitalismo é, como já dito, uma crise de todas as suas categorias de sociabilidade. Os sujeitos que vivem esta crise sofrem também um “desarranjo das estruturas psíquicas que por muito tempo definiram o que é o homem” (Op. Cit., p. 61), que passa a ser supérfluo e eliminável do ponto de vista da reprodução autônoma do capital. A visão do colapso aqui é, antes de tudo, *negativa*. Não é desejável uma cartilha propositiva quanto ao que fazer perante a desintegração do sistema. Para os autores, a necessidade é a da crítica categorial implacável, que não deixe nada que possa ser minimamente apologético e restaurador do sistema em pé.

Citamos algumas das falas pós 2008, a respeito da crise, relacionadas às insurreições que a acompanharam, e inúmeras outras são esboçadas: economistas do *status quo* propagam estudos sobre “o fim do crescimento”¹⁴¹ ou sobre “a exaustão do modelo consumista do século XX”¹⁴²; o FMI lança relatório assumindo que as políticas neoliberais que promoveram

¹⁴¹ Um debate premente entre grupos de economistas, sobretudo norte-americanos, a respeito do “fim do crescimento” e como lidar com ele por dentro do *status quo* vem se configurando. Alguns representantes mais notórios destes debates são Richard Heinberg, Larry Summers, Paul Krugman, que pautam suas hipóteses, sobretudo, a partir dos limites da “natureza” e elaboram modelos de “economia sustentável”; outra linha, com Robert Gordon, Andrew McAfee, Erik Brynjolfsson, etc., debate sobre a perda de potencial da tecnologia de atuar em prol da indústria e alguns chegam a formular hipóteses de que, daqui pra frente, “teremos que competir com máquinas”.

¹⁴² É o que diz o economista, formulador de políticas das eras Sarney e FHC e dono de banco André Lara Resende (2013) em sua análise sobre os protestos de Junho de 2013.

por anos a fio “não deram certo”; teóricos discutem novamente sobre se é melhor esperar o colapso do sistema ou continuar tentando fazer algo a respeito... Enfim, como disse Paulo Arantes (2014), “nunca se viu tanto fim”.

O autor afirma que vivemos um “novo tempo do mundo”. De uma época de promessas, à direita e à esquerda, de um futuro melhor, de um rumo da história ao progresso, passamos a um “tempo de expectativas decrescentes”. A expressão é derivada da teoria da história elaborada por Reinhart Koselleck ([1979], 2006). Este parte de duas categorias que denotam formas de compreensão do tempo histórico: a) o *espaço de experiência*, relacionado às memórias, ao passado como categoria histórica, ao qual nos referendamos para compreender as permanências e nossas heranças. É a articulação no espaço das experiências do passado que levaram uma civilização ao ponto em que esta se encontra. b) o *horizonte de expectativa*, constituída dos pensamentos sobre o futuro. Os desejos, as esperanças e medos, as análises racionais e o desenvolvimento tecnológico apontam para o futuro, para um *horizonte*. O tempo social, para Koselleck, se faz numa articulação entre estes dois modos de sentir o passado e o futuro no presente. Na Idade Média o *horizonte de expectativa* era referendado a partir do *espaço de experiência*, de forma a buscar no passado as experiências que pudessem ajudar a lidar com as questões presentes. O futuro era, então, *previsível*. Seria a época em que o dito “a história ensina” se aplicava, a antecipação do futuro remetia àquilo que já se poderia saber de experiências passadas. Já na Modernidade, o *espaço de experiência* se “descolou” do *horizonte de expectativa*, que tinha como referência uma projeção de futuro. O *iluminismo*, a ciência, a arte passavam a reverenciar o projeto, o progresso, de forma a “esquecer o passado”. O autor faz um resgate semântico para perceber que o tempo histórico da modernidade se vale de palavras inventadas e de ressignificações de conceitos antigos, com o intuito de explicar e ao mesmo tempo criar o *novo* que apontava.

Para Paulo Arantes, este tempo de “grandes expectativas” da Modernidade já se esvaiu. No momento em que vivemos, o *horizonte de expectativas* se colou ao *espaço de experiência*, os dois campos passam a coincidir, se “superpor”, derrubando a direcionalidade progressista da história. Seria, então, o tempo em que nossas ações seriam voltadas ao “aqui e agora”. A “sociedade de risco” é também a sociedade da “urgência”, desloca o futuro e o rebate para o agora. O núcleo do argumento de Arantes (2014) é o de que “o futuro já chegou”, então, a emancipação política não pode mais ser prometida para o tempo que virá. Isto traria algumas implicações: o “princípio de precaução” se torna uma norma, pois se espera o pior (expectativas decrescentes) numa sociedade de “emergências” e, como o futuro já é, é necessário já ter previsto o que vem. Os cálculos de risco dos seguros, as prisões

preventivas, as mitigações de impactos ambientais estão baseadas nesse princípio, por exemplo. Além disso, por um lado, nosso tempo tende a “se perenizar como conjuntura sem fim” e, por outro lado, “a se tornar cada vez mais politicamente explosivo, tal a sobrecarga de expectativas que vão se acumulando sobre ele em regime de urgência”.¹⁴³ Isto abre uma disputa a respeito da “índole” deste novo tempo. Se, por um lado, será “securitária” ou, de outro, “libertária”. Ou seja, o conflito não se anula, ele se reposiciona no espaço de experiência do presente. Acreditamos que esta visão coloca a história na nossa lista da “crise das mediações”. O presente como *horizonte de expectativa* faz com que o *espaço da experiência* deixe de ser um ponto de mediação entre o passado e o futuro e passe a ser, ele mesmo, o ponto de partida e de chegada da linha do tempo (o “ponto do tempo?”).

¹⁴³ Entrevista a Paulo Arantes *in* SINAL DE MENOS #11. Revista Sinal de Menos, Ano 7, nº11, vol. 2, 2015, pág. 16. Disponível em: www.sinaldemenos.org.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos, com estes estudos, responder “o que fazer?”. Estas considerações finais apontam apenas para a realização de um roteiro de estudos. Buscamos, a partir de Junho, saber se a compreensão da crise da sociedade capitalista, que nos ajuda a explicar o processo de urbanização, poderia nos dar, também, chaves de compreensão para os novos movimentos de revolta e protestos. Sem vereditos, o que fizemos nesta pesquisa foi mapear as *questões* que se abriram, um leque de questões à utopia.

Seria o nosso tempo aquele da realização da “sociedade urbana” lefebvriana, mas como expectativa frustrada? O espaço da simultaneidade poderia ser a sociedade em rede; as centralidades, Zonas Autônomas Temporárias; os monumentos, *World Trade Centers* arranhando o céu para depois desmoronarem; o *espaço diferencial*, aquele do nosso *ornitorrinco* brasileiro, um bichinho feio – com cabeça de capital financeiro, patas de “preariado”, corpo de latifúndio e rabo de escravidão – porém funcional, um modelo de convívio das contradições do “desenvolvimento desigual e combinado” na era da *acumulação flexível*; a separação cidade-campo, superada estruturalmente (mantida como forma) pela totalização da mercadoria; a ordem próxima, colada à ordem distante pela mundialidade homogeneizante e policialesca do dinheiro, e por aí vai. Podemos colocar a utopia em outro espaço social: nas redes, nas *smart cities* que (talvez) virão, na sociedade verde do futuro reconciliado com a natureza, mas é difícil arriscar a promessa de que as desigualdades sociais e a precariedade da existência humana sejam sanadas com estas formas. É que, no tempo das grandes expectativas, a “promessa” carregou regimes totalitários, violências, derrotas. É possível que a civilização contemporânea tenha se amedrontado com toda esta carga de experiências pesadas. Mas talvez aí esteja também uma potência, a de que não sentimos mais esta “insustentável leveza do ser”, que nos fez mover a história para frente como um rolo compressor, custe o que custar. Com isso, fica candente uma questão: para onde vamos? Será que finalmente as condições gritam – “*Hic Rhodus, hic salta!*”? Nós não sabemos (ou não queremos) saltar no abismo.

Estaríamos nós em uma sociedade “pós-ela mesma” ou “pré-a próxima coisa”, com movimentos contestatórios que ainda não acharam o saldo organizativo e a direcionalidade (como os *pré-industriais* dos historiadores)? Uma espécie de *interregno* gramsciano, onde o velho começa a morrer e o novo ainda não nasceu e coisas nebulosas acontecem. Seria este o fim do regime de acumulação? A teoria do valor deixou de explicar as bases de reprodução da nossa sociedade? Se sim, isso muda o fato da *luta de classes*? As contradições continuam

existindo. De alguma forma, as contradições do espaço se retroalimentam no *espaço de experiência*, e as pessoas continuam gritando contra, como podem. Porém, aparentemente, o fim do capitalismo não é o caminho natural para o socialismo. A síntese como não-contraditório não parece realmente se realizar na história. E, acima de tudo, um mundo mais justo não “vai de si” com a derrocada de um velho sistema de dominação.

Neste sentido, a utopia como direcionalidade, como seta-para-a-frente que ultrapassa a “zona crítica”, é frustrada. Ficamos presos no ponto crítico, no “campo cego”. Como combater o tédio nesta sala de espera que se tornou a cidade? Mas a medida dessa frustração não leva à desesperança, necessariamente. Leva apenas à incerteza. É o fim do *happy ending*, mas não o fim do desejo quanto ao que ainda não se cumpriu e da resistência. Passamos o tempo todo nos referindo a uma esquerda, falando dela e para ela, sem defini-la. Não se pode dizer que isso seja, necessariamente, “proposital”, mas que corresponde à maneira aberta com a qual buscamos tatear este campo político. A “esquerda”, a “emancipação humana”, a “justiça social” talvez tenham aquele estatuto poético da “liberdade”, estabelecido por Cecília Meireles: “Palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que a explique, não há ninguém que não entenda”. Do pensamento revolucionário, se esvaíram a direcionalidade e o direcionamento, ou seja, não se acredita mais que caminhamos rumo ao progresso nem que algum sujeito histórico seja o guia desta caminhada. Porém, algo permanece: o sentido de “necessidade”, atrelado ao de “possibilidade”. Ainda existe um pensamento “de esquerda”, “emancipatório”, baseado em um imperativo moral de que há opressões que temos condições de superar, mas não conseguimos fazê-lo. O fato de que a humanidade se depara com problemas que *pode* resolver, mas não *consegue*, gera em alguns o sentimento de que algo é um “ultraje”.

Antes de tudo, afirmar que uma situação é ultrajante e “deve” ser resolvida depende, como muitas pessoas poderiam achar, da possibilidade de ela ser resolvida. Não há “necessidade prática”, no sentido próprio, de “acabar com a fome” em um mundo no qual não existem meios para transportar o excedente de uma região para outra. A fome na América Latina ou na África, no final do século XX, é objetivamente ultrajante, colidindo de uma maneira suficientemente direta e prejudicial a um grande número de seres humanos, então, eles provavelmente irão perceber e se tornarão moralmente ultrajados, e se eles tiverem condições de agir, agirão (GEUSS, 2008, p. 142).

É pelo fato de não conseguirmos entender os *porquês* das opressões do mundo se manterem que nos rebelamos contra elas. É de onde nasce o *desejo* de algo melhor, e, movidos por ele, ainda protestamos e ainda tentamos *fazer* algo. Aparentemente, esta geração de Junho não sabe como conectar seus desejos a um futuro prometido. Mas os desejos continuam existindo como latência, como *profanação*.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Reflections on Class Theory In: ADORNO, Theodor; TIEDEMAN, Rolf (Org.). *Can One Live After Auschwitz?: A Philosophical Reader*. Stanford: Stanford University Press, [1942], 2003.
- ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura*. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 1991.
- ADORNO, Theodor. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor Adorno*. Coleção Sociologia. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, [1968], 1986.
- ALENCAR, Chico. *A rua, a nação e o sonho: uma reflexão para novas gerações*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.
- ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana; UTSCHE, Raquel. Acontecimentos agenciados em rede. In: SILVA, Regina Helena Alves da. (Org.). *Ruas e redes: Dinâmicas dos protestos BR*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.
- AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. *Agência Pública de Notícias*, 23 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 23/11/15.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A Flor e a Náusea. In: *Antologia Poética* (Organizada pelo autor). 50ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. La explosión social en Brasil: Primeras anotaciones (para un análisis posterior). *Revista Izquierda*, v. IX, p. 24-35, 2013.
- ANCOP. *Dossiê: Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas, 2014. Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>>. Acesso em 16/06/2015.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Paulo. *Zero à Esquerda*. 1ª Ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. (Coleção Baderna).
- ARANTES, Paulo. Tarifa Zero e mobilização popular. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 03 de julho de 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/03/tarifa-zero-e-mobilizacao-popular/>>. Acesso em: 26/06/15.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Estado de Sítio).

ARANTES, Paulo. O nome da Crise. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 10 de abril de 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-o-nome-da-crise/>>. Acesso em: 17/06/16.

ARANTES, Pedro Fiori. Da (Anti) Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. *Correio da Cidadania*. São Paulo: 08 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&>. Acesso em: 11/01/2016.

AVRITZTER, Leonardo. *O fim da Nova República*. Jornal GGN, 15/05/16. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer>>. Acesso em: 18/05/2016.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo : Boitempo, [2009], 2012. (Coleção Estado de Sítio).

BAUDELAIRE, Charles. As multidões. In: BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e Prosa*. Volume Único. Edição organizada por Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, [1869], 2006.

BBC BRASIL. Brasil vive boom de petições virtuais. *BBC Brasil*, 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb>. Acesso em: 05/10/15

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENSAÏD, Daniel. *La Politique comme art stratégique*. Paris: Éditions Syllepse, 2011.

BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Versão Digital: Coletivo Sabotagem. Contra-Cultura, 1990. Disponível em: <www.sabotagem.cjb.net>.

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, [1991], 1998.

BOTELHO, Maurílio. Teoria da Crise em David Harvey: Observações sobre “Os Limites do Capital”. *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 3, n.4, 2014.

BRASILINO, Luis; GODOY, Renato; NAVARRO, Cristiano. O junho de 2013. *Revista Online Le Monde Diplomatique Brasil*. 02 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1447>>. Acesso em: 26/06/2015

CANELAS, Antônio Nestor. Notas de um ex-libertário. *Coletivo Passa Palavra*, 18 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/11/88650/>>. Acesso em: 18/06/2014.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*. Editora Zahar: Rio de Janeiro, [2012], 2013.

CHAUÍ, Marilena [2013a]. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. *Revista Teoria e Debate*. 27 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chauí-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html>>. Acesso em: 27/06/2015.

CHAUÍ, Marilena [2013b]. Pela responsabilidade intelectual e política. *Revista Cult*, Agosto de 2013. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 27/06/2014.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. 1ª Ed. em português, atualizada e ampliada. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas [2013a]. *Políticas Sociais e economia alavancam aprovação a Dilma*, 31 de março de 2013. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1259083-politicas-sociais-e-economia-alavancam-aprovacao-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 04/07/16.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas [2013b]. *Contagem da Manifestação no Largo da Batata*: PO813689, 17 de junho de 2013. Disponível em <www.datafolha.com.br>. Acesso em: 26/09/15.

DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Seguido do Prefácio da 4ª edição italiana e Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Cláudio R. O Gigante acordou – ou o que resta da ditadura? *Sinal de Menos: Edição Especial: Os sentidos da revolta*. Agosto de 2013. Disponível em: <<http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>>. Acesso em: 29/10/2014.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Tradução de Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

FOLHA ONLINE. Manifestantes interrompem balsa entre Santos e Guarujá. Reportagem. *Folha de São Paulo: Caderno Cotidiano*. Em 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296850-manifestantes-interrompem-balsa-entre-santos-e-guaruja.shtml>>. Acesso em: 05/07/16.

GERBAUDO, Paolo. *Limites e contradições dos movimentos que estão nas ruas*. Entrevista concedida à Revista Carta Maior, por Marcelo Justo. Em 26 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialID=1064>>. Acesso em: 13/11/15.

GEUSS, Raymond. A dialética e o impulso revolucionário. In: RUSH, Fred (Org.). *Teoria Crítica*. 2ª Ed. Tradução: Beatriz Katinsky, Regina Andrés Rebollo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

GINSBERG, Allen. *Uivo*. Ilustrado por Eric Drooker. Tradução de Luis Dolhnikoff. Rio de Janeiro: Editora Globo, [1956] 2015.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMBATA, Marsílea. A luta política de cara nova: como Junho de 2013 inspirou uma geração de ativistas. *Revista Carta Capital Online*. 27 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/906/a-luta-politica-de-cara-nova>>. Acesso em: 02/07/16.

GRAEBER, David. *DEBT: The first 5000 Years*. First Melville House Printing: Nova York, 2011.

GRAEBER, David. Jornal Online Basta! Entrevista concedida a Agès Rousseau. Em 16 de janeiro de 2014. Tradução disponível em: <<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/01/17/david-graeber-a-maneira-mais-simples-de-desobedecer-ao-meio-financeiro-e-recusar-pagar-as-dividas/comment-page-1>>. Acesso em: 29/06/16.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUTIERREZ, Bernardo. Os protestos no Brasil dialogam com as revoltas globais. *Carta Capital Online*. Em 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/os-protestos-do-brasil-dialogam-com-as-revoltas-globais-4371.html>>. Acesso em: 04/07/16.

HARVEY, David. *The Limits to Capital*. London/New York: Verso, [1982] 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 2012.

HARVEY, David. *Paris, Capital da Modernidade*. São Paulo: Boitempo, [2003] 2015.

HARVEY, David. *et al. Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2011.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales de los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editorial Ariel S. A., [1959] 1983.

HOLLOWAY, John. *¿Por qué Adorno?; Autonomismo Positivo y negativo*. In: HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando; TISCHLER, Sergio (Org.). *Negatividad y revolución: Theodor W. Adorno y la política*. Buenos Aires: Herramienta; Mexico: Universidad de Puebla, 2007.

HOLSTON, James. *Insurgent Citizenship in an Era of Global Urbana Peripheries*. City & Society, Vol. 21, Issue 2. American Anthropological Association, 2009.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente : Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução: Cláudio Carina. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2013.

INNOVARE PESQUISA. *Quem é o que pensa o manifestante de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 23 de Março de 2013. Disponível em: <<http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 26/09/15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa IBOPE, 20/03/13*. Março de 2013. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/>>. Acesso em: 26/09/15.

JABOR, Arnaldo. Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos. Coluna Comentário de Arnaldo Jabor, *CBN Online*. 17 de Junho de 2013, 08:10. (3:26 minutos). Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>>. Acesso em: 13/06/15.

JAPPE, Anselm [2013a]. *Crédito à morte: A decomposição do capitalismo e suas críticas*. Tradução: Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013.

JAPPE, Anselm [2013b]. *Luta nas rua contra o espetáculo?* Revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual: ano 2, número 3, janeiro-junho 2013. São Paulo.

JACQUES, Paola Berenstein (Org). *Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JORNAL NACIONAL. *Manifestação reúne mais de 65 mil em Belo Horizonte*. Portal G1 Online. Edição do dia 22 de junho de 2013 – 21h19. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/manifestacao-reune-mais-de-65-mil-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 05/07/16.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo. A derrubada do aumento: uma narrativa política. In: JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

JUNHO – O mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. São Paulo: O2 Play, 2013, colorido, 72 minutos.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre*. Editora Nova Fronteira: 2008.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de Cassino e a crise financeira global*. *Revista Krisis 16/17*, 1995. Versão portuguesa em obeco.planetaclix.pt. Maio de 2002. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: 04/07/16.

KURZ, Robert. *A Guerra de Ordenamento Mundial*. Janeiro de 2003. Disponível em <<http://www.obeco-online.org/rkurz175.htm>>. Consultado em 14/06/2016.

KURZ, Robert. *Não há revolução em lado nenhum*: Carta aberta às pessoas interessadas na EXIT! na passagem de 2011 para 2012. Revista EXIT!, Janeiro de 2012. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz400.htm>>

KURZ, Robert. *O terror da crise*: Como se pretende fazer da Grécia um exemplo. Publicado em *Konkret*, Março de 2012. Tradução disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz403.htm>>. Acesso em: 14/06/16.

KURZ, Robert. *Dinheiro Sem Valor*. Tradução Lumir Nahodil. Lisboa: Antígona, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, [1979], 2006.

LEFEBVRE, Henri *et. al.* *A irrupção*: A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. São Paulo: Editora Documentos Ltda., 1968.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, [1969], 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970], 2008.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *La Producción del Espacio*. Tradução: Emilio Martinez Gutierrez. Prólogo: Ion Martinez Lorea. Madrid: Entrelineas/Capitain Swing, [1974], 2013.

LEIRNIER, Piero. O quebra-cabeça do capital, da geopolítica e da crise política brasileira. *Jornal GGN*, 27 de junho de 2016. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/o-quebra-cabeça-do-capital-geopolítica-e-da-crise-política-brasileira-por-piero-leirner>>. Acesso em: 28/06/16.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que Fazer?* Problemas candentes do nosso movimento. Tradução: Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, [1902], 2015.

LINCE, Léo. *Irrupção, fim de ciclo e interregno*. In: ALENCAR, Chico. *A rua, a nação e o sonho*: uma reflexão para as novas gerações. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.

LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas*: Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. (Coleção Baderna).

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. *@Internet e #Rua*: Ciberativismo e mobilizações nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARQUES, Paulo. A revolta e seu duplo: entre a revolta e o espetáculo. *Sinal de Menos: Edição Especial: Os sentidos da revolta*. Agosto de 2013. Disponível em: <<http://sinaldemenos.org/2013/08/09/sinal-de-menos-especial/>>. Acesso em: 29/10/2014.

MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leandro. Revolta Popular: os limites da tática. In: MORAES, Alana *et. al.* (Org.). *Junho: Potência das ruas e das redes*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. A “Primavera” brasileira: que flores florescerão? *Blog da Boitempo*. 08 de julho de 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/08/a-primavera-brasileira-que-flores-florescerao/>>. Acesso em: 16/12/15.

MARTINS, Sérgio. Metrôpoles e automóveis: além da indústria, aquém do urbano, *Espaço e Economia* [Online], n. 5, 2014. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/904>>. Acesso em: 14/12/15.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, [1845-46], 2007.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Editora Boitempo, [1852], 2011.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, [1857-58], 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política : Livro I : O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867], 2013.

MARX, Karl. *O Capital – Livro I Capítulo VI* (Inédito). Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978.

MELO, Damian Bezerra de. *A direita ganha às ruas: Elementos para o estudo das raízes ideológicas da direita brasileira*. Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. NIEP/Marx: Niterói, 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO (MPL-SP). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

NAKAMURA, Danilo. *Crescimento econômico e desintegração social: as raízes do mal estar brasileiro reveladas nas “jornadas de junho”*. Julho de 2013. Disponível em: <marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/07/Danilo-Nakamura.pdf>. Acesso em: 16/11/15.

NASSIF, Luiz. Lava-Jato: Tudo começou em Junho de 2013. *Jornal GGN*, 09 de Março de 2016. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/lava-jato-tudo-comecou-em-junho-de-2013>>. Acesso em: 21/06/16.

NOBRE, Marcos. Depois da formação: Cultura e política da nova modernização. *Revista Piauí*. Edição 74, Novembro de 2012.

NOBRE, Marcos. *Choque de Democracia: Razões da Revolta*. Breve Companhia/Ensaio. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2013. (E-book)

OITENTAEDOIS COLETIVO. *Junho Manifesto*. São Paulo: 25 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.oitentaedois.com/lab/junho-manifesto-2/>>. Acesso em: 04/07/16.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista : O Ornitórrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

PAULA, João Antônio de. *Crítica e emancipação humana: Ensaio marxista*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro/2003.

POLLOCK, Frederick. State Capitalism: Its Possibilities and Limitations. In: HORKHEIMER, Max (Org.). *Zeitschrift für Sozialforschung: Studies in Philosophy and Social Science*, Volume IX. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, [1941] 1980.

POLLOCK, Frederick. Is National Socialism a New Order? In: HORKHEIMER, Max (Org.). *Zeitschrift für Sozialforschung: Studies in Philosophy and Social Science*, Volume IX. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, [1941] 1980.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

QUERIDO, Fábio Mascaro. Depois do colapso da modernização: sobre o artigo “Depois da formação. Cultura e política da nova modernização”. *Blog da Boitempo*, 04 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/04/depois-do-colapso-da-modernizacao/>>. Acesso em: 21/07/16.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à democracia*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, [2005] 2014.

REDE EXTREMO SUL. *R\$ 0,20 é só o começo*. Reportagem em vídeo online. Hospedado em Vimeo.com. Carregado por Rede Extremo Sul, sexta-feira, 21 de junho de 2013. Disponível em: <<https://vimeo.com/68892320>>. Acesso em: 10/02/16.

RESENDE, André Lara. O mal-estar contemporâneo. *Valor Econômico*. 5 de julho de 2013.

RESSURGENTES: Um filme de ação direta. Direção: Dácia Ibiapina. Brasília/DF, 2014, Filme documentário, HD, colorido, 75 minutos.

REVISTA FÓRUM. *Página convoca lutadores de MMA para manifestações*. Escrita pela Redação. Em 12 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/12/pagina-convoca-lutadores-de-mma-para-manifestacoes/>>. Acesso em: 04/07/16.

REVISTA PIAUÍ. *A voz rouca das ruas*. Cartuns de Claudius Ceccon. Edição 82, Julho de 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/cartum/voz-rouca-das-ruas/>>. Acesso em: 05/07/16.

REVUE INTERNATIONALE SITUACIONNISTE. Paris : Directeur Guy Debord. Nº 4 – junho de 1960. Disponível em : <http://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/internationale_situationniste_4.pdf>. Acesso em: 26/09/15.

REYS, João Paulo. Um panorama dos dias quentes de junho de 2013 e além. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (Org.). *Brasil em movimento*: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

RIBAS, Luiz Otávio (Org.). *Constituinte Exclusiva*: Um outro sistema político é possível. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

RUDÉ, George. *A multidão na história*: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Campos, [1964] 1991.

RUGISTKY, Fernando. Friedrich Pollock: limites e possibilidades. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso Livre de Teoria Crítica*, Campinas: Papyrus, 2008.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e Ideologias cruzadas. In CEBRAP. *Revista Novos Estudos - Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções*. CEBRAP no.97: São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300003&script=sci_arttext&tlng=p> Acesso em: 26/06/2015.

SNIDER, Ted. *A silent coup for Brazil?*. Consortium News: 30/03/16 Disponível em: <<https://consortiumnews.com/2016/03/30/a-silent-coup-for-brazil/>>. Acesso em: 08/06/16.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1989] 1993.

STANDING, Guy. *O precariado: A nova classe perigosa*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

STREECK, Wolfgang. *O cidadão como consumidor*. Revista Piauí, Edição 79. Abril de 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-cidadao-como-consumidor/>>. Consultado em: 19/05/16.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, [1991] 1998.

UOL NOTÍCIAS. *Na Câmara, Lula defende reforma política e diz que povo foi à rua para “comer filé”*. Brasília, 20 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/29/apos-medalha-no-senado-lula-e-homenageado-tambem-na-camara.htm>>. Acesso em: 04/07/16.

VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

VANEIGEN, Raoul. *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Paris: Gallimard, 1967.

VIANA, Natália. A direita abraça a rede. *Agência Pública de Notícias*, 22 de junho de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>>. Acesso em: 23/11/15.

VIANA, Silvia. Técnicas para a fabricação de um novo engodo, quando o antigo pifa. *Le Monde Diplomatique Brasil Online*. 21 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3027&tipo=acervo>>. Acesso em: 26/06/2015.

VIANA, Silvia. A acumulação do horror e o horror da acumulação. *Blog da Boitempo*, 28 de julho de 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/28/a-acumulacao-do-horror-e-o-horror-da-acumulacao-uma-entrevista-com-silvia-viana/>>. Acesso em: 27/06/2015.

WACQUANT, Loïc. *Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente*. Caderno CRII, Salvador, v. 25, n. 66, Set/Dez. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Upsurge in Movements Around the Globe: 1968 Redux?*. Conferência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=__o3z-N_R0o> e em <iwallerstein.com>. Consultado em: 30/06/16.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, [2011] 2012.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013.

APÊNDICE A - CRONOLOGIA DOS EVENTOS:

Esta cronologia foi construída através da junção das diversas informações apresentadas nos livros e reportagens lidos e já acima citados, bem como filmagens diversas, documentários, além das descrições feitas por movimentos sociais e indivíduos em suas páginas de *Facebook*, blog e outras mídias. De forma geral, a intenção é apenas apresentar de forma resumida a sequência dos fatos de 2013 relacionados a protestos, apontando os lugares e os atores envolvidos. Os números de pessoas presentes nos atos e outras descrições podem variar, pois foram reproduzidos de acordo com as fontes acessadas. Em casos mais díspares, foi mantida a informação que apareceu mais vezes, quando proveniente de diversas fontes.

2013

FEVEREIRO A ABRIL

Porto Alegre: bloco heterogêneo de movimentos de esquerda, organizações estudantis e outras se articulam para o cancelamento do aumento das tarifas de ônibus vigente desde janeiro. Os atos começam em fevereiro. No dia 27 de março, o protesto ganha corpo, uma grande quantidade de pessoas comparece para protestar na porta da prefeitura da cidade e é duramente reprimida pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal. No dia 1º de abril a manifestação conta com um amplo apoio da população, solidarizada com a violência sofrida na manifestação anterior e agrega mais de 10 mil pessoas nas ruas da cidade; o prefeito Fortunatti recebeu dirigentes de entidades estudantis para conversar sobre o aumento, o bloco não se sente representado por estas entidades e as manifestações continuam. No dia 4 de abril, em meio a outra manifestação de grande porte; o aumento das passagens foi suspenso e a notícia chega aos manifestantes durante o ato. O movimento continua fazendo assembleias e aulas públicas no mês e nos meses que seguem, buscando uma redução maior e debater o tema da Tarifa Zero, além de lutar contra a criminalização do movimento que começou a ser efetivada pela prefeitura.

Brasília: A partir da posse do Pastor Marcos Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, no dia 6 de março, vários grupos ativistas do movimento das mulheres, movimento negro, movimento LGBT, estudantes, mães pela igualdade, entre outros, passam a ocupar a Câmara dos Deputados e protestar em diversas plenárias da comissão por mais de 100 dias. Em 16 de Abril, o Movimento Indígena ocupa o plenário principal da Câmara dos Deputados, exigindo o fim da PEC 215, que previa que as demarcações das terras indígenas fossem efetuadas pelo poder legislativo, somando-se a tais movimentos que vinham ocupando a Câmara.

Rio de Janeiro: Desde março, foram realizados atos em repúdio às violações de direitos humanos ocorridas nas obras da Copa. No dia 16, foi realizado um ato chamado “A cidade é nossa – contra a privatização do Rio de Janeiro”, que consistia em uma caminhada da Tijuca ao Maracanã. No dia 11 de Abril, foi realizado um “Ato unificado contra a venda do Maracanã”. No dia 23 de Abril, houve um mutirão de mobilização contra as remoções no Morro da Providência-Pedra Lisa.

MAIO

08 de Maio

Goiânia: Centenas de manifestantes fecham o cruzamento de duas das principais avenidas da cidade para protestar contra o aumento de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 na passagem de ônibus.

14 de Maio

São Paulo: “Dia das Mães Sem os Filhos”, evento anual, convocado pelos movimentos MTST, Movimento Periferia Ativa, Resistência Urbana, Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra e Movimento Mães de Maio.

15 de Maio

Natal: Protestos contra o aumento da tarifa de ônibus de R\$ 2,20 para R\$ 2,40, organizados pelo movimento #RevoltadoBusão. Demandavam também a melhoria do transporte público. Protesto é reprimido pela Polícia Militar do estado com bombas de gás lacrimogêneo.

18 de Maio

Sidrolândia (MS): Durante ato de desocupação de indígenas Terena da Terra Indígena Buriti, por mandando de latifundiário com título irregular de propriedade, delegado da Polícia Federal apreende ilegalmente os equipamentos de jornalista do Centro Indígena Missionário (Cimi), que cobria o evento. A ação desencadeou revolta e manifestações de apoio ao jornalista.

22 de Maio

Goiânia: Protestos contra o aumento da passagem de ônibus se multiplicam na cidade.

24 de Maio:

Natal: Após vários dias de protestos seguidos, o prefeito da cidade determinou que as passagens teriam seu preço reduzido assim que o governo federal desonerasse as empresas de transporte.

28 de Maio

Goiânia: Manifestações têm acirramento nos confrontos. Ônibus e outros veículos são queimados ou quebrados.

30 de Maio

Sidrolândia (MS): Forças de desocupação da Terra Indígena Buriti, assassinam o índio Oziel Gabriel. O assassinato fez eco com o de Adenilson Munduruku, morto pela Força Nacional em novembro anterior e gerou uma onda de manifestações e conflitos na região.

31 de Maio

Nacional: O Diário Oficial da União (DOU) publica a Medida Provisória 617, zerando as alíquotas do PIS e Cofins pagas por empresas de transporte coletivo urbano.

JUNHO**2 de junho**

São Paulo: aumento do preço das passagens em vinte centavos. Reajuste que era previsto para Janeiro e foi adiado a pedido do governo federal.

Rio de Janeiro: aumento do preço da passagem, concomitante a São Paulo.

Natal: Após a isenção anunciada pelo governo federal, o prefeito da cidade anuncia redução da passagem.

Salvador: Em protesto contra o aumento da tarifa de ônibus de R\$ 2,50 para R\$ 2,80, estudantes fecham a Avenida Paralela, em Salvador.

3 de junho

São Paulo: MPL convoca manifestações dispersas pela periferia paulistana, com concentração principal na estrada do M'Boi Mirim.

Rio de Janeiro: Manifestações contra o aumento da passagem. Manifestantes tomam a Avenida Rio Branco.

6 de junho

São Paulo: “1º Grande Ato contra o aumento”, convocado pelo MPL, adesão de cerca de 5 mil pessoas na Avenida Paulista. De acordo com dados do MPL, houveram 15 detidos nesta manifestação e 8 pessoas feridas.

Goiânia: Manifestações contra o aumento da passagem. Estudantes queimam pneus, lançam bombas caseiras e quebram o vidro de um carro de polícia.

Natal: Manifestações contra o aumento da passagem.

7 de junho

São Paulo: Discurso da imprensa a respeito dos atos do dia anterior começa a desqualificá-los, como vandalismo. “2º Grande Ato contra o aumento” - Manifestação do MPL. *Black Bloc* aparece, com tática de proteção aos manifestantes.

Manaus: Prefeito da cidade anuncia a redução da tarifa de ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 2,90.

8 de junho

São Paulo: “6ª Marcha da Maconha”: evento anual que ocorre sempre na mesma data em São Paulo, mil participantes. Na mídia: continuação da crítica ao vandalismo e desqualificação das manifestações, tentativa de atribuir ao PSOL, PSTU e PCO a orientação aos manifestantes.

Vitória: Preço da passagem é reduzido de R\$ 2,45 para R\$ 2,40.

9 de junho

Belo Horizonte: *Hangout* entre o movimento Fica Ficus, de Belo Horizonte e o Gezi Park turco, ocupações simultâneas conectadas via internet das praças em questão.

10 de junho

São Paulo: Juventude do PT publica nota em seu site em apoio às manifestações pela redução da tarifa e convoca a militância petista a participar dos atos do dia 11.

Rio de Janeiro: “1º ato contra o aumento da tarifa”, que tinha passado de R\$ 2,75 para R\$ 2,95. 31 Manifestantes detidos.

Goiânia: a revogação temporária do aumento das passagens de ônibus é alcançada.

Belo Horizonte: Reunião ampliada dos movimentos sociais de Belo Horizonte, convocada pelo COPAC, reuniu cerca de 60 militantes no Sindicato dos Professores da Rede Municipal (SINDREDE) para articular as ações de repúdio à Copa das Confederações.

11 de junho

São Paulo: Sessão na Câmara Municipal onde os vereadores opinam a respeito dos protestos. “3º Ato contra o aumento”, marcado para 17h. Sofre repressão policial ainda mais dura, 20 pessoas são presas, dentre elas um repórter, cerca de 100 pessoas foram feridas, ônibus foram queimados ou apedrejados, sede do PT foi depredada. Um motorista atropela dois manifestantes, irritado com a interrupção do trânsito. Precedido por dois outros protestos agendados para esta data: trabalhadores da área da saúde (14h) e policiais civis do Estado (15h).

12 de junho

São Paulo: Grande furor na imprensa e mídias sociais a respeito da violência da polícia e do vandalismo. Site da Secretaria Municipal da Educação “hackeado” pelo grupo Anonymous, que deixa na página uma mensagem exigindo a redução da tarifa e convocando para nova manifestação.

13 de junho

Nacional: O apresentador José Luiz Datena faz uma enquete no programa *Brasil Urgente*, à noite, em que constata que a maior parte da população está se posicionando a favor dos protestos. O comentarista Arnaldo Jabor faz uma fala em sua coluna semanal em crítica ao movimento que “mistura burrice e rancor sem rumo”, demonstrando que “apenas 20 centavos” não justificam tamanho caos, amplamente divulgada e rechaçada pela população.

Minas Gerais: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) proibiu todos os 853 municípios do estado de fazerem manifestações em espaço público durante a Copa das Confederações. Liminar revogada pelo STF seis dias depois.

São Paulo: “4º Ato contra o aumento” – Cerca de 20 mil participantes. Repressão forte da polícia aos manifestantes, dezenas de feridos e 232 detenções. Vários jornalistas agredidos e feridos, jornalista da Folha de São Paulo atingida no olho por bala de borracha, jornalista da Carta Capital detido por porte de vinagre. O impacto das imagens marcam a virada da opinião pública a respeito das manifestações e a adesão de milhares de pessoas às ruas.

Rio de Janeiro: “2º Ato contra o aumento”. 19 pessoas detidas, um manifestante tem seu olho gravemente ferido pela bala de borracha.

Porto Alegre: Diante da ameaça de que a liminar que garantiu a redução da passagem caia e o preço da passagem volte a R\$ 3,05 e diante da criminalização de seis ativistas do Bloco de Luta pelo Transporte Público, manifestação é marcada.

14 de junho

Nacional: surgimento do canal *#ogiganteacordou*, com tópicos virais no Twitter e no Facebook.

São Paulo: Imprensa passa a proferir discurso contra a violência policial. Pesquisa do Datafolha mostra apoio a protestos. Prefeitura convoca conselho da cidade a se reunir com MPL.

Brasília: Véspera da Abertura da Copa das Confederações. Um grupo de manifestantes queima pneus nos arredores do Estádio Mané Garrincha. O Exército prendeu os manifestantes envolvidos.

Curitiba: Manifestação convocada em solidariedade à violência ocorrida em São Paulo no dia anterior. Cerca de 2 mil pessoas compareceram.

Porto Alegre: Manifestação do Bloco de Lutas Contra o Aumento somada à manifestação contra a Copa.

15 de junho

Brasília: Abertura da Copa das Confederações, manifestação fora do estádio, saldo 57 pessoas detidas e dezenas de pessoas feridas. No estádio a presidenta Dilma e o presidente da FIFA, Joseph Blatter são vaiados.

Belo Horizonte: Reunião aberta convocada pelo COPAC na região da Savassi para decidir sua atuação na Copa das Confederações e realizar uma “copelada”, seguida de uma Assembleia. A manifestação recebe adesão muito maior do que a esperada (cerca de 8 mil pessoas) e decide descer para a Praça da Estação, onde um telão foi montado para transmitir o primeiro jogo da Copa. A marcha encontrou outra manifestação, convocada por grupos feministas e LGBT, que protestava contra o Estatuto do Nascituro. Ao chegar à Praça da Estação, já se reuniam aproximadamente 12 mil pessoas.

Rio de Janeiro: O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas organiza a “Copa Popular Contra as Remoções”, um campeonato com times organizados pelas comunidades ameaçadas pelas obras da Copa: Providência, Santa Marta, Salgueiro, Indiana, Muzema, Vila

Autódromo, Vila Recreio II e muitas outras comunidades estarão presentes. O evento foi realizado no “Quilombo da Gamboa”.

16 de junho

Nacional: Grande virada da opinião pública a respeito das manifestações e adesão em massa da população. Apoio de artistas e outros famosos. Convocatória no Facebook para o evento: “Vem para a janela”, com 280 mil pessoas confirmadas. O evento convida aqueles que apoiam as manifestações, mas têm medo de ir às ruas a colocar lençóis brancos em suas janelas como símbolo de seu apoio e também a liberar o Wi-Fi e levar água aos manifestantes, caso morem perto dos locais dos atos. Criação de diversas plataformas de apoio aos manifestantes nas redes sociais.

Mudança na estratégia da mídia, de relacionar os movimentos aos partidos de esquerda passa a pedir que os partidos deixem de ser identificados com o movimento legítimo. Folha de São Paulo acusa PSOL de “recrutar punks para protestos”.

Revista *Veja* e revista *Época* publicam matérias (de capa) que trazem reivindicações difusas para a pauta do movimento e a ampliam, dizendo que o aumento da tarifa é apenas um dos elementos da mobilização e o menos importante.

17 de junho

Nacional: Arnaldo Jabor pede retratação de fala anterior a respeito do Movimento Passe Livre e, em sua retratação, amplia a pauta do movimento para outras causas que ultrapassam a questão da tarifa. Manifestações convocadas para mais de 30 cidades brasileiras. Dois militantes do MPL – Lucas Monteiro e Nina Cappello – vão ao programa *Roda Viva* discutir as manifestações.

São Paulo: 5º Ato contra o aumento: Centenas de milhares de pessoas nas ruas. Há hostilização a partidos e pessoas com bandeiras. Ao mesmo tempo, uma manifestação sai do Grajaú, zona pobre de São Paulo e caminha até a ponte do Socorro. Ao final da tarde, um grupo protestou em frente à sede da Rede Globo/SP. À noite, manifestantes tentam ocupar o Palácio do Governo Estadual, no Morumbi e, ao serem impedidos, acamparam em frente ao mesmo.

Rio de Janeiro: 3º Ato contra o aumento. Mais de 100 mil pessoas nas ruas. Ocupação da Assembleia Legislativa. Confronto com a Polícia, um manifestante baleado e outros 30 feridos. 29 pessoas detidas. Manifestações dos coletivos das favelas: Concentração 17/06 às

15hs na entrada da Grotta - Complexo do Alemão, rumo à manifestação no Centro da Cidade primeira parada no IFCS para depois ir para a Candelária.

Brasília: Tomada da marquise do Congresso Nacional.

Belo Horizonte: Jogo da Copa das Confederações no Mineirão. Manifestação envolve cerca de 50 mil pessoas. Manifestação tem dois focos, um saindo da Praça 7 e uma manifestação dos professores da Rede Estadual de Ensino, saindo do Museu da Pampulha. A intenção era que as manifestações se encontrassem, porém, foram bloqueadas no caminho por barreiras policiais.

Curitiba: Primeira grande manifestação, com foco no aumento de R\$ 0,25 na passagem do ônibus, mas já abarcando a diversidade de pautas como no resto do país. Entre 10 e 20 mil pessoas na rua. Prefeitura não revoga o aumento, mas reduz em 10 centavos o preço da passagem.

Recife: Mais de 50 mil pessoas tomaram as ruas da cidade. Manifestação já com o caráter difuso e heterogêneo que vinha se apontando nas outras por todo o Brasil.

Vitória: a partir da organização do ato “Já pra rua! Primeiro grande ato contra a criminalização dos movimentos sociais” no Facebook, a Terceira Ponte foi tomada por 30 mil pessoas que reivindicavam o livre direito de ocupar as cidades e também em solidariedade aos militantes e imprensa rechaçados pelas polícias e judiciário paulistanos. Ato se junta a manifestantes com pautas diversas. Manifestantes destroem a praça do pedágio, questão política que já vinha apresentando conflito há anos na capital capixaba.

Porto Alegre: Manifestação na porta da prefeitura.

18 de junho

Nacional: Algumas cidades anunciaram redução na tarifa de transporte público. presidenta Dilma convoca reunião com o ex-presidente Lula e com o diretor das campanhas de *marketing* do PT, João Santana e, no mesmo dia, se pronuncia pela primeira vez a respeito das manifestações, dizendo estar atenta ao clamor das ruas.

São Paulo: Conversa entre MPL e prefeito na reunião do Conselho da Cidade, como pauta central a questão da tarifa. “6º Ato contra o aumento” – reúne 50 mil pessoas na Praça da Sé. Saques em lojas comerciais na área central (Lojas Marisa, Americanas, McDonald’s, Telefônica Oi, etc.). Tentativa de invasão da sede da prefeitura de São Paulo, queima de um veículo da TV Record, confronto com ocupação urbana em seus arredores. Ação “seletiva” da polícia, que passa culpar e prender negros e pardos sem formação superior e sem emprego formal e moradores de rua.

Baixada Santista: Manifestantes que protestavam pela redução das tarifas do transporte coletivo nos municípios da Baixada Santista interromperam a travessia de balsa entre Santos e Guarujá, por aproximadamente uma hora nesta noite.

Rio de Janeiro: Manifestação contra o aumento da tarifa, cerca de 10 mil pessoas, a manifestação se estende para a Baixada Fluminense, com reunião em São Gonçalo, Duque de Caxias.

Belo Horizonte: 1ª Assembleia Popular Horizontal – realizada embaixo do viaduto Santa Tereza, reuniu mil pessoas. O governador de Minas, Antonio Anastasia, pede apoio da Força Nacional de Segurança para conter as manifestações.

Florianópolis: Primeiro ato, reúne mais de 20 mil pessoas.

Juazeiro do Norte (CE): Protesto leva 10 mil pessoas às ruas contra a gestão do prefeito Raimundo Macêdo, que acaba cercado por seis horas numa agência bancária.

João Pessoa: O prefeito João Cartaxo anuncia a redução do preço da passagem de ônibus de R\$ 2,30 para R\$ 2,20.

Internacional: Comitês de solidariedade aos protestos foram criados em Londres, Barcelona, Copenhague, Sydney, Hamburgo, Berlim, Atenas, Istambul, Nova York, etc.

19 de junho

Fortaleza: Jogo da Copa das Confederações, Brasil X México. Primeira manifestação na cidade, com 30 mil estudantes e membros de movimentos sociais, resultou em conflito com a polícia.

São Paulo: Alckmin e Haddad, conjuntamente, anunciam a revogação do aumento no preço da passagem. Manifestação nas periferias sul e leste de São Paulo, com apoio do MTST, “contra o aumento do custo de vida e contra o preço da Copa do Mundo, que é paga pelos trabalhadores”.

Rio de Janeiro: também ocorre revogação do aumento.

Belo Horizonte: 1ª Assembléia Popular Horizontal. Ocupação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Manifestação sai da UFMG rumo à Praça 7, agregando cerca de 10 mil pessoas.

São Luís do Maranhão: Manifestação com cerca de 17 mil manifestantes com a convocatória: “Vem pra rua São Luís”.

Cuiabá: Redução do preço da passagem de ônibus, de R\$ 2,95 para R\$ 2,85.

Aracaju: Redução do preço da passagem de ônibus, de R\$ 2,45 para R\$ 2,35.

20 de junho

Nacional: Manifestações em 353 cidades, incluídas 25 capitais. Mais de um milhão de pessoas nas ruas em todo o país. A TV Globo deixa de exibir duas telenovelas de sua programação diária para cobrir, em tempo integral, os protestos deste dia.

Fortaleza: 8 mil estudantes foram às ruas. Adolescentes presos no protesto. Reivindicações eram antecipar a entrega de carteiras de estudante e reduzir o preço da passagem de ônibus.

São Paulo: Ato em comemoração da vitória sobre a tarifa, altamente conflituoso, com dissidências entre os manifestantes. Agressão a militantes de partidos de esquerda. Manifestações acontecem com concentrações em diferentes lugares. Uma manifestação com diferentes movimentos da periferia é marcada com concentração para saída do Capão Redondo.

Ribeirão Preto: O estudante Marcos Delafrate morre atropelado nas manifestações. Aparentemente, um motorista avançou o carro contra 12 manifestantes.

Rio de Janeiro: A maior adesão de todas, 300 mil pessoas nas ruas. Vinte militantes da CUT foram expulsos por manifestantes da passeata. Um grupo de manifestantes marca a saída a partir do complexo do Alemão, foram à Candelária, onde havia outra concentração marcada e depois foram ao IFCS encontrar com outros coletivos e movimentos de favelas. O morador de rua Rafael Vieira foi preso por suposto porte de substâncias que comporiam um coquetel Molotov neste dia e permaneceu preso por um ano e três meses e hoje cumpre pena em regime semiaberto, mesmo não tendo provas de que realmente carregava material para o coquetel. Repressão policial ocorre na região da Lapa, para onde se dispersou uma parte dos manifestantes, clientes ficam cercados dentro de bares fechados até 2:30 da manhã, quando acaba a operação policial.

Goiânia: Aproximadamente 50 mil manifestantes. Mudança no rumo da manifestação, chegada das pautas conservadoras. Ataques violentos aos ativistas do PSOL, PCB e PSTU.

Brasília: Quebra das vidraças do Palácio do Itamaraty.

Belo Horizonte: Marcha saiu da Praça Sete e passou pela Praça da Liberdade, Câmara Municipal, desceu a Avenida dos Andradas para retornar à Praça Sete. Militantes do PSTU foram hostilizados na manifestação.

Uberlândia: Manifestação conta com cerca de 30 mil pessoas.

Recife: Grande manifestação contra o aumento do preço das passagens. Os preços das passagens de ônibus são reduzidos.

Curitiba: Marcha se divide em duas: a dos “sem partido” e a dos “partidários”. Houve conflitos entre alguns manifestantes e a torcida organizada do Atlético Paranaense.

Florianópolis: Manifestação também se divide entre “vermelhos” e “verde-amarelos”, cada parte tomando um rumo diferente.

Vitória: 100 mil pessoas tomam a Terceira Ponte

Manaus: Mais de 100 mil pessoas vão às ruas na maior manifestação da cidade.

Belém: A gari Cleonice Vieira de Moraes, que sofria de hipertensão, morre ao respirar o gás lacrimogêneo de bombas lançadas pela polícia.

Porto Alegre: Brigada Militar e Polícia Civil realizam operação em espaço da Federação Anarquista Gaúcha e apreendem livros. Em pronunciamento após a apreensão, o prefeito Tarso Genro fala em “doutrinação anárquica”.

21 de junho

Nacional: Dilma profere discurso aos manifestantes no Jornal Nacional. Focaliza nos temas da corrupção, do transporte, saúde e educação.

Fortaleza: Governador Cid Gomes e prefeito Cláudio (ambos do PSB) recebem o movimento “+Pão – Circo: Copa para quem?”. Ao mesmo tempo, outros movimentos convocados por internet vão protestar por mais educação e mais saúde. As manifestações se dirigiram às obras do Aquário, de custo anunciado de R\$ 200 milhões. De lá, um grupo seguiu para a Prefeitura.

São Paulo: O MPL retira-se das convocações das manifestações.

Curitiba: Manifestação se divide em quatro grupos e há conflitos entre manifestantes e a torcida organizada do Atlético Paranaense.

Rio de Janeiro: Manifestantes acampam em frente à porta do prédio onde residia o governador do estado, Sérgio Cabral. O grupo pretendia ficar acampado até que o governador aparecesse com um pronunciamento sobre a atuação da polícia nos protestos e propunham uma reunião aberta à imprensa com o governador para discutir suas reivindicações. Porém, foram retirados pela própria polícia no dia 02 de julho. O grupo intitulou o ato de “Ocupa Cabral”.

22 de junho

Nacional: Presidente Dilma propõe o Pacto de Mobilidade Urbana.

Belo Horizonte: Dia de jogo da Copa das Confederações. Maior manifestação da cidade, envolvendo aproximadamente 100 mil pessoas. Seis pessoas caem do viaduto no

entroncamento entre as avenidas Antônio Carlos e Abraão Caram e um deles, Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de 22 anos, morre alguns dias depois.

Salvador: Manifestantes protestam no entorno do estádio Fonte Nova, onde jogavam Brasil e Itália.

São Paulo: Passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, reuniu cerca de 30 mil pessoas.

São Luís do Maranhão: Manifestação com cerca de 37 mil pessoas com a convocatória do movimento Acorda Maranhão com a pauta em alinhamento com o resto do país (difusa). Um grito unifica e sobressai: “Sarney, ladrão, devolve o Maranhão!”.

23 de junho

Belo Horizonte: 2ª Assembleia Popular Horizontal, com mais de duas mil pessoas presentes. Foram criados os GTs temáticos para lidar com diversas questões, como o GT de Mobilidade Urbana, que depois, em julho de 2014, se tornou o “Tarifa Zero BH”, atuante até hoje na cidade.

Rio de Janeiro: Duas mil pessoas protestam em frente à residência do governador Sérgio Cabral.

24 de junho

Nacional: Reunião no Palácio do Planalto, da qual o MPL participa. Dilma profere discurso em rede nacional propondo cinco “pactos” nacionais (concernindo a responsabilidade fiscal, a reforma política, a saúde, a mobilidade urbana e a educação pública), propõe a “Constituinte para a Reforma Política”.

Rio de Janeiro: Manifestação no bairro Bonsucesso pela redução no valor da passagem de ônibus. É realizada uma operação policial comandada pelo BOPE em articulação com a Força Nacional na favela Nova Holanda, no complexo da Maré, a partir da alegação de que buscariam criminosos que realizaram um arrastão no final da manifestação. Operação é desastrosa e conflituosa e se estende até o dia seguinte.

Porto Alegre: Manifestação com mais de 30 mil pessoas.

Cubatão: Manifestantes interditam avenidas e rodovias e impedem o acesso de veículos ao porto de Santos. O protesto tem como reivindicação principal a redução de tarifas baixas para o transporte público na cidade. Os manifestantes queriam reduzir o valor da tarifa de R\$ 3,10 para R\$ 2,50.

Goiânia: Manifestação bloqueia a BR-251. Na montagem do bloqueio, duas manifestantes morrem atropeladas.

25 de junho

Nacional: Reunião da Presidente Dilma com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento Periferia Ativa, pautas em relação à Reforma Urbana: demandas quanto à questão da moradia (aluguel, despejos, MCMV) e demandas com relação à violência policial e criminalização de movimentos sociais. Reunião de 77 organizações da esquerda institucional, entre partidos, sindicatos e movimentos sociais, define o dia 11 de julho como dia nacional de lutas, programando paralisações em todo o país, e aprovando uma plataforma unitária de reivindicações. Dilma abre mão da proposta de Reforma Política e leva aos movimentos sociais proposta de encabeçar um plebiscito popular.

Rio de Janeiro: Continuação da operação no complexo da Maré desencadeada por um protesto. A operação conta com saldo de 10 mortos, um policial (atingido por uma bala perdida na madrugada do dia 24, suspeita-se que sua morte desencadeou a operação) e nove moradores. Manifestantes tentam ocupar a pista central da Avenida Brasil em repúdio ao acontecido e são dispersos pela polícia. Com o lema “saneamento sim; teleférico não”, moradores da Rocinha e Vidigal fazem passeata até a residência do governador Sérgio Cabral.

Belo Horizonte: Governador de Minas Gerais se reúne com alguns representantes dos movimentos. 3ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal, onde se reuniram os Grupos de Trabalho em separado. Ocupação da Reitoria da UFMG.

Vitória: Protesto tem recepção violenta da polícia e várias lojas e fachadas de prédios de luxo foram quebradas.

Guarujá: Cerca de 20 manifestantes comparecem à Câmara de Vereadores para acompanhar a última sessão ordinária do semestre, que votaria a Lei Orçamentária de 2014. Os manifestantes anunciaram que não estavam satisfeitos com a redução de apenas R\$ 0,10 concedida pela prefeita.

26 de junho:

Nacional: Câmara Federal vota por arquivar a PEC 37, aprova o projeto que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Senado define corrupção como crime hediondo e envia proposta para a Câmara.

Belo Horizonte: Jogo da Copa das Confederações. Manifestação envolvendo entre 40 e 50 mil pessoas ocorreu seguindo um acordo entre o COPAC e o governo estadual a respeito

da segurança nas manifestações. Mais dois manifestantes caem do viaduto da Avenida Abraão Caram e ficam gravemente feridos, um deles, Douglas Henrique, de 21 anos, vem a falecer depois no hospital. Morre também, em circunstâncias não esclarecidas, o morador de rua Luiz Estrela, que viria a dar nome em ocupação artística em casarão abandonado da região central da cidade.

Recife: Dois mil manifestantes entregam pauta de reivindicações sobre transportes públicos ao governador Eduardo Campos.

Brasília: Milhares de pessoas vão às ruas.

Rio Grande do Sul: manifestações em várias cidades no estado.

27 de junho

Rio de Janeiro: Jogo da Copa das Confederações, 1,2 milhão de pessoas na Presidente Vargas. Passeata da Candelária à Cinelândia reúne cerca de 8 mil pessoas nas ruas.

Fortaleza: Jogo pelo terceiro lugar da Copa das Confederações. Manifestantes incendiam o carro da TV Diário e entram em choque com a polícia. Cinco policiais feridos e 84 pessoas detidas.

Juiz de Fora: Dezenas de pessoas ocuparam por 20 horas a Câmara Municipal da cidade. Só deixaram o local após negociações para a redução da tarifa de ônibus.

Porto Alegre: Mais de quatro mil manifestantes protestam na Praça da Matriz.

28 de junho:

Nacional: Bovespa registra pior semestre desde 2008.

Região Metropolitana de Belo Horizonte: Cinco quilômetros da LMG-808, que liga Contagem a Esmeraldas, na Grande BH, são bloqueados por moradores durante 12 horas em protesto pela falta de ônibus para os bairros Novo Retiro e Monte Sinai. Também foram fechadas a BR-381 (Betim), BR-040 (Conselheiro Lafaiete), BR-116 (Governador Valadares), MG-010 (Cidade Administrativa), MG-424 (Vespasiano) e a LMG-806 (Ribeirão das Neves). Em duas semanas, mais de 40 protestos fecharam rodovias que cortam Minas.

29 de junho:

Nacional: Datafolha registra que a popularidade da presidente Dilma caiu 27 pontos percentuais em relação a março de 2013. Outra pesquisa do mesmo instituto revela que 68% da população é favorável a uma Reforma Política e que a realização de uma constituinte para construir esta reforma tem a aprovação de 73% da população.

Belo Horizonte: A Câmara Municipal foi ocupada por jovens que reivindicavam maior redução na tarifa e abertura dos contratos com as empresas privadas de transporte urbano.

30 de junho:

Nacional: Final da Copa das Confederações. Os espectadores cantam o Hino Nacional Brasileiro à capela no estádio.

Rio de Janeiro: Manifestação rumo ao Maracanã.

JULHO

(Primeiras semanas do mês)

Rio de Janeiro: Organização das plenárias populares das favelas. Plenárias foram convocadas no Jacarezinho, Maré, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, entre outras.

01 de julho

Nacional: Greve geral marcada no Facebook, não teve grande adesão, com exceção de um *lockout* de caminhoneiros.

Divinópolis: Manifestantes ocupam a Câmara dos Vereadores por uma semana.

Manaus: Mais uma redução da passagem é realizada pelo prefeito da cidade, chegando a R\$ 2,75, preço da passagem antes do aumento anunciado em março.

Curitiba: Preço da passagem de ônibus é reduzido de R\$ 2,85 para R\$ 2,70.

Campo Grande: Preço da passagem de ônibus é reduzido de R\$ 2,85 para R\$ 2,75.

02 de julho

Nacional: Câmara dos Deputados arquiva o Projeto de Lei conhecido como “cura gay”, de autoria do deputado João Campos.

Belo Horizonte: Audiência entre os ocupantes da Câmara e o Ministério Público para articular a abertura sobre os contratos de concessão das empresas de ônibus de Belo Horizonte.

03 de julho

Belo Horizonte: Prefeito e secretariado se reúnem (de forma inédita no município) com uma comissão de delegados, eleita em Assembleia Popular Horizontal, da ocupação para chegar a um acordo sobre a revogação do aumento das passagens e outras demandas. As

discórdias e tensões na reunião levam os delegados a decidirem manter a Ocupação na Câmara até que o aumento da tarifa fosse revogado.

04 de julho

Rio de Janeiro: Depois de ter sido desfeita a ocupação em frente à residência do governador Sérgio Cabral no dia anterior, cerca de 200 manifestantes tentam protestar no local. A manifestação é dispersa pela polícia e alguns manifestantes que correram para a praia são perseguidos e presos, conta-se que pelo menos cinco pessoas foram detidas.

05 de julho

Belo Horizonte: 7º Grande Ato, nas ruas, com pouca adesão. Aproximadamente 200 pessoas comparecem à Praça 7. Prefeitura cede e revoga o aumento em 15 centavos, a custo de isenção fiscal das empresas de transporte.

Fortaleza: O prefeito Roberto Cláudio, com o apoio do governador do Ceará, Cid Gomes, assina uma ordem de serviço para início das obras para a construção de um viaduto no parque do Cocó, área de conservação dentro da cidade. O projeto sofre grande oposição de ativistas ambientalistas, arquitetos, urbanistas e outros indivíduos e coletivos.

07 de julho

Belo Horizonte: Ocupantes deixam a câmara e fazem uma festa de comemoração na Praça Sete.

Porto Alegre: Manifestantes ocupam a Câmara de Vereadores.

08 de julho

Rio de Janeiro: Manifestações no morro Dona Marta, o primeiro a receber uma UPP no Rio. São feitas críticas à violência policial e ao que chamaram de “obras de maquiagem” na favela.

09 de julho

Belo Horizonte: Reunião entre os delegados da APH e o governador Anastasia. Na pauta da mobilidade: integração tarifária metropolitana, a criação de conselho de mobilidade, implantação do metrô e criação de passe livre estudantil. No mesmo dia, confirmaram-se as reuniões do grupo Tarifa Zero, surgido neste contexto.

Pouso Alegre: Ocupação da Câmara dos Vereadores. Objetivo era elaborar projetos de lei em torno da questão dos transportes, como o projeto Passe Livre e a abertura das contas das empresas concessionárias. A ocupação durou nove dias e contou com cerca de 400 jovens que se revezavam nas atividades de debate e organização das ações.

10 de julho

Nacional: Convocação para um protesto pedindo a “intervenção militar”. Pouca adesão: 30 pessoas na Cinelândia, no Rio. 80 pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo.

Porto Alegre: Bloco de Luta pelo Transporte Público e Frente Quilombola iniciam uma ocupação na Câmara de Vereadores com a intenção de debater o controle e a gestão popular do transporte com os representantes do município. A ocupação durou 8 dias e variou entre 100 e 400 pessoas. Ocupações também são iniciadas no INCRA.

Lavras: Manifestantes ocupam a Câmara dos Vereadores por uma semana. (Até o dia 17 de julho)

11 de julho

Nacional: Greve geral convocada para todo o país – “Dia Nacional de Luta”. Convocado por MST, UNE, movimentos populares de moradia, etc. Não teve tanta adesão. Em São Paulo, 20 mil aproximadamente. Segundo a CUT, participaram cerca de 400 mil pessoas em todo o país. Minas Gerais: Em Pouso Alegre, Divinópolis, Ipatinga e Governador Valadares manifestações fecham estradas estaduais.

Belo Horizonte: Ato realiza a paralisação do terminal de ônibus no Barreiro.

Rio de Janeiro: Confrontos com a polícia em manifestações em frente ao Palácio Guanabara levam a perseguições policiais por ruas dos bairros Flamengo e Laranjeiras. Bombas de gás lacrimogêneo atingem residências, restaurantes e até mesmo uma clínica de saúde. Dez manifestantes são feridos e atendidos nesta clínica. Um deles, Pedro Lins Machado é internado na CTI em estado grave e liberado dois dias depois.

12 de julho

Internacional: Anistia Internacional divulga nota sobre os excessos na atuação da Polícia Militar no país, tida como “violenta e excessiva”.

Fortaleza: Primeiro dia da ocupação do Parque do Cocó, conhecida como “Ocupe o Cocó”, que seria destruído para a construção de um viaduto. A ocupação durou 4 meses.

13 de julho

Belo Horizonte: 10ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal.

Rio de Janeiro: Manifestação diante da igreja do Carmo e do Copacabana Palace, locais onde ocorre a cerimônia de casamento de filhos de duas famílias que dominam as concessões de transporte urbano no Rio de Janeiro e Fortaleza. Em frente ao hotel, protesto é disperso pelo Batalhão de Choque. O manifestante Ruan Martins Nascimento é atingido na testa por um cinzeiro arremessado de dentro da festa e presta queixa na polícia.

14 de julho

Rio de Janeiro: Durante operação conjunta da Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro com a Polícia Civil, chamada Operação Paz Armada, Amarildo Dias de Souza é levado para dentro de base policial na Rocinha e não é mais visto. A ação desencadeou o movimento “Onde está o Amarildo?” de abrangência nacional. A favela da Rocinha, que já vinha protestando desde junho exigindo fornecimento de saneamento básico para a favela (ao invés do investimento na construção de um teleférico), tem sua revolta intensificada.

17 de julho

Rio de Janeiro: Protestos contra o governador Sérgio Cabral continuam a acontecer e novamente terminam em confrontos e depredações. Em São Conrado, moradores da Rocinha fecham parte da autoestrada Lagoa-Barra em protesto pela investigação do desaparecimento de Amarildo.

18 de julho

Belo Horizonte: Começo das ocupações por moradia na região da Mata da Isidora.

21 de julho

Belo Horizonte: 11ª Sessão da Assembleia Popular Horizontal

Rio de Janeiro: Primeira ocupação artística da Lapa, o evento que se repetiu outras vezes, conhecido como “Ocupa Lapa”, organizado por coletivos artísticos em protesto à ação policial violenta que ocorreu no bairro da Lapa em 20 de junho e também à ação policial no Complexo da Maré. Desde então, a região da Lapa passou a sediar eventos culturais e políticos periódicos organizados pelo que ficou conhecido como “Coletivo Ocupa Lapa”.

22 de julho

Rio de Janeiro: manifestações com a chegada do Papa no Rio de Janeiro. O governador Sérgio Cabral cria a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo (CEIV), com artigos antidemocráticos, extensamente criticados por diversos juristas. O manifestante Bruno Ferreira Telles é detido, acusado de portar e arremessar coquetéis *molotov* contra a polícia e é liberado no dia seguinte.

23 de julho

São Luís do Maranhão: Ocupação da Câmara dos Vereadores da cidade. Ocupação dura 7 dias e reivindica transporte público/mobilidade urbana, regularização fundiária e transparência das contas públicas. Movimento iniciado por moradores da Vila Apaco, da periferia da cidade, ao qual se juntaram várias entidades de movimentos sociais da cidade e cidadãos sem ligação com os movimentos.

24 de julho

Alfenas: Estudantes ocupam a reitoria da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) até o dia 30 de julho, em protesto contra o indeferimento, pela instituição, dos pedidos de assistência estudantil.

Rio de Janeiro: O governador Sérgio Cabral recebe a família de Amarildo de Souza no palácio de Guanabara em reunião sem participação da imprensa. Promete em redes sociais levar uma investigação a respeito de seu desaparecimento.

27 de julho

Rio de Janeiro: Missa de encerramento da visita do Papa à cidade é transferida para a praia de Copacabana, onde já aconteceria o evento anual da “Marcha das Vadias”. Ocorrem alguns confrontos entre os participantes do evento e militantes do protesto.

29 de julho

Belo Horizonte: Moradores de seis ocupações urbanas por moradia ocupam a sede da Prefeitura de Belo Horizonte, com a intenção de serem ouvidos pelo prefeito (que havia descumprido um acordo recém-formado, e aprovado um pedido de reintegração de posse das ocupações Eliana Silva e Rosa Leão) a respeito de suas reivindicações. A ocupação durou 32 horas, sendo que durante 11 horas os/as ocupantes ficaram sem acesso às necessidades básicas, como alimentação e acesso ao banheiro. Por esse motivo e apoio à causa apresentada,

cerca de 200 pessoas protestaram fora da Prefeitura, barrando suas entradas (Av. Afonso Pena e Rua Goiás).

Rio de Janeiro: Governador Sérgio Cabral anuncia no *Twitter* ter desistido da demolição do Parque Aquático Júlio Delamare.

31 de julho:

Rio de Janeiro: Manifestantes passam pelo Ministério Público para deixar suas reivindicações e, ao final do ato, ocupam a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, porém, foram retirados do prédio pela polícia no mesmo dia.

AGOSTO

01 de agosto

Belo Horizonte: Prefeito Márcio Lacerda se reúne com representantes das ocupações urbanas por moradia com a finalidade de chegar a um acordo e encerrar a ocupação da Prefeitura.

03 de agosto

Belo Horizonte: 13ª Assembleia Popular Horizontal.

05 de agosto

Fortaleza: Governador Cid Gomes visita a ocupação no Parque do Cocó para se reunir com os presentes. Ele propõe compensar a destruição do Parque com a manutenção de outras áreas de preservação maiores do que aquela às margens do Rio Cocó, os manifestantes foram contra a proposta e nenhuma negociação foi feita.

07 de agosto

São Luís do Maranhão: É aberta uma sessão especial na Câmara Municipal para discutir os itens da pauta de reivindicações do movimento que havia ocupado o local na semana anterior. Os itens dizem respeito a: mobilidade urbana, transparência das contas públicas e regularização fundiária das comunidades ameaçadas de despejo.

08 de agosto

Rio de Janeiro: Professores da rede municipal de ensino entram em greve e iniciam nova sequência de protestos na cidade.

Fortaleza: Primeira expulsão dos ocupantes do Parque do Cocó é realizada pela Guarda Municipal da cidade durante a madrugada. Vários tratores e caminhões começaram, imediatamente após a expulsão, a derrubar árvores para a retomada das obras. O Ministério Público Federal solicitou à Justiça uma liminar que embargasse a obra e a mesma foi embargada até que se obtivesse regularização do licenciamento ambiental do empreendimento.

09 de agosto

Fortaleza: O acampamento do Ocupe o Cocó foi reerguido.

11 de agosto

Fortaleza: Tribunal Regional Federal anunciou a queda da liminar do Ministério Público e autorizou a retomada das obras no Parque do Cocó.

15 de agosto

Rio de Janeiro: A CPI dos Ônibus, que investigaria irregularidades nos contratos das concessionárias da cidade, tem sua primeira reunião no dia 09 e é composta em sua maioria por vereadores que haviam se oposto à sua constituição. No dia 15, duzentos manifestantes vão às ruas protestar contra a composição da CPI.

17 de agosto

Fortaleza: Manifestação de pessoas favoráveis à construção do viaduto em frente à Ocupação do Parque do Cocó agrega em torno de 50 pessoas.

21 de agosto

Rio de Janeiro: Manifestação convocada pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas na porta da empresa Odebrecht. “O Maraca é nosso”, contra o consórcio controlado pela Odebrecht, IMX e AEG para a gestão do estádio.

22 de agosto

Fortaleza: Nova tentativa de desocupação do Parque do Cocó aconteceu, representantes da justiça levaram uma notificação para a retirada de manifestantes do local e alguns acampados se amarraram em árvores com correntes e cadeados. Juíza interfere e a ocupação continua.

23 de agosto

São Paulo: Manifestações contra o grupo da Editora Abril. Ao ser reprimido pela PM, o grupo se espalhou pela região destruindo duas agências bancárias e uma loja de carros.

27 de agosto

Rio de Janeiro: Outra manifestação convocada pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas na porta da empresa Odebrecht. “O Maraca é nosso”, contra o consórcio controlado pela Odebrecht, IMX e AEG para a gestão do estádio.

28 de agosto

Nacional: Dilma Rousseff e governo federal apresentam um projeto de reforma política, porém, rapidamente o abandonam depois de críticas de juristas que alegaram ser a proposta inconstitucional. Esta proposta foi posteriormente abraçada por um frente de movimentos sociais (MST, CUT, Associação de Mulheres Brasileiras, dentre outros) na execução de um plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político.

31 de agosto

Nacional: Jornal *O Globo* publica matéria assumindo que as Organizações Globo foram apoiadoras da ditadura e dizendo que isso foi um erro.

SETEMBRO**2 de setembro**

Belo Horizonte: Prefeitura regulamenta o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMURB).

7 de setembro

Nacional: Dia do “Grito dos Excluídos”, tradicional há anos no país. Manifestações confusas, muito reprimidas, com o “Badernaço”. Ataque ao patrimônio público e violência policial exacerbada.

9 de setembro

Nacional: É publicada a Lei 12.858/13, que destina 75% dos royalties do petróleo extraído no pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

16 de setembro

Rio de Janeiro: CPI dos Ônibus é suspensa pelo Tribunal de Justiça alegando que a composição da mesa não respeita o princípio de proporcionalidade entre os partidos que integram a Câmara dos Vereadores.

21 de setembro

Belo Horizonte: Lançamento da campanha “Tarifa Zero BH”, com aula pública nas escadarias da prefeitura a respeito do transporte público no Brasil. Começou a coleta de assinaturas para propor o projeto de Lei que propunha a Tarifa Zero na cidade.

OUTUBRO**1º de outubro**

Rio de Janeiro: Dez policiais militares são indiciados pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, acusados de sequestro, tortura seguida de morte e ocultação de cadáver.

04 de outubro

Fortaleza: Desocupação do Parque do Cocó, com prisão de manifestantes e destruição do acampamento.

05 de outubro

Fortaleza: Obras do viaduto retornaram. Em menos de um ano, no dia 04 de junho de 2014, a Justiça viria a paralisar as obras em virtude de irregularidades no licenciamento ambiental e logo seria retomada, sob vários protestos e denúncias de irregularidades.

7 de outubro

Rio de Janeiro: Protesto na Cinelândia, em apoio à greve dos professores da rede municipal de ensino e contra a violência policial.

São Paulo: Manifestações em solidariedade à luta dos professores no Rio de Janeiro.

15 de outubro

Nacional: O Dia dos Professores é marcado por protestos em todo o país, o maior tendo sido registrado na cidade do Rio de Janeiro, com 7 mil pessoas segundo a Polícia Militar. Neste dia 190 pessoas são presas e 70 indiciadas nos termos da nova lei do crime

organizado, sancionada pela presidenta em agosto deste ano. Nos dias seguintes, após muito protesto de juristas e advogados, a Justiça determina que os presos sejam postos em liberdade até a conclusão do inquérito.

22 de outubro

Rio de Janeiro: Ministério Público denuncia mais 15 policiais militares por envolvimento no caso do desaparecimento de Amarildo de Souza.

25 de outubro

Nacional: Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre, com atos convocados em vários municípios do país.

São Paulo: Protesto organizado pelo MPL. Grupo de 92 jovens presos em manifestação por agredirem um coronel da Polícia Militar, que havia agredido um garoto vestido de *Black Bloc*.

Belo Horizonte: Ato do Tarifa Zero fecha o viaduto Santa Tereza. Dia de criação do Espaço Comum Luiz Estrela, ocupação artística e cultural na área central da cidade.

Dezembro

Nacional: No dia 20, o ministro Celso Amorim publica uma portaria que estabelece novas normas para as Forças Armadas em operações de “Garantia da Lei e da Ordem”. Documento generalizante no que seria categorizado como “forças oponentes”, amplamente criticado por abrir caminho para a criminalização de movimentos sociais e possibilidade de atuação do Exército na repressão a protestos.

Rio de Janeiro: “Farofaço”, ato organizados pelos coletivos das favelas contra a afirmação preconceituosa de uma mulher aos jornais de que o ônibus que saía do Candelária e ia à praia era um problema à segurança dos banhistas.

APÊNDICE B – FRASES DE CARTAZES

TOTAL: 226 cartazes

Pelo protesto em si - 49 cartazes

"O gigante acordou" – 2 cartazes

"O gigante acordou #vemprarua"

"A Juventude acordou"

"Quem luta, conquista"

"País mudo não muda"

"Eu sou qualquer pessoa, sou todo mundo, sou ninguém"

"Desculpe o transtorno, estamos mudando o país" – 3 cartazes

"Desculpem o transtorno estamos mudando o Brasil"

"Se não nos deixarem sonhar, não os deixaremos dormir!"

"Quem não pode com formiga não atice o formigueiro"

"Êi, Perua! Sai do shopping e vem pra rua!"

"Jogamos mentos n@ ger@ç@ao Coca Cola"

"Jogaram mentos na Geração Coca Cola"

"O povo unido é gente pra caralho"

"A revolução está apenas começando".

"Bem aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça."

"Vem pra rua"

"Obrigado por lutar pelo meu futuro!"

"Sem luta não há conquista. #obrasilacordou"

"82 anos. Não vim pra brincar, vim manifestar" – Nas mãos de uma senhora.

"Somos os filhos da Revolução! Acredite, não é só por R\$ 0,20"

"Fechando ruas para abrir caminhos"

"Primavera brasileira #vemprarua"

"Brasil vem pra rua"

"Acordamos desse estupro"

"Quando injustiça vira rotina, revolta vira dever! #vemprarua"

"Por que calar se eu nasci gritando?"

"Lutando pra essa porra melhorar"

"We are children of the revolution"

"Movimente-se #vemprarua"

"Suas crianças derrubando reis"

"Pela mudança do #mundo Pela mudança da #consciência"

"A nova era começou"

"Acorda Serpente. Ouve o coro do meu batalhão pesado"

"Verás que um filho teu não foge à luta"

"Para quem acordou agora! Bom dia! A tempos lutam e são solidários na periferia!"

"Rumo à revolução!"

"Nossa revolução será televisionada"

“One for All and All for One... For a BETTER Brazil #changebrasil”
 “Repense #VemPraRua”
 “Seja a mudança que você quer ver no mundo #MUDABRAZIL”
 “Me organizando posso desorganizar!”
 “1817 Vive!”
 “El gigante brasileño se despertó”
 “Acorda Juventude vem pra rua!”

Debate interno violência e não violência, repressão do Estado e violência policial – 30 cartazes

“O pau tá comendo. The dick is eating!...”
 “Bota prá quebrá”
 “Sem violência! Ordem e Progresso”
 “Paz!”
 “Sem violência, + amor”
 “Classe média pacifista não me representa. Ass: Vândalo”
 “Se não fores BRAVO tu será ESCRAVO”
 “Acordou gigante? Agora tira a remela de 1964! Nem hino nem bandeira”
 “Vândalo é o Estado”
 “A polícia que reprime no asfalto é a mesma que mata na favela!”
 “Não atire contra meus sonhos”
 “Liberté, Égalité, Vinagré”
 “Liberté, Égalité, Fraternité, Vinagré!”
 “Afasta de mim este cale-se” – 3 cartazes
 “Você aí fardado também é explorado”
 “A borracha da polícia não apaga minha ideologia.”
 “Legalize vinagre”
 “Ei, Polícia! Estamos lutando por sua família também.”
 “Policial, não lute contra quem luta por você!”
 “Paz sem voz não é paz, é medo” – 2 cartazes
 “A pior ditadura é aquela disfarçada de democracia”
 “Polícia também pega ônibus”
 “Recalque de ditadura bate na minha geração e volta!”
 “Ideias são à prova de bala”
 “Apesar de você... Amanhã há de ser outro dia”
 “Balas de borracha não apagam a verdade”
 “Eles querem acabar com a violência, mas a paz é contra a lei e a lei é contra a paz”

Copa do Mundo - 28 cartazes:

“Quando meu filho ficar doente vou levá-lo ao estádio”
 “Quando seu filho ficar doente leve ele ao estádio”
 “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”
 “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”
 “Da Copa eu abro mão, eu quero Educação”

"Queremos hospitais padrão Fifa"
 "Queremos escolas e hospitais padrão FIFA". – 4 cartazes
 "Queremos educação padrão FIFA"
 "Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio"
 "Abaixa a tarifa e boa na conta da FIFA"
 "No meio do caminho tinha uma Copa... ..no meio da Copa achamos o caminho"
 "Me chama de Maracanã e me reforma toda. (a) Educação"
 "Me chama de Copa e investe em mim! Ass: Saúde Educação e Povo #vemprarua"
 "No Cup"
 "Foda-se a Copa"
 "Help Brazil by not coming to the world cup in 2014"
 "Não queremos um país pra gringo ver, queremos um país melhor pra viver"
 "Quero um país padrão FIFA"
 "Imagina na Copa"
 "Quanto é que foi o jogo ein?"
 "Copa p/ quem?"
 "Em caso de doença procure o Estádio mais próximo"
 "Sou muito + que futebol e carnaval!"
 "Passe Livre pra Copa e 2,80 p/ o povo?????"
 "Brasil, vamo acordar. Um professor vale mais do que o Neymar"

Pautas difusas – 24 cartazes:

"Nossos sonhos valem mais do que 0,20"
 "Menos enrolação, mais ação"
 "Somos 99%, os do poder são 1%"
 "Quem não estiver confuso não está bem informado"
 "É muito motivo! Não cabe aqui!"
 "São muitos motivos, não cabe aqui"
 "Assalto! O combustível 50% imposto"
 "Vida digna para os brasileiros"
 "Tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz!" – 2 cartazes
 "# Pela descolonização do Maranhão"
 "Pelo fim do Funk no Busão"
 "Pelo direito de ficar parado"
 "Tô tão puto que fiz um cartaz"
 "Luto pelo que é meu".
 "Que país é esse? É a porra do Brasil"
 "O Brasil pede socorro"
 "Ore pelo Brasil"
 "Estou cansado dessa merda"
 "Todos os brasileiros são iguais, mas uns são mais iguais que os outros"
 "Mais ações! #VEMPRARUA"
 "Aqui só se varre quando vem visita. #ogiganteacordou."

“Sua esmola não compra meu silêncio!!! Corrupção, PEC37, Tarifa, Copa – Não são só 20 centavos”

“Criança não trabalha, criança brinca”

Corrupção e fora políticos – 25 cartazes

“Todos contra a corrupção”

“Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”

“Fora Alckmin”

“Fora Renan Calheiros #vemprarua”

“Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”

“A serpente acordou pra nunca + dormir! São Luís #forasarney”

“Larga o osso Sarney”

“Xô Sarney”

“É, Sarney... O Maranhão acordou!”

“Sarney ladrão devolve o Maranhão”

“Fora todos!”

“Ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil” – 2 cartazes

“Transformaram o país inteiro em um puteiro pois assim se ganha mais dinheiro”

“A LUTA é contra o governo corrupto, não contra a polícia!”

“Sem corrupção o brasileiro poderia ser 27% menos pobre! Abaixo a impunidade!”

“Chega de roubalheira”

“Entre outras mil és tu Brasil a mais roubada”

“País rico é país sem corrupção”

“Fora corrupção, senado não é lugar de ladrão”

“Keep Calm o caralho, chega de corrupção”

“Seu mandatos têm dia contados, nossa luta não”

“Corrupção Basta! #VEMPRARUA”

“Da Lama ao Caos, do Caos à Lama. Um homem roubado nunca se engana! #VemPraRua”

“Roseana Finge que o Maranhão é marrom e investe nele!”

Estado, partidos, democracia – 16 cartazes

“Não é por centavos, é por direitos”.

“Não é por R\$ 0,20, é por direitos!”

“Meu partido é um coração partido”

“Não nos representam!”

“Não adianta rugir como um leão e votar como um jumento!”

“O povo unido não precisa de partido”

“Se o governo fosse bom isso aqui tava vazio”

“O povo não deve temer o governo, o governo deve temer o povo”

“Democracia Já”

“Devolvam nosso Estado”

“Democracia seria se eu fosse ouvido sem precisar gritar”

“Direitos Já!”

“Se o governo não vai ao povo, o povo vai ao governo”

“Se a cachorra é Laika, o Estado também pode ser!”

“Reforma Tributária #VemPraRua”

“Somos + que votos!”

Mídia – 14 cartazes

“Enquanto assiste TV eu mudo o país por você”

*“Enquanto você se ilude com a TV, estamos consertando o país! Desculpe pelo transtorno!
#obrasilacordou”*

“Saí do Facebook” – 2 cartazes

“Saímos do Facebook”

“Sai do Facebook e vem pra rua!”

“Penso, logo não assisto” (com ilustração da logo da Rede Globo)

“Arrives Circus and Bread”

“Chega de pão e circo!”

“Abaixo a Rede Globo! O povo não é bobo! #change”

“Pense! Opine! Não deixe a mídia fazer isto por você!”

“Não vão capturar; o movimento é popular”

“Não sou vândalo, mídia.”

“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”

Transporte público - 13 cartazes:

“São 513 anos e 20 centavos!”

“Negociação não, queremos solução!”

“É uma vergonha! A passagem mais cara que a maconha!”

“Ah, que vergonha! A passagem + cara que a maconha”

“Sexo é amor, sacanagem é R\$ 2,95”

“R\$ 3,20 não me representa”

“Transporte não é negócio, é direito!”

“País rico é onde rico quer andar de busão”

“O busão vai ter Open Bar? Porque né?!”

“Agora só falta 3 reais”

“Ontem caíram os 20 centavos hj queremos q seja as catraca”

“Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar”

“Foca na mobilidade”

Investimentos públicos – saúde, educação, moradia (10 cartazes):

“+ Educação – Alienação = Futuro para nossa nação #estounarua”

“Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”

“Não tenho hospitais, escolas, transporte... E não tenho mais paciência também!”

“Enfia os 20 centavos nos SUS”

“Venho de Pacajus. Moradia Já!”

“Nossa saúde está na UTI”

“Tem pouca rua nesses buracos”

“Luto pela Educação”

“Saúde e Educação Pior que sinal da TIM”

“A melhor maneira de ajudar uma pessoa é ensiná-la a pensar”

PEC 37 – 10 cartazes

“Não à PEC 37” – 2 cartazes

“PEC 37 não será aprovada”

“Disse Jesus: Vá e não PEC37 mais!”

“O povo não quer a PEC-37”

“Contra a PEC37”

“Somos contra a PEC37”

“Não à PEC-37, reforma já Código Penal”

“Não à PEC da impunidade”

“PEC 37? E agora quem poderá nos defender???”

Cura Gay – 7 cartazes:

“A vida, o sexo, o país não tem manual”

“Acordey Gay, fui me curar no hospital... não tinha médico!...”

“Não preciso de CURA, preciso de educação de qualidade”

“Feliciano não me representa”

“Marcos Feliciano não me representa”

“Cura Gay, como assim? Só o amor cura”

“Cura Gay é o C#@!7AO!”